UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

HELENA BRUM NETO

# OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Presidente Prudente
2012

**HELENA BRUM NETO**

# OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.
Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

**Presidente Prudente**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Brum Neto, Helena
B918t Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul / Helena Brum Neto. - Presidente Prudente : [s.n], 2012
xx, 318 f. : il.

Orientador: Marcos Aurélio Saquet
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Território. 2. Cultura. 3. Identidade territorial. 4. Geografia. I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. claudia@fct.unesp.br**

**HELENA BRUM NETO**

# OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Departamento de Geografia, UNESP

Profª. Drª. Meri Lourdes Bezzi
Departamento de Geociências, UFSM

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito
Departamento de Geografia, UNESP

Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Departamento de Geografia, UNESP

Prof. Dr. Rossevelt José Santos
Departamento de Geografia, UFU

**Presidente Prudente**
**2012**

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

## BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. MARCOS AURELIO SAQUET
ORIENTADOR

PROF. DR. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
(UNESP/FCT)

PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
(UNESP/FCT)

PROFA. DRA. MERI LOURDES BEZZI
(UFSM)

PROF. DR. ROSSELVELT JOSÉ SANTOS
(UFU)

HELENA BRUM NETO

Presidente Prudente (SP), 02 de julho de 2012.

Resultado: Aprovado

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

Dedico este estudo à minha mãe, Marlene Brum (*in memoriam*), pelos incentivos que me destes para seguir o caminho acadêmico e pelos ensinamentos que construíram a minha história. Especialmente, pelo amor incondicional e amizade, que não se perderam com a ausência física.

## AGRADECIMENTOS

*O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.*

*Fernando Sabino*

A finalização de uma etapa, como o doutoramento, implica em algumas reflexões sobre a sua trajetória. Há vínculos pessoais e profissionais que contribuíram diretamente para incentivar a caminhada e também para minimizar a solidão, a distância e as adversidades que acompanharam esta trajetória. Nesse sentido, procurei expressar meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a construção da pesquisa.

À Deus, pela vida e, nesta, ter oportunidade de progredir;

À Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP/Presidente Prudente), por proporcionar um estudo gratuito e de qualidade, que possibilitou a realização do doutoramento em Geografia;

Ao meu orientador, Professor Marcos Aurélio Saquet, pela companhia constante na busca pelo entendimento da relação território e cultura e, sobretudo, por ampliar minhas concepções conceituais e metodológicas. O desafio de ser orientada à distância constituiu-se em uma experiência nova para mim. Porém, o Marcos, com certeza, já está habituado à rede de comunicação e orientação criada entre Presidente Prudente e Francisco Beltrão. A distância não minimizou ou prejudicou a orientação, pelo contrário, as respostas às indagações, às incertezas e às ideias sempre foram imediatas e esclarecedoras. Assim, a internet se tornou um meio de comunicação central para nós, permitindo estabelecer nossa *rede* de relações de saber, de informações, de orientação. É nesse sentido que agradeço as orientações, as conversas e os ensinamentos que objetivaram superar as limitações e permitiram construir esta tese;

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e aos professores do Curso de Pós Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, pelas contribuições teóricas e práticas construídas no decorrer das disciplinas cursadas, especialmente ao Eliseu Sposito, Marcos Saquet, Nivaldo Hespanhol, Maria Aparecida de Moraes Silva, Marcio Rogério Silveira. Destaco a importância das disciplinas cursadas mediante a necessidade de se repensar questões ligadas às teorias e aos métodos utilizados, à relação espaço-tempo e às diferentes visões e práticas da Geografia brasileira, possibilitada pelo contato com professores de diversas Instituições de Nível Superior, que frequentemente participam de atividades na UNESP/Presidente Prudente, seja em bancas, palestras ou disciplinas concentradas, como Hervé Théry, Angelo Serpa, Rogério Souza, Martine Guibert e Jan Bitoun;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo período de concessão da bolsa de doutorado, cujos recursos financeiros permitiram a realização das etapas desta pesquisa;

Um especial agradecimento à Professora Meri Lourdes Bezzi, coordenadora do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFSM), pela iniciação científica, pelo incentivo e pelo suporte, sem o qual, com certeza, não teria chegado até aqui. Mais do que as orientações e as sugestões pertinentes à minha formação geográfica, agradeço sinceramente pela *amizade* e *confiança*;

Aos colegas do NERA/UFSM, principalmente à amiga Elizandra Voigt, pela compreensão e disponibilidade na busca de compreensão da temática cultural;

À minha grande amiga, Aline de Lima Rodrigues, que mesmo distante territorialmente sempre foi uma presença constante. Agradeço pelo incentivo e pelas sugestões oportunas que perpassaram os cursos de graduação, mestrado e agora, o doutorado. Pelas conversas nas rodas de chimarrão (nos últimos quatro anos virtualmente), em que compartilhamos, dentre outros assuntos, as indagações, as pesquisas, as descobertas e os temas referentes à Geografia;

À Renata Dias, colega de longa data, pela amizade sincera que não se perdeu com o tempo e com a distância.

À Ana Claúdia Giordani, pelas sugestões oportunas e pela contribuição tecnológica e cartográfica. As ideias e inovações cartográficas foram essenciais para aperfeiçoar os mapeamentos dos territórios em estudo;

Ao meu companheiro e grande incentivador, Sérgio Vargas, pela disponibilidade em percorrer os caminhos necessários para a compreensão do objeto de estudo desta tese. Agradeço por todas as vezes que buscou soluções para os problemas no intuito de superar as dificuldades;

À minha irmã, Marta, por sempre ter *acreditado* em mim;

À minha família "emprestada", minha sogra (D. Jandira), minha cunhada (Alessandra) e especialmente, ao meu cunhado Rogério Vargas, pelo apoio ao início desta caminhada. Obrigado pela disponibilidade e colaboração constantes;

Aos colegas do curso de doutorado, que oriundos de diversas partes do Brasil e do exterior, permitiram vivenciar a diferença e a diversidade, estabelecendo um intercâmbio de ideias, de teorias, enfim, dos distintos modos de fazer Geografia. A diversidade a que nos referimos é territorial, teórica e metodológica. Justificamos essa afirmação por termos contato com colegas da Bolívia, do Maranhão, do Amapá, do Mato Grosso do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Ceará, do Paraná, dentre outros, os quais demonstram em suas falas as distinções teóricas, metodológicas e culturais, bem como as experiências práticas, cunhadas pela vivência empírica em seus territórios de "origem".

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Ivonete, André, Márcia, Erynat e Cinthia, pela companhia e eficiência em atender aos anseios e questionamentos decorrentes do doutoramento.

Aos componentes da banca de qualificação de doutorado, Professora Meri Bezzi e Professor Eliseu Sposito, pelos diálogos, questionamentos e encaminhamentos sugeridos à pesquisa.

Ao Instituto Federal Farroupilha, especialmente às direções dos campi de Panambi (Adriano Arriel Saquet) e São Vicente do Sul (Luis Fernando Rosa da Costa), pelo incentivo e contribuição para o término deste trabalho, especialmente, pela compreensão quanto às liberações para realização de trabalho de campo, participação em eventos, carga horária, dentre outros aspectos que contribuíram para a realização desta tese.

Aos amigos que nos acolheram em Presidente Prudente. Especialmente ao casal, Adriana Olívia e Adriano Rodrigues, pelas conversas, sugestões e recepção que ajudaram a minimizar as dificuldades da reterritorialização, principalmente, da saudade "de casa".

À Márcia e Lara Mazza, igualmente pela acolhida, suporte e pela moradia, pelas conversas e pelos bons momentos que passamos em Prudente.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa e aos órgãos consultados nos Municípios visitados no decorrer das incursões a campo, pela disponibilidade dos dados, permitindo a concretização da tese.

Helena Brum Neto

Produtor e produto de identidade, o território não é apenas um "ter" mediador de relações de poder, onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o "ser" de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e "coração", o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e oprime ou uma rede que se abre e conecta e um "coração" que emana poesia e novos significados (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996).

# OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

**RESUMO:** Território, cultura e tempo são referências basilares para entender a diversidade territorial que se manifesta no Globo, nos territórios nacionais, nas regiões e mesmo nos lugares, considerando a base espacial transformada pelo homem, como um ser social. Neste sentido, é necessário "recontar", resgatar a história do território e dos homens que o criaram, para entender a dinâmica atual, a organização e as possibilidades de desenvolvimento futuro. Nesta perspectiva, construímos uma base teórica para compreender o território numa perspectiva multidimensional, destacando os processos culturais e econômicos vinculados à colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Tratamos da construção histórica do território, identificando e explicando elementos simbólicos e materiais, isto é, atividades econômicas e políticas desenvolvidas pela sociedade que o constrói, dotando-o de significados. A (i)materialidade do território se reflete na organização da sociedade, em relação aos seus semelhantes e às diferenças, num movimento processual de constante (re)criação, (re)construção, isto é, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). No intuito de compreender a relação território-poder-apropriação simbólica, realizamos pesquisa bibliográfica e empírica, que proporcionou interpretar e analisar a territorialização dos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul e a consequente formação dos territórios da imigração. O território como uma construção histórica, com mudanças e permanências, agrega a (i)materialidade, ou seja, as formas, os vários elementos subjetivos (valores e crenças) que orientam condutas e são responsáveis pela apropriação e organização territorial. Neste caso, o território é dotado de simbologias, signos, códigos, como aportes culturais fundamentais na territorialização de cada grupo social.

**Palavras-chave**: Território; Territorialidade; Cultura; Identidade; Rio Grande do Sul.

# THE TERRITORIES OF THE GERMAN AND ITALIAN IMMIGRATION IN RIO GRANDE DO SUL

**ABSTRACT:** Territory, culture and time are references to understand the basic territorial diversity manifested in the Globe, within the national territories, regions and even in places, considering the spatial base transformed by man, as a social being. In this sense, it is necessary to "retell", rescue the story of the territory and the men who created it, to understand the current dynamics, the organization and the possibilities for future development. In this perspective, we built a theoretical foundation for understanding the territory in a multidimensional perspective, highlighting the cultural and economic processes tied to the German and Italian colonization in Rio Grande do Sul. We treated the historical construction of the territory, identifying and explaining symbolic and material elements, that is, economic activities and policies developed by the society that builds it, giving it meaning. The (i) materiality of the territory is reflected in the organization of society in relation to their peers and to the differences, in a procedural motion of constant (re) creation, (re) construction, that is, territorialization, desterritorialization and reterritorialization (T-D-R). In order to understand the relationship between territory-power-symbolic appropriation, we conducted a bibliographical and empirical research, which allowed us to interpret and analyze the territorialization of German and Italian immigrants in Rio Grande do Sul and the consequent formation of the territory of immigration. The territory as a historic building, with changes and continuities, aggregates (i) materiality, i.e., the forms, the various subjective elements (values and beliefs) that guide behavior and are responsible for ownership and territorial organization. In this case, the territory is endowed with symbols, signs, codes, as basic cultural contributions in the territorialisation of each social group.

**Keywords:** Territory, Territoriality, Culture, Identity, Rio Grande do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho em alto Relevo da redução de São Miguel ..... 113
Figura 2 - Risco aquarelado de São Miguel feito por membros da Comissão Portuguesa de Demarcação do Tratado de Madri, 1756 ..... 113
Figura 3 - As primeiras formas de habitação das colônias alemãs ..... 158
Figura 4 - Etapas construtivas das primeiras habitações ..... 159
Figura 5 - Área média das propriedades rurais destinadas ao cultivo de fumo 229

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização das Vacarias e caminhos de incursão no RS - 1751..... 116
Mapa 2 - Primeira divisão municipal do Rio Grande do Sul – 1809 ..... 126
Mapa 3 - Localização das colônias alemãs no Rio Grande do Sul..... 148
Mapa 4 – Expansão das colônias alemãs no Rio Grande do Sul ..... 167
Mapa 5 – Localização das colônias italianas no Rio Grande do Sul ..... 186
Mapa 6: Divisão Municipal do Rio Grande do Sul ..... 208
Mapa 7 Localização dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul ..... 211
Mapa 8: Localização dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul ..... 213
Mapa 9: Localização dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 241

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Aspectos materiais de São Miguel das Missões ..... 114
Fotografia 2 – Mosaico fotográfico das escolas coloniais alemãs no Rio Grande do Sul ..... 150
Fotografia 3: Abrigo dos primeiros imigrantes ao chegar em São Leopoldo. 153
Fotografia 4 – Utilização das vias fluviais em São Leopoldo ..... 154
Fotografia 5 – Construção da ponte de ferro em São Leopoldo ..... 154
Fotografia 6 – Mosaico fotográfico das primeiras habitações construídas nas colônias alemã ..... 157
Fotografia 7 - Detalhes do telhado em madeira (*schindeln*) no município de Tupandi ..... 159
Fotografia 8 - Casa enxaimel com telhado de tabuinhas em Tupandi ..... 159
Fotografia 9 – Mosaico fotográfico demonstrativo do uso da técnica enxaimel nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul ..... 161
Fotografia 10 - Casa construída para abrigar a capatazia e o armazém na colônia do Mundo Novo ..... 166
Fotografia 11 - Instrumentos musicais utilizados pelos imigrantes alemães 175
Fotografia 12 - Instrumentos musicais utilizados pelos imigrantes alemães... 175
Fotografia 13 – Mosaico fotográfico representativo dos aspectos da paisagem das colônias alemãs do Rio Grande do Sul ..... 180
Fotografia 14 – Mosaico fotográfico representativo das casas típicas da colonização italiana do Rio Grande do Sul ..... 190
Fotografia 15 - Panela de ferro dos imigrantes italianos – Vale Vêneto ..... 192
Fotografia 16 – Sopeira utilizada pelos imigrantes italianos..... 192
Fotografia 17 –Moedor de carne..... 192
Fotografia 18 - Prato ..... 192
Fotografia 19 – Anjos decorativos do cemitério de Arroio Grande – Santa

Maria ..... 197
Fotografia 20 – Túmulos das famílias de imigrantes italianos no cemitério de Arroio Grande – Santa Maria ..... 197
Fotografia 21 - Jazigo familiar no cemitério São Marcos - Arroio Grande – Santa Maria ..... 198
Fotografia 22 – Gruta de Nossa Senhora de Lourdes – Vale Vêneto ..... 199
Fotografia 23 – Capitel dedicado a Santo Antonio – Bento Gonçalves ..... 199
Fotografia 24 – Um olhar sobre as colônias italianas do Rio Grande do Sul .. 202
Fotografia 25 – Mosaico fotográfico Aldeia do Imigrante – Nova Petrópolis ... 215
Fotografia 26 – Mosaico fotográfico das territorialidades italianas em Gramado ..... 217
Fotografia 27: Mosaico fotográfico representativo das manifestações religiosas nos territórios da imigração alemã ..... 223
Fotografia 28 – Mosaico fotográfico representativo da paisagem natural dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul ..... 242
Fotografia 29 - Museu Ambiência Casa de Pedra – Caxias do Sul ..... 245
Fotografia 30 - Aspectos do interior da Casa de Pedra – Caxias do Sul ..... 246
Fotografia 31 – Mosaico fotográfico representativo das manifestações religiosas nos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 249
Fotografia 32 - Monumento ao imigrante no local de chegada (1878) dos italianos em Silveira Martins ..... 250
Fotografia 33: Escultura no Monumento ao imigrante em Silveira Martins ..... 251
Fotografia 34 – Tábua de frios – Restaurante *Val de Buia* – Silveira Martins .. 253
Fotografia 35 - Produtos coloniais típicos dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 254
Fotografia 36 – Cantina em Silveira Martins ..... 254
Fotografia 37: Aspectos das vinícolas de Bento Gonçalves e do Vale dos Vinhedos ..... 260
Fotografia 38 - Desfile de trator nas primeiras edições da festa do arroz em São João do Polêsine ..... 269
Fotografia 39 - Discurso do pároco na festa do arroz ..... 269
Fotografia 40 - Desfile nas primeiras edições da festa do arroz ..... 269

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de imigrantes alemães inseridos no Rio Grande do Sul: 1924-1969 ..... 155
Tabela 2 - Número de imigrantes italianos no Brasil de acordo com a região de origem ..... 185
Tabela 3 - Principais municípios produtores de fumo nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul ..... 228
Tabela 4 - Danos ocorridos na produção de fumo de 1956 a 2011 (número de ocorrências) ..... 231
Tabela 5 - Produção de milho nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul ..... 234
Tabela 6 - Principais municípios produtores de uva dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 257
Tabela 7 - Principais municípios produtores de maçã dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul – 1990 a 2006 ..... 263
Tabela 8 - Principais municípios produtores de pêssego dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul – 1990 a 2006 ..... 265
Tabela 9 - Produção de batata-inglesa na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006 ..... 267
Tabela 10 - Produção de arroz na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006 ..... 268
Tabela 11 - Produção de feijão na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006 ..... 270

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases da colonização segundo Jean Roche ..... 130
Quadro 2 - O *falar* do alemão gaúcho ..... 220

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista ..... 304
APÊNDICE B – Locais de entrevistas ..... 308
APÊNDICE C - Vinícolas presentes no Vale dos Vinhedos ..... 309
APÊNDICE D - Vinícolas situadas na porção central do Rio Grande do Sul .... 310
APÊNDICE E - Produção de soja na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 A 2006 ..... 311
APÊNDICE F - Principais municípios produtores de milho dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 312
APÊNDICE G - Produção de fumo na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006 ..... 313

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – *.Das gaúcho-deutsch* ..... 314

## LISTA DE SIGLAS

AGAPOMI = Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã

APROVALE = Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos

EPCN = Economia, Política, Cultura, Natureza

FAMURS = Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FEE = Fundação de Economia e Estatística

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OTAN = Organização do Tratado do Atlântico Norte

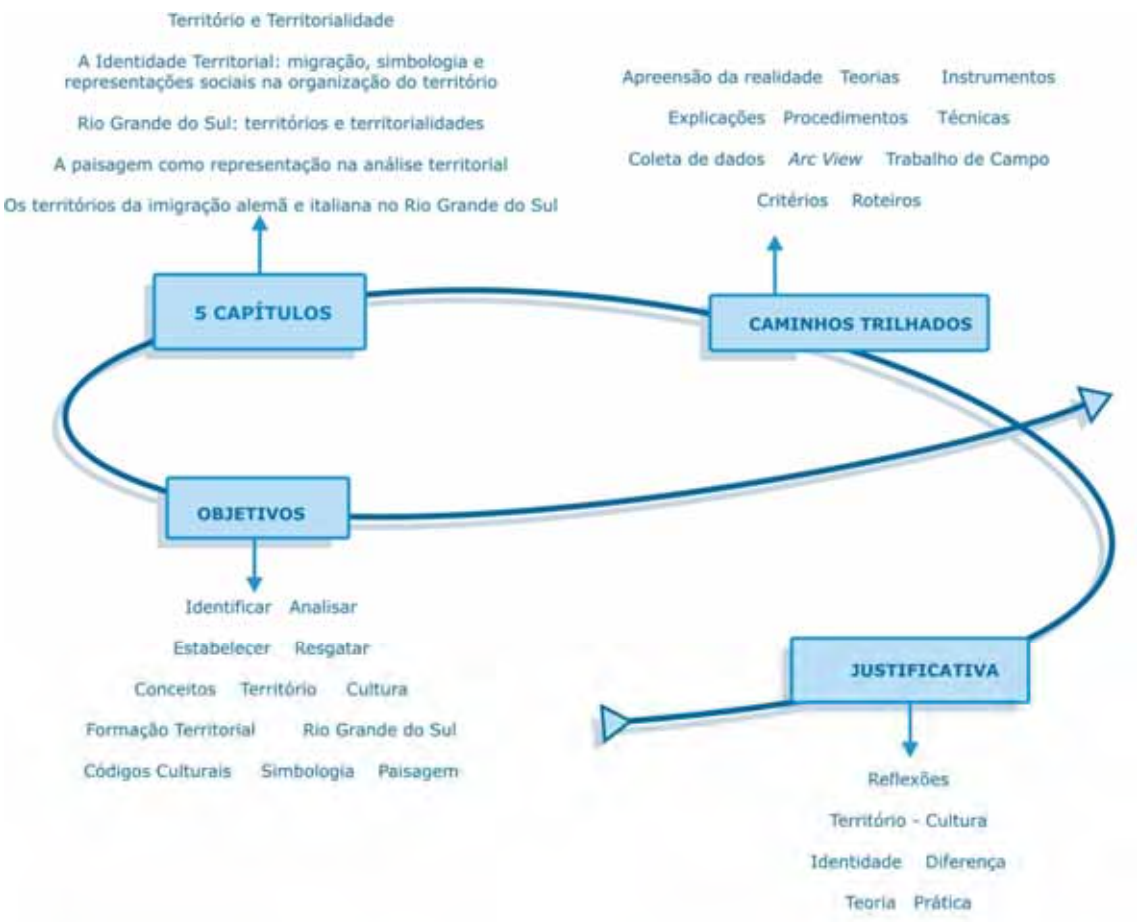
RCI = Região Cultural Italiana

T-D-R = Territorialidade, Desterritorialidade, Reterritorialidade

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... 21
**CAPÍTULO 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE** ..... 29
1.1 O território na perspectiva multidimensional ..... 29
1.2 Territórios em reconstrução: a mobilidade mediada pela territorialidade ..... 58
**CAPÍTULO 2 A IDENTIDADE TERRITORIAL: MIGRAÇÃO, SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO** ..... 69
2.1 A cultura e os processos de identificação territorial ..... 69
2.2 A migração como fator de difusão cultural: territorialidades em movimento..... 87
2.3 Os códigos culturais como expressão da (i) materialidade do território 91
2.3.1 A comunicação oral e escrita ..... 94
2.3.2 A (i)materialidade da cultura: valores, crenças, ideologias e convenções ..... 99
2.3.3 Estilo das edificações ..... 101
2.3.4 Música e festividades: elementos para analisar a coesão social ..... 103
2.3.5 Religiosidade ..... 106
**CAPÍTULO 3 RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES** ..... 109
3.1 Primeira temporalidade: (Re)construindo a dinâmica sócio-cultural do Rio Grande do Sul: pressupostos históricos para a análise territorial ..... 109
3.2 Segunda temporalidade: Os açorianos no Rio Grande do Sul e a intenção de colonizar..... 120
3.3 Imigração e colonização: pressupostos políticos para a formação das colônias alemãs e italianas no Rio Grande do Sul ..... 125
**CAPÍTULO 4 A PAISAGEM COMO REPRESENTAÇÃO NA ANÁLISE TERRITORIAL** ..... 139

4.1 Território e paisagem: uma proposta híbrida para a compreensão da realidade material e da representação dos códigos culturais ..... 139
4.2 Terceira temporalidade: a gênese colonial e a construção dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul ..... 144
4.3 Quarta temporalidade: a construção dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 183
**CAPÍTULO 5 OS TERRITORIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL** ..... 205
5.1 A delimitação territorial: território, territórios e fronteiras ..... 207
5.2 Os territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul ..... 212
5.3 Os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul ..... 240
**6 CONSIDERAÇÕES** ..... 277
**REFERÊNCIAS** ..... 289
**APÊNDICES** ..... 304
**ANEXOS** ..... 314




# 1 INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

> Tem sido difícil construir uma relação entre cultura e território, porque o arsenal metodológico desenvolvido pela ciência geográfica ainda é restrito e experimental para abordar com maior precisão tais problemas. A tradição de descrição e de objetividade da geografia dificultam ao profissional lidar com a relatividade das questões que se colocam quando se defronta com a diversidade cultural. Primeiro, porque o conhecimento de uma cultura exige que o pesquisador se envolva nos códigos que determinam as relações culturais e, em segundo lugar, porque é necessário aceitar a experiência de vida expressa no discurso dos indivíduos evitando enquadrá-la a partir da realidade objetiva do pesquisador, o qual deve admitir as diferentes realidades que correspondem a diferentes apreensões individuais ou grupais de seu mundo. [...] Neste sentido, a análise das categorias geográficas que dependem de padrões culturais poderia ser refinada, através de um diálogo contínuo com as ciências sociais, que lidam há mais tempo com estas questões como a antropologia, a sociologia do conhecimento e a história. (SILVA, 2000)

A Geografia, como ciência, vive da renovação de seus conceitos, pois é através da superação que a mesma repensa constantemente sua matriz teórica, inserindo novas ideias, teorias e reflexões, pelas quais se recupera a própria unidade geográfica. Nesse contexto, deve-se entender que os conceitos podem atravessar as épocas como *vocábulos imutáveis*, mas o seu conteúdo está sempre sujeito à lei da mudança, a primeira lei social. É através da superação do seu conteúdo e de novas interpretações que se impede a *fossilização* dos conceitos e evita-se interpretar de forma errônea a realidade (SANTOS, 1988).

As transformações nas bases teórico-metodológicas da ciência geográfica acarretam reflexões sobre seu objeto de estudo e os métodos científicos utilizados, ou seja, nas distintas formas de interpretar a interface sociedade-natureza. Trata-se de uma busca por novas perspectivas, com a finalidade de fornecer respostas adequadas à realidade, cada vez mais dinâmica e que, consequentemente, requerem da ciência novos aportes teóricos. Torna-se necessário, então, um esforço epistemológico de releitura da Geografia e de suas categorias analíticas.

Assim, num primeiro momento, busca-se, com esta pesquisa, fornecer subsídios teórico-metodológicos inerentes ao conceito de território sob a ótica cultural, enfatizando os processos de identificação. Nesse sentido, no intuito de compreender a relação território-poder-apropriação simbólica, realizou-se além da

pesquisa bibliográfica, uma pesquisa empírica sistemática que proporcionou dados para interpretar e analisar a territorialização e as temporalidades dos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul e a consequente formação dos territórios da imigração.

De modo mais específico, propôs-se com este trabalho: (a) Resgatar os conceitos de território e de cultura, tendo como fio condutor a evolução do pensamento geográfico, com ênfase para o período de 1960/1970, buscando apreender a dinâmica desses conceitos e a sua evolução; (b) Analisar os aspectos inerentes à simbologia da cultura, concebendo-a através de um sistema de codificação, via códigos culturais materiais e imateriais; (c) Estabelecer a relação entre cultura, identidade e códigos culturais, considerando sua expressividade para a manutenção dos grupos sociais e para as suas múltiplas territorialidades; e (d) Analisar a territorialização das culturas alemã e italiana no Rio Grande do Sul, no intuito de compreender as distintas formas de organização territorial que se manifestam no Estado.

Com base no referencial teórico, realizou-se uma reflexão sobre os conceitos de território e cultura. Desse modo, este estudo consiste na reflexão sobre o conceito de território, a fim de compreender as distintas formas de “pensar” o território no âmbito geográfico, sem minimizar, no entanto, as outras perspectivas de estudo dessa categoria analítica. Pelo contrário, fez-se necessário resgatá-las para que se possa compreendê-lo em sua totalidade.

Justifica-se a escolha da temática territorial e cultural mediante a reafirmação e a presença de singularidades em detrimento da homogeneização dos costumes, atrelada ao “modelo global”. Nesse sentido, a cultura foi analisada na presente pesquisa como a dimensão responsável pela identificação e pela diferenciação dos grupos sociais na sua relação com o território. Diante das múltiplas possibilidades interpretativas, considera-se a cultura como um produto social, do qual emanam e orientam-se parâmetros de comportamento comuns aos membros de uma mesma comunidade étnica. Trata-se, portanto, de um estudo que aborda a apropriação simbólica do território através das manifestações culturais, especificamente da materialização dos códigos culturais.

Outra questão relevante na construção da pesquisa foi a necessidade de buscar subsídios teóricos além dos horizontes geográficos, pois o conceito de cultura, assim como o de território, transita em uma área fronteiriça entre a Geografia

e outras ciências, principalmente as Ciências Sociais. Dessa forma, buscou-se, em ciências afins, o embasamento teórico relativo aos conceitos em estudo, visando à sua compreensão a partir de perspectivas mais amplas.

Ao propor essa pesquisa, considerou-se a preocupação que o geógrafo deve ter com a abordagem teórica, resgatando-a e contribuindo com o entendimento do objeto de estudo, evitando a apropriação indevida e a consequente banalização dos conceitos. Para tanto, foram realizados estudos sobre a questão conceitual não só em âmbito geográfico, como também dialogando com as outras áreas do conhecimento.

A partir dos subsídios teóricos, partiu-se para a análise do território como resultado da apropriação do espaço por um grupo social, originando processos de territorialização e de identificação, que o tornam singular devido às características que a cultura lhe confere. Nesse sentido, procurou-se demonstrar e explicitar empiricamente a teoria proposta. A teoria, dessa forma, serviu como orientação para a análise e interpretação do objeto de estudo. Para tanto, foram elegidos, como foco da pesquisa, os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul, tendo em vista sua origem e transformação por grupos culturais singulares e representativos na construção do território rio-grandense. Em termos de imigração, tais grupos sociais se destacam em virtude do expressivo contingente populacional que se reterritorializou no Rio Grande do Sul.

A opção pelo Estado do Rio Grande do Sul, como recorte espacial para análise, deve-se, principalmente, ao conhecimento empírico da questão cultural, construído no decorrer da realização do Curso de Mestrado em Geografia, que contemplou a temática cultural através de uma proposta de regionalização, considerando os aspectos culturais. Além disso, destaca-se a relevância da análise das etnias formadoras do Rio Grande do Sul, responsáveis pela materialização das características culturais, econômicas e políticas, fundamentais na organização territorial do Rio Grande do Sul por meio de distintas territorialidades, moldadas em paisagens diversificadas.

Cabe ainda outra referência em relação à escolha do tema de pesquisa e que contribui significativamente para sua definição – *a naturalidade.* O fato de haver vínculos com os territórios da imigração italiana, especificamente com o município de Dona Francisca, situado na Colônia de Silveira Martins, contribuiu significativamente para se repensar a análise territorial voltada à questão cultural. Além disso,

destaca-se que parte da descendência voltada às origens culturais alemãs permitiu o surgimento das interrogações sobre os processos de identificação e de diferenciação social. A vivência e a afinidade pelos códigos que compõem a cultura se salientam nas preferências e originam indagações pertinentes aos temas de pesquisa da Geografia, ou seja, compreender a formação territorial mediada pelos grupos sociais e suas constantes des-re-territorializações e diferenciações.

Salienta-se que, concomitantemente ao resgate das teorias, realizou-se, também, a coleta de dados relativos à inserção cultural no espaço gaúcho. Para tanto, estabeleceu-se uma cronologia básica para guiar a construção de um banco de dados de acordo com a inserção de etnias no Rio Grande do Sul e a sua atual configuração sociocultural, tendo como base as Unidades Territoriais. Esses dados foram coletados junto a órgãos específicos, detentores de tais informações, como a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), com dados relativos à evolução populacional do Estado, dinâmica espacial, criação e limites municipais, além dos dados referentes à etnia que fundou cada município, a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e junto às Prefeituras Municipais, nas Secretarias de Cultura (trabalho de campo).

A partir desses dados, realizou-se uma regionalização cultural do Rio Grande do Sul, para se identificar onde estão localizadas as culturas alemã e italiana, bem com os fluxos populacionais em direção a outras porções do espaço intrarregional e inter-regional, na medida em que a busca por novas “frentes pioneiras” se fez necessária. Para tanto, foi utilizado o *software Arc View GIS*, mediante a inserção dos dados referentes à relação município-etnia predominante. Para realizar essa etapa da pesquisa, utilizou-se como critério *a cultura*, isto é, a presença de um grupo como *fundador* do município ou *grupo majoritário*, considerando a composição étnica *superior* a 50% da população total. A individualização de “territórios culturais” internos ao território rio-grandense teve como base os *limites municipais*, pois foram consideradas as 496 unidades territoriais que compõe o Rio Grande do Sul para individualizar os recortes espaciais.

Mediante a delimitação prévia das unidades territoriais de origem alemã e italiana foram coletados dados *in loco* sobre a problemática de estudo, ou seja, sobre a territorialização dos imigrantes e seus descendentes no território gaúcho. Nesse sentido, utilizou-se um roteiro para a realização das entrevistas, como instrumento de pesquisa, com questões relativas à problemática investigada

(APÊNDICE A). Com isso, evidenciou-se *onde* se localizam as áreas mais expressivas das referidas imigrações, bem como *quando* e *como* os processos aconteceram, identificando "marcas territoriais" expressas na paisagem através das características das etnias selecionadas, ou seja, onde e como as culturas em estudo se territorializaram. Essa identificação realizou-se mediante a caracterização de cada aspecto que compõe a organização do território pelo grupo social em estudo, tais como:

Códigos culturais materiais: a) comunicação (escrita); (b) gastronomia; (c) vestuário típico (grupos folclóricos); (d) músicas, festas e jogos; (e) arte e monumentos; (f) estilo da casa e (g) religiosidade;

Códigos imateriais: (a) valores e ideologias (trabalho e família), (c) convenções (regras comportamentais) e (d) comunicação oral (dialetos).

Ademais, procurou-se identificar os aspectos econômicos, ligados à agricultura (área plantada e quantidade produzida) e à pecuária (número de cabeças), por consistirem em atividades centrais nos territórios em estudo. E também buscaram-se alguns aspectos relevantes da produção industrial de alguns municípios onde esse setor de destaca, para demonstrar sua representatividade na organização territorial. Esses dados foram coletados junto à FEE e à FAMURS.

Ressalta-se que os códigos culturais e os dados econômicos são essenciais para a identificação das principais características da territorialização dos alemães, italianos e de seus descendentes. Com o objetivo de viabilizar a pesquisa em campo, tendo em vista o expressivo número de municípios que compõe o recorte espacial do trabalho, foram traçados alguns critérios para sua realização, principalmente na seleção das unidades territoriais a serem estudadas.

Foram tomados como base os municípios que se destacam e servem como referência da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Consideraram-se como referências os municípios que têm sua origem e seu desenvolvimento atrelados à colonização com as referidas etnias no Rio Grande do Sul, especificamente ex-colônias implantadas pelos Governos Imperial, Provincial e por Empresas de colonização, as quais foram identificadas mediante pesquisa bibliográfica previamente realizada.

A seleção dos municípios teve como fio condutor a sua *expressividade* mediante o *processo de povoamento*, *colonização* e a *importância histórica* para o Estado. Também se justifica a escolha dos locais, em virtude da melhor

*infraestrutura* em relação à compilação de dados, ou seja, municípios que possuem centros culturais de pesquisa etnográfica, genealógica e museus sobre a imigração alemã e italiana. Salienta-se que esta etapa teve caráter central para a pesquisa, pois permitiu a identificação, a caracterização e a compreensão das características da territorialização das culturas em estudo. Outrossim, a coleta de dados em campo embasou a geração dos mapas temáticos que individualizaram os territórios da imigração alemã e italiana.

Desse modo, as atividades pautaram-se na coleta de dados (entrevistas com informantes qualificados, os quais detêm as informações referentes a essa temática, como: Centros Culturais, Museus e Secretarias de Cultura), nos municípios sede da implantação das colônias, a partir dos quais se originaram os demais municípios.

Ressalta-se que esses municípios se constituem como a base da colonização alemã e italiana e serviram de referência para a realização desta etapa do trabalho de campo. Com o decorrer da pesquisa foram arroladas outras unidades territoriais conforme a necessidade da coleta de dados. Os museus e os centros culturais foram selecionados mediante um levantamento prévio sobre a estrutura de dados de cada órgão municipal. (APÊNDICE B).

Considerando os dados coletados no decorrer do trabalho de campo, realizou-se a análise dos mesmos, para compreender a territorialidade das culturas alemã e italiana no Rio Grande do Sul, bem como suas manifestações na paisagem.

Nesse contexto, os resultados obtidos na pesquisa estão organizados em cinco capítulos. O *capítulo 1* apresenta os conceitos de território e territorialidade considerando a perspectiva multidimensional, ou seja, o território é concebido através das dimensões econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N). Trata-se de uma abordagem pautada no território como um produto social, de apropriação (simbólica), de territorialização (econômica e cultural) e de identificação.

A partir do entendimento da temática territorial, abordaram-se a cultura e os processos de identificação no *capítulo 2*. No intuito de compreender a problemática proposta, identificaram-se as formas de materialização da cultura no espaço, através de *códigos culturais* (materiais e imateriais) concebidos como mediadores para dar visibilidade à cultura. Os códigos estão territorializados na paisagem, como obras da construção social através da arte, da gastronomia, das edificações, da linguagem, das crenças e dos valores, dentre outros códigos orientadores da cultura.

A denominação *códigos culturais* é abordada por autores como Paul Claval (1999) e Denis Cosgrove (1998), para demonstrar a criação do sistema de representação e materialização da cultura no espaço. Decodificar esses códigos foi fundamental para a pesquisa realizada, facilitando a compreensão das práticas econômicas, políticas e culturais mediante os processos de territorialização.

Torna-se fundamental salientar, ainda, que a matriz teórica alusiva à materialidade da cultura no espaço encontra-se em fase de construção, principalmente na Geografia. Tal fato justifica-se pela escassez de abordagens conceituais no que diz respeito aos tipos de códigos, sua conceitualização e as relações com a cultura. Desse modo, realizaram-se algumas reflexões sobre os códigos culturais no âmbito teórico, além de abordar sua relação com a cultura e a influência na prática, identificando como se materializaram nos territórios da imigração alemã e italiana. Tal fato deve-se à necessidade de se decodificar o sistema simbólico que permeia os grupos sociais em estudo, como um pressuposto para compreender a variedade de configurações territoriais.

As reflexões sobre a relação cultura, identidade e códigos culturais objetiva identificar as implicações na produção e na organização dos territórios em estudo. Considera-se a expressividade da cultura para a manutenção dos grupos sociais, suas territorialidades e temporalidades.

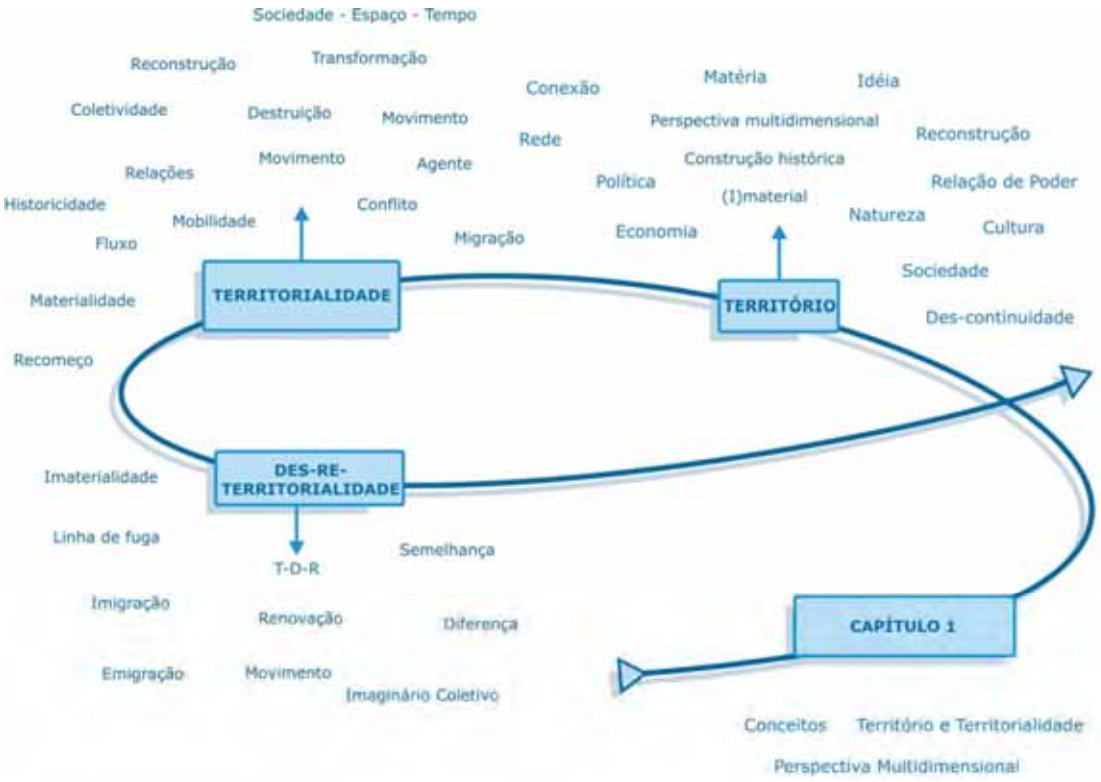
No *capítulo 3*, analisou-se a formação territorial do Rio Grande do Sul. Partiu-se do pressuposto de que é essencial a compreensão da dinâmica do povoamento do Estado para se iniciar a análise dos territórios da imigração. Tornou-se fundamental o resgate das fases/etapas de inserção cultural e de organização territorial rio-grandense para se analisar a origem e o desenvolvimento dos territórios da imigração alemã e italiana, bem como para se estabelecerem as diferenciações e as similaridades, as relações culturais e econômicas.

A paisagem como um elemento para análise dos territórios é abordada no *capítulo* 4. O “caminho” escolhido para compreender a relação território-cultura passa pela paisagem. Justifica-se essa afirmação, na medida em que a paisagem constitui-se na categoria analítica que permite a visualização da simbologia dos grupos sociais reterritorializados no território, via códigos culturais específicos. Assim, a paisagem se caracteriza como um conceito importante para a análise territorial. Neste capítulo, também sob a ótica imigratória aborda-se a origem dos

territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul e as primeiras transformações na paisagem através da organização territorial das colônias.

A análise dos territórios da imigração na atualidade materializou-se no *capitulo 5*, no qual se explicitam as principais dinâmicas territoriais, culturais e econômicas, visando a relacionar teoria e prática. Para tanto, enfatizam-se as principais territorialidades atuais que contribuem para os processos de identificação e diferenciação dos territórios, criando "marcas" que servem para promover dinâmicas econômicas aproveitando-se da questão cultural.

Ressalta-se ainda que relacionar os conceitos de território e cultura constituiu-se em um desafio teórico-metodológico desta proposta de pesquisa. Tal fato deve-se à amplitude das reflexões acerca do território e à complexidade das abordagens construídas na ciência geográfica, que permitiram apreendê-lo a partir de perspectivas multidimensionais. Assim, o território é, ao mesmo tempo, econômico, político, cultural e natural. Na perspectiva que adota este trabalho, perpassaram-se todas essas dimensões para que se compreendesse a produção dos territórios construídos pelos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul. Os territórios desse Estado são delimitados sob a ótica cultural, mas as demais dimensões estão implícitas neles, de forma processual.




# CAPÍTULO 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

# 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

> O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia* e *matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (...), cujas interações se territorializam [...] centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os processos territoriais (SAQUET, 2007, p. 24).

## 1.1 O território na perspectiva multidimensional

Além do espaço geográfico, da região, da paisagem e do lugar, o território é um conceito fundamental no debate interno da ciência geográfica. Todas eles se constituem em conceitos-chave e balizadores para o entendimento das questões espaciais. Desde a sua gênese e estruturação, a Geografia considera crucial o repensar teórico, uma vez que a dinâmica da ciência exige, constantemente, o "rever" de suas concepções, levando em conta as orientações teórico-metodológicas que marcaram cada época. A superação dessas "verdades" norteadoras permitiu que essa ciência redefinisse seus métodos, objetos e conceitos. Consequentemente, buscaram-se novas abordagens, especialmente a partir dos anos de 1960/70, no intuito de melhor explicar a realidade a que se referem.

Diante desse processo de superação e de constante renovação, propôs-se uma reflexão sobre a centralidade do conceito de território, seus significados, suas abordagens e suas derivações, como territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). Embora exista uma diversidade de concepções acerca dessa temática, tornou-se central para esse estudo abordar o território mediante a perspectiva multidimensional, englobando aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais. Trata-se de direcionamentos teórico-metodológicos que emergiram com a perspectiva crítica, trazendo novos olhares e leituras para as pesquisas geográficas. As transformações desencadeadas com a perspectiva crítica tornaram o território mais amplo. Deve-se a essa complexidade a opção de trabalhar com a perspectiva supracitada, pois ela perpassa o *velho* e coloca-se diante do *novo*.

Nesse sentido, o recorte temporal para a reflexão do conceito de território parte do período de renovação da Geografia (1960-70), resgatando as principais ideias propostas por alguns pioneiros na discussão renovada, até os autores que se dedicam à temática na atualidade. Através desse resgate, realizaram-se algumas reflexões acerca do conceito de território e sua centralidade na Geografia, no intuito de (re)pensar as concepções teóricas sobre essa questão.

Em sua obra *Abordagens e concepções de território*, Saquet (2007) indaga-se: De que território falamos? O autor instiga a reflexão na medida em que, na atualidade, esse conceito está em evidência não só nos estudos geográficos, mas também em outras ciências que trabalham com questões espaciais, com destaque para as teorias e sua aplicação na prática, principalmente quando se prioriza o planejamento e o desenvolvimento territorial.

É nessa profusão de estudos que o território, enquanto conceito, multiplica-se e difunde-se na Geografia brasileira e internacional. Inserindo-se nessas preocupações, esta pesquisa pretende contribuir para o pensamento geográfico com questionamentos e reflexões sobre o território multidimensional, escalar e temporal.

Embora se tenha optado por realizar um recorte teórico-metodológico, centrando o estudo na abordagem crítica do território, não se pode esquecer que esse conceito tem sua gênese atrelada à escola Tradicional, ou Clássica, da Geografia. É nela que os conceitos espaciais iniciaram sua trajetória no âmbito geográfico e as teorias fundamentais se estruturaram permitindo à Geografia o *status* de ciência. Assim, deve-se considerar a existência de abordagens anteriores, com concepções e fundamentações essenciais para o desenvolvimento da ciência, seja para reafirmá-las ou para contrapô-las. Destaca-se que os métodos e os conceitos refletem o momento histórico, a sociedade que os constrói e a sua dimensão espacial, ressaltando o que é significativo no tempo e no espaço.

Considerando essas preocupações, resgatou-se a origem da palavra território em Machado (1997, p. 17), quando a autora afirma que o mesmo deriva do latim *territorium* e que

> [...] se constrói pela adição a 'terra' do sufixo '*torium*', que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir, território, lugar da terra, âmbito territorial localizado. O que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização do termo original e a localização de uma determinada porção do espaço, superfície, formas e limites.

Na Geografia, particularmente, já atrelado às relações de poder e ao Estado-Nação, o conceito de território passou por transformações nos seus significados, na busca por respostas pertinentes às problemáticas que se materializaram no decorrer da formação histórica das sociedades. No atual estágio evolutivo, marcado pela tecnificação, fluxos de informação, de pessoas e de capital, a relação espaço-tempo passou por mudanças significativas, devido à rapidez das transformações, dos acontecimentos e do conhecimento instantâneo sobre as mesmas. Tal fato exigiu mudanças nas bases teóricas das ciências em geral e, sobretudo, da Geografia, para que pudesse se adequar à realidade.

Existem autores que contribuíram para as concepções renovadas desde uma concepção naturalista de território, desenvolvida por Friedrich Ratzel durante a estruturação da Geografia como ciência, cuja posse e dominação do espaço eram essenciais para a sobrevivência de um povo, até as concepções atuais, que permitem analisar o território em múltiplas escalas e abordagens. Nessa perspectiva, destacam-se as reflexões realizadas por Claude Raffestin, Jean Gottmann, Milton Santos e Manuel Correa de Andrade. Além desses autores, mais recentemente, no Brasil, outros têm se dedicado a uma discussão crítica no cerne do pensamento geográfico, como Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet e Marcelo Lopes de Souza, dentre outros.

A escolha dos referidos autores deve-se ao desenvolvimento de suas teorias sobre o território, seja enfocando esse conceito de forma central, ou mesmo, secundariamente. No contexto das teorizações, encontram-se subsídios e reflexões para construir as relações multidimensionais sobre a temática territorial. Salienta-se que não se pretende esgotar as teorizações com os subsídios buscados, até mesmo porque isso seria uma tarefa difícil, mediante a multiplicidade de estudos dedicados ao território. Apenas sintetizaram-se algumas ideias essenciais para a temática em estudo, no intuito de embasar as reflexões, as pesquisas empíricas e a interpretação do objeto de estudo.

Pode-se dizer, pautados nas reflexões de Milton Santos, que a perspectiva crítica marca a redescoberta do território e também de outros conceitos que necessitavam de reelaborações para explicar a realidade, mediante a complexidade das relações sociedade-natureza, materializadas a partir da segunda metade do século XX. Num contexto de conflitos, de reconstrução, de expansão urbana e industrial, enfim, de reorganização territorial, seja no campo ou na cidade, as

ciências foram instigadas a resgataram as preocupações sociais inserindo-os no bojo dos seus objetos de estudo.

Essa redescoberta acarretou transformações nos conceitos geográficos, a partir de debates realizados em diferentes países, como a Alemanha e a França, considerados precursores do cientificismo do pensamento geográfico e das inovações de cada período. Porém, destaca-se que também surgiram ideias renovadas em outros países, como nos Estados Unidos e na Itália. Referindo-se às contribuições dos pensadores italianos, Saquet (2007, p. 43) argumenta que

> o fato é que há um conjunto importante de pesquisadores que reconstroem o conceito de território e a abordagem territorial, evidenciando, ao mesmo tempo, características da vida de indivíduos e, assim, a essencialidade da dinâmica social na constituição do território.

Nesse contexto, a Geografia coloca o território no cerne das suas pesquisas, buscando superar abordagens defasadas, que não respondem mais à interpretação e à análise das problemáticas atuais. Centradas nas dimensões econômica, política, cultural e natural, tais problemáticas exigem teorias mais abrangentes e inovadoras, que tentem abranger a sua complexidade.

Dessa forma, pôs-se em debate o conceito, as teorias, as abordagens e as perspectivas territoriais. Reelaboraram-se as discussões sobre a origem, o desenvolvimento, a manutenção ou mesmo o desaparecimento dos territórios mediante a dinâmica dos fenômenos sociais. Evidenciaram-se as questões sociais, naturais, identitárias, conflituais, bem como de autonomia, escala, temporalidade, fronteiras, redes, poder, dentre outras. É nesse contexto de profusão de fatos e de fenômenos, que na Geografia propõe-se a (re)construir e reelaborar o conceito de território.

Um dos marcos teóricos para refletir sobre o conceito de território é Claude Raffestin, com sua obra *Por uma Geografia do Poder* (1993 [1980]). Enfatizando o poder, o território, a população e os recursos, o autor tece uma abordagem relacional. O poder não é uma categoria espacial ou temporal, “mas está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo [...] não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 06).

O poder é exercido pela população que compõe o território, ou seja, ela é fonte do poder através da capacidade de inovação e de trabalho que exerce sobre a base espacial. O território, por sua vez, é concebido como produto dessa população,

podendo ser “consumido” e vivenciado. Por meio dos recursos contidos no território, surgem as práticas e as estratégias, potencializando a dinamizando as relações territoriais.

Com essas reflexões iniciais acerca da obra de Raffestin, procurou-se iniciar o caminho a ser trilhado para compreender o território. Algumas questões apontadas pelo referido autor estarão explicitadas no capítulo 2, quando será abordada a identidade territorial, a cultura e os códigos culturais, principalmente, relacionando-as à linguagem, ao poder, à religiosidade e à etnia[1], dentre outros elementos importantes que se destacam problemática desta pesquisa.

Uma observação importante sobre a bibliografia territorial reside no fato dos autores evidenciarem a distinção entre os conceitos essenciais para a Geografia, principalmente entre espaço e território. A necessidade de utilizar de forma correta os conceitos é central na justificativa desses autores. Entretanto, há distinções quanto à abordagem e às concepções de espaço, como foi possível observar inicialmente com Raffestin e, posteriormente, com os demais autores abordados.

Ao distinguir espaço de território, Raffestin (1993 [1980], p. 143-144), enfatiza a importância do uso correto dos conceitos para que não haja análises equivocadas, pois segundo o autor,

> é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. [...] é de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Pode-se dizer, então, que o território é um produto social, construído através do trabalho dos homens sobre o espaço. Por conseguinte, as “marcas” desse

[1] Esses elementos destacados por Raffestin são essenciais para o entendimento da relação cultura-identidade, pois se referem ao que convencionamos chamar de códigos culturais, os quais serão abordados no subitem 2.3 desta tese.

trabalho imprimem identidade no território, como características da apropriação e das relações sociais. No momento em que se fala de território construído pelo trabalho, deve-se considerar os atores que o realizam, isto é, os seus agentes, que pertencem, em geral, a um sistema cultural. Por isso o território, ou algumas porções dele, expressa as referidas "marcas", símbolos, enfim, identidades plurais ao se considerar sua heterogeneidade. Esse pensamento é compartilhado por Jean Gottmann, através da iconografia.

As relações de poder são exercidas "do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios" (RAFFESTIN, 1993 [1980], p.152). A relação entre território e poder embasou interpretações e novas construções teóricas sobre a temática em estudo, que se evidenciou nas análises das obras posteriores a Raffestin (1993 [1980]). O poder, nas diversas escalas, tornou-se uma característica essencial na redescoberta do território, gerando uma perspectiva de análise multiescalar.

A inserção dos aspectos sociais no conceito de território permitiu um salto qualitativo nas abordagens, através da multiplicidade de fatos e fenômenos que podem ser analisados a partir da perspectiva renovada. Trata-se de um *novo olhar geográfico* sobre o território, distinto daquele realizado na Geografia Tradicional, cuja compreensão centrava-se na natureza e no Estado, resgatando-o do "abandono" com o surgimento da Geografia Quantitativa. Desse modo, o território tornou-se dinâmico e repleto de relações diversificadas no tempo e no espaço, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, em constante interação com a natureza.

Como um dos marcos conceituais dos debates sobre o território renovado, Raffestin construiu um legado teórico que permitiu retomar o conceito a partir de novas abordagens, privilegiando aspectos relegados até então, tornando as teorias mais complexas. De maneira geral, reelaborou os elementos basilares do território e as relações que o compõem, de modo que suas obras servem como base para construções e reflexões sobre a temática territorial.

Outro autor relevante para os estudos territoriais, considerado um dos pioneiros da abordagem territorial renovada é Jean Gottmann, cuja representatividade é ressaltada em virtude da amplitude do seu pensamento, das suas teorias, enfim, do seu desenvolvimento conceitual. A partir de estudos realizados, inicialmente, nas décadas de 1940-50, Gottmann apresentou reflexões

com um *corpus* teórico, cujas ideias estavam à frente de seu tempo e do pensamento geográfico daquele período. De maneira geral, pelas leituras realizadas em sua obra e em análises desta por outros autores, como Marcos Saquet, Luca Muscarà e George Prevelakis, pode-se dizer que Gottmann construiu uma abordagem multidimensional do território, com elementos econômicos, políticos e culturais. A sua relevância para o processo de renovação da Geografia permite destacá-lo como uma figura central na redescoberta do conceito de território. Para explicitar a importância de suas contribuições, Saquet (2009, p. 177-178) assinala que

> a obra de Jean Gottmann expressa muito bem o movimento do pensamento, da vida dele mesmo e de sua família, como sujeito excluído e condicionado a migrar, e como pesquisador que elabora uma abordagem híbrida, construída durante seus 60 anos de produção intelectual, especialmente na França e nos EUA. É pouco conhecido no Brasil, provavelmente, pela não tradução de seus textos para a língua portuguesa. Jean Gottmann é um dos autores responsáveis por um *salto* qualitativo referente às concepções renovadas de território e da própria geografia, a partir de sua formação basilar na *escola* francesa, de derivação vidaliana, através de Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Raul Blanchard, Camille Vallaux e Julien Sion.

Procurando entender o que motivou Gottmann a realizar suas reflexões e desenvolver as ideias apresentadas, deve-se observar o seu contexto de vida. Destaca-se que o contato com as diferentes sociedades e com a necessidade de integração em distintos contextos regionais e nacionais fez com que elaborasse a ideia de território como um dispositivo psicossomático (MUSCARÀ, 2009).

Em *La politique dês États Et leur Géographie* (1952), Gottmann explicita suas contribuições aos estudos territoriais e ao conceito de território, para além do Estado-Nação. O autor concebe o território como um lugar de proteção, segurança e oportunidade; produto de relações econômicas, políticas e culturais historicamente determinadas. Igualmente, realiza algumas considerações importantes sobre espaço, repartição e território. Na análise de Prevelakis sobre a obra de Gottmann, torna-se evidente a preocupação em diferenciar espaço e território. Prevelakis (2003, p. 295) aponta que

> geographical space is the space occupied by Mankind: the *Ecumene of the Ancients*. It is limited, since it can not go beyond the technological capacities of Man; however, as those capacities develop, geographical space is constantly extending its limits. The concept of geographical space is close to that of political space: both are extremely complex and synthetic. All aspects of human life are integrated in them: physical and cultural, economic and social, military and diplomatic. Geographical space is

> subdivided into territories occupied, organized and dominated by different groups which form simple or more elaborate political societies. The partitioning of geographical space is a fundamental reality of our world. One of the major symbolic representations of Humanity is the political map of the world: an image of fragmentation. Partitioning is a highly geographical concept. It is also a fundamental political concept, even though Political Science has not yet adopted it to a sufficient degree. The form of partitioning defines the limits of the various polities. Changing it brings about results of enormous political consequences: majorities become minorities and vice-versa, the regional balance of power is altered, etc. For this reason so much blood has been shed for territorial disputes[2].

Dessa forma, há ênfase para as limitações do espaço mediante a técnica, que por sua vez, também pode ampliá-lo com o seu avanço. O homem, através de seus instrumentos técnicos viabiliza a alteração do espaço, aumentando seu poder de apropriação, criando territórios diversificados. Salienta-se, então, o caráter transformador da técnica na produção territorial. Os diferentes níveis tecnológicos das sociedades formam territórios desiguais quanto ao desenvolvimento econômico e quanto a sua configuração territorial. As temáticas que Gottmann trabalha, também serão centrais para outros autores na Geografia, principalmente, no que se refere à preocupação com a técnica e sua relação com o espaço. Como exemplo desses autores, cita-se Milton Santos.

O território, em Gottmann (1983, p. 295) é visto como uma subdivisão do espaço

> il territorio è una porzione di spazio geografico che coincide con i confini di una giurisdizione statale. È il supporto fisico ad un'area politica organizzata con una struttura governativa. Descrive la platea spaziale del sistema politico di uno stato nacionale o di una parte do tale stato che gode di una certa autonomia. Serve anche per descrevere la porzione nello spazio dei vari elementi che partecipano ad un qualsiasi sistema di relazioni internazionali. Possiamo, quindi, considerare il territorio come un legame ideale tra spazio e politica. Poiché la distribuzione territoriale delle varie forme di poteri politici è stata in constante evoluzione attraverso la storia,

[2] espaço geográfico é o espaço ocupado pela humanidade: o ecúmeno dos Antigos. É limitado, uma vez que não pode ir além das capacidades tecnológicas do Homem, entretanto, como essas capacidades se desenvolvem, o espaço geográfico está constantemente estendendo os seus limites. O conceito de espaço geográfio está próximo daquele do espaço político: ambos são extremamente complexos e sintéticos. Todos os aspectos da vida humana estão integrados neles: físico e cultural, econômico e social, militar e diplomático. O espaço geográfico é subdividido em territórios ocupados, organizados e dominados por diferentes grupos que formam simples ou mais elaboradas sociedades políticas. A divisão do espaço geográfico é uma realidade fundamental do nosso mundo. Uma das representações simbólicas importantes da Humanidade é o mapa político do mundo: uma imagem de fragmentação. O particionamento é um conceito altamente geográfico. É também um conceito político fundamental, apesar da Ciência Política ainda não tê-lo adotado a um grau suficiente. A forma de compartimentação define os limites dos sistemas políticos diferentes. Alterá-lo traz resultados de enormes conseqüências políticas: as maiorias se tornam minorias e vice-versa, o equilíbrio regional de poder é alterado, etc. Por isso tanto sangue foi derramado por disputas territoriais (PREVELAKIS, 2003, p. 295).

> essa ci può anche dare delle indicazioni sui rapporti tra il tempo e la politica[3].

Dessa forma, entende-se o território como uma porção do espaço geográfico, área organizada politicamente, ou também como "*un'area dello spazio geográfico, cioè di uno spazio concreto ed accessibile all'uomo. In quanto tale, lo spazio geográfico è continuo, anche se diviso, e limitato, anche se in espansione*"[4] (GOTTMANN, 1983, p. 297). Reconhece a ação do homem e a enfatiza em relação ao território, fruto da repartição/divisão do espaço. Além disso, Gottmann (1983, p. 297-298) ressalta a acessibilidade e a necessidade de controle do território quando diz que

> il território è il frutto della divisione e della organizzazione; in teoria la sua extensione dovrebbe essere limitata anche se la sua configurazione può essere modificata dalla espansione, dal restringimento e dalla divisione. È importante che sia accessibile poiché l'accessibilità al território, voluto dall'uomo e da lui controllato, è uma delle motivazioni fondamentali per l'intervento político, al fine di regolare il diritto di accesso al território delle varie categorie di persone[5].

Evidencia-se a ligação entre espaço e política, uma vez que, na obra de Gottmann o caráter político e cultural é representativo. Considera também que o conceito de território está "*in constante evoluzione nello spazio e nel tempo [...] e questa evoluzione viene anche determinata dalle nuove conquiste tecnologiche di cui dispone la società industriale*"[6] (GOTTMANN, 1983, p. 297).

Outras noções importantes para os estudos geográficos são introduzidos por Gottmann, como enfatiza Saquet (2009, p.178-179) ao explicitar que

> *[...] as frentes de colonização* ou *franjas pioneiras*, inicialmente elaborada por Isaiah Bowman, e as de circulação e fluidez, garimpadas em estudos

[3] o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com os limites da jurisdição estatal. É o suporte físico para uma área política organizada com uma estrutura de governo. Descreve o espaço público do sistema político de um Estado Nacional ou de parte do estado que goza de uma certa autonomia. Serve também para descrever os vários componentes de uma porção no espaço envolvidos em qualquer sistema de relações internacionais. Podemos então considerar o território como um elo ideal entre o espaço e a política. Uma vez que a distribuição espacial de várias formas de poder político tem vindo a evoluir constantemente ao longo da história, ele também pode nos dar informações sobre as relações entre tempo e política.

[4] uma área do espaço geográfico, um espaço que é prático e acessível ao homem. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, mesmo quando divididos, e limitado, mesmo se em expansão

[5] o território é o resultado da divisão e organização; em teoria sua extensão deve ser limitada, mesmo se a sua configuração puder ser alterada pela expansão, encolhimento e pela divisão. É importante que seja acessível, pois a acessibilidade ao território, controlado pelo homem, são as motivações fundamentais para a intervenção política, a fim de regulamentar o direito de acesso ao território das várias categorias de pessoas.

[6] Em constante evolução no espaço e no tempo [...] e esta evolução é determinada também pelos novos avanços tecnológicos disponíveis para a sociedade industrial

> de economia. Gottmann combina tais noções com as de povoamento e habitat, que já tinham certa tradição de uso na geografia.[...] Fluidez e circulação de pessoas e mercadorias são noções e processos fundamentais que estão na base da divisão e organização espacial, substantivando territórios a partir da dominação econômica e política. A fluidez e a circulação favorecem o fortalecimento dos mercados, a concorrência, os contatos e as transformações, acirrando conflitos entre os agentes econômicos e o Estado. É a partir dessa complexa relação que Jean Gottmann, criativamente, combina proteção e segurança com oportunidades e possibilidades, elementos que o induzem a elaborar, mais adiante, a noção de iconografia como um mecanismo para proteção e segurança diante dos avanços da circulação e consequente desestabilização.

Um termo pouco usual atualmente, mas que teve centralidade na obra de Gottmann refere-se à iconografia, que pode ser substituído, hoje, pela identidade cultural. A iconografia é, sobretudo, a reafirmação e a resistência mediante as transformações e mudanças sociais. “Quando uma comunidade se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer a sua iconografia, a sua identidade, como forma de resistência e de reforço da coesão interna, através de um sistema de símbolos” (GOTTMANN, 1952 *apud* SAQUET, 2007, p. 47). A iconografia pode conter uma combinação de elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente pelos grupos sociais, resultando em combinações únicas.

“*Iconography is described by Jean Gottmann as the "glue" which binds individuals together in order to form political societies. It also relates them to a portion of space”* (PREVALEKIS, 2003, p. 298)[7]. Pode-se dizer que, assim, surge a unidade do território, ou seja, a relação que a iconografia realiza entre espaço e sociedade. A concepção iconográfica de Gottmann alcança um caráter (i)material ao considerar aspectos objetivos e subjetivos, como nas crenças religiosas. De acordo com Prevelakis(2003, p. 298-299)

> iconographies are not made up only of territorial representations, even if most of their elements have a relationship with territoriality, real, imagined or dreamed. Religion, language, history, taboos, all these elements are integrated and mobilised in the constitution of an Iconography. Iconographies are made up of cultural elements [...] However, the use of those quite vague terms (culture, civilisation) for lack of better ones should not lead to an image of iconographies made up of things immaterial. The elements of iconographies can be very material indeed: the landscapes of our homelands -with their seasonal perfumes- or our religious rituals -with the tastes of the prescribed foods- are parts of our iconographies. Such iconographic elements are very resistant because they are deeply rooted, far beyond our conscious mind. Through the concept of Iconography,

[7] "Iconografia é descrito por Jean Gottmann como a" cola "que une os indivíduos em conjunto para formar sociedades políticas. Também relaciona-os a uma porção do espaço " (PREVALEKIS, 2003, p. 298).

> Gottmann introduced the Anthropological dimension in the debate about identity.[8].

Ao introduzir a dimensão antropológica, Gottmann se aproxima dos debates sobre cultura e identidade referenciados nas Ciências Sociais. A amplitude da identidade é, muitas vezes, atrelada ao território nacional como um fator de unificação. Pode-se falar de identidade ou de identidades, dependendo da escala de análise adotada na pesquisa.

O Brasil, como um país formado por diversos fluxos migratórios, com etnias diversificadas, insere-se no contexto das identidades plurais. Identificar o brasileiro através de samba, carnaval e futebol, como comumente é veiculado na mídia, é sintetizá-lo através de uma visão reducionista, simplória, que nega séculos da história do trabalho dos grupos sociais que se reterritorializaram aqui e construíram um Estado-Nação híbrido culturalmente. Da mesma forma, considera-se a formação territorial e identitária do Rio Grande do Sul. É nesse sentido que Gottmann (1952, *apud* PREVELAKIS, 2003) afirma que as iconografias se manifestam em diferentes escalas.

Há que se destacar que nada é inerte nesta concepção, pois a transformação é constante no processo de adaptação à realidade e aos desafios que se efetivam na prática. Porém, a ideia de iconografia não é a única explicação da realidade que se pode ter, pois há outros elementos importantes, como a economia, a tecnologia, as migrações e a circulação. A circulação para Gottmann, 1952 *apud* Saquet (2009, p. 181).

> [...]permite organizar o espaço e é no decorrer deste processo que o espaço se diferencia. Os mecanismos deste processo se desmontam facilmente, seguindo as grandes vias de circulação e formando cruzamentos onde estas vias se encontram. A circulação dos homens e de seus produtos é a grande dinâmica humana que torna apaixonantes os estudos sobre população e que renova constantemente a geografia.

[8] Iconografias não são constituídas apenas de representações territoriais, mesmo que a maioria dos seus elementos tenham uma relação com a territorialidade, real, imaginada ou sonhada. Religião, língua, história, tabus, todos esses elementos estão integrados e mobilizados na constituição de uma iconografia. Iconografias são compostas de elementos culturais [...] No entanto, o uso desses termos bastante vagos (civilização, cultura), por falta de outros melhores não deve conduzir a uma imagem de iconografias feitas de coisas imateriais. Os elementos de iconografias podem ser, de fato, muito material: as paisagens de nossa terra natal -com os seus perfumes sazonais- ou os nossos rituais religiosos- com os gostos dos alimentos prescritos- são partes de nossas iconografias. Tais elementos iconográficos são muito resistentes porque são profundamente enraizados, muito além de nossa mente consciente. Através do conceito de Iconografia, Gottmann introduziu a dimensão antropológica no debate sobre a identidade. (Prevelakis, 2003, p. 298-299).

Sinteticamente, no pensamento de Gottmann (1952), as iconografias são responsáveis pelo surgimento dos regionalismos e, possivelmente, das novas nações. Enquanto isso, a circulação está atrelada à dinâmica, à transformação e aos fluxos, os quais são determinantes na organização do espaço, formando redes que interligam os diversos lugares. Suas maiores contribuições referem-se à centralidade urbana, a importância de uma Geografia de circulação, às iconografias regionais, aos significados de território e às diásporas, dentre outras temáticas (SAQUET, 2007 e 2009).

Pode-se destacar a amplitude das ideias de Gottmann no pensamento geográfico, através de uma abordagem relacional, atrelando vários aspectos que compõem o território, inclusive o natural. Verifica-se, então, a presença da multidimensionalidade em sua obra. O autor inseriu argumentações importantes no debate geográfico, por meio dos aspectos simbólicos e da dinâmica de redes de circulação, considerados fatores essenciais na configuração territorial.

Assim como Claude Raffestin e Jean Gottmann, outros autores deram continuidade à abordagem renovada, complementando-a e dotando-a de novas significações, de acordo com seus objetos de estudo e vertentes teóricas. Milton Santos elaborou e desenvolveu um pensamento crítico com uma obra abrangente e de caráter epistemológico, tratando de vários temas ligados à Geografia, dentre os quais o território. Esse pensamento deve conter uma crítica-analítica e não apenas discursiva, propondo algo para contribuir com o avanço do conhecimento.

Em suas preocupações epistemológicas, Santos e Silveira (2001) também discerne o espaço do território, agregando novos elementos a essas concepções. Nesse sentido, diz que “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19). Santos (2006, p. 39), entende o espaço, conceito ao qual dedicou boa parte de sua obra, como um sistema de objetos e de ações

> [...] não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Enquanto isso o território aparece como a base em que tudo acontece. Por isso, está ligado ao movimento e à dinâmica, à história dos homens, ao poder e às ações. Essa distinção serve para rever os conceitos e as suas particularidades.

Porém, o autor não fez apenas distinções, mas também, relações entre os conceitos. A teoria elaborada por Santos fez aproximações entre espaço geográfico e território "usado". Na análise de Souza (2005), essa relação na obra de Milton Santos, indica um conceito indispensável para se compreender o funcionamento do mundo e da realidade, principalmente mediante o processo de globalização.

Ao falar sobre o retorno do território, Santos (1994) utiliza o termo "território usado" como uma alusão ao espaço habitado. Desse modo, Santos e Silveira (2001, p. 247) salientam que o território não deve ser a categoria de análise, mas sim o território utilizado

> a partir deste ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa forma, nos defrontamos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos [...] e os fluxos.

Essa posição se refere então, à dinâmica, à alteração e à evolução. O uso social requer esta metamorfose do espaço, tornando-o território usado, habitado, vivido. Nesse caso, o termo "uso" está implícito na transformação do natural em artificial, mediada pelo estágio técnico das sociedades, que revela como esse território está sendo aproveitado pelo homem no âmbito econômico, político, cultural e natural, considerando estas dimensões em estreita inter-relação no processo de produção do espaço no tempo. Na concepção de Santos, Silveira (2001, p. 21)

> O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

A visão de território usado de Milton Santos considera as relações de poder, sua produção e transformação através do trabalho, enfatizando além dos aspectos materializados no território, os aspectos subjetivos, como os simbólico-culturais. Reiterando essa ideia, Santos (1999, p.08), afirma que

> o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado,* não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o

> território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: "primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem". Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe.

O território usado atrela-se às dimensões do espaço, que somadas às técnicas atuam na produção territorial, desde a menor até a maior escala, perpassando lugares, regiões e paisagens. Por isso, é importante salientar não só a importância da definição dos conceitos, mas também, da realização das suas relações, pois estes não são mutuamente excludentes numa análise territorial. Assim, enfoca-se o território e suas relações com a paisagem e a região, por exemplo.

Destaca-se que o termo "território vivido", como uma alusão ao espaço vivido, é empregado para referenciar o uso pelas diversas atividades cotidianas do indivíduo e também pelas atividades políticas e administrativas no âmbito estatal.

Na ideia de *uso,* o lugar se destaca, pois o uso dos territórios ocorre pela dinâmica do lugar, tido como o espaço do acontecer solidário. As solidariedades, por sua vez, definem usos e geram valores de naturezas distintas, como as culturais, antropológicas, econômicas, sociais, financeiras, dente outras. Evidencia-se, então, uma relação conceitual entre território, lugar e espaço geográfico (SOUZA, 2005). Nesse sentido, Souza (2005) esclarece ainda que o retorno do território emerge das reflexões de Milton Santos sobre o território usado e o lugar. O território pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede.

Em relação à abordagem de Santos, Haesbaert (2004b) tece algumas considerações. Para tanto, considera a expressão "território usado" como "controvertida", por ser um correlato direto ao espaço geográfico. A ênfase à abordagem da técnica e à funcionalidade dos territórios incorpora a abordagem de Santos numa perspectiva econômica, pois os aspectos subjetivos aparecem nesta de forma sutil.

Na análise de Saquet (2007), a obra de Santos apresenta um caráter epistemológico, contendo aspectos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território. Mas também enfatiza que há destaque para a dimensão econômica e material do território.

É nesse embate teórico entre os pensadores e as suas teorias que o território se reveste com novos significados, indicando novos direcionamentos e abordagens.

A centralidade do território se evidencia mediante os estudos que o tornam palco das territorialidades contemporâneas. Desse modo, Santos (1999, p. 07) afirma que

> a Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Nesse sentido, destaca-se a centralidade do território nas pesquisas geográficas realizadas nas últimas décadas, sobretudo na esfera nacional. Alguns pesquisadores dedicaram-se à sua vertente teórica, procurando tecer considerações pertinentes no campo conceitual. Porém, são poucos os autores que se dedicam aos estudos de caráter epistemológicos. Enquanto isso, as pesquisas práticas receberam maior atenção. Salientamos a importância de atrelar teoria e prática (empírico) para compreender a diversidade de formações territoriais.

A influência da formação sócio-espacial e da periodização da história é essencial para o entendimento da organização do território. A importância da periodização remete às noções de regime e de ruptura. O regime se refere ao funcionamento das variáveis por um determinado período de tempo, cuja evolução não pode ser considerada homogênea. Pressupõe uma organização que permanece durante certo tempo, porém no momento em que esta deixa de ser eficaz surgem às rupturas, assinalando períodos de crise e de passagem para outro período (SANTOS, 1988).

O território é marcado por periodizações no decorrer da sua formação histórica, que marcam as transformações na sua formação. É um movimento constante de renovação, reconstrução e reajustes na relação sociedade-natureza, mediada, sobretudo pela evolução da técnica, a qual exerce um papel essencial no território.

Ao falar sobre o período técnico e o território, Santos (1991, p. 13) assinala que

> a fase atual, chamada também de período científico, do nosso ponto de vista particular, é, em primeiro lugar, a fase na qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, um momento histórico no qual a construção ou a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica.

Com isso, pode-se dizer que a técnica está sobre *o* e *no* território, como algo indissociável à atividade humana, pois é através desta que as ações, as edificações e toda a infraestrutura territorial se efetiva e se materializa, possibilitando condições de habitação e de alteração da natureza. Quando se fala em técnica, não se pode esquecer que ela não é algo externo à sociedade e que simplesmente surge no território, pois é um instrumento criado pelo homem em distintas fases de evolução, as quais correspondem também às distintas fases de desenvolvimento territorial. Os saltos qualitativos e quantitativos na história da sociedade e dos territórios estão ligados à evolução da técnica, a qual possui um caráter transformador e inovador na formação territorial.

A inserção da técnica na temática geográfica, para entender a produção do espaço está atrelada a temas como a globalização, que possibilitou a sua disseminação, assim como da comunicação e da informação, interligando territórios e alterando as relações territoriais. Temas como fronteiras, cultura, fragmentação, autonomia, Estado e identidade têm sido enfocados, na medida em que colocam "a prova" suas definições e mudanças no âmbito dos territórios nacionais mediante a globalização. A própria definição de território passa por algumas reflexões, permitindo abordagens mais próximas da sociedade, da cultura e do lugar. Valoriza-se o uso dos espaços e dos territórios pelas sociedades, afirmando o caráter social desses conceitos.

As obras de Santos têm um caráter epistemológico, com reflexões teóricas e metodológicas que nos fazem repensar os significados dos conceitos e sua aplicação na Geografia. De modo geral, o autor buscou entender, sobretudo, a questão do método, do tempo, do espaço, do território, do papel das técnicas em relação aos conceitos espaciais e ao seu caráter transformador. Além disso, trouxe elementos essenciais para o debate geográfico, como a mobilidade, as metamorfoses do espaço e o seu uso pelos homens, originando o espaço geográfico e o território usado. O processo de globalização e suas imbricações mereceram especial atenção, destacando aspectos ligados à homogeneização ou à diferenciação dos lugares.

Apesar da abrangência da abordagem territorial e do pensamento de Milton Santos, procurou-se destacar alguns pontos relevantes, esclarecedores e ao mesmo tempo, questionadores no debate territorial, para que se possa, posteriormente,

resgatar as contribuições de outros autores e promover um “debate” entre *essas* e as *nossas ideias* sobre o conceito de território.

No contexto das ideias apresentadas até aqui, pode-se dizer que há distintas formas de análise e de difusão dos conceitos centrais da Geografia com o seu processo de renovação. “Delimitar” os conceitos de forma rígida e classificatória, sem considerar suas relações é, antes de tudo, “fossilizá-los” e estabelecer meras classificações, sem na realidade alcançar a amplitude das teorias e sua aplicabilidade, isto é, sem entender a diversidade que se efetiva na (i)materialidade da organização espacial.

Nesse sentido, destacamos que, estabelecer relações entre os conceitos é uma tarefa difícil e pouco efetivada no âmbito da ciência geográfica. Porém, constitui-se de um exercício importante para argumentarmos sobre as teorias e as suas relações, as diferenças, as similaridades e as possibilidades de realizar uma análise integrada *do* e *no* espaço. Assim, propôs-se demonstrar que o território não está separado, sozinho, excluído dos demais conceitos espaciais, ou mesmo se refere apenas a uma dimensão.

Esta perspectiva de integração teórico-conceitual é efetivada, também, por Haesbaert (2002 [1997]) e por Saquet (2003 [2001]), em alguns momentos de suas obras, ainda que de forma sucinta. Em *O fim dos territórios, das regiões e dos lugares?* Haesbaert (2002, p. 129), argumenta que os discursos pautados na “globalização teriam feito imperar um mundo desenraizado” Mediante essas problemáticas, Haesbaert propõem uma reavaliação dos conceitos de território, região, paisagem e lugar, destacando seus aspectos distintivos e suas possibilidades associativas, ou seja, discutir conceitos híbridos. De acordo com Haesbaert (2002, p. 134),

> metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em “território”, “região”, “lugar” [...] O espaço está na ordem do dia. Um exercício como o que encerra estas digressões, tentando sistematizar, didaticamente, distintos conceitos centrais do discurso geográfico, ajuda a elucidar um pouco o emaranhado de dúvidas, mas sobretudo, estimula a seguir o debate em torno dos cruzamentos entre as categorias e/ou conceitos pretensamente “puros” de que dispomos para entender a diversidade espacial da sociedade.

Em sua análise dos territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul, Saquet (2003 [2001]) evidencia a relevância que o conceito de lugar assume nas suas interpretações sobre aquela realidade estudada. Nos territórios ditos “culturais”,

nem por isso, menos políticos, econômicos e naturais, pois como já dissemos essas dimensões estão implícitas na construção territorial, o lugar assume posição esclarecedora devido ao seu caráter de "espaço vivido". Para Saquet (2003, p. 25), o lugar é a "dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também é concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária".

Assim, o lugar aparece como um "conceito subsidiário, mas coerente e apropriado" para sua problemática de pesquisa. De acordo com Saquet (2003, p. 219) "[...] o lugar é mais do que um símbolo, do que a afetividade, do que a identidade cultural. Um lugar é o *lócus* de relações diversas, de poder, de dominação econômica, política e cultural [...]".

Desse modo, pode-se salientar a perspectiva de integração conceitual como outra contribuição importante que emergiu com a renovação da Geografia, além de trazer à tona o caráter social do espaço em seus conceitos analíticos. Assim, o território emergiu imbuído de novas concepções, teorias e reflexões que deixaram como legado, a (multi)dimensionalidade, a escalaridade e a temporalidade, além de amplas possibilidades e relações com o espaço, a região, a paisagem e o lugar. Isso será demonstrado através do diálogo com outros autores resgatados a seguir, que trazem suas contribuições para o debate territorial de forma multifacetada.

Seguindo a proposta deste estudo, destacam-se as contribuições de Rogério Haesbaert (2004c). Para o autor economia, política e cultura, salientam os aspectos objetivos e subjetivos das relações territoriais. Sua concepção de território também considera as relações de poder numa perspectiva híbrida.

É evidente que as relações de poder são essenciais na concepção de território de Haesbaert, num sentido concreto, via relações econômicas e políticas, mas também num sentido simbólico ou subjetivo, através das relações culturais. Dessa forma, o autor desenvolve ideias complexas, na tentativa de abarcar o território em sua totalidade.

Mediante a ênfase dada às análises territoriais por várias áreas do saber, o autor aborda o território tanto do ponto de vista geográfico, como também a partir de outras ciências. É nesse sentido que Haesbaert (2004b, p.89), procura explicitar a amplitude do conceito de território, ao salientar que

> apesar de ser um conceito central à Geografia, território e territorialidade, tem certa tradição em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em

> uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza a sua construção a partir de relações de poder [...] a Antropologia destaca sua dimensão simbólica [...] a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais [...] e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Diante das perspectivas explicitadas, mesmo que sucintamente, visualiza-se a diversidade de abordagens e de explorações da temática territorial, de forma interdisciplinar, com a possibilidade de debates renovadores, fundamentados no corpo teórico de cada ciência. Assim como a Geografia, outros campos do conhecimento têm como meta de investigação o território, agregando valor devido à amplitude de suas significações, conceituações e teorizações.

De forma sintética, diante das várias noções de território, o autor propõe três vertentes básicas que agrupam as diferentes concepções. A primeira é a *jurídico-política*, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, essencialmente o estatal. A segunda é a *cultural(ista)*, que enfatiza as dimensões simbólicas e mais subjetivas, em que o território é visto como um produto da apropriação do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. E a terceira é a *econômica*, com destaque para a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004b).

Na concepção de Haesbaert (2004a, p. 93) há que se destacar que as três vertentes de entendimento do território não são excludentes, pois se deve considerar que o território

> [...] enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociável da esfera jurídico-política.

O território é, então, multidimensional, pois engloba várias esferas e relações de dominação, como a político-econômica e a simbólico-cultural, constituídas através da formação histórica de cada território. Posteriormente, o autor assinala que acrescentou a vertente *natural(ista)*, "mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais" (HAESBAERT, 2004b, p. 91).

Desse modo, considerando as vertentes explicitadas, pode-se falar em um território múltiplo, diverso e complexo, que considera a esfera material e imaterial em sua concepção. De acordo com Haesbaert (2004c, p. 03)

> [...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados".

O território *funcional* apresenta como principais características os processos de dominação (desigualdade), o princípio da exclusividade e o uso dos recursos. Já no território *simbólico* estão implícitos os processos de apropriação (diferença), princípio da multiplicidade e uso simbólico (lar, abrigo). Tanto o território *funcional*, quanto o *simbólico* podem manter relações e se manifestarem conjuntamente, mesmo que em menores proporções em relação ao outro.

Numa tentativa de reorganização do pensamento em outro nível, mais amplo, procurando elucidar as diversas concepções de território, Haesbaert (2007) realizou um agrupamento teórico das abordagens a partir de suas fundamentações filosóficas, em *Concepções de território para entender a desterritorialização*, obra na qual enfatiza o binômio materialismo e idealismo e a historicidade do conceito.

O binômio materialismo e idealismo está vinculado à relação sociedade-natureza e às dimensões sociais, como economia, política e/ou cultura. Haesbaert (2007) enfatiza também que, atualmente há um entrecruzamento de proposições teóricas, como uma característica do *pós-modernismo contemporâneo*, que permite essa relação, ou seja, trata-se de um movimento multifacetado. Deve-se caminhar no sentido de superar as dicotomias (material e ideal), ou seja, o território envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações do espaço (imaginário geográfico) que também move essas relações.

Anteriormente, em *Territórios Alternativos*, Haesbaert (2002) se dedicou a algumas reflexões sobre território e rede, considerando essas reflexões como importantes para a Geografia atual. A temática das redes surge para compreender as articulações entre os territórios e as distintas territorialidades, diante da dinâmica dos fluxos que perpassam a sociedade moderna.

Salienta-se a relevância dessa temática na atualidade mediante o crescimento e a evolução da tecnologia voltada à informação e à comunicação, que tornaram o tempo e o espaço relativos, em virtude da possibilidade de aproximação

e de simultaneidade das relações sociais. Mesmo em porções do espaço distintas e, sobretudo, distantes entre si, é possível se comunicar instantaneamente, obter conhecimento de porções do Globo em que jamais se esteve e até mesmo ter notícias em tempo real.

A temática rede, em Geografia, permite, outrossim, compreender algumas relações, sejam estas sociais, culturais ou econômicas, que se efetivam no espaço, de forma a contribuir com a análise da dinâmica dos processos organizacionais. As redes permitem o fluxo de conhecimento, intensificando a disseminação cultural, bem como, de discursos, de movimentos sociais, de produtos e pessoas. Por conseguinte, são diversas as possibilidades de estudo e de abordagens a serem realizadas na Geografia, principalmente no âmbito territorial.

Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Tudo isso porque elas são abertas e capazes de expandir de forma ilimitada, integrando *nós* desde que consigam se comunicar dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetos de desempenho) (CASTELLS, 2005).

A rede é um instrumento apropriado para a economia capitalista voltada para a inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e para uma organização social que visa à suplantação do espaço e à invalidação do tempo (CASTELLS, 2005).

Na formação territorial, as redes exercem, justamente, esta função de articulação entre o local e o global. Nesse sentido, elas estão presentes no território como um componente, não sendo externas a ele. Em *Noção de rede regional: reflexões a partir da migração gaúcha no Brasil*, Haesbaert (1998) concebe o território como uma relação indissociável entre as dimensões material e imaterial e, através de sua configuração territorial, seja ela em uma superfície contígua ou fragmentada, que por sua vez, atrela-se ao *território-rede* para que haja articulações.

O autor procura dessa forma, destacar o movimento e a transformação da organização territorial. A possibilidade de fluxos de pessoas, de culturas e suas implicações no movimento do território. Haesbaert realiza reflexões essenciais para

pensar o território na atualidade frente à dinâmica das relações sociedade-natureza no contexto globalizado. Suas teorizações apresentam preocupações conceituais que agregam múltiplas dimensões e escalas à análise territorial.

Outro autor a ser resgatado no debate territorial é Marcelo Lopes de Souza, ao enfatizar as relações de poder, sem restringir a atuação do Estado. De forma mais abrangente, concebe o território como "um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que [...] define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' [...] e os 'outros'" (SOUZA, 1995, p. 78).

Essa definição de território remete ao discurso das Ciências Sociais[9] sobre a questão identitária, quando se refere a "nós" e aos "outros", no sentido de diferenciação e estabelecimento de identidades culturais. Desse modo, os termos utilizados por Souza, permitem identificar o caráter simbólico-cultural explicitado no referido conceito.

As relações de poder ocorrem em diversas escalas de atuação e formam territórios variados e temporários. Na sua concepção, há várias formas de delimitação territorial, que vai de uma rua ou quarteirão até os países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Desse modo, o Souza (1995, p. 97) assinala que

> o território não é um substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

Além das relações de poder, sua obra destaca os aspectos referentes ao movimento, às redes e à dominação social. Igualmente, Souza (1995, p. 106) propõe o conceito de território com autonomia ao considerar que

> uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um "Estado" enquanto instância de poder centralizadora e separada da sociedade.

A abordagem múltipla pode ser exemplificada pelas grandes cidades, do narcotráfico, os homossexuais, as prostitutas, as relações com os recursos naturais, ou seja, os territórios são construídos por distintos atores, através das relações de poder e de apropriação. É nesta multiplicidade de relações de poder, ou melhor, dizendo de poderes que o(s) território(s) se manifesta(m).

[9] Ver as contribuições de Stuart Hall e Denis Cuche (subitem 2.1).

Na continuidade da argumentação sobre território, destaca-se Marcos Aurélio Saquet, que tem se dedicado aos estudos sobre território e territorialidade, na perspectiva crítica, analisando diferentes abordagens e concepções. Para o Saquet (2009, p. 177)

> Compreender a constituição da denominada geografia crítica e de novas concepções do território e da territorialidade significa entender, necessariamente, os fatores históricos condicionantes, isto é, as mudanças sociais e espaciais que se processam na economia, na política e na cultura como processos relacionais que determinam a renovação desta ciência; suas principais características, tais como temas, conceitos, recortes, objetivos, etc. bem como conflitos e contradições internas à ciência geográfica. A produção do conhecimento e do pensamento é, simultaneamente, processual e relacional e extrapola os "limites" de cada ciência.

Suas reflexões reúnem elementos pautados na dinâmica econômica, política, cultural e natural, esta última por estar sempre presente no território de forma indissociável. Além de reunir esses elementos, destaca-se o caráter epistemológico de sua obra, contido principalmente, em *Abordagens e concepções de território* (2007), obra na qual Saquet identifica e analisa as transformações inerentes ao movimento de renovação da Geografia e suas implicações na redescoberta do conceito por diversos autores da literatura nacional e internacional, com ênfase para a Itália. Essas questões também são tratadas em *O território: diferentes interpretações na literatura italiana* (2004).

Saquet possibilitou o conhecimento de abordagens realizadas desde os pioneiros dos estudos territoriais até os autores mais atuais que se dedicam a essa temática através de uma obra analítico-crítica, enfatizando pontos essenciais como as concordâncias, as contradições e as suas próprias considerações sobre o tema.

Destaca-se a abordagem (i)material, que considera os aspectos objetivos e subjetivos que se manifestam no território, permitindo concebê-lo como um produto social e condicionante para a sua reprodução. No território, manifestaram-se as relações econômicas, políticas e culturais, historicamente definidas (SAQUET, 2007). Realizar uma abordagem (i)material é considerar todos os elementos que contribuem para a construção do espaço e do território, tanto os materializados e, portanto, visíveis,quanto os subjetivos, que se inscrevem no campo do pensamento, da subjetividade e do imaginário.

Saquet (2007, p. 22) considera central

> [...] a necessidade de se apreender o movimento em estudos territoriais, como produto de determinações (i)materiais, de forças econômicas, políticas e culturais em unidade e saltos quanti-qualitativos na dinâmica socioespacial. Movimento que é relacional, processual e condição da (i)materialidade de nossa vida cotidiana. A matéria e a ideia estão em movimento constante, no qual, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território, des-continuidades, fluidez e identidade.

A separação entre o pensamento e o *real* ou entre as dimensões sociais de efetivação do território - economia, política e cultura - é um mero recurso didático, pois devem ser trabalhadas concomitantemente. Esses aportes teóricos são essenciais para guiar a pesquisa, pois a relação território e cultura é concebida como tema central, o que não exclui as outras dimensões sociais, uma vez que, são essenciais para apreender as mudanças e permanências, as temporalidades, os processos de identificação territorial, as representações/simbologias, dentre outros aspectos significativos a serem abordados.

O território, para Saquet (2007), é dinâmico, move-se constantemente como produto socioespacial das contradições sociais, no tempo e no espaço, definindo territorialidades distintas. Esse caráter dinâmico é ressaltado quando Saquet (2007, p. 24) afirma que

> o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade; isso significa interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais.

A influência da obra de Raffestin se faz presente nos estudos de autores que se destacam na Geografia brasileira, seja para complementar, ou mesmo para contrapor suas ideias. E uma das principais evidências de tal fato é a ideia de poder vinculada ao território, que além das obras de Haesbaert e Souza, também está presente em Saquet (2003, p. 10), quando este afirma que o território é

> [...] produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquelas convencionalmente conhecidas como o "território nacional" sob gestão do Estado-Nação.

Assim, as relações de poder representam o controle do território, efetivadas através de grupos sociais, do Estado e do poder de grandes empresas. Consideram-se, assim, as diferentes escalas e agentes de atuação na produção territorial. O território pode ser aquele definido de forma político-administrativa ou aquele referente a determinados grupos sociais, como por exemplo, os *territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, abordados por Saquet em *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento da colônia de Silveira Martins* (2003 [2001], p. 220). Assim

> [...] o estudo do território ou dos territórios a partir do processo histórico centrado na periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais; a partir dos tempos coexistentes (tempos lento e rápido) e da articulação de escalar de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações, oferece um caminho fértil na compreensão das múltiplas faces do próprio tempo, do espaço e do território.

Em cada território há especificidades mediadas pelo seu processo histórico de construção e desenvolvimento, que se manifestam mediante contradições e heterogeneidades políticas, econômicas e culturais em sua relação com a natureza. A importância do processo histórico para a Geografia não está em “contar os fatos”, ou reluzi-los a meras periodizações, e sim na compreensão da formação territorial como um processo em constantes transformações e permanências.

Os aspectos (i)materiais que constituem o(s) território(s) na atualidade, nada mais são do que respostas às ações/decisões passadas, que resultaram na sua atual configuração. A inserção de culturas diversificadas no Brasil, para ocupação e colonização, concretizou a individualização de “territórios e territorialidades” específicas em determinadas porções do território nacional. Essa configuração é fruto de decisões políticas e econômicas. Dessa forma, os territórios e as identidades são construídos historicamente, como ocorreu no Rio Grande do Sul com os alemães e os italianos.

A permissividade de certas ocupações espaciais em áreas de risco, com a disseminação de aglomerados humanos, com poucas ou sem condições de vida, também encontram suas origens na construção histórica do território, através da falta de políticas de controle ou mesmo de regulamentação pelo poder público sobre essas ocupações. Ou ainda da desigualdade econômica entre regiões, que acarreta fluxos de pessoas em busca de melhores condições de vida em outros locais, sem

que haja um planejamento para tal. Esses são apenas alguns exemplos de relações que podemos realizar e da importância de se vincular o processo histórico na compreensão da constituição da organização territorial atual.

O território pode ser considerado o "local" onde as atividades acontecem, manifestam-se e materializam-se. O conjunto de lugares, com seus distintos aspectos, formam o território, em sua amplitude econômica, política e cultural. Para Saquet (2003, p. 28) pode-se considerar também que

> [...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos, fundados nas contradições sócio-territoriais.

Desse modo, economia, política e cultura dão *formas* e *conteúdos* ao território. Este, por sua vez, é produzido por um movimento historicamente determinado, como um produto socioespacial do movimento e das contradições sociais que definem suas diferenciações no tempo e no espaço. Manifesta-se através de variadas formas de apropriação, que resultam em territórios temporários e permanentes, em diferentes escalas; heterogêneos e sobrepostos. Há mudanças e permanências que revelam a processualidade dos territórios (SAQUET, 2007).

A partir das reflexões realizadas por Saquet, encontram-se argumentos essenciais para se compreender o território de forma relacional e em suas múltiplas escalas. O caráter epistemológico de sua obra proporciona possibilidades para a elaboração de diferentes abordagens de temas distintos.

Mediante as explanações realizadas neste capítulo, pode-se dizer que as abordagens efetivadas a partir da perspectiva crítica, inseriram novos elementos e agregaram "valor" ao conceito de território. A multiplicidade de dimensões, escalas e de relações estão implícitas no território, e se efetivam mediante relações de poder, seja proveniente do Estado, de grupos sociais/culturais, ou mesmo, do capital, em suas distintas faces de apropriação, o qual perpassa fronteiras nacionais e se insere nas mais diversas porções dos territórios.

Hoje, pode-se explorar o território mediante suas várias dimensões, considerando a E-P-C-N de forma ampla, o que não se constitui em uma tarefa fácil, pois se observa que, geralmente, há ênfase para uma dessas dimensões em detrimento das demais. Porém, tal abordagem, em conjunto, proporciona uma

"visão" ampla do território, demonstrando suas diversas faces - singularidades e similaridades materializadas com o acúmulo de tempos sobre a base territorial, constituindo identidades simbólico-culturais.

O território é múltiplo e diverso, pois é uma construção histórica das sociedades, sofre metamorfoses constantes de acordo com as inovações viabilizadas pela evolução tecnológica. A (i)materialidade do território está centrada em formas e funções que expressam as diferenças culturais, crenças, valores e preferências, de níveis tecnológicos, de desenvolvimento econômico e político de cada sociedade. Assim, pode-se explorar o(s) território(s), tendo em vista a multidimensionalidade de manifestação dos fenômenos no espaço, com temas variados, ligados à economia, à política, à saúde, aos grupos sociais e, sobretudo, à cultura, que particularmente é central na nossa abordagem.

Nessa perspectiva, torna-se importante evidenciar as discussões territoriais mediadas pelo poder simbólico da cultura e da identidade. Como as demais dimensões do território podem ser consideradas um "produto" do homem - um ser social que produz economia e política sobre uma base territorial – evidenciam-se, então, alguns aspectos essenciais do território na perspectiva cultural.

De acordo com a proposta deste estudo, centrada na análise dos territórios construídos por imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul, conforme será abordado nos capítulos seguintes, torna-se essencial fundamentar o território nessa perspectiva, para que se possa compreender como os grupos sociais constroem seus territórios, os diferenciam dos demais e os transformam no tempo e no espaço.

A dimensão simbólica do território está efetivamente presente na Geografia desde, pelo menos, o período entre as duas guerras mundiais. E para exemplificar esta afirmação, cita-se o exemplo de Jean Gottmann com a iconografia. A dimensão simbólica torna-se um dos temas essenciais da Geografia no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido nos anos 1970 e 1980. Esse espaço nos países anglo-saxônicos refere-se ao sentido de lugar (*the senses of place*) e retoma-se a tradição vidaliana de análise da personalidade das construções geográficas (CLAVAL, 1999b).

O resgate da personalidade é evidenciado também por Denys Cuche (2002), em *Noção de cultura nas Ciências Sociais*, ao falar de cultura e personalidade, procurando elucidar, entre outros aspectos, como a cultura está presente no indivíduo e como este a vivencia e a incorpora. Há ênfase para a análise das

condutas culturais. Essa parece ser uma preocupação expressa por várias ciências – tentar compreender via cultura, a diversidade de ações e atitudes dos homens em sociedade e em relação ao seu espaço. Na Geografia, particularmente, atenta-se para a maneira pela qual os topônimos são escolhidos e as significações lhes são atribuídas. Os lugares memoráveis (*hauts lieux*), tidos como locais com valor simbólico para uma cultura ou religião e fontes de identidade e de atividades econômicas, têm especial atenção (BRUNET, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Atualmente, observa-se que a preservação desses lugares memoráveis (ou de memória) tem ocorrido, de forma mais eficaz pelo vínculo econômico, de "exploração" das potencialidades, do que pelo cultural, para manutenção do patrimônio histórico/cultural e da memória. Essa questão será abordada no capítulo 4 ao analisar os *territórios* da colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Pelo conhecimento empírico e, particularmente, pelo fato de estar vinculada a uma colônia de imigração italiana, podemos dizer que, muitas ações de preservação por parte do poder público e de associações comunitárias desses locais tem como objetivo principal dinamizar a economia, utilizando-se para tal da cultura, que se torna um elemento importante de atração de investimentos.

Na medida em que se articulam diversas dimensões no território, o contexto simbólico-cultural surge como um elemento explicativo e agregador das demais dimensões. A cultura coexiste e se relaciona com a economia, a política e a natureza, formando organizações territoriais complexas e distintas: múltiplos territórios. Essa multiplicidade, na abordagem territorial, acarretou transformações profundas na ciência geográfica, sendo que, para Claval (1999b, p. 11)

> a consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os homens mantêm com seu meio não são apenas materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos.

O território como uma construção histórica, com mudanças e permanências, agrega a (i)materialidade, isto é, além das formas, compreende os vários elementos subjetivos –pensamentos, ações, valores e crenças – que orientam condutas e são responsáveis pela organização territorial. Nesse caso, o território é dotado de simbologias, signos, códigos, como verdadeiros aportes culturais responsáveis pela

materialização da identidade. Na visão de Castro (1997), os símbolos têm relevância na compreensão do mundo devido ao seu poder explicativo da realidade.

Na perspectiva crítica, o social vem acompanhado da diversidade de possibilidades de exploração do território, sobretudo, de ordem simbólica, criando sentimentos de pertencimento e fortalecendo a "unidade na diversidade". O território contribui para fortalecer esse sentimento e ajuda na cristalização de representações coletivas, bem como dos símbolos que se manifestam nos lugares memoráveis. (BRUNET *et al*, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Dessa forma, o território torna-se essencial, oferecendo àqueles que o habitam condições fáceis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Constitui-se em um conceito fundamental para toda estrutura espacial vivida (CLAVAL, 1999b). O território, nessa perspectiva, assemelha-se à abordagem realizada por Haesbaert, relacionando território e lugar, para especificar a importância do "vivido" no entendimento do território em suas diversas escalas.

Território, cultura e tempo são referências basilares para entender a diversidade territorial que se manifesta no Globo, nos territórios nacionais, nas regiões e mesmo nos lugares, considerando a base espacial transformada pelo homem, como um ser cultural, e por sua evolução histórica, na qual o caráter transformador está implícito. Nesse sentido é necessário "recontar", resgatar a história do território e dos homens que o criaram para entender a dinâmica deste, sua organização e as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Trata-se de um território simbólico, mas também material, que contém atividades econômicas e políticas desenvolvidas pela sociedade que o constrói, dotando-o de significados. A (i)materialidade do território se reflete na organização da sociedade, em relação aos seus semelhantes e ao seu "espaço vivido", num movimento processual de constante (re)criação, (re)construção, isto é, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). Essas considerações estão de acordo com o pensamento desenvolvido por Marcos Saquet e Claude Raffestin, como identificamos anteriormente. É nesta perspectiva que prosseguiremos nossas reflexões na seção seguinte - *Territórios em reconstrução: a mobilidade mediada pela territorialidade* - considerando a dinâmica transformadora da sociedade em relação à sua base espacial, na construção e na reconstrução dos territórios.

## 1.2 Territórios em reconstrução: a mobilidade mediada pela territorialidade

A dinâmica da relação sociedade-natureza, no tempo e no espaço, acarreta transformações no(s) território(s), num movimento processual de constante destruição e (re)construção. Esse movimento faz parte da dialética, da transformação, da mudança, como processos inerentes à formação e evolução da sociedade em relação à sua base territorial.

Refletir sobre essa dinâmica transformadora remete à origem desse processo, isto é, como ocorre a construção, a destruição e a reconstrução dos territórios, quais os agentes atuantes e quais os fatores que o desencadeiam. Essas indagações são essenciais para buscar as respostas para a problemática desta pesquisa, ou seja, para compreender como ocorreu a construção dos territórios da colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul, mediante a des-re-territorialização e suas transformações no tempo e no espaço.

Diversos fatores podem desencadear tais mudanças e fazer com que os grupos sociais abandonem seus territórios, procurando reconstruí-lo em outros locais. Destaca-se que as mobilidades mais significativas, em termos de contingente populacional, estiveram relacionadas aos conflitos, à industrialização crescente e ao capitalismo, que já demonstrava sua face econômica excludente, impulsionando diversos processos migratórios. Nesse contexto, inserem-se os imigrantes alemães e italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul, sendo que o fator “conflito” também foi uma das razões de sua mobilidade, embora existam outros, que serão abordados no Capítulo 3, o qual está estruturado a partir dos pressupostos da colonização no Estado gaúcho.

Outro fator responsável por desencadear a mobilidade populacional na atualidade é a globalização, que aumentou as migrações espontâneas, em busca do “novo”, seja este vinculado à oportunidade, ao lar, ao emprego, dentre outros. Entende-se a globalização como um fator, porque nela estão implícitos vários processos que direcionaram as migrações, salientando que essas migrações nem sempre constituem movimentos com um contingente populacional expressivo em número, sendo delimitada por alguns indivíduos.

A mobilidade dos povos no espaço sempre ocorreu, seja de forma espontânea ou não, assim como há períodos em que ela se torna mais acirrada e em outros em que se verifica a permanência dos grupos nos territórios. A migração e a mobilidade estão implícitas na destruição e reconstrução dos territórios, representando o movimento, a ação responsável pela dinâmica territorial na busca de "novos" espaços. Parte-se da ideia de que, ao transpor o espaço, os grupos sociais refazem, reconstroem, reterritorializam-se novamente, num movimento constante de recriação dos territórios.

Nessa perspectiva, aborda-se a territorialidade para entender justamente como ocorrem os processos supracitados. A busca pela teorização referente a essa temática "caminha" no sentido de uma abordagem multidimensional da territorialidade, concebendo-a a partir das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em relação à natureza. Para tanto, resgatam-se algumas abordagens, procurando ampliar os conhecimentos sobre esse tema. Resgatam-se, inicialmente, as ideias explicitadas por Raffestin, ao expor a problemática em relação à identificação da noção de territorialidade. Para o Raffestin (1993, p. 159),

> a história dessa noção está por ser feita, principalmente, porque ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Embora pressentida a mais de três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie".

A problemática apontada por Raffestin reporta a outros conceitos utilizados pela Geografia e que também são oriundos dos naturalistas, como o conceito de território, cuja concepção foi "humanizada", sociabilizada na Geografia. A territorialidade vista a partir da abordagem social permitiu explicar a apropriação do espaço pela sociedade, através de um termo que define as práticas humanas, originando processos de identificação, sejam eles culturais, econômicos e políticos.

Salienta-se que, no contexto das Ciências Humanas, essa noção "foi tratada, seja direta ou indiretamente, por aqueles que de perto ou de longe abordaram as relações com o espaço ou com o território" (RAFFESTIN, 1993, p.159), mas com menores esforços no sentido de identificá-la com precisão. Por esse motivo, talvez, a territorialidade seja confundida com identidade, principalmente a cultural.

A problemática da abordagem sobre a territorialidade também é explicitada por Haesbaert (2004, p. 36), ao afirmar que

> apesar de uma relativa negligência das Ciências Sociais com relação ao debate sobre o espaço e, mais especificamente, sobre a territorialidade humana, pelo menos desde a década de 1960, a polêmica sobre a conceituação de território e de territorialidade vem se colocando. Já em 1967, Lyman e Scott, num instigante artigo faziam um balanço sociológico da noção de territorialidade, considerada, sintomaticamente, "uma dimensão sociológica negligenciada".

Nesse sentido, destaca-se a territorialidade definida pela tradição americana como sendo "um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, pelos seus ocupantes ou pelos que os definem" (SOJA, 1971 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Ao realizar suas reflexões sobre a territorialidade, Raffestin (1993, p.159) afirma

> ser possível definir uma territorialidade *lato sensu*, que procede de uma problemática relacional. [...] A territorialidade pode ser definida como sendo um conjunto de relações que se originam de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Dessa forma, o autor elabora uma expressão que define a territorialidade[10], mas salienta que não se trata de uma soma matemática, e sim das relações estabelecidas entre o sujeito e o seu meio, considerando a dinâmica das relações sociais, suscetíveis, portanto, às transformações no tempo.

Na perspectiva de Raffestin (1993, p. 158)

> [...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multiterritorialidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Desse modo, a territorialidade resulta da relação estabelecida entre os homens (sociais) e entre esses e a natureza, considerando o tempo como um indicativo de movimento, dinâmica e de evolução. Ao falar em sociedade, estão

[10] T = Σ H r E, onde "H" é o indivíduo (pertencente a uma coletividade); "r" representa a relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e "E" é a exterioridade, como um lugar, um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo (RAFFESTIN, 1993).

implícitas as relações sociais e, por sua vez, as relações de poder que “marcam” o território e a territorialidade. Através do “jogo” de forças entre distintos poderes, a territorialidade se expressa e se materializa no espaço, caracterizando-o de forma multidimensional. A dinâmica do território e da territorialidade está implícita na historicidade, na evolução sócio-espacial, indicando um movimento de construção contínuo no tempo e no espaço.

Com base nessas reflexões, não se refere a territórios e territorialidades estagnadas, prontas, acabadas, mas sim em processos evolutivos e transformadores, isto é, em des-re-territorializações, como abordam Deleuze e Guattari (1976), Haesbaert (1997) e Saquet (2003).

Compreender esse movimento de criação, destruição e reconstrução territorial é essencial para esta pesquisa, por fornecer as bases teóricas para dialogar com aspectos do real. Desse modo, para realizar a análise territorial, deve-se considerar todas as suas dimensões, de forma conjunta, para que se possa compreender a sua totalidade, ou seja, entender a gênese, a evolução e as estruturações atuais. A dimensão simbólico-cultural é importante. Porém, a exclusividade dessa dimensão, negligenciando as demais, pode conduzir a uma visão parcial ou distorcida da territorialidade que se materializa sobre o território.

De acordo com essa abordagem, Souza (1995) salienta que alguns autores, numa visão mais restrita, reduzem a territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que se refere aos processos de identificação territorial. Mas a territorialidade é tudo “aquilo que faz de qualquer território um território” (SOUZA, 1995, p. 99), ou seja, são as propriedades gerais necessárias à construção territorial.

Na concepção de Saquet e Flávio (2008, p. 74), a definição de territorialidade é ampla, complexa e

> extrapola as relações de poder político, os simbolismos, as construções identitárias dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s). a territorialidade corresponde a todas as ações e relações cotidianas. A territorialidade significa, deste modo, relações sociais de apropriação e dominação.

A territorialidade insere-se no campo imaterial, através da apropriação de simbologias que caracterizam o território, considerando todas as suas dimensões. Assim, a territorialidade pode ser considerada como condutas territoriais dos grupos

sociais que compõem o território, no plural, porque sabemos que as práticas territoriais não são homogêneas e originam territorialidades distintas.

A territorialidade é marcada pela subjetividade e pela materialidade, as quais devem ser vistas em conjunto na constituição territorial. De acordo com Saquet e Flávio (2008, p. 72),

> a subjetividade é cultural, simbólica, imaginária, e tem objetivações através das ações e construções que realizamos todos os dias em nossa imersão nos eventos coletivos. A objetividade também é pensada, abstraída, representada, planejada a partir dos projetos e teleologias de grupos, etc. Portanto, uma está na outra, em recíproco condicionamento em suas materialidades e imaterialidades, de formas e conteúdos construídos intersubjetiva e socialmente. Há edificações e relações que (re)produzem territorialidades humanas, as quais podem ser traduzidas pelas relações econômicas, políticas e culturais em suas diversas (e desiguais) formas de materialização espacial.

Nesse caso, a territorialidade é, ao mesmo tempo, material e imaterial, simbólica e concreta, fixa e móvel, mas, essencialmente, dinâmica, pois se transforma no tempo e no espaço. É identificadora, mas não é identidade cultural, é mais ampla, não se referindo apenas à cultura, como já mencionado anteriormente. Ao se apropriar do espaço e transformá-lo em território, os grupos sociais produzem territorialidades distintas, marcadas por relações de poder político, econômico e simbólico. Ao se analisar a identidade, observam-se os aspectos culturais do território, mas ao se analisar a territorialidade, reporta-se à configuração territorial como um todo, abrangendo suas dimensões, inter-relações, historicidades e temporalidades.

A partir dessa afirmação, considera-se que os processos de territorialização proporcionam diversas formas de organização territorial, na medida em que o território é oriundo do trabalho de apropriação de vários grupos sociais, com diferentes crenças e valores, em épocas/períodos distintos, determinados por movimentos processuais. A construção e a formação dos territórios, vinculadas aos grupos sociais, coloca a cultura como uma dimensão significativa para se compreender as práticas espaciais, mas não são a única.

Nesse sentido, considera-se o homem como um ser cultural, que realiza as suas atividades, sejam essas econômicas, sociais ou políticas de forma integrada[11].

[11] Nós temos o hábito de separá-las de forma didática, para analisar suas manifestações, mas devemos lembrar que se analisarmos o todo ou mesmo nos reportarmos a realidade, tais atividades acontecem conjuntamente, pois o homem é um ser cultural que cotidianamente realiza atividades econômicas e políticas.

Nesse caso, a cultura age como uma forma de conduta que rege as ações dos grupos sociais, com um sistema de valores e crenças guiando suas atividades, embora não as determinando. As relações sociais subentendidas na dimensão cultural incluem, também, as atividades políticas e econômicas. Por isso, a territorialidade é complexa e se manifesta através de distintas formas contidas nas paisagens materiais e imateriais.

A dinâmica da territorialidade a torna um elemento de constante recriação dos grupos sociais, permitindo a reconstrução dos seus territórios. Portanto, a territorialidade exerce uma finalidade de auto-reconstrução, recriação e reorganização que inclui a cultura, a economia e a política. Para compreender a territorialidade, deve-se ater aos movimentos que a compõe e sua inserção histórica, isto é, a desterritorialização e a reterritorialização.

Considerando as ideias já explicitadas sobre a territorialidade, pode-se compreendê-la como a manifestação das dimensões econômica, política e cultural, em interação com o meio natural, que a torna a manifestação da organização territorial. Essa organização sofre alterações a partir do momento em que há um movimento transformador, de saída dos territórios, isto é, de desterritorialização. Para elucidar esse processo, indaga-se: O que seria a desterritorialização? A desterritorialização seria realmente a destruição, o fim dos territórios? Ou ela marca um recomeço a partir da iniciativa de reconstruí-lo em outro território distinto da sua base original? Na busca por respostas para tais questões, caminha-se em direção à compreensão da temática desta investigação.

A abordagem de Deleuze e Guattarri (1996) traz alguns aspectos esclarecedores devido à contribuição desses autores para o desenvolvimento das teorias sobre a desterritorialização. Na desterritorialização está implícito o movimento “des-re-construtivo” dos territórios, ou seja, sua des-re-territorialização, como práticas sociais concomitantes.

Também se resgata o que afirmam Guattari e Rolnik (1996, p. 32) ao salientarem que

> o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a

> atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

Vivenciam-se constantes desterritorializações, mas também reterritorializações. O que é destruído, por um lado, é reconstruído em outro espaço, mas não significa que se torne fixo e permanente, podendo acontecer várias des-re-territorializações. A dinâmica do mundo atual, centrada na mobilidade e na busca por qualificação, emprego e melhores condições de vida é uma das grandes responsáveis por esses processos concomitantes, que originam as (re)construções.

Nesse sentido, reafirma-se o pensamento de que a destruição dos territórios vem acompanhada de uma reconstrução, ou seja, de uma reterritorialização que significa um recomeço em uma base espacial distinta da sua original, culminando com a formação de "outro" território, ao mesmo tempo semelhante e diferente do original.

As semelhanças se devem ao fato de que, ao se reterritorializar, os grupos sociais procuram organizar os espaços de acordo com seus valores, crenças e preferências, isto é, a herança simbólico-cultural que carregam. Nesse caso, a cultura age como um "fio" condutor, pois serve como uma dimensão de referência para as demais, embora economia e política estejam atreladas atualmente às tendências do mercado e do capital.

Por outro lado, as diferenças devem-se às novas combinações e inter-relações estabelecidas entre sociedade-natureza, que não serão exatamente iguais às originais devido às influências externas (de outros grupos sociais, sistemas políticos e econômicos) e a necessidade de readaptação à realidade. Ressalta-se que o processo de reterritorialização não significa um retorno aos padrões anteriores à desterritorialização, mas um movimento de renovação pautado em novos valores e comportamentos. Assim, Deleuze; Guattarri (1996, p. 41) afirmam que,

> não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou a mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua.

Embora a migração de territórios tenha se evidenciado com o processo de globalização e com a evolução das técnicas e das tecnologias, a desterritorialização já se efetivou na história das sociedades desde a Antiguidade, na medida em que os grupos sociais realizaram migrações significativas no decorrer da história evolutiva

do homem. Como já abordado anteriormente, as migrações representam a dinâmica dos movimentos de reconstrução dos territórios.

Nesse sentido, a desterritorialização, para Ortiz (2005, p. 57), inclui possibilidades de interpretação, na qual

> a espacialidade das coisas, dos objetos, do meio ambiente e, por que não dizer, do imaginário coletivo transborda os seus limites. Nesse sentido, o movimento de desterritorialização se aplica não só às cidades globais, como as definia Sassen, e à produção automobilística, como querem os economistas, como também à criação de lugares particulares (*shopping centers,* aeroportos, grandes avenidas etc.), às identidades planetárias (movimento ecológico ou étnico) e a uma memória "internacional-popular" (constituída pelas imagens-gesto veiculadas mundialmente pela mídia). Espaço que se articula, se mistura e muitas vezes determina espaços de outra natureza.

Muitos autores creditam a desterritorialização ao crescimento da mobilidade originária da urbanização, da busca por emprego, por qualificação profissional, por conhecimento de diversos lugares em virtude do turismo (espaços do consumo e consumo do espaço), os quais evidenciam o abandono dos territórios de forma temporária ou permanente. Notadamente, a propagação desses eventos na mídia cria a ideia de “aldeia global”, de grupos e pessoas interligados e interconectados. Porém, sabe-se que nem sempre se trata de uma ligação forte e harmônica, pois há várias territorialidades em conflito, muitas vezes, gerando processos de exclusão sócio-territorial.

A desterritorialização apresenta várias consequências sociais, econômicas e políticas, tanto para os territórios de origem, que foram “desconstruídos”, alvos da desterritorialização, quanto para os novos territórios, de reconstrução, de reterritorialização. Exemplifica-se essa afirmação através dos grupos sociais que formaram os territórios analisados nesta pesquisa, isto é, os imigrantes alemães e italianos. Ao deixarem seus territórios vividos, esses grupos minimizaram a pressão populacional sobre a economia, a estrutura fundiária e a política de forma geral. Isso possibilitou novas formas de reordenação territorial e gerou um dos fatores que facilitaram a superação dos problemas que se materializaram no decorrer do processo de unificação, o qual deu origem aos Estados-Nações alemão e italiano.

Por outro lado, analisando a situação do Brasil, como um dos países em que ocorreu a reterritorialização, pode-se dizer que a inserção dos imigrantes foi motivada pela busca de melhores condições de vida, já que não eram detentores de um significativo poder aquisitivo em seus territórios de origem. Pelo contrário, a

miséria era constante, devido aos conflitos e à situação econômica e política em que estavam imersos no final do século XIX. A emigração constituiu-se em uma solução que beneficiou tais territórios, na medida em que possibilitou minimizar a “carga” social e econômica sobre os países supracitados.

A desterritorialização experimentada pelos emigrantes tornou-se uma solução para os mesmos, através de novas oportunidades em outro espaço, (ver capítulo 3, no qual se aborda a análise da formação do território rio-grandense, especificamente explicitando os motivos da migração Europa-Brasil).

Em relação ao Brasil, os fatores estão vinculados às suas próprias necessidades, com ênfase à dimensão econômica e às estratégicas políticas visando à colonização dos “vazios” demográficos, principalmente no Sul do País, no intuito de formar colônias agrícolas. Nesse caso, ressaltam-se os movimentos de atração e os “benefícios” propiciados pela “nova terra”, mediante um processo de reterritorialização cultural, econômica e política.

A dinâmica explicitada está contemplada no termo “des-re-territorialização”, o qual é abordado por Deleuze e Guattarri (1996), ao considerar que não há território sem um vetor de saída (desterritorialização) e não há saída sem um esforço para se reterritorializar. A des-re-territorialização é essencial para que se entendam as práticas humanas, pois são processos concomitantes.

Os constantes movimentos de desterritorialização e reterritorialização correspondem, numa ampla acepção, ao movimento da vida, ou movimento dialético, de infinita dinâmica social. Nessa relação dinâmica, em que a territorialização torna-se apenas o princípio desencadeador do processo de identificação territorial, Haesbaert (2004) propõe, mesmo experimentalmente, a noção de multiterritorialidade. Haesbaert (2004, p. 344) afirma que,

> deste modo, a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade". A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com *os/as* quais podemos "jogar", uma velocidade (ou facilidade, via Internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades - elas próprias muito mais instáveis e móveis - e, dependendo de nossa condição social, também

> muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade.

A multiterritorialidade representa o processo, a dinâmica de reconstrução que vivemos na atualidade. A possibilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo (usando o espaço virtual ou *ciberespaço*), ou mesmo em pouco tempo (usando a tecnologia dos transportes), tornou o espaço relativo em função da tecnologia, configurando múltiplas territorialidades cotidianas, na medida em que podemos vivenciar diversos territórios, num movimento processual de desconstrução e reconstrução.

A territorialidade é "algo abstrato", como afirma Souza (1995), mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma "abstração" também no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus. Ou seja, o poder, no seu sentido simbólico, também precisa ser devidamente considerado em na concepção de território que se assume neste trabalho. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram a complexidade e a riqueza da "multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2007 c).

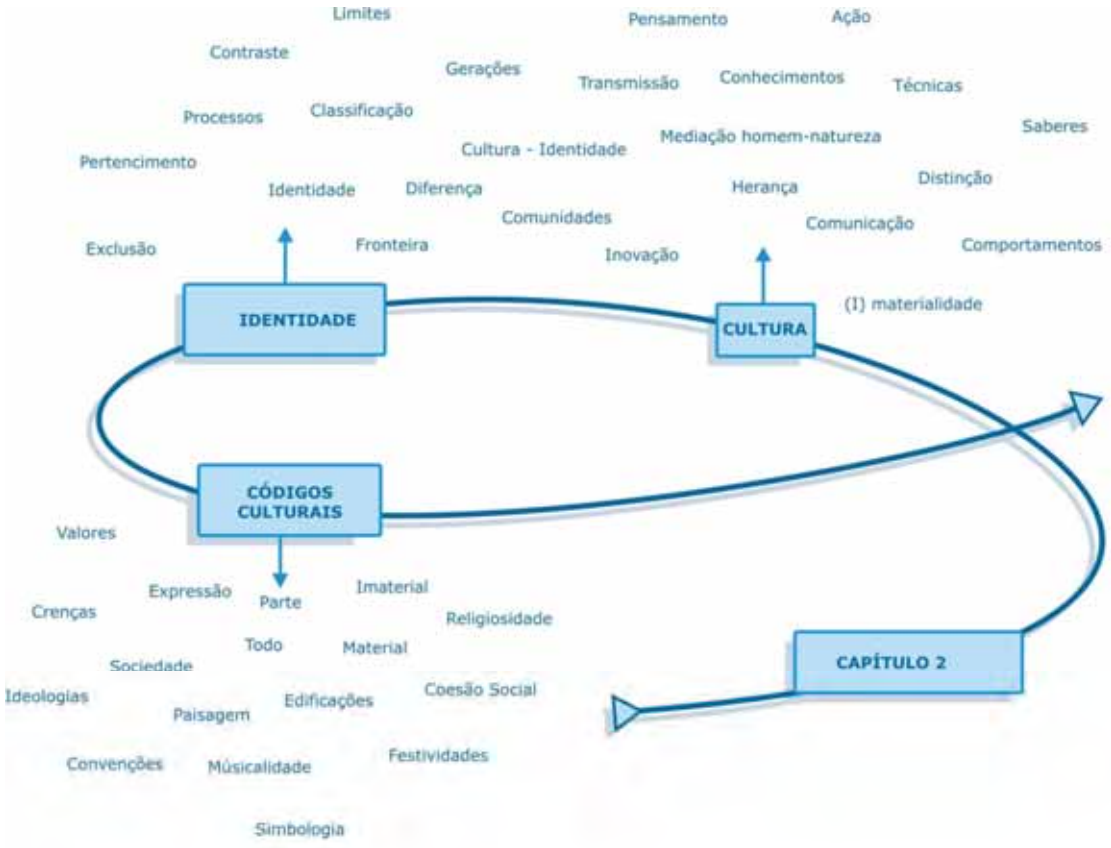
Nesse contexto, destaca-se a importância dos movimentos migratórios para a multiterritorialidade, devido ao deslocamento e à dispersão espacial das pessoas, as quais promovem múltiplos encontros entre distintas identidades culturais (HAESBAERT, 2004). Assim, a multiterritorialidade surge como uma resposta à desterritorialização, pois, na concepção de Haesbaert (2004), a discussão sobre a complexidade dos processos de reterritorialização ocorre a partir da construção de territórios múltiplos. Nesse caso, a desterritorialização seria uma espécie de mito, incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialidade dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004a).

O homem é um ser territorializador e sua relação com o território pode ocorrer de forma múltipla, ou seja, os grupos podem habitar mais de um território. "O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu "nível", ao de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe, portanto, um multipertencimento territorial (BAREL, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004). Para Haesbaert, essa seria uma territorialidade em

sentido *lato* (tradicional), que resulta da sobreposição de territórios articulados de forma hierárquica (dimensões e escalas).

No contexto das reflexões territoriais apresentadas, pode-se dizer que a territorialidade está presente no cotidiano da sociedade, identificando-a através das suas práticas econômicas, políticas e culturais. A territorialidade implica movimento, dinâmica, no tempo e no espaço, como enfatiza Saquet (2003), ao afirmar que o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo. Desse modo, os aspectos culturais constituem-se em produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura (EPC), determinando as diferentes territorialidades, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. A perda e a constituição de um "novo" território nascem no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-re-territorialização é composta por processos concomitantes e complementares.

Na des-re-territorialização está implícito o movimento de perda e de recriação das relações de poder, das práticas territoriais, ou seja, de formação dos territórios. O território e a territorialidade se estruturam através de processos multidimensionais. Por isso, são dinâmicos e sofrem metamorfoses constantes de acordo com os fenômenos que se apresentam numa realidade cada vez mais complexa.




# CAPÍTULO 2 A IDENTIDADE TERRITORIAL: MIGRAÇÃO SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

# 2. A IDENTIDADE TERRITORIAL: MIGRAÇÃO, SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

> A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 1999, p. 63)

## 2.1 A cultura e os processos de identificação territorial

Abordar a cultura é fundamental para compreender as relações territoriais estabelecidas pelos imigrantes e seus descendentes, especificamente, as territorialidades e os processos de identificação cultural. Desse modo, a cultura constitui-se em uma dimensão essencial devido à amplitude de suas características norteadoras, pautadas em um sistema simbólico que permite identificar e analisar a gama de códigos responsáveis pela identificação e diferenciação dos grupos sociais em estudo.

As reflexões sobre a cultura englobam um resgate anterior ao período de renovação da Geografia, em razão da importância das ideias concebidas em fins do século XIX e início do século XX, para a compreensão da sua reestruturação teórica. Desse modo, visando a embasar as análises, optou-se por resgatar os estudos realizados no âmbito geográfico e, também, em outros campos do saber, como o das Ciências Sociais, os quais também contribuíram para a evolução do conceito supracitado. O diálogo interdisciplinar permitiu ampliar as relações, bem como realizar comparações e análises mais amplas sobre as concepções adotadas, suas semelhanças e diferenças.

Inicialmente, pode-se dizer que o conceito de cultura teve suas principais contribuições teóricas desenvolvidas na Europa e na América, com destaque para Alemanha, França e Estados Unidos, tornando-se um conceito chave, capaz de

revelar a relação que o homem estabelece com o seu meio e sua influência na organização territorial. A partir disso a cultura tornou-se um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações (COSGROVE, 1998). Para atingir os atuais níveis de conceitualização, um longo caminho investigativo foi percorrido por pesquisadores que se dedicaram aos estudos culturais.

Para contextualizar o surgimento e a evolução do conceito de cultura reporta-se às ideias desenvolvidas por Denis Cuche (2002), em sua obra "A Noção de Cultura nas Ciências Sociais", na qual o autor faz uma retrospectiva do conceito, indicando suas principais perspectivas e abordagens. Desse modo, enfatiza que a cultura tem origem do latim, significando cuidado dispensado ao campo e ao gado, e surgiu em fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada.

A abordagem inicial da cultura está vinculada à questão agropecuária, aos temas ligados ao espaço rural, indicando a "cultura" de uma determinada planta. Salienta-se que esse "uso" do termo persistiu até a atualidade, principalmente, pelas Ciências Rurais. Porém, o conceito de cultura transformou-se ao ser agregado por outras ciências, as quais lhe atribuíram distintas acepções.

Seguindo essa perspectiva, indica-se que a primeira transformação conceitual data do século XV, quando esse conceito passa a ter um sentido conotativo, entendido como a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la. Pouco conhecido até o século XVII, impõe-se através do sentido figurativo no século XVIII, com vários "usos", como "cultura das artes", "cultura das letras", "cultura das ciências", dentre outros. Posteriormente, a cultura é entendida como "formação", "educação" do espírito e passa a designar a "ação de instruir", fazendo com que esse conceito passe a ser sinônimo de instrução (CUCHE, 2002).

A pluralidade de significados referentes ao termo cultura originou uma oposição conceitual entre o que é "ser natural" e o que é "ser cultural". O natural indica algo em que não houve alteração (no sentido de transformação pelo homem), seria o que é puro e, por isso, "sem" cultura. Já "cultural" pressupõe alteração, via cultura específica, através dos meios técnicos desenvolvidos pelos grupos sociais.

Nessa perspectiva, a cultura passa a significar um aspecto distintivo, de diferenciação de áreas, classificando os povos em naturais ou culturais (como sinônimo de não civilizado ou civilizado, respectivamente). Os termos *cultura* e *civilização* passam a ser empregados conjuntamente, devido à concepção de cultura

desenvolvida na França. Para Cuche (2002, p. 21), a cultura "passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história". Assim, o termo é empregado no sentido de progresso físico-material e socioeconômico dos povos, considerando a educação que receberam.

No contexto de iniciação da Geografia como ciência, no fim do século XIX, a cultura se insere como temática de pesquisas na Alemanha e na França dentro da perspectiva abordada anteriormente, considerando as classificações dos povos. A técnica configurou-se como um instrumento de análise quanto aos níveis de desenvolvimento e de alteração do ambiente, ou seja, os povos ditos culturais eram detentores de técnicas mais avançadas e, por conseguinte, mais desenvolvidos culturalmente. Essa análise era realizada através dos aspectos materiais da cultura, aqueles que poderiam ser observados e percebidos na paisagem.

Nesse contexto, destacam-se os debates culturais realizados na Alemanha, onde a palavra "cultura" evidencia-se no século XVIII, originando o vocábulo *kultur*. Esse conceito evoluiu de forma distinta, sendo concebido como aquilo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual. Já o termo civilização é tido como superficial, ou seja, consiste apenas em aparência (CUCHE, 2002).

A concepção de cultura, na Alemanha, surge distintamente da concepção de civilização, uma vez que não foram empregadas como sinônimos. Considera-se a cultura como algo maior e mais amplo, a ponto de justificar uma existência via costumes de um povo. No caso, uma Nação que ainda viria a se formar, pois a Alemanha não estava unificada naquele momento.

Algumas concepções de cultura surgiram a partir dessa perspectiva, dentre as quais se destaca a baseada no nacionalismo. Para Cuche (2002, p. 28)

> a cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.

A partir dessa concepção, evidencia-se a relação entre cultura, origem étnica e Estado Nação. A cultura surge como um patrimônio do Estado, algo que deve ser valorizado, pois atua como um agente de unidade nacional e, ao mesmo tempo, de diferenciação entre os povos, fazendo surgir os nacionalismos. A esse respeito, Nadal (1990), salienta que os nacionalismos estão integrados a movimentos sociais

e políticos diversos. Desse mod, o autor atribui às políticas governamentais conservadoras a prática de reforçar a coesão social. Mas também assinala como nacionalistas aquelas políticas territoriais irredentistas, visando resgatar parte do território segregado.

Em alguns casos, a relação cultura-nacionalismo atuou como um elemento de unificação, mediante a identificação da sociedade com seu território, criando vínculos territoriais e sociais. Para Cuche (2002) o conceito de cultura teve ênfase através da concepção étnico-racial de nação, ou seja, um grupo de indivíduos com a mesma origem, que serviu de fundamento à constituição do Estado-Nação alemão.

Especificamente no âmbito geográfico, a origem e a evolução da cultura nos remete à Alemanha, quando Friedrich Ratzel introduziu o termo "Geografia Cultural", em 1880, através da obra intitulada *Culturgeographie der vereinigten staaten von nord-amerka unter besondere berückschtigung der wirtschftlichen verhältnisse*[12], cuja temática centra-se na migração chinesa na Califórnia (CLAVAL, 1999). Não se está tratando, especificamente, de Geografia Cultural, mas destaca-se que a sua inserção na Geografia permitiu evidenciar os estudos culturais de uma forma geral.

Posteriormente, no período que compreende de 1882 a 1891, Ratzel elaborou a obra denominada "Antropogeografia", na qual propõe descrever as áreas onde vivem os homens e mapeá-las. Procurou estabelecer as causas geográficas da distribuição do homem na superfície terrestre e definir a influência da natureza sobre o homem (CLAVAL, 1999). A partir disso, resgatou-se outro conceito importante nos estudos culturais, o de migrações, cujo enfoque baseou-se na sua limitação pelos condicionantes naturais, pelos obstáculos impostos pela natureza.

No contexto das pesquisas culturais, foram definidos dois termos para especificar as classificações: *naturvölker*, ou povos primitivos, para designar aqueles povos sem técnicas muito desenvolvidas, e *kulturvölker*, ou povos civilizados, os quais desenvolveram técnicas mais avançadas (CLAVAL, 1999). Esses termos evidenciam uma relação entre cultura e técnica, ou seja, o desenvolvimento técnico está atrelado à cultura e o seu inverso é a natureza. Assim, a concepção de cultura, em fins do século XIX, estava atrelada ao nível tecnológico dos povos. Considerando o recorte temporal a que nos referimos, essas técnicas referem-se, basicamente, às práticas agrícolas, principal atividade econômica, responsável pelas

[12] A Geografia Cultural dos Estados Unidos do Norte com ênfase especialmente voltada para as suas condições econômicas

alterações do ambiente natural, o que permitiu diferenciar os povos a partir de certo nível de desenvolvimento.

Em fins do século XIX, na década de 1880, Ratzel elabora os fundamentos culturais de diferenciação regional da Terra, com três volumes dedicados à Etnografia (*Völkerkunde)*, na qual dois volumes tratam dos povos primitivos e um dos povos civilizados do Antigo e do Novo Mundo (CLAVAL, 1999). A cultura é analisada mediante os seus aspectos materiais, como os artefatos usados pelo homem na sua relação com o espaço (objetos técnicos). Enquanto os aspectos imateriais eram negligenciados em virtude da excessiva importância atribuída às formas.

Em decorrência do aumento dos estudos geográficos, destaca-se a abordagem francesa, possibilista e ecológico-cultural, como salienta Nadal (1990), ao afirmar que a crítica ao determinismo contribuiu para desenvolver tal abordagem, inserindo o modo de vida nas análises. O interesse dos geógrafos se direciona para a concepção da Terra como morada dos homens, os quais desenvolveram distintos modos de vida.

Na Geografia Humana francesa, elaboram-se novas visões geográficas para a análise das relações homem-meio. Na concepção de La Blache, a Geografia tinha como preocupação analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o ambiente em que habitavam assim como a sua adaptação às condições ambientais (CLAVAL, 2003).

Desse modo, destaca-se a adaptação concretizada através do gênero de vida, agregando aspectos materiais da cultura, via desenvolvimento de técnicas e produção de formas específicas, consideram-se também os hábitos dos povos, como os seus costumes.

Seguindo a abordagem dos estudos franceses, La Blache não utilizou o termo “cultura”, mas as ideias culturais tinham foco central nas suas pesquisas, principalmente as migrações. O autor acreditava que os migrantes transportavam consigo seus hábitos via técnicas, com possibilidade de inovação (CLAVAL, 1999). Assim, demonstra a influência possibilista das suas pesquisas, atrelada à força do hábito.

As atitudes humanas em relação às potencialidades naturais eram guiadas de acordo com as aptidões culturais. Quanto maior o grau de desenvolvimento de um grupo social, no que se refere às técnicas, maior será sua possibilidade de

adaptação e, consequentemente, de alteração no *meio-ambiente*. Tal afirmação justifica os estudos realizados pelos franceses que de maneira geral, objetivaram analisar a alteração humana expressa, principalmente, na paisagem e, a partir disso, classificaram os povos em civilizados ou não, tendo como base o grau de alteração que os mesmos impregnaram na paisagem.

Na perspectiva apresentada, salientamos alguns discípulos de La Blache, como: *Albert Demangeon*, *Jean Brunhes*, *Pierre Deffontaines*, *Roger Dion* e *Eric Dardel.* Os estudos realizados pelos autores supracitados demonstram o interesse pelas manifestações visíveis da cultura na superfície terrestre (CLAVAL, 2003).

Além disso, destaca-se que tais estudos foram pautados na observação e na descrição, principal técnica de análise elaborada na Geografia Clássica e que permitiu classificar os lugares e os gêneros de vida, o que alia homem e técnica. A importância desses estudos deve-se ao caráter pioneiro de suas temáticas e ao interesse pelos aspectos sociais e econômicos.

Na concepção de Maia (2001), a cultura é uma temática constante nos primórdios da estruturação da Geografia como Ciência e sua análise viabilizou-se através da criação do conceito de gênero de vida, possibilitando explicar a diversidade cultural e a sua relação com as diferenças físico-naturais existentes na superfície terrestre.

Mesmo não tendo utilizado o termo cultura, estudiosos franceses proporcionaram o desenvolvimento das pesquisas referentes a esse tema, com uma concepção semelhante à atual. Desse modo, Claval (1999, p. 40) afirma que os franceses

> [...] imaginam com a noção de gênero de vida, um instrumento flexível que evite colocar entre parênteses tudo aquilo que se passa entre os homens e a paisagem. Consideravam mais facilmente os componentes sociais e ideológicos da cultura e mostravam-se sensíveis graças a Jean Brunhes e a Pierre Deffontaines, aos ensinamentos da Etnografia e dos estudos folclóricos.

A abordagem de cultura desenvolvida na França abrangeu tanto os aspectos materiais, viabilizados pela técnica, como os imateriais, via costumes de um povo na sua relação com o meio ambiente. Desse modo, na Geografia francesa, procurou-se analisar as diferenças expressas na paisagem pelos grupos humanos, orientados por hábitos culturais diferenciados.

De modo geral, pode-se dizer que a concepção de cultura manteve-se num intenso debate no âmbito científico, paralelamente na França e na Alemanha. A principal divergência teórica entre os pesquisadores centrava-se no significado de cultura. Enquanto na Alemanha utilizava-se o termo *kultur*, na França recusava-se esta denominação preferindo o termo *civilização*.

No âmbito da Sociologia elaborada na França, os estudos privilegiaram a questão social em vez da cultural, pregando o universalismo em detrimento do particularismo. No âmbito geográfico, também se seguiu por esse caminho, uma vez que estudos franceses se utilizavam do "gênero de vida" para explicar a relação homem e ambiente. Não se utilizava do termo cultura, embora o significado fosse semelhante à civilização.

No caso da contribuição alemã, podemos destacar a origem de termos específicos para designar a relação homem-meio, mediada pela técnica, como povos naturais e culturais, já explicitados anteriormente. Embora a ênfase tenha sido para os estudos que identificavam a materialidade cultural e econômica do espaço, as pesquisas foram essenciais para a evolução do pensamento geográfico, na medida em que, originaram opiniões divergentes das suas em outras escolas e que vieram a contrapor suas ideias, permitindo o avanço científico.

Outra escola a ser abordada no debate sobre cultura é a estadunidense. Na Geografia, destacam-se os estudos de Carl Sauer, fundador da Escola de Berkeley. Esse autor dedicou-se às pesquisas culturais cerca de trinta anos após os primeiros trabalhos alemães. A temática de suas pesquisas privilegiou as populações indígenas dos EUA, principalmente do Sudeste, bem como o passado pré-colombiano do México, com grande influência do pensamento geográfico alemão. Para Sauer, a Geografia trata da inter-relação dos grupos culturais com o sítio, a qual se exprime nas diversas paisagens da Terra, sendo a Geografia o que se vê na Terra (CLAVAL, 1999).

Nadal (1990), observa *una distinción en la geografía humana norteamericana con base en la corriente morfológica y culturalista, defendida por Sauer en la universidad de Berkeley*[13]. Há centralidade, na sua análise, aos aspectos visíveis da paisagem, isto é, à materialização da cultura no espaço. Dentre os conceitos

[13] [...] uma distinção na geografia humana norte americana com base na corrente morfológica e culturalista, defendida por Sauer na universidade de Berkeley.

espaciais, a paisagem foi privilegiada na escola de Berkeley, tanto no plano teórico como no prático.

O caráter historicista dos estudos culturais se evidenciou mediante o princípio de que *a* marca cultural dura muito tempo na paisagem (CLAVAL, 2003). Ressalta-se a valorização do passado e as críticas às civilizações modernas, por acreditarem serem estas indiferentes e relação aos aspectos naturais.

Com base nessas concepções, na Escola de Berkeley, reconstruíram-se os principais aspectos sobre o que era a América na véspera do seu descobrimento, com estudos voltados para o passado indígena e, também, direcionados a colonização. Tendo em vista os acontecimentos decorrentes do descobrimento, principalmente a introdução de plantas exóticas e de processos culturais oriundos da Europa, surgiu uma preocupação ecológica a partir de 1930 (CLAVAL, 1999).

Na concepção saueriana, os estudos culturais analisam a ação humana sobre a superfície terrestre, imprimindo características singulares. Desse modo, surgiram termos como o de “área cultural”, concebida como “um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas”. (SAUER, 2003, p. 23).

O interesse por essa temática de estudo denota a importância da cultura como fator essencial para a compreensão da organização territorial no âmbito geográfico, mesmo efetivado em porções distintas do globo, onde os processos de ocupação e de colonização que o constituíram foram desiguais. Através das pesquisas realizadas por Sauer, a cultura efetivou-se como objeto de estudo, ganhando uma identidade, baseada no historicismo.

No contexto das ideias e abordagens supracitadas, a cultura foi estudada de forma diferenciada em cada escola, o que permitiu uma espécie de evolução conceitual, a partir da construção de um corpo teórico que subsidiou as pesquisas e preencheu as lacunas existentes. Esse processo teve sua reestruturação na década de 1970, em virtude das críticas feitas aos estudos culturais realizados até aquele momento. Tal reestruturação explica-se pelo momento de crise pelo qual passou a ciência geográfica, na busca de novas respostas aos problemas oriundos da relação sociedade-natureza, os quais se tornavam cada vez mais complexos diante da intensificação do uso de tecnologias e suas consequências sociais, econômicas, políticas e culturais.

Dentre as críticas que subsidiaram a busca por novos caminhos investigativos, pode-se salientar que a cultura, antes de 1970, foi considerada uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura e sem autonomia (CORREA; ROSENDAHL, 2003).

Era uma concepção individualista que considerava a cultura como algo externo ao indivíduo. Os debates internos, as ideias, a contraposição de teorias e métodos fazem parte do processo formador das ciências de um forma geral e, consequentemente, da sua construção teórico-metodológica. A renovação marca o surgimento de um novo caminho investigativo, mas não representa a negação de tudo que foi construído anteriormente, embora, muitas vezes, contraponha tais ideias. A renovação utiliza-se das bases teórico-metodológicas anteriores para construir o "novo" *corpus* teórico, pois somente pode-se contrastar com algo pré-existente, que proporcione um alicerce a partir do qual se constroem as próprias teorizações.

A rapidez das transformações em escala global, a maior mobilidade das pessoas, a globalização e a intensificação do uso das técnicas permitiram o aumento do interesse em conhecer os diversos territórios e a pluralidade de culturas que os compõem. Partes do globo até então "negligenciadas", por não serem centrais em relação à economia e à política, passaram a despertar o interesse de pesquisas, sobretudo, as culturais. O mundo tornou-se um "laboratório" de estudos culturais, com várias possibilidades de investigação, desde a formação de nações (heterogeneidade cultural), até mesmo grupos sociais, com valores e crenças diferenciados, que guardam suas particularidades em fases de mudanças e permanências.

Considerando as influências anteriores a 1970, temos as bases teóricas ratzeliana, lablachiana e saueriana. Após a renovação salientamos os estudos pautados na fenomenologia, no materialismo histórico e dialético e em outras tendências geográficas que surgiram na busca de respostas as problemáticas de estudo da Geografia (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003). No contexto da renovação, Correa; Rosendahl (2003, p. 13), afirmam que se buscou a revitalização conceitual para a cultura, a qual se revestiu de novas concepções, sendo

> [...] redefinida e liberada da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É

> vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte de uma "superestrutura", sendo determinada pela "base". A cultura é vista como um reflexo. Uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada.

A cultura passa a ser considerada um produto social, um conjunto de crenças e valores que emanam das sociedades e as diferenciam entre si, através de características norteadoras, originando similaridades e singularidades. Trata-se de uma renovação que traz novas perspectivas aos estudos culturais, considerando a dinâmica transformadora inerente à evolução espaço-tempo.

Pode-se salientar, também, que o conceito de cultura agregou a dimensão imaterial, valorizando o significado e a subjetividade, isto é, a essência cultural, o que não é visível, mas que também é responsável pelas ações e atitudes dos indivíduos, dos grupos sociais em relação a sua base territorial. Para Cosgrove (1998), a cultura passa a ser vista como um conjunto de práticas comuns, compartilhadas por um grupo social e transmitida através de gerações. Desse modo, pode-se dizer que há continuidade nas práticas culturais por meio da transmissão dos vínculos sociais passíveis de transformação.

Além dos aspectos referidos, o movimento de renovação marca caminhos a serem a seguidos na análise da ação humana sobre o espaço, como o presente e o passado. A historicidade passa a ser importante para compreender a atual organização territorial. O resgate dos fatos mais significativos do passado é explicativo e esclarecedor e possibilita o entendimento dos aspectos da realidade atual. A escala de análise se amplia, podendo definir diversos estudos, sejam esses locais, regionais, nacionais ou globais.

Segundo Wagner; Mikesell (2003, p.28) para subsidiar tais pesquisas, após a renovação, a cultura passa a ser concebida considerando

> [...] não mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

Evidencia-se o caráter coletivo de sociedade ao invés do individual. A relação com o espaço também é salientada, bem como os seus aspectos distintivos, definidos por processos de identificação cultural, política e econômica. Esses processos de identificação originam identidades locais, ou seja, o que é mais

significativo materializa-se e torna-se um aspecto essencial para a construção de identidades.

Em virtude do caráter social da cultura existem semelhanças que podem ser observadas mesmo em porções do espaço descontínuas. Tal fato evidencia-se nos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, os quais apresentam algumas semelhanças em relação à sua terra de origem, principalmente, quanto à organização territorial, aos valores e às crenças. A manutenção desses territórios e a permanência da cultura deve-se ao fato de que esta se constitui de ensinamentos transmitidos através das gerações que, na individualidade podem variar ou sofrer algumas distorções. Porém, coletivamente, assumem relações e valores identitários.

Procurando elucidar o conceito de cultura, Claval (1999) aponta alguns critérios, a partir dos quais podemos concebê-la, a saber: (a) é a mediação entre o homem e a natureza; (b) é a herança, resultado de um jogo de comunicação; (c) permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro; (d) é feita por palavras, articuladas por discursos e realizada na representação; (e) é um fator essencial de diferenciação social, e (f) a paisagem é o objeto de trabalho da geografia cultural, através da marca cultural.

É possível afirmar que a cultura permeia a sociabilidade, os discursos e as representações, orientando ações e relações no espaço, materializando-se neste como características distintivas. Salienta-se que estas características pressupõem símbolos comuns, funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferenciam dos demais (BRUM NETO, 2007).

Para Claval (1999), a simbologia inerente à cultura denomina-se códigos culturais, envolvendo desde a linguagem até as convenções mais particulares de cada cultura. De certo modo, esses códigos expressam a organização territorial de um grupo social e as suas características mais significativas. A reprodução cultural depende, evidentemente, dos indivíduos e dos grupos sociais. Os territórios de imigração alemã e italiana revelaram materializações da apropriação do espaço por grupos culturais específicos, através de códigos distintivos e identificadores, originando territórios com forte vínculo cultural. Esta apropriação e organização cultural é historicamente construída.

No contexto das ideias aqui apresentadas sobre o conceito de cultura, reestruturaram-se as argumentações a esse respeito, de modo a considerá-la como

um conjunto de crenças e valores que orientam as ações de um determinado grupo social, a partir de sistemas simbólicos que o tornam distinto dos demais, conferindo-lhe características singulares. Estas, por sua vez, definem o grupo social através da diferença, originando a identidade cultural.

Falar em identidade não é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um conceito atrelado à cultura e abordado por várias ciências, pressupondo um resgate interdisciplinar sobre o assunto. Destaca-se, ademais, que identidade cultural não é sinônimo de territorialidade, pois esta é mais ampla e se refere a múltiplas dimensões. Dessa forma, procura-se explicitar o significado de identidade cultural devido à sua relação com a temática desse estudo.

Nesse sentido, inicia-se a abordagem identitária com Silva (2000, p.89), ao afirmar que “a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. A identificação pressupõe uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que permite distinguir o que é diferente.

Considerando que a cultura é a essência de um grupo social, a identidade cultural pressupõe um sentimento de pertencimento coletivo (ou não, o que origina a diferença), uma classificação em relação ao grupo social. Embora estejam relacionados, os conceitos supracitados apresentam distinções, como salienta Cuche (2002, p. 176)

> [...] a cultura pode existir sem consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

A identidade existe em função da cultura e exprime suas características distintivas mais marcantes, atribuindo vínculos simbólicos que permitem estabelecer classificações de pertencimento, de inclusão ou de exclusão. Por conseguinte, a identidade atua como um elemento de distinção entre os grupos, baseada na diferença. Constitui-se no resultado da relação entre um grupo social e sua base espacial, através do estabelecimento de vínculos. Desse modo, Cuche (2002) ressalta que não existe identidade em si, nem para si própria, mas sempre em relação a outra, acompanhando a diferença.

Identidade e diferença não são sinônimos, apenas mantêm uma relação de dependência. A identidade define “o que se é” a partir de características comuns

partilhadas por um mesmo grupo, ou seja, “nós somos assim”. Enquanto que a diferença define “o que os outros são” a partir de características totalmente distintas. No âmbito cultural, a identidade só existe devido à grande diversidade de culturas que compõe o globo, como forma de individualizá-las, isto é, identificar cada uma mediante códigos ou símbolos específicos (BRUM NETO, 2007).

Para Claval (1999, p.98)

> O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos outra possibilidade de dizer *nós* a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe a massa dos outros.

A oposição referida é simbólica, centrada em códigos culturais particulares, que caracterizam cada grupo social e, dessa forma, “excludente” no sentido de identificação e de pertencimento a tal grupo. Os vínculos culturais, afetivos e mesmo de parentesco estabelecidos entre os membros de um mesmo grupo social originam a identidade. Assim, podemos considerar que a identidade é essencial para a manutenção de um grupo social, permitindo que um indivíduo ou grupo se identifique e/ou seja identificado perante os demais.

Outro aspecto que destacamos sobre a identidade é a fronteira, no sentido de limite. O estabelecimento de fronteiras entre comunidades culturais é simbólico, mas também pode ser territorial. Sua identificação ocorre devido ao uso de códigos culturais diferentes e que, por sua vez, delimitam a sua identidade. Para estabelecer as fronteiras da identidade deve-se, primeiramente, realizar uma diferenciação, com graus de pertencimento. Relativo a essa questão Barth (1969) *apud* Cuche (2002, p.200) enfatiza que “[...] no processo de identificação o principal é a vontade de marcar limites entre *eles* e *nós* e logo, de estabelecer e manter o que chamamos de fronteira”.

A proposta teórica desta tese em relação à identidade é demonstrar seus principais aspectos orientadores e não se intenciona com essa relação, estabelecer um vínculo com a exclusão ao falar em *nós* e *eles.* Trata-se do resgate de ideias *sobre* identidade, como sua definição, relações, fronteiras, limites e diferenças. Desse modo, ressalta-se que o limite se origina a partir da diferenciação, via uso de códigos culturais marcadores de uma identidade específica, sendo que nem sempre se utiliza de todos os códigos no processo de identificação. Para tal, geralmente,

resgatam-se os códigos mais expressivos, ou seja, aqueles capazes de demonstrar a “marca”, a identidade cultural e territorial.

Ao falar em identidade, está-se reportando também à transformação, à dinâmica que as sociedades mantêm entre si e com seu território, ou seja, há mudanças nos elementos que constituem a identidade, ora agregando novos elementos, ora os suprimindo. Os processos de identificação cultural evocam a origem do grupo social e a sua historicidade, em que alguns traços culturais se consolidam e passam a servir como uma “marca”, distinguindo-o e caracterizando-o perante os demais.

As identidades são construídas em momentos particulares no tempo, podendo evocar tanto o passado, através das origens, mitologias e fronteiras, quanto o presente, via contestação e justificativa de alguns códigos culturais (WOODWARD, 2000).

A construção da identidade está vinculada aos códigos que identificam a cultura, ou seja, àqueles aspectos que são determinantes para sua caracterização. A partir disso, inicia-se um processo de efetivação no decorrer do tempo, os códigos são permanentemente “testados“, podendo permanecer, ou desaparecer, caso mostrem-se frágeis. Além disso, podem também serem substituídos por outros, ou mesmo agregarem novos elementos e sofrerem uma reformulação, originando transformações na identidade.

Considerando a dinâmica da relação sociedade-natureza essas transformações são comuns no decorrer da evolução das sociedades e ocorrem como ajustes às inovações. Podem-se citar as nações que experimentaram processos de ocupação e povoamento semelhantes, porém desenvolveram identidades culturais distintas, assentadas em diferentes bases territoriais.

Nesse caso, temos, como exemplo, o Brasil, devido ao seu processo de formação territorial, inicialmente com o nativo e o português, e posteriormente, com etnias diversificadas. Particularmente, considerando o Sul do Brasil, onde se localiza a área de estudos desta pesquisa, destaca-se a complexidade da formação cultural, considerando o *regionalismo*[14] do gaúcho e, ao mesmo tempo, as *particularidades*[15]

[14] Ao falar em regionalismo, considera-se a influência das etnias que compõem a cultura gaúcha e que contribuíram para a sua formação, principalmente os alemães (teuto-gaúchos) e os italianos (ítalo-gaúchos), os quais constituem o foco desta pesquisa. Não se tem como objetivo central abordar o regionalismo, mas em alguns momentos será essencial reportar-se a ele (Capítulo 3, sub-item 3.1), devido à sua influência no contexto cultural-territorial.

identitárias de cada grupo social. Quando se destaca a complexidade, faz-se referência ao *contexto temporal e territorial* em que cada grupo social se inseriu no Rio Grande do Sul e se reterritorializou.

Nesse sentido salienta-se que cada etnia que compõem um território contribui para a construção da sua identidade, seja regional ou nacional. Contudo, não se está afirmando que essas identidades serão homogêneas culturalmente, pois a heterogeneidade está presente nos territórios, principalmente naqueles formados por culturas diversificadas, como é o caso do Brasil.

Considerando o Estado-Nação, destacamos que este procura definir uma identidade que o caracterize perante os demais, uma referência, embora admita que haja certo pluralismo no interior de sua nação (CUCHE, 2002). Nem sempre a identidade nacional reflete a realidade cultural implícita no seu território, devido à pluralidade étnica inserida durante a sua formação. É esse pluralismo que torna as Nações "ricas" culturalmente, através da coexistência da diversidade formando a unidade nacional. Na constituição da identidade, os imigrantes e seus descendentes mantêm traços culturais relacionados à sua origem, como os alemães e italianos no Rio Grande do Sul. Porém, agregam novos códigos, como consequência do processo evolutivo, no qual coexistem territorialmente com outros grupos sociais.

Desse modo, salienta-se a formação de territórios híbridos ou multiculturais, formados por diversas etnias, com identidades plurais, as quais originam processos étnico-culturais. Nesse caso, não há uma única origem étnica, pois a Nação forma-se através de reterritorializações múltiplas, que originam diversas formas de organização territorial, como fruto da combinação única entre homem (enquanto um ser social), espaço e tempo.

Assim, cada indivíduo que compõe um grupo social recebe a "carga cultural" de forma particular, ao mesmo tempo em que a vive e a desenvolve socialmente, através da interação com os demais membros da sua comunidade cultural, como uma herança cultural (BRUM NETO, 2007).

Para Woodward (2000, p. 10), "a construção da identidade é tanto simbólica quanto social". Por conseguinte, os códigos comuns que permeiam uma cultura são

[15] O termo particularidades, no contexto cultural, refere-se à identidade étnica de origem dos grupos sociais e, como estas se reterritorializaram, se transformaram e agregaram novos elementos durante a sua formação no território gaúcho. Embora trate das singularidades de cada grupo, também está relacionada ao regionalismo, devido à coexistência e, consequentemente, à influência entre as culturas.

interiorizados por um grupo social, o qual os vivencia e cultua, via relações sociais. E, justamente por ser social, a cultura e, consequentemente, a identidade não podem ser consideradas como fixas. Tal fato deve-se, principalmente, à dinâmica das relações sociais mantidas entre os homens, enquanto seres culturais e seu espaço, onde se dá a construção da identidade territorial.

O caráter dinâmico e evolutivo da identidade é enfatizado por Hall (1997, p. 42), ao teorizar que

> [...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...) em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

Seguindo esse pensamento, pode-se dizer que a dinâmica está implícita na identidade ou nos processos de identificação. E esse, por sua vez, é resultante da vivência no grupo social passível, portanto, de transformação. Como foi dito anteriormente, a mudança está implícita na evolução histórica dos povos, sendo que, no âmbito cultural isso implica a aceitação, a exclusão ou a reformulação de alguns traços específicos responsáveis pela sua identificação.

A dinâmica dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos estabelece diversos graus de transformação na cultura e na identidade. De acordo com o que foi abordado anteriormente, houve períodos de conflitos, que geraram migrações responsáveis pela formação de alguns Estados nacionais, e em consequência disso, de diversidades culturais. Tal fato acarretou mudanças significativas nos territórios quanto à formação cultural e de identidades. A compreensão desse quadro complexo e diverso promove reflexões sobre a relação entre território e identidade. Para Haesbaert (1998, p. 42)

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

A cultura e a identidade tornam-se estratégias de apropriação do território e de controle sobre os e dos grupos sociais. Esse controle é político e utiliza-se da simbologia da cultura para delimitar seu campo de poder, ao utilizar determinados códigos intrínsecos a um determinado grupo cultural.

A identidade territorial pode ser expressa como o processo de identificação dos grupos sociais que compõem o território. Assim, pode-se falar em identidades territoriais, no plural, para expressar a diversidade abordada anteriormente, pois os territórios atuais estão repletos de manifestações simbólico-culturais, que resultam em identidades territoriais.

De maneira geral há significativas transformações que conduzem a uma descaracterização cultural no que se refere à identidade, tornando o grupo social distinto das suas bases culturais originais. Desse modo, podem surgir crises de identidade, configurando um novo processo de identificação, baseado na influência externa, ou um processo de (des)identificação, quando não se define uma posição cultural concreta, permanecendo em constante conflito, sem conseguir se identificar com nenhuma das duas culturas em questão, nem a original, nem a externa. Em ambos os casos verificam-se mudanças profundas na essência cultural, seja pela crise de identidade e pela consequente transformação nos seus códigos, seja pelo conflito gerado pela ausência de definição.

Há coexistência entre os grupos e sua evidência mediante a “tentativa” de homogeneização, uma vez que o global não anula o local, pelo contrário, o fortalece-o. Parte-se do pressuposto de que o excesso de padronização e informação origina um movimento contrário, direcionando a busca pela origem, objetivando encontrar a essência cultural.

A partir dessa abordagem, verifica-se a evidência da diversidade cultural frente ao “padrão global”. Para Hall (1997), a globalização e tudo mais que ela implica, pode levar ao fortalecimento das culturas e das identidades locais, como uma reação dos grupos étnicos quanto às influências externas.

A identidade como um elemento de caracterização e de identificação torna-se essencial para a manutenção da cultura, através da reafirmação e da valorização dos seus códigos. A partir dessa visão a cultura surge como o contraponto da tendência à homogeneização, via diversidade étnica existente em cada território.

Para sintetizar as abordagens supracitadas, resgata-se o pensamento de Woodward (2000, p. 21), quando afirma que

> a homogeneização cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

No contexto das ideias apresentadas pode-se identificar a existência de abordagens distintas, as quais procuram explicitar as dinâmicas territoriais-culturais e suas oposições. Transpondo tais ideias para a realidade é possível dizer que há coexistência entre elas, ou seja, o contexto sócio-espacial é diverso e permite a inserção de influências externas, acarretando crises de identidade e, também, de permanência da diversidade. A relação, interconexão e interdependência cultural está implícita nos processos de des-re-territorialização, cada vez mais constantes na atualidade.

O contexto cultural é complexo e os estudos relacionados a ele devem considerar os seus aspectos internos e externos, sua dinâmica (i)material, mudanças e permanências, pois não estão sendo abordadas identidades fixas e imutáveis. Ao contrário, ao se falar em identidade, está-se reportando a processos em constante transformação. As formas com que um povo se identifica, mediante sistemas simbólicos de representação, conferem-lhe legitimidade perante os demais, fazendo com que se apropriem de uma identidade que permite torná-los distintos a partir de uma essência cultural comum.

## 2.2 A migração como fator de difusão cultural: territorialidades em movimento

A temática migração insere-se nesta pesquisa como o movimento populacional originário dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Devido ao fluxo migratório efetivaram-se a colonização, o desenvolvimento da agricultura e da indústria, bem como, a formação territorial da metade Norte do Estado. Desse modo, é essencial que se aborde a temática e que se estabeleçam as relações com outros conceitos como cultura, identidade e territorialização.

Considerando o significado do termo, "migrar" pressupõem movimento e mudança. No contexto desse estudo, a migração é o processo que impulsiona a des-re-territorialização, pois implica movimentos de saída (perda de territórios) e de chegada (construção de "novos" territórios). Como foi abordado anteriormente, os movimentos migratórios acompanham o homem desde os tempos primitivos, aumentando o conhecimento do espaço natural tornado território.

A relevância da temática migração para a Geografia deve-se ao fato de esta envolver o homem e a sua des-re-territorialização. Além disso, para o geógrafo as migrações devem ser a expressão da mobilidade do ecúmeno[16]. (SORRE, 1984).

Seguindo essa linha de pensamento, a migração se constitui num fator de difusão cultural, na medida em que explica a presença de culturas semelhantes em espaços diferentes, ou também, de culturas distintas num espaço contíguo. Esse pensamento vem ao encontro da nossa abordagem em relação ao processo de colonização com imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul, os quais se reterritorializaram e inseriram seus hábitos e costumes em terras rio-grandenses, formando territórios similares aos seus de origem, devido à influência da cultura na organização territorial.

Abordar o processo migratório pressupõe falar nas forças atuantes, principalmente os fatores de *expulsão*, entendendo-os como a causa, a motivação que leva um grupo social a abandonar seu território, ou seja, a se desterritorializar e

[16] O ecúmeno associa as ideias de espaço e de ocupação dele pelo homem, com ênfase na fixação e na estabilidade.

a buscar um “novo” território, reterritorializando-se. Desse modo, destaca-se que as migrações podem ser espontâneas ou forçadas, sendo que esta última pode ser considerada um meio de controle social. Suas causas estão centradas, basicamente, em motivações de caráter político, econômico, religioso e militar.

Se a migração for considerada como movimento de saída e de chegada, reporta-se também à des-reterritorialização, à transformação, à dinâmica da cultura sobre o espaço e à difusão de culturas e identidades sobre o globo. Ao migrarem, os grupos sociais levam seus costumes e valores, como uma herança, guardando semelhanças e inserindo transformações nos seus *patterns* culturais.

Considerando as transformações inerentes à reterritorialização, resgata-se Claval (1999, p. 159), quando afirma que “[...] os materiais mudam de um lugar para outro”. Assim, mediante a necessidade de adaptação, os códigos transformam-se, principalmente, aqueles que são reproduzidos com maiores dificuldades. O “novo” espaço requer ajustes culturais para que o grupo possa se reterritorializar.

No contexto migratório, a evolução é diferenciada entre os grupos sociais que saem do seu território de origem e os que permanecem, pois se tornam semelhantes e diferentes a partir do surgimento de “novas” relações sociedade-natureza. Os emigrantes, em relação aos seus países de origem (nossos imigrantes) estão sempre defasados da cultura que se estabelece após sua partida, bem como sofrem influência da cultura do país que os recebe. (CUCHE, 2002).

A partir do momento em que há descontinuidade territorial, a combinação sociedade-território-tempo gera níveis de desenvolvimento culturais desiguais. Assim sendo, alguns códigos permanecem enquanto outros evoluem de forma diferenciada, tal como ocorre nos territórios da imigração, em virtude da necessidade de construção do espaço social e de integração. Iniciou-se um desenvolvimento cultural diferenciado no que se refere a alguns “traços”, entre os imigrantes que colonizaram o Estado e os que permaneceram no espaço de origem, embora guardem inúmeras características comuns. Estas são oriundas da mesma gênese cultural. A esse respeito, Sorre (1984, p. 130-131) afirma que

> quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou mesmo quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros, que parte para agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, algumas vezes, totalmente abandonado. As migrações têm caráter definitivo. A mobilidade, que se manifestou sob pressão das necessidades, desaparece com a constituição do novo habitat, podendo ressurgir se este novo habitat não atender as esperanças dos migrantes.

Nesse caso, a dinâmica dos fluxos migratórios, no tempo e no espaço corrobora a afirmação de Sorre, através da constante movimentação sobre a superfície, reconstruindo nações através da diversidade cultural, ou seja, através da presença de diversas etnias.

O processo de migração permite transpor os códigos culturais no espaço e materializá-los novamente em outro, distinto do original, tornando-o diversificado e plural do ponto de vista cultural. Na concepção de Claval (1999), a cultura tem que ser marcante o suficiente para suplantar a transposição no espaço e manter-se "viva". Caso contrário tende a se diluir e assumir outra.

O pensamento de Cuche (2002, p. 230) sobre os migrantes revela que

> apenas o que reforça a representação dominante de suas culturas será observado nos sistemas culturais próprios dos imigrantes. Isto é, os aspectos mais visíveis e mais surpreendentes. Serão destacadas as "tradições", os "costumes", os "traços culturais" mais "exóticos" [...]. A "cultura dos imigrantes" é definida a partir de toda uma série de sinais exteriores (práticas alimentares, religiosas, sociais, etc.) cujo significado profundo ou coerência não são compreendidos, mas que permitem situar o imigrante enquanto imigrante, lembrar suas origens.

Desse modo, o autor refere-se à questão da identidade e da diferença, como a "marca cultural" dos imigrantes, pois, no momento da chegada, ainda estão impregnados da cultura de origem. Não se manifestaram ainda "a evolução diferenciada" e a integração com costumes diferentes.

As transformações na cultura são sentidas mediante as dificuldades, as quais orientam o surgimento de inovações, como um instrumento eficaz de ajuste social e de readaptação ao ambiente. Nesse sentido, as condições extremas impostas pelas migrações, principalmente no que diz respeito ao fator reconstrução territorial, acelera o caráter evolutivo da cultura, pois impõe obstáculos a serem transpostos. E, a superação destes, em geral, ocorre mediante transformações de alguns aspectos culturais, ou seja, modificam-se os códigos para que ocorra a adaptação.

Permanência e mobilidade estão implícitas na questão migratória, marcando a adaptação ou não ao "novo" território. A adaptação permitirá ao grupo identificar-se novamente sobre uma base espacial e ser identificado pelos demais grupos sociais. Nesse processo, a formação territorial permite a reconstrução social, mas não a permanência constante, pois o curso evolutivo das sociedades impõe a necessidade da mobilidade espacial. Nesse sentido, Sorre (1984, p. 128) ressalta que

> a impressão de permanência proporcionada pela análise dos complexos geográficos organizados ao redor do homem e pela busca das razões de seu arraigamento, de sua localização é, em larga medida, uma ilusão. Descrevemos uma imagem geográfica que só tem duração em nossa memória, ela pertence ao passado no momento mesmo em que a decompomos em traços [...] A paisagem humana compõe-se de elementos de todas as idades, trazidos por povos cujas lembranças nem sempre foram conservadas pela história. Assim, o quadro aparentemente mais estável é apenas uma imagem mista e fugidia. O movimento surge como uma única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível [...].

Assim, a permanência reflete a interação com o meio, a sua adaptação e transformação. Ela justifica a presença efetiva dos grupos sociais sobre uma base espacial em determinados momentos históricos. Já a mobilidade acontece quando a permanência torna-se insustentável para uma população ou parte desta. Constitui-se, justamente, na busca de estabilidade, ou seja, de adaptação que leve à

permanência do grupo social num determinado espaço, o qual deve lhe proporcionar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural[17].

A migração constitui-se, portanto, em um processo essencial para a transposição cultural no espaço, ou seja, pela (re)construção dos territórios. Ela é responsável pela sua diversificação organizacional desse espaço. Ademais, a migração permitiu, ao longo da história evolutiva do homem, propagar as culturas e formar novas sociedades, baseadas em distintos códigos culturais, formando nações, regiões e/ou "ilhas" culturais nas mais diversas porções do globo.

[17] Jean Gottmann também contribui para essa questão em *Iconografia e Circulação*.

## 2.3 Os códigos culturais como expressão da (i)materialidade do território

A temática relativa aos códigos culturais complementa a abordagem desta tese, que já percorreu os debates teóricos sobre território, territorialidade, cultura e identidade, trazendo outros elementos para a análise dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Os códigos permitem identificar as semelhanças e as diferenças, pois retratam a cultura em “partes”, ou seja, cada código representa um dos seus aspectos, abrangendo a materialidade e a imaterialidade.

Em uma breve comparação, a relação entre *códigos* e *cultura* pode ser expressa como a *parte* e o *todo*, respectivamente. A parte deve-se ao fato de os códigos constituírem aspectos específicos da cultura (valores, crenças, gastronomia, etc.), que serão separados aqui de forma didática. Já o todo representa a cultura de uma forma geral, ou seja, a reunião de todos os códigos.

Optamos pela terminologia códigos culturais para designar a simbologia representativa da cultura. Mas destacamos que existem outros termos, como signos ou símbolos, os quais também são utilizados para o estudo da (i)materialidade da cultura no espaço. Desse modo, Brum Neto (2007, p. 44) afirma que os códigos culturais

> [...] constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções. Neste processo de codificação cultural, salienta-se a comunicação, oral e escrita, como um dos códigos essenciais para transmissão e projeção da cultura no tempo e no espaço.

Abordar os aspectos simbólicos não é uma tarefa fácil, pois se trata de um estudo da materialidade e da imaterialidade, ou seja, daquilo que pode ser visto, observado, mas também, daquilo que pode ser sentido e que se situa no campo das ações, dos pensamentos e dos sentimentos, portanto, difíceis de serem identificados, mensurados e analisados. No entanto, destaca-se a importância da análise da (i)materialidade para a compreensão da cultura, por ser de uma dimensão repleta de simbologias e significados.

Dessa forma, os códigos constituem elementos representativos da cultura e nos permitem analisá-la "separadamente", isto é, em partes para fins de comparação, identificação e análise dos seus componentes. Entretanto, deve-se lembrar que, ao mesmo tempo em que cada código apresenta características próprias, também está em constante inter-relação com os demais, pois em conjunto compõem a cultura.

Códigos são sistemas modelizantes que se referem a uma forma de regulação necessária para a organização e o desenvolvimento da informação. Os códigos culturais são definidos como sistemas semióticos, pois são estruturas de grande complexidade que reconhecem, armazenam e processam informações, objetivando regular as manifestações da vida social, do comportamento individual ou do coletivo (OLIVEIRA, 2010).

Cada aspecto inerente ao sistema de codificação está atrelado a uma simbologia, dotada de significados para o grupo social. Essas significações estão relacionadas àquilo que é importante para o grupo, como ações e sentimentos. Esses códigos, se analisados em conjunto, representam a cultura como um todo, caracterizando-a e identificando-a. Na concepção de Claval (1999), ao serem partilhados os mesmos códigos, assume-se uma identidade comum, orientadora de procedimentos de regulação social que permite ao grupo social sua sobrevivência.

Também é possível dizer que os códigos culturais configuram-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social. E, por conseguinte, responsáveis pela sua identificação, salientando a diferença, uma vez que cada grupo cultural é permeado por um sistema simbólico de representação particular, (re)construído no constante processo evolutivo das sociedades. A cultura, mediada pelos códigos é representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais, ou seja, criando processos de identificação. Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam as atitudes e ações. Estas, por sua vez, são repetidas como um padrão orientador comum (BRUM NETO, 2007).

O "mundo dos sentidos e dos sentimentos" é complexo, e entender os seus significados não é tarefa fácil, pois alguns deles só fazem sentido para os membros de um mesmo grupo étnico, devido à sua construção histórica e ao contexto cultural em que se desenvolveu. Como exemplos, têm-se algumas manifestações religiosas

trazidas pelos povoadores e imigrantes que colonizaram o Brasil, como os rituais afro-brasileiros, as crenças portuguesas, além de cultos a santos específicos como Nossa Senhora do *Caravaggio*, trazida ao Rio Grande do Sul pelos imigrantes italianos, os quais construíram um santuário em homenagem a essa Santa no município de Farroupilha. As demonstrações de fé, assim como outros códigos culturais, denotam as inter-relações entre sentimentos e ações na materialidade do espaço.

"Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde se recebe de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores", segundo CLAVAL (1999, p. 81). Então, pode-se dizer que no território, estão impressas as marcas culturais.

Tal fato ocorre devido ao caráter social das relações culturais e à forma como os indivíduos que compõem os grupos sociais percebem o mundo a partir do compartilhamento da "herança" cultural. No contexto das ideias apresentadas, salienta-se que os códigos não são fixos e imutáveis. Pelo contrário, passam por constantes transformações no decorrer do processo de des-re-territorialização. Isso ocorre devido à necessidade de se adaptarem à inovação, à realidade que se propõem, demonstrando o processo de formação do sistema cultural, com mudanças e permanências.

Especificamente, no caso dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, a necessidade de adaptação foi essencial no decorrer da reterritorialização. Adaptação e inovação emergem, geralmente, diante das dificuldades, como medida eficaz para resolução dos problemas. É como se fosse uma imposição natural para o ajuste cultural, para que o grupo social possa adaptar-se ao "novo" espaço, transformando-o em território. Salientando o caráter dinâmico e transformador das culturas, Claval (1999, p.87) afirma que "as culturas mostram-se frequentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes".

As transformações ocorrem durante o processo de reterritorialização, em que as inovações estão implícitas. A dinâmica sócio-espacial exerce, então, forte influência na construção e na manutenção dos códigos culturais, acarretando transformações visando sua à sua (re)adaptação às novas realidades que se configuram.

A partir dessas ideias, procurou-se a definição de cada código cultural, no intuito de compreender suas especificidades, identificando as similaridades e as singularidades que se manifestam e que individualizaram os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

### 2.3.1 A comunicação oral e escrita

A abordagem sobre a simbologia da cultura que se adota nesta tese inicia com a comunicação, por se tratar de um código essencial para a manutenção cultural, devido ao seu caráter transmissor e divulgador da cultura. A comunicação refere-se ao modo como o grupo social utiliza-se da linguagem como instrumento de comunicação direto. É um dos códigos mais utilizados pelo homem, antes mesmo do surgimento da escrita, para comunicar-se, transmitir conhecimento e se relacionar com os seus semelhantes, criando vínculos sociais.

A linguagem, no sentido semiótico mais amplo do termo reporta-se a um sistema organizado de geração, organização e interpretação da informação. Em outras palavras, trata-se de um sistema que serve como meio de comunicação. O fato de possuir regras de combinação definidas distingue a linguagem dos sistemas não comunicativos e dos sistemas comunicacionais que não utilizam códigos (MACHADO, 2010).

A linguagem se distingue igualmente dos sistemas que servem de meio de comunicação e que utilizam códigos pouco formalizados ou sem nenhuma formalização. Pode-se identificar alguns campos dentro da linguagem, com destaque para as línguas naturais cunhadas pelos grupos sociais, as línguas artificiais (linguagem científica, código *morse,* sinais de trânsito) e as linguagens secundárias, estruturadas e sobrepostas à língua natural, como a arte e o mito. Pode-se considerar a linguagem através da expressão da arte, da técnica de representação e de expressão gráfica da imagem e de temas variados (MACHADO, 2010).

Nesse sentido, a linguagem insere-se como um dos elementos mais significativos da cultura, ou seja, um código orientador, responsável pela transmissão cultural, de saberes e de práticas. Para Castoriadis (1987, p. 144), a organização da língua apoia-se na organização do mundo, da história e dos

saberes, “o que a língua como língua exprime, portanto, é também a socialidade-historicidade”.

Ao mesmo tempo, pode-se considerar que a linguagem delimita a vida dos grupos sociais com objetos dotados de significados próprios para esse grupo (BERGER; LUCKMANN, 1980). A exemplo disso existem diversas frases, expressões e ditos populares que só fazem sentido para um determinado grupo social e que demonstram aspectos da sabedoria popular, das crenças e dos valores.

Desse modo, o mundo dos significados está implícito na dimensão cultural, através dos elementos utilizados para se comunicar e dar sentido à vida das pessoas que compõe um grupo social. A comunicação faz parte do processo de construção do conhecimento, do saber oriundo do senso comum, como o relacionado à cientificidade. A troca de informações, de práticas e de experiências permite a transmissão do saber que, em geral, tem início com a percepção de determinado fenômeno, até transformar-se em conhecimento.

A linguagem como um transmissor do conhecimento permite formar uma rede de experiências e saberes no espaço e no tempo, resgatando “uma variedade de objetos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes aqui e agora”. (BERGER; LUCKMANN, 1980, p. 60). A partir dessa concepção, pode-se inferir que a linguagem permite acumular conhecimentos a partir da experimentação, ou seja, da prática cotidiana que impulsiona o movimento de construção e de formação dos saberes.

Nesse contexto, destaca-se a língua identificadora de um grupo social, que se constitui no mecanismo semiótico de transmissão de mensagens por meio de um conjunto de signos elementares. A língua *natural* é um sistema modelizante uma vez que se constroem a partir de outros mecanismos tais como fonação, grafismo, convenções socioculturais (MACHADO, 2010). Trata-se de um código essencial em virtude do seu caráter relacional, responsável pela inter-relação, comunicação e difusão cultural, ou seja, “é o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e se fazer compreender” (SAUSSURE, 1969, p. 92).

A língua pode ser um transmissor cultural, como também pode atuar como um obstáculo à comunicação, ao conhecimento. Tal fato deve-se à complexidade da origem e da formação da(s) língua(s) no contexto mundial, que promoveu uma diversidade de idiomas, de dialetos e de expressões que identificam as culturas, ao mesmo tempo diferenciando-as entre si. Desse modo, decodificar uma língua

significa compreender o sistema de comunicação implícito nela, os discursos, as práticas culturais.

Procurando demonstrar essa diversidade, dividiu-se a comunicação em oral e escrita para analisá-la de forma mais detalhada. Pensa-se, com isso, abarcar os grupos de uma forma geral, tendo em vista o fato de que, em determinados culturas, a comunicação ocorre essencialmente através da língua falada, como, por exemplo, aqueles nativos que *ainda* permanecem sem contato ou com o mínimo de influência dos demais homens, cujas tradições são transmitidas apenas oralmente, sem um registro escrito. Embora esta pesquisa não esteja tratando de civilizações nativas, estas são utilizadas como exemplo para destacar a importância da linguagem oral na manutenção cultural, mesmo sem um registro escrito, oficial da mesma.

A língua estabelece uma relação de estreita interdependência com a cultura, pois funciona como um transmissor cultural, ao mesmo tempo em que é originada e orientada pela cultura (CUCHE, 2002). A partir da língua, os outros códigos podem ser explicitados, principalmente, os que se referem ao campo das ideias e, que por sua vez, são essenciais para o processo evolutivo da cultura, para sua formação e transformação.

Dentre as especificidades da comunicação oral destaca-se a prática do discurso como uma forma de transmissão dos valores, crenças e ideias. O discurso refere-se a um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas representam certo número de decisões historicamente determinadas. A “ordem do discurso” própria de um período particular possui uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio de produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005).

Para Chauí (2003), o domínio de objetos de uma prática discursiva, ou seja, o campo de coisas postas como objetos pela atividade do discurso é o espaço no qual um sujeito pratica um discurso e se apresenta como sujeito porque realiza essa prática discursiva. É o campo no qual os enunciados se coordenam e se subordinam segundo regras e critérios definidos pela própria prática discursiva, ou seja, o saber é um discurso que produz para si mesmo as regras de sua enunciação e o modo de organização de seus enunciados. O saber é a possibilidade de uso e de apropriação

de um discurso por quem possui ou adquire a competência para produzir enunciados conforme as regras da prática discursiva em vigor.

O discurso, do ponto de vista cultural, reflete os saberes e as práticas, pois o que é significativo e importante é nele reproduzido. É através dessa prática que podemos analisar a representatividade da linguagem como um produto da cultura, como um dos seus principais elementos representativos. A língua oral ou falada é, em geral, uniforme na sua essência, variando o vocabulário e o sotaque regional, configurando-se no que comumente se designa de dialetos. Tal fato se manifestou no Rio Grande do Sul devido ao contexto regional de origem dos imigrantes que, embora fossem alemães e italianos, vieram de diversas áreas, com diferenças linguísticas múltiplas.

Além dos aspectos salientados anteriormente, no discurso predomina a informalidade, com a repetição de palavras e o uso de termos populares, sem um rigor ou uma preocupação com o uso de termos corretos. Já, a língua escrita, embora também agregue as “expressões regionais” no processo comunicativo, tende a seguir um padrão mais formal e homogêneo, constituindo uma diversidade cultural.

A diversidade está implícita na(s) língua(s), tanto interna quanto externamente. Em nível interno destacam-se os regionalismos e as expressões regionais que se evidenciam em um país de dimensões continentais como o Brasil, que teve sua formação atrelada a diversos processos migratórios. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul se insere. Nesse Estado verifica-se uma variedade de sotaques e de expressões de acordo com as distinções culturais, como na Campanha gaúcha, nos territórios de colonização europeia e na Capital.

Pode-se observar, também, alguns sinais identificadores da diversidade da língua portuguesa no Brasil, em relação às expressões, aos ditos populares, aos sotaques, dentre outros aspectos. Tal diversidade deve-se à inter-relação entre cultura-território-tempo, responsável pela formação de territorialidades e de identidades distintas dentro do contexto nacional.

No contexto nacional, há o reconhecimento a partir da “identidade brasileira”. No entanto, desenvolveram-se particularidades em virtude de um complexo sistema de códigos inseridos mediante sua ocupação por diversas culturas como a portuguesa, a africana, a alemã, a italiana, a japonesa, dentre outras. Assim, concretizaram-se dialetos capazes de expressar as particularidades culturais

regionais que, ao mesmo tempo em que refletem as diferenças, também são partes constituintes de um todo maior: a Nação.

A linguagem é constituída de “diversas formas, dentre as quais se destacam: gírias, calão, frases feitas, ditos, eufemismos, apelidos, gestos, etc”. (MARQUES *et al*, 1995, p. 24). Essas formas citadas pelo autor denotam a complexidade do sistema linguístico no âmbito cultural, que pressupõe o entendimento dos significados para poder compreender a língua e, por consequência, a cultura.

Desse modo, a *gíria* é uma denominação de vocábulos e expressões próprias de certos grupos, cuja utilização é transitória, sendo que se modificam com rapidez, caracterizando modismos de linguagem. O *calão* configura-se como uma linguagem caracterizada por termos grosseiros e rudes. As *frases feitas* são expressões consagradas pelo uso. Já os *ditos* são, em geral, reflexos da sabedoria popular, cunhados pela percepção de algum fenômeno. Os *apelidos* denotam uma outra forma para denominar algo ou alguém, é uma alcunha que, às vezes tem significado pejorativo. E o *eufemismo* caracteriza a substituição de palavras mais formais e com sentido mais apurado por outras cujo entendimento é mais fácil (MARQUES *et al*, 1995)

As formas de expressão supracitadas denotam características culturais que nem sempre são expressas na linguagem formal, pois, muitas vezes, referem-se a um modo espontâneo de caracterizar algo e se comunicar. Em compensação, a linguagem escrita, preserva o passado sem depender da memória dos indivíduos. No entanto, não é acessível a todos, pois se configura como um fator limitante para o acesso à cultura, pressupondo a necessidade de alfabetização (CLAVAL, 1999).

Todas essas formas de comunicação servem para manter a cultura através da inter-relação entre os indivíduos que a compõe e, também, para mantê-la e projetá-la no futuro. A compreensão do sistema de comunicação pressupõe decifrar os códigos de uma cultura, interpretá-la e entendê-la. A linguagem permite, então, “descrever” os demais códigos, isto é, “contar” como é a cultura. Pode-se considerar esse código mais do que um meio de comunicação entre as pessoas, pois é na língua que se concentra a transmissão dos valores, das vivências e das experiências acumuladas por um povo, através dos tempos. Manter viva a língua é manter viva a possibilidade de acesso aos valores, experiências e conhecimentos acumulados pelas gerações antecessoras.

A linguagem tem sua importância assentada na transmissão de informações e conhecimentos gerados pelas culturas. Por conseguinte, configura-se como um agente de comunicação, ou seja, é o meio utilizado pelos grupos sociais para expressar suas ideias, pensamentos e concepções, enfim, sua cultura. Atua nos processos de socialização e antecede o pensamento, uma vez que a materialização deste ocorre via linguagem, pois não se pode pensar em outra estrutura linguística que expresse sentimentos, dúvidas ou conceitos (CASTORIADIS, 1987).

### 2.3.2 A (i)materialidade da cultura: valores, crenças, ideologias e convenções

Abordar a imaterialidade cultural é remeter ao subjetivo, ao mundo dos pensamentos e dos significados. Mas como identificar o subjetivo no contexto cultural? Como ocorre a manifestação dos sentimentos? Que importância eles têm na organização territorial? Esses questionamentos nortearam as reflexões teóricas desta pesquisa, bem como a coleta dos dados e a análise dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, há uma variedade de códigos que compõem a cultura, mas para especificá-los neste trabalho, procurou-se elencar alguns, com ênfase para os códigos responsáveis pelos processos de identificação territorial. Desse modo, destacam-se os valores, as crenças, as convenções e as ideologias como códigos representativos da imaterialidade cultural e territorial. A relevância dos aspectos imateriais no contexto cultural assenta-se no seu caráter orientador das atitudes e ações.

Inicialmente, considerando o conceito de valor no sentido sociológico, pode-se dizer que se referem aos “valores sociais”, àqueles que estabelecem os fundamentos éticos e espirituais que constituem a consciência humana. Nesse caso, os valores são produtos das relações sociais, relacionados às normas e às representações. Na visão sociológica os valores estão atrelados à ética, e na psicologia, ao comportamento e atitudes.

Na abordagem da perspectiva cultural da Geografia, os valores podem ser considerados como crenças e normas abstratas de comportamento, geralmente, de

domínio da religião e da metafísica (CLAVAL, 1999). Nesse sentido, os valores referem-se, basicamente, a um sistema de ideias que orientam comportamentos, como honestidade, verdade, senso de justiça, ética, disciplina, integridade, dentre outros. Ressaltam o que é importante moralmente para o grupo social, orientando suas ações quanto aos costumes e deveres morais. No contexto das relações sociais, os valores constituem-se em fundamentos morais essenciais na organização da sociedade, como “normas” imateriais que guiam a conduta.

Os códigos imateriais se inter-relacionam na composição da cultura e, muitas vezes confundem-se. Porém, para identificar suas particularidades, é preciso especificá-los, no sentido de elucidar os significados. Desse modo, parte-se para a concepção de ideologia com as ideias de Mannheim (1976, p. 66), quando afirma que

> o conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto.

Assim, ideologia pode ser considerada uma forma de elaboração ideal da realidade, que serve para tornar a prática social dos homens operativa. Ela se manifesta na vida social e não apenas em momentos de crise, estando presente de maneira efetiva. Por conseguinte, não é um atributo exclusivo de determinado pensamento, mas sim uma possibilidade criada no contexto histórico-social, tendo em vista as necessidades da vida cotidiana. (COSTA, 2006).

Ademais, a ideologia pode ser identificada e considerada a partir de sua função social, ou seja, que função um determinado pensamento ou prática social desempenha na vida cotidiana (COSTA, 2006).

Ao se pensar na concepção de ideologia, pode-se entendê-las como ideias e pensamentos compartilhados, em geral, por um grupo social, cujo caráter refere-se às dimensões social, econômica e política. Diz respeito, portanto, ao desenvolvimento das ideias movidas por razões surgidas no contexto histórico, como soluções as problemáticas, ordenamento moral, percepções, e que se tornam “verdades universais”, embora nem sempre sejam corretas, podendo induzir ao erro.

Nesse sentido, as ideologias são construções laicas e racionais que fornecem sentido à história e garantem a ordem social dos povos. As ideologias constituem ideias baseadas em convicções e podem levar às paixões e aos bloqueios. (CLAVAL, 1999).

No contexto da imaterialidade cultural, as convenções têm origem no convívio do grupo social e regem questões relativas ao respeito, à responsabilidade e à autoridade. Trata-se do estabelecimento de códigos que orientam a conduta social dos indivíduos que compõem um grupo e que variam de acordo com a cultura. São "normas" de comportamento, cumprimentos, regras de convívio em sociedade. Para Claval (1999, p.82), "as categorias sociais que nos são familiares porque são conformes às convenções e às normas de nossa cultura, não são universais".

As convenções variam de acordo com a cultura, pois o que é significativo em termos de preceitos por um grupo social não o é por outro. São níveis de significação distintos, construídos por sistemas sociais oriundos de uma combinação única de cultura-tempo. E, portanto, variáveis, pois o que se configura como regra na atualidade pode não ser no futuro próximo. É a dinâmica evolutiva social na escala temporal.

A importância dos códigos imateriais reside na sua capacidade de organização do pensamento, ou seja, a materialidade do território parte da sua idealização, das normas, das condutas, dos princípios, enfim, o que é relevante se materializa na organização territorial.

### 2.3.3 Estilo das edificações

No contexto da simbologia cultural, salienta-se também a universalidade da cultura via aspectos materiais, compostos por códigos específicos dotados de formas particulares que denunciam a origem étnica que as moldou. Assim, as técnicas construtivas trazidas pelos imigrantes moldaram paisagens típicas, com estilos de edificações, cujos traços e formatos característicos, bem como disposição e organização dos cômodos, atestam as preferências e a funcionalidade do "lar".

Além disso, o entorno da casa é um importante ponto de análise, a partir da organização desse espaço.

A relação cultura-espaço exerce influência direta nesse código cultural, pois requer formas específicas de acordo com os elementos naturais que atuam sobre determinados locais. Sabe-se, por exemplo, que os imigrantes europeus que vieram colonizar o Rio Grande do Sul, principalmente os alemães e italianos, reproduziram construções semelhantes às dos seus países de origem, com estilos arquitetônicos diferenciados daqueles presentes no Rio Grande do Sul até o início daquela colonização.

Nesse sentido, destacam-se as casas construídas com a técnica enxaimel, como um traço característico da colonização alemã. Do ponto de vista paisagístico, formam conjuntos arquitetônicos que estão no âmbito do patrimônio histórico, devido ao seu "valor" cultural.

No contexto da reterritorialização, pode-se dizer que as técnicas construtivas dos imigrantes sofreram alterações de acordo com a necessidade de adaptação à realidade, principalmente aos fatores naturais. Uma das principais transformações esteve atrelada ao estilo das casas, pois, os telhados foram projetados para clima frio, com frequente ocorrência de neve. Para tanto, a inclinação da meia água era acentuada de modo a não permitir a acumulação do gelo. Porém, no Rio Grande do Sul a ocorrência de neve não é comum, o que acarretou alterações na arquitetura das casas, uma vez que as habitações, ao longo do tempo, adequaram-se ao meio, embora guardem alguns traços típicos.

Nesse caso, a necessidade de adaptação e a disponibilidade de material são fatores importantes para o processo de alteração de um código, pois, como afirma Claval (1999), os materiais mudam de um lugar para o outro. No decorrer do processo de reterritorialização essas mudanças surgem de forma espontânea para solucionar problemas estruturais e de organização da vida dos imigrantes, como no caso das edificações, que se utilizaram dos materiais disponíveis no "novo" território, que por sua vez, originaram novas territorialidades. Os aspectos culturais visíveis na paisagem são dinâmicos e mudam de acordo com as inovações, principalmente, o estilo da casa, que tende a seguir a evolução dos projetos arquitetônicos, dos materiais e das técnicas construtivas.

Ao se abordar o estilo da casa "típico" da casa reporta-se à arquitetura colonial, cujo vínculo ainda se faz presente através da preservação, como patrimônio

histórico. Na atualidade, a arquitetura das casas dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, de forma geral, segue um padrão atual, que busca as tendências modernas a esse respeito. Algumas exceções podem ser observadas em locais que buscam resgatar o passado através da paisagem típica, geralmente, com ações voltadas ao incentivo turístico, como tratam os capítulos 3 e 4 deste trabalho.

Ao se analisar a composição da paisagem típica devem ser considerados todos os elementos que a compõem, na qual o estilo da casa é apenas um dos componentes, compostos pela historicidade, pelo valor cultural, pela evolução e transformação, ou seja, não estão “inertes” no tempo e no espaço. A paisagem expressa um dos conceitos analíticos que possibilitam tornar visível a manifestação da cultura e sua interação com a natureza, originando singularidades locais, como expressão dos saberes e práticas dos grupos sociais.

### 2.3.4 Música, festividades e vestuário: elementos para analisar a coesão social

A inter-relação entre alguns códigos culturais permitem analisar a coesão social, ou seja, como se materializa a socialização entre os membros de um mesmo grupo cultural. Desse modo, a coesão social é possibilitada através de eventos que promovem os encontros sociais, objetivando a integração e a manifestação cultural, evidenciada pela música, pelas festividades e pelo vestuário típico.

A música na perspectiva da simbologia cultural insere-se no contexto de formação dos grupos sociais como uma forma de expressão da arte. De maneira geral, refere-se à expressividade da cultura em forma de cantos e versos, com predomínio da rima. Além disso, há que se destacar que a musicalidade passou por transformações importantes no decorrer do processo de formação das sociedades. Tais mudanças estão atreladas ao que é importante para a cultura em determinado momento histórico, demonstrando as influências, as características, a formação, os gêneros e os estilos. A música também está relacionada aos demais movimentos culturais que marcam cada período, através de temáticas diversificadas. Como exemplo, podem ser lembradas as músicas típicas dos imigrantes alemães e italianos, atreladas ao folclore e resgatadas em festividades. Em geral, essas

músicas versam sobre aspectos dos seus países de origem, enfatizando temas como trabalho e outros relacionados à cultura e aos aspectos locais.

Nesse sentido, pode-se dizer que esse código constitui-se em uma forma de expressão cultural que resgata os valores históricos do grupo social. Há um significado simbólico nas canções que servem de inspiração e refúgio para as distintas culturas. Através da musicalidade, podem ser descritos os aspectos sociais, naturais e sentimentais relevantes para determinada cultura, caracterizando-a em versos.

No contexto deste estudo salienta-se a música típica como um código identificador, mas ressaltando que ela se insere no contexto de preservação cultural, através de grupos de canto, corais e grupos de dança, os quais se dedicam ao resgate das origens dos imigrantes. Se for considerada a música na atualidade identifica-se uma variedade de estilos e gêneros, de línguas e de preferências, não necessariamente ligados a uma cultura específica.

Embora se estejam abordando os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, a música tradicionalista gaúcha tem uma representatividade significativa, além de outros estilos diversos. Há um híbrido em relação à questão cultural, pois traços específicos da cultura gaúcha estão presentes nos territórios da imigração alemã e italiana, os quais podem ser identificados através dos CTGs (Centros de Tradição Gaúcha) presentes nos municípios em estudo. Por conseguinte, esses traços não são excludentes, pelo contrário, pois, dentre os códigos culturais, a música é o que permite maiores inter-relações entre as simbologias culturais.

É importante salientar que não se está tratando de códigos separados, apenas tecendo-se algumas considerações sobre eles individualmente, pois no cotidiano dos indivíduos eles aparecem integrados, como no caso específico da música, que se faz presente sob a forma de celebração e nas festividades. Portanto, serve como um fator de unidade social/cultural expressiva e tem o “poder” de unir grupos culturais e permitir que sua identidade cultural seja reconhecida, ou seja, demonstra sua particularidade frente a outros grupos étnicos.

Outro fator de coesão social centra-se nas festividades, consideradas como manifestações populares de exaltação cultural. As festividades explicitam datas comemorativas importantes para determinado grupo, atreladas também à gastronomia, à música, ao artesanato e às demais celebrações culturais, como a

religiosidade. Os códigos culturais expressões dos saberes acumulados, das tradições e dos costumes de um povo.

Quando são abordadas as festas culturais, reporta-se a sistemas culturais diversificados, como é o caso do Brasil, devido à sua formação multiétnica. As práticas sociais estão materializadas através dos códigos culturais supracitados e refletem as características de cada grupo social, explicitadas em processos de identificação.

Caso se considere a sua origem, as festividades estarão atreladas aos meios de trabalho, como agradecimento à natureza e às divindades em relação à produção agrícola. Ainda outros elementos associaram-se à festa, como entidades sobrenaturais, padroeiros, dentre outros (MARQUES *et al*, 1995).

As festas e comemorações populares sempre fizeram parte da vida do homem. É por meio dessas manifestações que “a sociedade homenageia, honra ou rememora personagens, símbolos ou acontecimentos com os quais ela se identifica” (BELTRÃO *apud* TRIGUEIRO, 2007, p.107). Festas são momentos sociais nos quais os homens reafirmam laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, harmonizam-se, unem-se e, assim, constroem suas identidades sociais (MAZOCO, 2007).

Nesse sentido, as festividades constituem-se num código cultural peculiar, cuja variabilidade depende da cultura em si, pois exalta os aspectos mais importantes, a ponto de serem celebrados. Tendo em vista a finalidade da comemoração, segue-se todo um cerimonial, geralmente, aliando discursos, música, dança, comida, até mesmo fantasias.

Dentre as festividades mais conhecidas citam-se o natal, o ano-novo, o carnaval, as festas juninas, as festas lúdicas e os ritos, além daquelas referentes às datas comemorativas de valor histórico para determinado grupo social. Cada cultura é responsável pela organização de suas festividades, pois os “valores” diferem baseados nas crenças.

Nos festejos populares, as práticas do passado chegam ao presente revelando características culturais que identificam o lugar por meio de um aparato de bens simbólicos. Sobre esse assunto, Trigueiro (2007, p.107) afirma que “são essas práticas do passado que chegam ao presente, com as suas diversidades nacionais, regionais e locais, de significados, de referências e de desdobramentos em processos culturais de apropriações e incorporações de novos valores simbólicos que vão construindo outras identidades”.

As práticas que têm origem em rituais ou símbolos e que se realizam repetidamente dão continuidade à relação com o passado. Desse modo, o espaço festivo reproduz os rituais das gerações passadas, reforça as tradições, repete códigos comportamentais e também cria novos códigos. Segundo Beltrão (1980), enquanto os discursos da comunicação social são dirigidos ao mundo, os da folckcomunicação se destinam a um mundo em que se mantêm relações muito tênues com o idioma, a escrita, a dança, os rituais, as artes plásticas, o trabalho e o lazer, com a conduta, enfim, das classes integradas das sociedades.

Atrelado às festividades está o vestuário, ou os trajes típicos, em alemão *Volkstrachten*. Em geral são resgatados pelos grupos de dança folclórica, assim como a música típica, pois na atualidade o vestuário segue um padrão, com raras exceções, como os muçulmanos.

Os trajes típicos estão atrelados ao contexto histórico, observando-se as peculiaridades culturais de determinadas regiões. Em geral, fazem parte do folclore das culturas, pois, na atualidade, há certa homogeneização desse código cultural. No entanto, cada peça é desenvolvida de acordo com as crenças, os valores e as ideologias culturais, dotados de simbologia própria.

### 2.3.5 Religiosidade

A religião está presente no cotidiano das sociedades e expressa as suas crenças, as relações espirituais e os valores particulares de cada cultura. Normas de comportamento e moral estão implícitas na religiosidade, como aportes culturais que orientam os grupos sociais. Trata-se de um dos códigos culturais e de conduta mais importantes devido à sua representatividade social, reunindo aspectos materiais, como os templos, imagens sacras e eventos de cunho religioso e imateriais, como a fé e a devoção, que originam a busca por conforto e espiritualidade. Uma das manifestações da fé centra-se no espaço sagrado como a materialização do movimento de coesão em torno de uma crença. Para Claval (1999, p. 115), “partilhar as mesmas crenças religiosas ou metafísicas e participar dos mesmos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos”.

Conforme Marconi e Presotto (2005, p. 160)

> a religião, de modo geral, reforça e mantém os valores culturais, estando muitos deles ligados à ética e à moral, pelo menos implicitamente. Sustenta e incute normas particulares de comportamento culturalmente aprovadas, exercendo, até certo ponto, poder coercitivo. Ajuda na conservação de conhecimentos ao transmitir, através de rituais e cerimônias dramatizadas, os procedimentos ou normas de conduta importantes em determinada cultura.

Pode-se considerar a religião como um elemento de unidade cultural, a partir de uma crença comum, em que existem as mesmas convicções e partilha-se dos mesmos rituais do nascimento até a morte dos indivíduos. A fé atua como "unidade" no sentido de buscar a espiritualidade e de compartilhar os mesmos rituais, de reza, de celebração, de passagem, dentre outros. Desse modo, a religião serve como orientadora de condutas e ações coletivas, configurando um padrão a ser seguido. Sua importância é salientada por Silva (2001, p. 229) quando diz que ela

> [...] tem fundamental importância para a sociedade contemporânea; pode-se afirmar que ela é uma instituição com matrizes inseridas nos múltiplos contextos históricos [...] insere-se no âmbito das manifestações religiosas contemporâneas e nos componentes culturais de uma determinada sociedade (suas crenças, normas, ritos e apropriação simbólica), bem como as representações dos elementos difundidos universalmente, pois há uma crença de que é na religião que [os fiéis] vão readquirir a dignidade de uma existência mais justa, igualitária e o estímulo de viver.

Ao se tratar de religião, reporta-se à diversidade de crenças e cultos e não apenas a uma religião. A religião expressa os valores de determinado grupo social, caracterizando-o através do espaço sagrado construído no âmbito histórico da sociedade que a originou. Trata-se, portanto, de religiões, no plural, justamente, para expressar a diversidade cultural e de crenças, as quais se materializam e formam elementos de paisagens culturais plurais, que abarcam templos imensos até pequenas capelas. Nesse sentido, de acordo com Silva (2007, p. 37), definir a religião

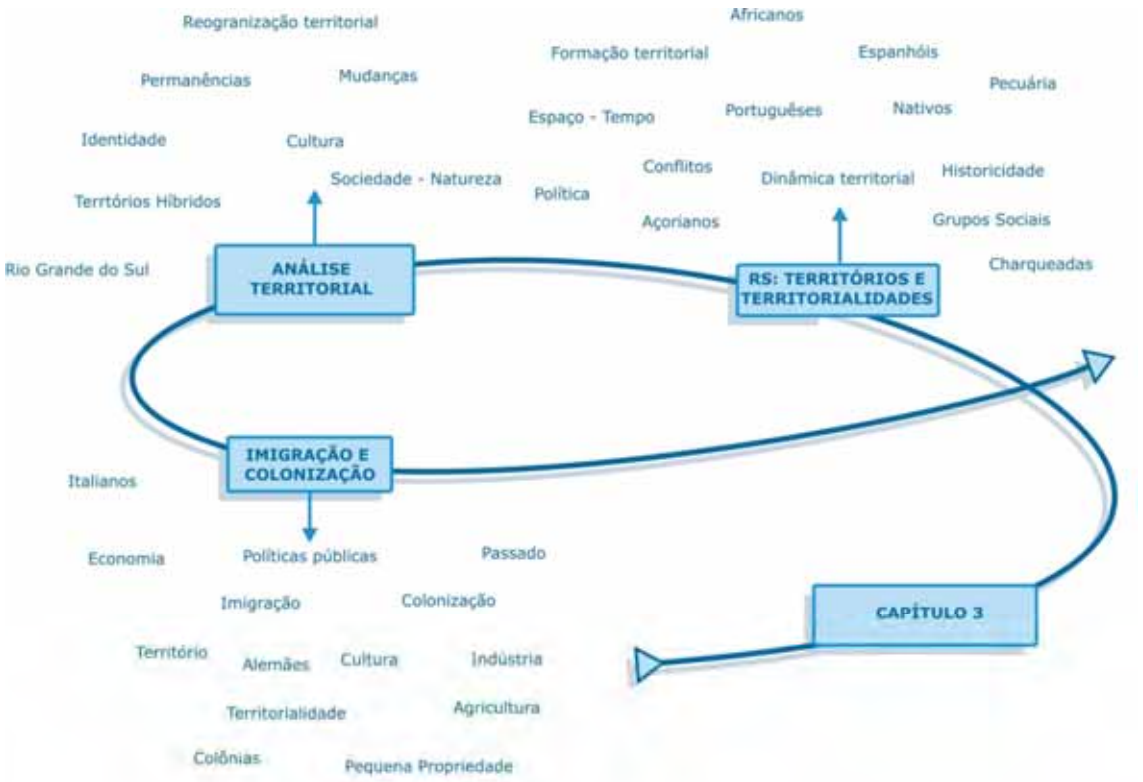
> [...] não é uma tarefa fácil e nem completamente possível, pois, se trata de um elemento cultural. Os elementos culturais – conhecimentos, crenças, valores, normas, símbolos, aptidões, costumes – são concebidos pelas sociedades humanas de acordo com a realidade geográfica, condições biológicas e anseios específicos, diferentes de uma região para outra.

Silva evidencia através dessa afirmação as considerações que se fazem nesta pesquisa acerca da religião, das suas origens e da diversidade proveniente das

diferentes realidades, dos contextos sociais e culturais. A crença acompanha as sociedades e se manifesta em rituais desde a antiguidade, de forma monoteísta ou através de vários deuses, como nas mitologias grega e romana. Além disso, pode-se dizer que os movimentos em busca da fé se evidenciam nos momentos de crise, como afirmam Marconi e Presotto (2005) ao dizer que, no momento de incertezas, a religiosidade ressurge como uma forma de alento espiritual.

No contexto da religiosidade, a fé torna-se o elemento de coesão social, de busca espiritual e de movimentos coletivos em busca do sagrado. Tal fato é responsável pela materialização da fé isto é, do espaço sagrado. Tais espaços constituem-se em demonstrações de fé que adquirem uma nítida espacialidade, pois envolve o deslocamento de um lugar a outro, caracterizando fixos (lugares sagrados) e fluxos (a peregrinação) (ROSENDAHL, 1995).

Ao se falar em religião, fé e espacialização, neste estudo, objetiva-se enfocar nas análises as singularidades da religiosidade nos territórios da imigração alemã e italiana, com a confissão de origem dos imigrantes e a evolução experimentada pelos seus descendentes, com a territorialidade dos espaços destinados à pregação e à celebração.




# CAPÍTULO 3 RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADE

# 3 RIO GRANDE DO SUL: TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES

> Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009, p.31).

## 3.1 Primeira temporalidade - (re)construindo a dinâmica cultural do Rio Grande do Sul: pressupostos históricos para uma análise territorial

A formação do território rio-grandense ocorreu pela inserção de etnias diversificadas, em fases de povoamento e colonização, originando territorialidades distintas, as quais se refletem nas múltiplas paisagens. Dos nativos que habitavam as terras sulinas, passando pelos povoadores portugueses e espanhóis, até a primeira tentativa de inserção de imigrantes, com os açorianos, o Rio Grande do Sul experimentou um processo de ocupação territorial na metade Sul, com atividades ligadas à pecuária bovina e à formação de uma elite política regional. Esse cenário transformou-se somente a partir de meados do século XIX, com a imigração alemã e, posteriormente, a italiana.

As etnias estavam pautadas em sistemas culturais diferenciados, que se reterritorializaram no Sul do Brasil, originando territórios e territorialidades. Assim escritos, no plural, para demonstrar a multiplicidade de crenças, valores e simbologias. A complexidade da formação territorial do Rio Grande do Sul torna-se nosso foco de estudo, mediante a necessidade de analisar o contexto histórico que originou o processo de imigração. Diante disso, indaga-se: Como ocorreu a formação do território gaúcho e que fatores motivaram a vinda de imigrantes europeus? Que transformações ocorreram a partir da des-re-territorialização? Nesse sentido, inicia-se a reconstrução territorial e temporal visando a compreender a dinâmica cultural e econômica do espaço até tornar-se território.

O território gaúcho estruturou-se através de uma lógica constituída através de fases de ocupação e de políticas de incentivos econômicos, que visavam “aos movimentos humanos”. Tal fato ocorreu quando o Governo ofereceu subsídios para a permanência na terra, seja dos pecuaristas ou dos agricultores, no processo de “colonização dirigida” conforme denominou Roche (1969).

Essa estruturação ocorreu mediante movimentos migratórios, não só de inserção de grupos sociais com culturas diferenciadas, marcando períodos de reterritorialização, mas também de saída, rumo a outros lugares, desterritorializando-se. Esses são movimentos constantes e dinâmicos que atuam no território modificando-o, reestruturando-o em relação às suas múltiplas dimensões. As migrações atuam como difusoras culturais, pois disseminam os códigos dos grupos sociais à medida que estes se deslocam e avançam territorialmente. Para tanto, considera-se que o homem como um ser social reterritorializa-se, recria e reorganiza-se, a fim de se adaptar às inovações territoriais. Logo, são (des)construtores dos seus territórios, responsáveis pela reprodução contínua de territorialidades no tempo e no espaço.

A reorganização do grupo social em outro espaço denota uma fase importante de transmissão cultural, pois busca reconstruir o vínculo sociedade-natureza e tudo que permite essa reconstrução, ou seja, as ações e atitudes em relação ao meio são mediadas pela cultura. Portanto, justificam-se as semelhanças entre territórios distantes, como nas áreas de colonização no Sul do Brasil e nas pequenas cidades europeias, principalmente na Alemanha e na Itália, de onde procedeu a maior parte dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul.

É nessa perspectiva que se organiza esse capítulo, visando a analisar a formação do território gaúcho, identificando suas fases, contextualizando-a na conjuntura econômica e política do Brasil, para que se possam compreender as causas e as consequências do processo migratório e da formação dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Para tanto, questiona-se sobre a relevância da inserção dessas culturas e qual a influência que elas exerceram e ainda exercem no Estado em termos territoriais. Buscam-se as respostas para essa e outras indagações, a fim de demonstrar que a explicação das formas e dos significados atuais, enfim, da organização territorial, está atrelada à historicidade, às decisões e aos fatos ocorridos no âmbito político.

A análise inicia, então, com as fases e povoamento do extremo Sul do Brasil. Embora o foco central esteja no entendimento da origem dos territórios da imigração alemã e italiana, torna-se essencial que se faça um breve resgate das culturas que se instalaram anteriormente no território rio-grandense, visando à compreensão da totalidade territorial e cultural que antecedeu a colonização sistemática. Assim, destaca-se que, os primeiros povos a habitarem o que atualmente configura-se

como território rio-grandense foram os nativos, os quais apresentavam particularidades culturais e certa organização social em grupos distintos. Pode-se dizer, também, que certa territorialidade os diferenciava entre si, bem como em relação aos demais povos nativos espalhados pelo Brasil.

Os nativos rio-grandenses estavam divididos em tribos dispersas pelo território, sendo que os *Charruas* habitavam o extremo Sul do Rio Grande do Sul e do Uruguai; os *Tapes* ocupavam a porção Centro-Sul, estendendo-se por uma faixa em direção ao Noroeste até as Missões; os *Arachanes* residiam no Sudeste, nas proximidades da Laguna dos Patos; os *Caáguas* e os *Guananases* encontravam-se na porção Nordeste, atual Serra Gaúcha; os *Carijós* vivam na divisa com a Vila de Curitiba (atual Santa Catarina); os *Ibiraiaras* povoaram o Centro-Norte e os *Minuanos* e os *Ganôas* podiam ser encontrados no Sudoeste gaúcho. (THOMAS, 1976). Destacou-se os principais grupos sociais nativos encontrados no Rio Grande do Sul, porém, existiram outras não destacadas neste trabalho.

Os nativos tinham certa territorialidade e procuraram se instalar, estrategicamente, nas proximidades dos cursos d'água. De acordo com a localização geográfica, as tribos desenvolveram certos hábitos distintos. Esses hábitos são destacados por Haesbaert (1988) como a prática da agricultura pela etnia *Gê* e *Tape* no Norte e no Centro do Estado; e a caça pelos *Chanás,* na porção fronteiriça do Sul-Sudoeste. Além desses, outros hábitos, como a cavalgada, já eram praticados, sendo que os *Charruas* eram considerados hábeis cavaleiros e habitavam, principalmente, o Sul do Rio Grande do Sul, a Argentina e o Uruguai (FORTES, 1981). Desse modo, destaca-se que é possível identificar, nos hábitos dos nativos, o "embrião" da cultura gaúcha, que se origina do hibridismo cultural entre as diversas etnias que compuseram o Rio Grande do Sul no decorrer de sua formação territorial.

César (1980) *apud* Haesbaert (1988) aponta que a cultura desenvolvida pelos *Charruas* foi essencial para criar o tipo clássico do gaúcho primitivo, pois já cultivavam o solo e assavam carne em brasas, espetada num pedaço de madeira. O autor afirma, também, que os *Minuano*s já utilizavam ponchos de couro e *chiripá*[18]

[18] O chiripá é um termo regional utilizado para designar a vestimenta usada pelos peões de estância ou camponeses, que consta de uma peça quadrilonga de fazenda (metro e meio) e que passa por entre as pernas, apertada à cintura em suas extremidades por uma cinta de couro ou por uns tirados. Para fazer o chiripá pode-se empregar e usa-se, geralmente, um poncho de pala". De acordo com as

(de algodão), alimentando-se de churrasco (carne assada na brasa em espeto de madeira), tomando chimarrão (bebida à base de erva-mate) e mascando fumo. São hábitos desenvolvidos em virtude das necessidades impostas pelo meio natural, com vestuário próprio para o frio e para a atividade a que se destinavam e comida mais calórica para obter a energia necessária.

Com registros mais precisos sobre a presença nativa no território gaúcho, destaca-se a implantação das atividades missioneiras no Rio Grande do Sul, por meio da fundação das reduções jesuíticas. Em 1620 foi fundada a primeira missão em território gaúcho, denominada de Nossa Senhora da Candelária, na região do Tape, no Noroeste do Estado (FORTES, 1981). Porém, a duração dessa redução foi efêmera, devido às incursões dos bandeirantes paulistas pelas terras Sulinas, ocasionando o ataque e a destruição das reduções. Desse modo, os jesuítas rumaram para a margem esquerda do rio Uruguai e dispersaram o gado nos campos da Bacia do Camaquã. Tal fato propiciou o crescimento de um rebanho, que cresceu livremente nos campos, originando a Vacaria do mar. Formou-se, então, a futura base de apropriação da terra no Estado e a inserção do gado na futura Campanha gaúcha. Embora com o significativo rebanho bovino que havia no Pampa, o Rio Grande do Sul permanecia sem despertar o interesse direto da Coroa portuguesa, principalmente quanto à sua efetiva ocupação.

O retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul marcou a formação dos Sete Povos das Missões, às margens do rio Uruguai: São Francisco de Borja (1686), São Nicolau (em 1687), São Luiz Gonzaga (em 1687), São Miguel Arcanjo (em 1687), São Lourenço Mártir (em 1690), São João Batista (em 1697) e Santo Ângelo Custodio (em 1706). (FORTES, 1981). As Missões implantadas em território rio-grandense centraram sua capital em São Miguel Arcanjo, atualmente São Miguel das Missões. As figuras 1 e 2 dão noção da dimensão e da prosperidade da atividade missioneira.

Por meio das figuras 1 e 2, pode-se identificar a grandeza da estrutura construída e a diversidade de atividades que a redução de São Miguel Arcanjo comportava, principalmente, no que diz respeito às artes (artesanato, canto), à religiosidade (templos e imagens sacras) e à agropecuária (rebanho bovino).

---

particularidades intrínsecas ao contexto regional, o chiripá apresenta variações quanto ao tecido usado para sua confecção e a forma como é transpassado pelo corpo (COHEN, 2007).

Figura 1: Desenho em alto relevo da redução de São Miguel Arcanjo.
Fonte: Museu das Missões – São Miguel das Missões -RS.
Org.: BRUM NETO, H, 2007.

Figura 2: Risco aquarelado de São Miguel feito por membros da Comissão Portuguesa de Demarcação do Tratado de Madri, 1756.
Fonte: Museu das Missões – São Miguel das Missões –RS.
Org.: BRUM NETO, H, 2010.

A construção das missões marcou a realização de obras arquitetônicas pelos nativos brasileiros em consonância com as orientações dos jesuítas espanhóis. Na atualidade, as ruínas de São Miguel são um dos poucos registros missioneiros que servem como testemunho dos primeiros vínculos sociais estabelecidos entre os nativos e essa outra cultura no Rio Grande do Sul. Essas ruínas remetem às obras passadas e revelam a história da atividade missioneira no Sul do País. (FOTOGRAFIA 1).

Fotografia 1: Aspectos materiais de São Miguel das Missões.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H., 2010.

Como dito, as Missões deram início às primeiras relações estabelecidas entre europeus e nativos no Rio Grande do Sul. É nesse sentido que Rambo (1981) afirma que o Estado gaúcho sempre esteve geograficamente afastado dos centros lusitanos, no litoral do Brasil, mas muito próximo dos interesses espanhóis, sendo que sua presença no Estado efetivou-se através dos missionários e não pelas armas.

Concomitantemente com as Missões, teve início a disputa pelo território Sulino e a tentativa de fixar fronteira pelos colonizadores, que ocorreu através da implantação de povoados em pontos estratégicos. Na concepção de Fortes (1981), a fundação de Sacramento (em 1680) despertou o interesse da Espanha para um possível avanço português, no Prata. E Portugal, visando a proteger a Colônia de Sacramento, fundou Laguna em 1684[19], a qual exerceu função de proteção, pois se constituiu num posto avançado.

A atividade missioneira contribuiu social e economicamente para a estruturação do território rio-grandense, na medida em que propiciou a formação e o crescimento do rebanho bovino. Esse, por sua vez, serviu de atrativo para os portugueses, que instalaram as estâncias e as charqueadas, as quais efetivaram o estabelecimento das fronteiras e do povoamento na Campanha gaúcha. Mais do que ser responsável pela motivação de aspectos econômicos, essa conjuntura histórica permitiu a formação do gaúcho primitivo, oriundo da mistura entre os costumes nativos, portugueses, espanhóis e africanos.

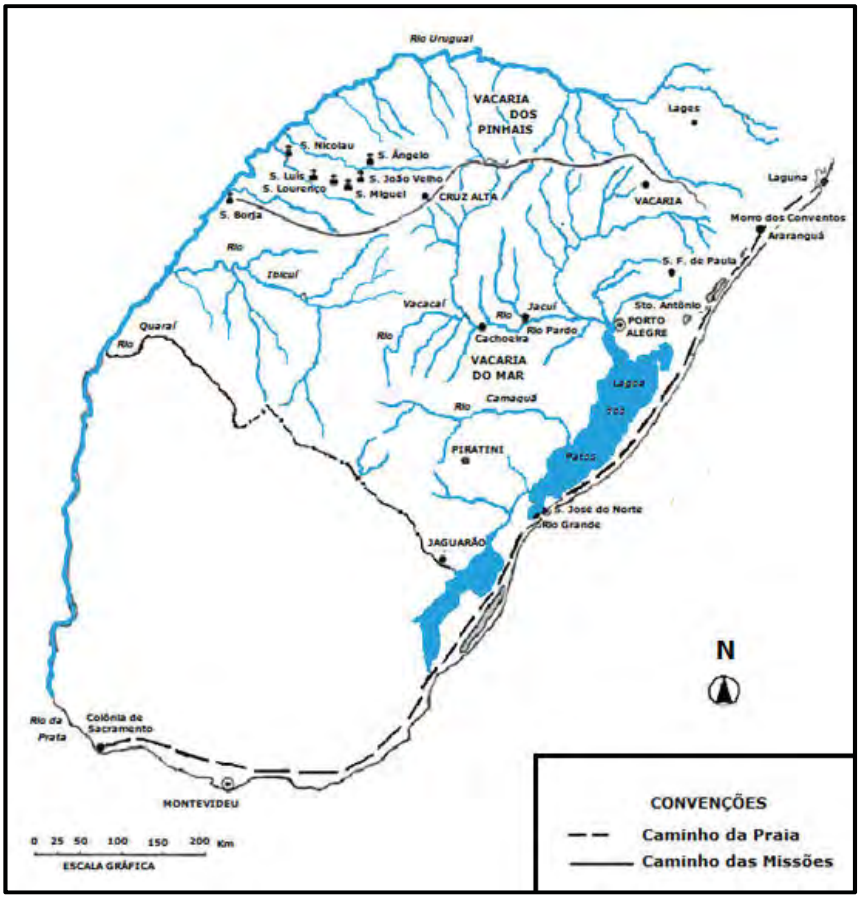
As reduções permitiram, aos espanhóis, marcar presença no território, enquanto os portugueses somente o utilizavam como caminho, passagem até Sacramento. Os portugueses passaram a dar importância a essa área a partir das incursões pelo Sul, quando souberam da existência da Vacaria do Mar. A reserva de gado solto fez com que os portugueses instalassem invernadas no litoral desde São José do Norte até Torres. Seu interesse efetivo pela posse do Sul deve-se às atividades econômicas realizadas com a mineração, que exigia cada vez mais o fornecimento de animais de carga e de seus derivados para abastecer esse mercado (THOMAS, 1976).

Quanto ao gado solto, os jesuítas, precavendo-se dos interesses portugueses

[19] Inicialmente Laguna teve como função proteger e apoiar a Colônia de Sacramento por ser o povoado português mais próximo. Posteriormente, serviria de ponto de partida dos primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul.

> [...] resolveram transferí-los da Vacaria do Mar para um local mais protegido, numa zona de campos cercada de matas, a nordeste do Rio Grande, que se tornou conhecida como "Vacaria do Pinhais" ou "Campos de Cima da Serra", de onde o gado se expandiu para todos os arredores. (THOMAS, 1976, p. 18).

Forma-se, então, a tradição pecuarista nos Campos de Cima da Serra, que se constituiu na segunda área de ambição dos portugueses, após a Campanha. Fortes (1981), destaca que, em 1709, os jesuítas fundaram a *Vacaria de los Pinales*, atual município de Vacaria, introduzindo bovinos nos campos do Planalto (MAPA 1).




Mapa 1 : Localização das Vacarias e caminhos de incursão no RS - 1751.
Fonte: Adaptado de THOMAS, 1976.
Org.: BRUM NETO, H, 2007.

Como é possível observar no mapa, o Rio Grande do Sul apresentava dois caminhos de incursão, um pelo litoral em direção à Colônia de Sacramento e outro na região do Planalto, ligando as Missões à Vacaria dos Pinhais. Já a Vacaria do Mar estava acessível através das vias fluviais, pois se situava entre os rios Jacuí e

Camaquã. É nesse contexto que são doadas a sesmarias, que serviram de base para a implantação das estâncias e a regulamentação da atividade pecuarista.

As primeiras sesmarias datam de 1733, doadas a lagunenses, que se inseriram no Rio Grande do Sul como donos das invernadas (THOMAS, 1976). A expansão desse movimento de ocupação ocorreu de Leste para Sul e Oeste, com a implantação das estâncias para criação de gado, que posteriormente, formariam regiões produtivas pautadas na pecuária extensiva, como a Campanha gaúcha.

Os povoadores ligados à pecuária iniciaram a delimitação de caminhos para levar o gado em direção aos grandes centros de comercialização do Sudeste brasileiro (FORTES, 1981). Assim teve origem o Registro da Velha Guarda, criado em 1725 para controlar o quantitativo de gado que saia do Rio Grande do Sul. Esse registro localizava-se no atual município de Santo Antônio da Patrulha. Destaca-se, também, a instalação da Comandância do Presídio de Rio Grande de São Pedro e o presídio de Jesus-Maria-José (em 1737), para desempenhar a função de defesa. Foi no entorno desses que se originou a vila de Rio Grande de São Pedro (FEE, 1981).

Considerando o contexto cultural, o Rio Grande do Sul era composto por luso-brasileiros, espanhóis, africanos (escravos) e nativos, marcando a diversidade que formou a cultura gaúcha, através de territorialidades e temporalidades distintas, de acordo com a inserção étnica. Em geral, as culturas supracitadas se inseriram mediante a efetivação da atividade pecuarista, com exceção dos nativos que já estavam presentes no território gaúcho.

O africano teve sua trajetória diferenciada no Sul do Brasil. Como salienta Cardoso (1977, p. 271)

> a economia rio-grandense era subsidiária da economia propriamente colonial (exportadora de produção tropical) do Brasil. Por isso a escravidão não chegou, em regra, a se desenvolver no Rio Grande do Sul com a mesma intensidade que naquelas regiões, cuja produção, sendo mais lucrativa, compensava amplo investimento de capital na compra de escravos. Não se beneficiou tampouco a economia escravocrata Sulina das mesmas conjunturas favoráveis que caracterizavam a economia exportadora brasileira: nunca houve no Sul um produto tipicamente tropical e colonial capaz de proporcionar os grandes lucros que a situação de quase monopólio daqueles produtos permitia.

Como mencionado anteriormente, a falta de interesse em explorar atividades no Sul estava pautada na ausência de atrativos econômicos, como os que existiam no Nordeste e no Sudeste brasileiro. Isso explica, também, a inserção tardia da cultura africana no Rio Grande do Sul e da exploração da atividade escravista, que

esteve ligada à pecuária e não à agricultura como no restante do território brasileiro, acarretando a ocupação de menores quantidades de mão-de-obra.

O regime escravocrata persistiu do século XVII até o século XIX, quando o africano atuou na atividade pecuarista. Mas foi com a implantação das charqueadas que se intensificou o trabalho escravo, devido à necessidade de mão-de-obra exigida pela atividade saladeiril, principalmente, em Pelotas, no Vale do Jacuí, em São Jerônimo e em Triunfo (MONTI, 1985). Desse modo, o africano desempenhou diversas atividades que contribuíram para a estruturação e o desenvolvimento das charqueadas (MAESTRI FILHO, 1993). Em relação à temática da escravidão no Rio Grande do Sul, pode-se dizer que a sua expressividade afirmou-se através da presença de escravos nas principais cidades onde a atividade charqueadora se desenvolveu. Assim, em 1814[20], o Rio Grande do Sul tinha 29% de escravos, sendo que Pelotas abrangia cerca de 2.226 africanos e população branca em igual número. E, em 1833, o número de escravos duplicou em Pelotas (MONTI, 1985).

As charqueadas transformaram o espaço rio-grandense, principalmente a paisagem da porção Sul, delimitando territorialidades pautadas na relação entre diversas culturas. A paisagem baseou-se nas características das áreas saladeiris, onde predominavam os varais para secagem do produto. Bento (1976) *apud* Monti (1985) afirma que, num período de tempo de quinze anos de produção as 33 charqueadas de Pelotas transformaram 5 milhões de rezes em charque.

Outro aspecto a ser destacado está na economia realizada em torno da atividade pecuarista, que culminou com a gênese de uma elite política. Com base nessa afirmação é que se reitera o contexto que deu origem à sociedade gaúcha anterior ao processo de colonização sistemática. O surgimento e o desenvolvimento econômico propiciaram as condições favoráveis para essa conjuntura política e econômica, a partir da qual se manteve o predomínio do poder nas mãos de uma minoria que detinha a posse da terra, o capital e, consequentemente, o poder político. Desse modo, conservaram-se a estrutura agrária, altamente concentradora, pautada em grandes propriedades e na centralidade do poder de decisão. Além disso, destaca-se, também, que a riqueza gerada pela pecuária, sobretudo pelo

[20] Relativo ao censo de 1814, a FEE (1981) especifica que a então Província possuía uma população de 70.656 habitantes, sendo que havia 32.300 brancos, 20.611 escravos, 8.655 indígenas e 5.399 livres de todas as cores.

charque, interferiu na sociedade gaúcha no que se refere à intelectualidade das famílias mais abastadas e à estruturação dos núcleos urbanos, como Pelotas.

Formou-se no Rio Grande do Sul uma dualidade econômica, composta pelos estancieiros, donos da terra e pelos escravos africanos, considerados propriedade dos seus senhores. Porém, não se deve pensar que isso ocorreu de forma pacífica, pois os africanos são protagonistas de processos da formação do território gaúcho, demonstrando que não fizeram apenas o trabalho a que se destinavam, representaram formas de resistência à dominação do homem e da cultura. Não raramente demonstraram seu valor, pois a riqueza étnica a que pertenciam não se perdeu ante a opressão que os mesmos sofriam. Cardoso (1977, p. 277) corrobora essa ideia, ao afirmar que, nas formas de resistência "[...] o escravo exprimia a qualidade fundamental de homem, negando, na prática a representação que dele se fazia como um ser apenas capaz de realizar a vontade e os interesses dos que socialmente eram seus contrários".

Reporta-se ao escravo como africano de modo geral. Porém, é necessário fazer uma ressalva no que diz respeito à sua origem, pois sabe-se que pertenciam a diversos grupos sociais no seu continente de origem. Para Maestri Filho (1993), essa problemática alude à captura dos escravos na África, os quais eram embarcados em portos no litoral e misturados às mais diversas etnias. Tal fato tornou a identificação de suas origens difícil, principalmente porque os grupos provenientes de uma mesma localidade não necessariamente permaneceram unidos no Brasil, pois eram comercializados em feiras como "peças" e então seguiam para seu destino.

Culturalmente, pode-se afirmar que houve perdas significativas quanto aos seus códigos orientadores e que não estão ligadas ao processo "natural" de reterritorialização, pois sua inserção ocorreu por meio do uso da força. Mesmo diante dessa situação houve resistência e preservação de outros aspectos, como afirma Cardoso (1977), em relação à música e à religião. Considerados como fatores de coesão social, os códigos supracitados permitiram algumas formas de representação cultural do africano em solo gaúcho, bem como sua difusão. É no contexto da escravidão que vários autores, dentre o quais Maestri Filho, Cardoso e Monti destacam que, mesmo perante a repressão os africanos foram essenciais para a construção do território rio-grandense através do seu trabalho, da resistência e da expressividade cultural.

Do ponto de vista cultural, o Rio Grande do Sul era composto por nativos, portugueses, espanhóis e africanos. Territorialmente, suas etnias se relacionaram no trabalho feito nas estâncias e nas charqueadas, possibilitando a ocupação da metade Sul do Rio Grande do Sul.

No entanto, essa configuração territorial ocupava a metade Sul em detrimento da Norte, que ainda permanecia com “vazios” demográficos. A atividade pecuarista não transpôs as áreas de mata, com exceção dos Campos de Cima da Serra, onde se situava a Vacaria dos Pinhais. A encosta e o Planalto da Bacia do Paraná permaneciam, em sua maior parte, desocupados efetivamente. Além disso, a predominância da atividade pecuarista e do poder político e econômico centralizados, oriundos dela, como foi referido anteriormente, criaram obstáculos ao desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul, principalmente pela dificuldade na inserção de novas etnias e de atividades produtivas, como a agricultura.

Nesse contexto, destaca-se que a formação territorial inicial do Rio Grande do Sul criou os pressupostos necessários para a implantação do processo de colonização sistemática e oficial, o que será tratado a seguir. Tornou-se essencial buscar alternativas para solucionar a problemática do povoamento e da estruturação econômica e política no Sul do Brasil.

## 3.2 Segunda Temporalidade - Os açorianos no Rio Grande do Sul e a intenção de colonizar

A colonização efetiva teve início no Rio Grande do Sul na metade do século XVIII, inicialmente com imigrantes de origem açoriana. Destaca-se o ano de 1752 como o marco temporal desse processo, devido às iniciativas políticas que possibilitaram a inserção desses imigrantes em território gaúcho. Torres (2004) assinala que anteriormente a esse período, imigrantes açorianos já se faziam presentes no Rio Grande de São Pedro. Porém, sua inserção era inexpressiva em quantidade até que se estabeleceu a *política dos casais*, com açorianos. Fala-se em açorianos, mas remete-se a portugueses que apresentavam algumas características peculiares devido aos aspectos particulares da sua condição de ilhéus.

O contexto territorial, estratégico e político em que se encontrava o Rio Grande do Sul é salientado por Torres (2004, p. 178-179), ao dizer que

> o Rio Grande do Sul luso-brasileiro da primeira metade do século XVIII se restringia a poucos núcleos populacionais, cujo centro estava na Comandância do Presídio do Rio Grande de São Pedro, centro administrativo e militar que demarcava efetivamente a orientação da diplomacia portuguesa em garantir o domínio sobre o atual Rio Grande do Sul. Grande parte do espaço almejado, o centro e o noroeste, estava sob o controle da Coroa Espanhola com o projeto civilizatório jesuítico-guarani das Missões, constituída por sete cidades e amplas estâncias missioneiras para a criação do gado. Os portugueses buscavam o controle do litoral e Sul, com as fortificações em Rio Grande e também na direção da atual fronteira com o Uruguai (Forte de São Miguel), buscando a ligação com a Colônia do Sacramento do Rio da Prata. Nos quadros do *uti possidetis*, a legitimação do direito de posse através do efetivo povoamento dos territórios almejados, os açorianos foram vistos como os potenciais desbravadores a ocuparem os espaços deixados pelas ações diplomáticas e bélicas lusitana.

Em Haesbaert (1988) encontram-se outros apontamentos sobre o contexto em que ocorreu a colonização com açorianos e sobre os objetivos dela, principalmente em relação à finalidade de integrar o Rio Grande do Sul, que ainda estava política e economicamente isolado e de concretizar a agricultura, principalmente através do plantio do trigo, atividade a qual já estavam habituados.

Inicialmente, a colonização açoriana destinava-se à região das Missões, como salienta Torres (2004, p. 179) ao afirmar que,

> com o Tratado de Madri de 1750, a necessidade de povoamento da região missioneira a ser abandonada pelos guaranis intensificou a busca de um efetivo povoamento pelos açorianos nesta região litigiosa. Por uma serie de fatores históricos, isto não acabou se efetivando, porém, a participação populacional açoriana fez surgir vários povoamentos e o desenvolvimento de atividades econômicas essenciais ao longo do século XVIII.

A presença dos açorianos representou os primeiros esforços em colonizar o Rio Grande do Sul e, mesmo que tenha sido um processo breve, como será discutido neste trabalho, contribuiu para o surgimento de diversos povoados. Para Rambo (2000, p. 415), embora tenha se pensado em destinar os açorianos para a região das Missões, isso não ocorreu e os imigrantes foram para outras porções do território rio-grandense, ao longo de

> três linhas naturais: a Lagoa dos Patos, sobre Porto Alegre, até o Vale do Sinos; o Jacuí até Cachoeira e os pontos finais da navegação dos afluentes, os Vales do Piratini e do Camaquã, ocupando a Serra do Sudeste, e entrando na liça com os competidores espanhóis de campanha, desde o começo do século XIX, para se encontrar com os criadores de gado vindos através do corredor do Alto Pelotas, prorrompendo da Depressão Central e da Campanha, voltou-se para o Norte, pela brecha do Uruguai, ocupando pastagens do planalto Oeste e central.

Através da inserção de açorianos surgiram alguns povoados como Rio Pardo, Passo do Fandango (Cachoeira do Sul), São José do Norte, Bom Jesus do Triunfo e Porto Alegre (FEE, 1981). À medida que os povoados cresciam territorialmente tornou-se necessário criar o Governo da Província, visando a administrá-la política e economicamente. Data de 1760[21] a instalação da primeira sede do Governo gaúcho, em Rio Grande. A sede do poder somente foi transferida para Porto Alegre em 1772. Em 1809 Porto Alegre tornou-se capital, com a criação da Capitania Geral (FORTES, 1981).

Para se ter uma ideia sobre a evolução dos subsídios oferecidos aos imigrantes no momento da sua chegada e para que se possa compará-los aos oferecidos aos imigrantes alemães e italianos, reporta-se às considerações de Thomas (1976), quando afirma que as famílias açorianas receberam inicialmente 272 ha. Então, pode-se dizer que esses lotes são superiores em dimensão se comparados aos recebidos pelas outras levas de imigrantes, ou seja, a cada fase da imigração, diminuíam-se, proporcionalmente, o tamanho dos lotes e os subsídios a serem ofertados aos colonos. De acordo com os dados apresentados em Saquet (2003), os alemães receberam 48 ha e os italianos 25 ha. No decorrer do processo migratório os lotes foram vendidos, devendo os colonos pagar pelas terras recebidas num dado período de tempo. Mesmo com os subsídios recebidos, a colonização com açorianos não perdurou por muito tempo, como afirma Haesbaert (1988, p. 34-35) ao explicitar que,

> o fracasso da colonização açoriana, da "pequena" propriedade (os colonos recebiam pequenas "datas" de 272 ha cada uma) e da triticultura seria selado, contudo, pela hegemonia dos latifúndios e da pecuária, atividade bem menos suscetível às oscilações climáticas a que o trigo estava sujeito, e cujos detentores dispunham de efetivo poder de barganha dentro da política econômica colonial.

Considerando-se que os açorianos constituíram a primeira tentativa de colonização e de implantação da atividade agrícola, houve maiores subsídios destinados a eles. Ao se analisar a implantação das colônias alemãs e italianas, é possível realizar comparações em relação às diretrizes desse processo, principalmente em função da diminuição dos subsídios e do tamanho do lote.

[21] Neste ano, constituiu-se o Governo do Rio Grande de São Pedro subordinado, ainda, ao Rio de Janeiro, situação que perdurou até 1807. (FEE, 1981).

Embora não tenha obtido o sucesso esperado, a colonização açoriana representou uma diversificação cultural, como aponta Laytano (1984, p. 13). Segundo ele,

> a somática estancieiro, militar e açoriano alcança a explicação capital de como se pode pensar na origem do gaúcho. Ver-lhe seu folclore embebido na tríplice composição sociológica. O açoriano seria o poder moderador. Como o militar faria o papel de defensor e o estancieiro de poder econômico.

As considerações a esse respeito feitas por Laytano têm sua explicação fundamentada no militar como defensor, devido ao desempenho de funções atreladas à defesa do território e à fixação de fronteiras. Já o estancieiro centralizou o poder econômico, pelo fato de ter atuado como protagonista na instalação e na concretização da atividade pecuária. No entanto, embora o autor faça essa diferenciação entre militar e estancieiro, sabe-se que, muitas vezes, eles reuniam essas duas funções. Muitos militares vieram para o Sul estabelecer as fronteiras e receberam sesmarias como recompensa. Tornaram-se estancieiros, principalmente nas porções fronteiriças, exercendo dupla função: defesa e criação extensiva de gado.

Enquanto isso, o açoriano foi considerado como participante do poder mediador por se inserir no Rio Grande do Sul com finalidade de colonizar. A atividade agrícola a que estavam destinados caracterizou condições distintas dos militares e estancieiros no que se refere à estrutura econômica e à conjuntura de fatores que permitiram sua inserção (LAYTANO, 1984).

Considerando-se a questão territorial, o Rio Grande do Sul se expandiu e, em 1776, já era composto por oito freguesias, especialmente nas áreas de campo, como Viamão e Porto Alegre (origem atrelada à colonização açoriana), Triunfo (portugueses e açorianos), Rio Pardo e Santo Amaro. As demais se situavam no litoral: São Pedro do Rio Grande (portugueses), Conceição do Arroio e Mostardas (THOMAS, 1976) (FEE, 1981).

Repensando a espacialização do povoamento, reporta-se à lógica da inserção cultural e da organização econômica, baseadas nas diretrizes políticas de ocupação do extremo Sul do Brasil, com a ocupação das áreas de campo, bem como da utilização do litoral como caminho de passagem. O conhecimento e a utilização dos locais supracitados fizeram com que surgissem povoados no entorno das estâncias ou como pontos estratégicos nos “caminhos de passagem”, os quais, posteriormente, tornaram-se vilas e, depois, cidades.

Até fins do século XVIII, culturalmente, o Rio Grande do Sul era formado, basicamente, por nativos, portugueses, espanhóis e açorianos. Conforme o povoamento se expandia, os nativos foram recuando em direção às áreas ainda não ocupadas. Destaca-se que esse recuo ocorreu forçadamente, mediante a repressão e ocasionando alguns conflitos com os nativos que viviam livremente.

Em relação aos nativos aldeados nas Missões, após a chegada efetiva dos povoadores portugueses, houve um declínio das reduções devido às diretrizes políticas das Monarquias Ibéricas, que acabaram confiscando as terras pertencentes à Companhia de Jesus. Dessa forma, os jesuítas foram expulsos da América em 1768 (THOMAS, 1976).

Tal ação fez com que o Noroeste gaúcho fosse alvo de saqueadores, os quais roubaram, entre outras coisas, as obras de arte realizadas pelos nativos, destruindo os Sete Povos. Além disso, da "civilização" que foi construída nessa porção do território, restaram apenas ruínas, como testemunhos da sua territorialidade. Território que, posteriormente, seria alvo da colonização, como a última fase de expansão territorial em direção ao Norte, com a fundação de colônias mistas, como será explicitado adiante. No início do século XIX, restaram 7.951 habitantes nas Missões, sendo que, destes, 6.395 eram nativos, 824 eram brancos, 252 eram escravos, 77 eram livres e 400 eram recém-nascidos. (FEE, 1981).

A atividade charqueadora foi responsável pela expansão do povoamento na metade Sul do Rio Grande do Sul, com a disseminação de estâncias e charqueadas, além de agregar etnias diversificadas na execução de suas atividades, delineando um hibridismo cultural, originando o rio-grandense típico.

Para Roche (1969), o rio-grandense caracterizava-se por ser mais ativo e enérgico. Era branco e possuía maior estatura se comparado aos habitantes de outras Capitanias. Sua alimentação era baseada na carne (churrasco), farinha de mandioca e erva-mate. O açúcar e o sal eram inexistentes, sendo o único doce o cigarro "crioulo" (fumo enrolado em palha de milho). O autor descreve o tipo regional como um hábil cavaleiro, o qual montava com destreza e cuidava do animal, "aparelhando-o melhor do que a si mesmo" (ROCHE, 1969). O vestuário típico do gaúcho era tido como modesto, caracterizava-se por calças com franjas, acima dos tornozelos, chiripá, camisa, lenço no pescoço e na cabeça, faca na cintura, calça de couro cru e esporas.

Nesse contexto, tais descrições revelam que o “típico rio-grandense” foi sendo construído paulatinamente, acompanhando a formação territorial Sulista. Assumiu características singulares atreladas à vida campeira e à sua principal característica, a pecuária. A cultura gaúcha originou-se das relações entre a sociedade e a natureza e enfatiza o apego à terra, ao “pago” e aos valores e crenças cunhados nessa cultura. Na concepção de Roche (1969), foi o tipo humano que se fixou entre fins do século XVII e início do século XIX que proporcionou originalidade ao Rio Grande do Sul, ou seja, o gaúcho.

A partir do desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul até o início do século XIX, com a hegemonia econômica pautada na atividade pecuarista, bem como a política centrada nos estancieiros e a tentativa de colonização com açorianos, houve a necessidade de se buscarem novas alternativas para efetivar o povoamento da metade Norte. É nesse sentido que será revista a conjuntura política que possibilitou a colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

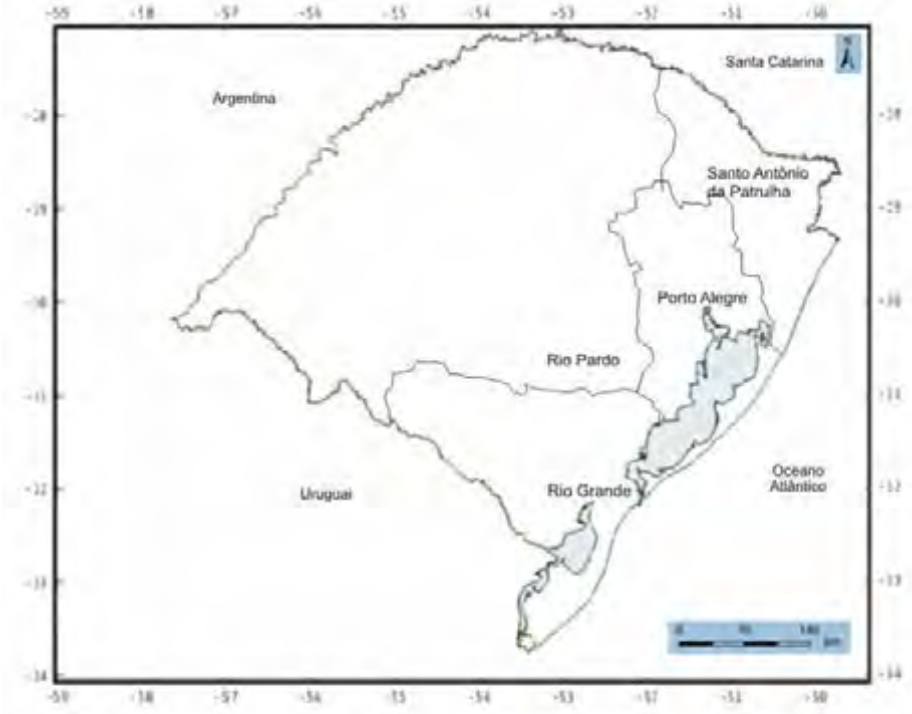
### 3.3 Imigração e colonização: pressupostos políticos para a formação das colônias alemãs e italianas no Rio Grande do Sul

Os territórios da imigração alemã e italiana delinearam-se no Rio Grande do Sul a partir de 1824, com a implantação do processo de colonização, incentivado por políticas específicas, que proporcionaram a inserção de grandes contingentes étnicos oriundos da Europa. Refere-se, especificamente, aos imigrantes de origem alemã e italiana, por ser o foco central de análise desta pesquisa. Porém, não podem ser esquecidas as outras etnias que também compuseram o hibridismo cultural que formou o território gaúcho, como os russos, os judeus, os poloneses, os japoneses, dentre outros.

O interesse deste trabalho pela cultura alemã e italiana deve-se à expressividade desses povos no contexto da formação territorial rio-grandense, na qual estão implícitas as dimensões política, econômica e cultural. Desse modo, se for analisada a atual configuração do Rio Grande do Sul, identifica-se a influência organizacional do processo de imigração, que teve continuidade através dos seus

descendentes, formando paisagens típicas, dotadas de significados simbólicos e materiais resultantes da reterritorialização.

Do ponto de vista político, a iniciativa de colonização do Rio Grande do Sul esteve pautada em alguns objetivos, dentre os quais se destacam a população esparsa situada no entorno das estâncias e charqueadas, o surgimento de uma elite política atrelada à atividade pecuarista, a necessidade de ocupar as terras da metade Norte e a inserção a atividade agrícola. Outro aspecto que deve ser considerado é que embora tenham sido empregados esforços em povoar o Sul do Brasil, sua população ainda era incipiente, tanto que a primeira divisão administrativa, ocorrida em 1809, criou apenas quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antonio da Patrulha (MAPA 2). A esses se seguiu a criação de São João da Cachoeira e São Luiz da Leal Bragança, em 1822 (THOMAS, 1976; FEE, 1981).




Mapa 2: Primeira divisão municipal do Rio Grande do Sul em 1809.
Fonte: Adaptado do ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL.
Org.: BRUM NETO; GIORDANI (2011).

Pode-se observar que, de 1809, com a primeira divisão municipal, até a atualidade, com 496 unidades territoriais, o Rio Grande do Sul teve seu desenvolvimento vinculado a processos formadores diferenciados de acordo com as políticas que visaram à ocupação das áreas de fronteira, ao povoamento das áreas de campo com a atividade pecuarista em grandes propriedades e colonização, com

a implantação da atividade agrícola em pequenas propriedades. Tal fato fez com que os municípios que tiveram sua origem atrelada ao processo colonizador possuíssem dimensões menores do que os oriundos das regiões de pecuária. Prova disso é que a maior concentração de unidades territoriais com menores áreas situa-se na porção Norte do Rio Grande do Sul.

Para que se entenda como ocorreu esse processo de formação, a análise será iniciada com a efetivação da colonização no Rio Grande do Sul, destacando-se os motivos que levaram o poder público a colonizar e as diretrizes traçadas pelas políticas de incentivo à colonização.

Devido à conjuntura econômica e política que estruturou a Província até o início do século XIX, bem como os resultados incipientes da colonização com açorianos, os governantes privilegiaram imigrantes brancos e não portugueses (MULHAL, 1974). Desse modo, iniciou-se a busca por candidatos a colonos que se enquadrassem nas exigências do Governo. Mas, quem seriam esses imigrantes?

No contexto mundial, alguns países se encontravam em uma situação conflituosa e tornaram-se o foco central das iniciativas em benefício da colonização. Desse modo, a Alemanha, inicialmente, e, depois, a Itália tornaram-se os principais focos da busca por grupos dispostos a se desterritorializarem.

O capitalismo exerceu um papel importante no processo migratório, através das consequências diretas da expansão do capital e da reestruturação econômica. De acordo com Pesavento (1992, p. 156), o

> fenômeno iniciado no século XIX correspondeu, para os países de emigração, a um estágio de expansão do capital que trouxe, entre outros efeitos, a expulsão do camponês da terra e a destruição do pequeno artesanato, contrapartida da concentração dos meios produtivos. Formou-se assim, em determinadas nações, um excedente populacional que, sem terra e sem trabalho, convertia-se num foco de tensão social. Para o governo de tais países, tornou-se uma necessidade o envio destas populações para o exterior. Isto tanto implicava um desafogo para o Estado, que não conseguia absorver, no processo industrial em desenvolvimento, toda esta mão de obra excedente, quanto implicava uma perspectiva de retorno de capitais, pela formação de núcleos nacionais no exterior, que se ligariam por relações comerciais à pátria de origem.

Dessa forma, acelerou-se a reorganização do espaço produtivo, tornando-o altamente excludente e iniciando-se um período de grandes mobilidades populacionais. As transformações sociais e políticas da Europa Ocidental, no século XIX, direcionaram a população carente a emigrar. As regiões que se encontravam no centro dos conflitos e em situação de miséria eram mais favoráveis ao movimento

internacional da força de trabalho. Outro aspecto a ser destacado é a instabilidade política. Nesse sentido, diante da incapacidade de resolução dos problemas, uma das soluções encontradas foi a emigração, visando a aliviar a pressão social oriunda do crescimento demográfico e da incapacidade de absorção da mão de obra (GIRON, 1992).

Diante dessa situação, a propaganda dos agentes incentivando a migração da Europa para a América, com promessas de melhores condições de vida, aumentou o interesse da população em migrar. O Brasil e, particularmente, a Província do Rio Grande de São Pedro apresentavam situação oposta à encontrada nos países de origem dos imigrantes. Havia disponibilidade de terras, necessidade de mão de obra para praticar a agricultura e incentivos políticos e econômicos por parte do Governo Imperial.

Giron (1992) constata que o processo migratório constituía-se em objeto de interesse dos países de origem e de destino, pelos motivos supracitados. Assim, o ônus da imigração ficou com o Brasil. A emigração serviu para minimizar as tensões internas causadas pelas estruturas econômicas rígidas dos países europeus, pela ausência de capitais e pela manutenção das mesmas relações de produção.

Para organizar o início do processo de colonização, o Governo Imperial tomou uma série de medidas, visando a efetivar a imigração. Tais medidas se refletem na criação de uma legislação que regesse a entrada de imigrantes, sua instalação nos lotes e o desenvolvimento dos mesmos.

A necessidade de “abrir as fronteiras” para estrangeiros surgiu da iminência da abolição da escravatura no Brasil, a qual exigia a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, além de servir aos interesses da Coroa em povoar áreas desabitadas. No primeiro caso, insere-se São Paulo e, no segundo, o Rio Grande do Sul.

De acordo com as concepções de Prado Júnior (1983), o termo imigração é mais usual para designar a atividade assalariada junto à grande lavoura, ou seja, os imigrantes tornaram-se um grande contingente de trabalhadores aptos a resolverem o problema da mão de obra nas lavouras de café paulistas. Os imigrantes que se destinavam ao Rio Grande do Sul tinham como objetivo formar colônias agrícolas de acordo com a legislação e, portanto, foram chamados de colonos.

Em Giron (1992), imigrantismo e abolicionismo estão relacionados, à medida que se referem à problemática da mão de obra. Para Pesavento (1992, p. 157), em um país de imigração como o Brasil, o fenômeno da imigração

> se vincula ao momento fundamental em que se dá no âmbito nacional, a transição das relações escravistas para as relações assalariadas. Trata-se da internalização do capitalismo no Brasil, quando historicamente, o capital passa a apropriar-se da produção em nível mundial. Fundamentalmente, o imigrante estrangeiro destinou-se a fornecer força de trabalho em substituição ao braço escravo nas lavouras de café.

De acordo com os objetivos propostos nesta tese, serão enfocadas as principais diretrizes legais e as suas repercussões no processo de imigração e nas colônias implantadas no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, serão tratadas as bases legais, com as contribuições de Roche (1969). Para o autor, a imigração para o Rio Grande do Sul ou a imigração europeia foi um processo de colonização dirigida.

O controle dessa questão abarcou do recrutamento até a instalação definitiva em lotes já pré-determinados. As políticas públicas que orientaram a entrada de imigrantes no Brasil refletiram os acontecimentos mais significativos para a história do Brasil Colônia e da Capitania Geral de São Pedro, ora incentivando, ora suprimindo direitos e tiveram início no Império, estendendo-se até a fase republicana (BRUM NETO, 2007).

Roche (1969) estabelece as fases da colonização de acordo com as principais transformações políticas ocorridas, visando a demonstrar as diretrizes e as contradições das decisões governamentais em relação a essa temática. A partir disso, a colonização foi dividida em duas fases, quais sejam: 1) Sob o domínio imperial (de 1824 até 1889); e 2) Sob o domínio da República (a partir de 1889). Essas fases subdividiram-se em períodos como mostra o quadro 1.

Pode-se identificar, nessas fases, os períodos de incentivo e de descaso do Governo em relação à colonização, que perdurou quase um século no contexto da formação territorial brasileira. A intenção era inserir imigrantes no Brasil, embora nem sempre a legislação fosse favorável a eles, pois, muitas vezes, os sobrecarregava com deveres, dificultando sua reterritorialização.

Quadro 1: Fases da colonização segundo Jean Roche.

| FASES DA COLONIZAÇÃO | PERÍODO DA COLONIZAÇÃO |
|---|---|
| 1ª Fase<br>(1824-1889) | **(a) 1824-1848:** legislação inicial da imigração**;**<br>**(b) 1848-1874:** colonização provincial;<br>**(c) 1874-1889:** colapso da colonização (descaso do Governo local). |
| 2ª Fase<br>(a partir de 1889) | **(d) 1889-1914**: segunda fase da colonização provincial;<br><br>**(e) a partir de 1914**: liquidação da imigração. |

Fonte: ROCHE (1969).
Org.: BRUM NETO (2007).

Resgatamos a concepção de Seyferth (1988), ao dizer que a colonização foi concebida e dirigida pelo Governo, com interesse em implantar um regime de pequenas propriedades agrícolas, em áreas não ocupadas pela grande propriedade para a produção de alimentos.

Ao vincular a colonização à implantação da atividade agrícola, o Governo Imperial tornou o imigrante um colono. Podemos inferir que, essa é a origem do vínculo entre os termos imigração e colonização. Explicitando essa ideia, Roche (1969, p. 03) afirma que "o emprego da palavra colonização pelos brasileiros não provém, pois, de uma confusão, mas de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela".

Especificamente, o termo colonização foi concebido através de vários significados entre séculos XIX e XX, mas sempre atrelados à atividade agrícola. No século XIX, colonizar consistia em introduzir, com novos habitantes, a mão de obra inexistente num lugar, para fins agrícolas. Já no século XX, procurando inovar a definição jurídica do imigrante, a legislação estabelece como critério a intenção do estrangeiro em se estabelecer num ponto do território e exercer uma profissão, de preferência agrícola. Os colonos foram os primeiros agricultores e artesãos rurais, ou seja, homens ligados ao solo que o exploravam (ROCHE, 1969).

Giron (1992) aponta que a relação entre imigração e colonização deve-se ao fato de que a primeira resolve o problema da mão de obra e a segunda contrapõe a pequena propriedade ao latifúndio, permitindo uma vigilância contínua e um isolamento que garantiria a segurança nacional. Para Seyferth (1988), os imigrantes assimilaram a identidade colonial, tornando-se imigrantes/colonos. Não havia controle sobre o processo migratório, pois já encontraram tudo pré-determinado pela

legislação, como o local de destino, a função e as obrigações a serem cumpridas, ou seja, privilegiava-se a implantação e a prática da atividade agrícola.

Basicamente, a imigração foi incentivada através de subsídios que permitissem aos migrantes recomeçarem suas vidas no Brasil. Esses subsídios incluíam promessas de naturalização, liberdade religiosa, propriedade de 77 hectares/família, animais para a criação, ajuda em moeda corrente por um ano, isenção de impostos e prestação de serviços por dez anos. Paralelamente aos benefícios concedidos, o Governo impôs a condição de inalienabilidade de suas terras por dez anos (ROCHE, 1969). Essas condições referem-se aos imigrantes que se inseriram no início desse processo, ou seja, aos alemães no Rio Grande do Sul.

Um aspecto a ser destacado é que nem sempre esses subsídios se efetivaram na prática, pois os agentes da migração no exterior não relatavam as reais condições do imigrante no Brasil. Os problemas centravam-se na demarcação dos lotes, na demora de expedição dos títulos de propriedade, nas dívidas coloniais e no excessivo número de imigrantes destinados a uma mesma colônia, às vezes maior do que o próprio número de lotes (ROCHE, 1969).

As contradições nos subsídios prometidos aos imigrantes podem ser encontradas na própria Constituição Imperial, que era contrária à concessão imediata da nacionalidade brasileira aos imigrantes e que tinha, no catolicismo, a religião oficial. Desse modo, em 1827, essas duas cláusulas foram retiradas do contrato que regia as leis da imigração, além de suprimir a ajuda financeira aos colonos a partir de 1830 (ROCHE, 1969).

A iminência da Revolução Farroupilha, somada aos problemas de ordem política, acarretou a paralisação da colonização na década de 1830. E isso foi legalizado pela Lei do Orçamento, de 15 de dezembro de 1830, que suprimia todos os subsídios destinados à colonização estrangeira. Segundo Lando e Barros (1992, p. 28),

> ao ser posta em execução esta lei, o Governo devia grande soma aos imigrantes, além de instrumentos de trabalho e animais, prometidos quando da sua chegada à colônia. Além disso, o trabalho de demarcação de terras (que se iniciara para por fim ao descontentamento dos colonos) teve de ser interrompido, em consequência da referida lei, que impedia a Província de realizar qualquer empreendimento em prol da imigração.

A questão da naturalização parece ter sido um dos principais entraves encontrados pelos imigrantes, pois lhes negava o direito à vida comunitária e à política. Em busca de uma solução, promulgou-se a Lei de 23 de outubro de 1832, que dispôs sobre a naturalização para os imigrantes que já estavam no país há quatro anos como proprietários de terras ou exercendo outra função útil. Para tanto, exigiu-se comprovação de idade, de residência, de propriedade e o pagamento de uma taxa para que o colono pudesse se naturalizar.

Logo em seguida, um Ato Adicional, de agosto 1834, transferiu para as províncias a competência sobre a colonização. Estabeleceu-se, novamente, a contradição, uma vez que as províncias não possuíam patrimônio próprio e, por consequência, não poderiam fundar colônias agrícolas (ROCHE, 1969). Para a Província do Rio Grande de São Pedro, o Ato Adicional surgiu com a iminência da Revolução Farroupilha (1835-1845), a qual paralisou a questão da colonização por dez anos (FEE, 1981).

Com a Revolução Farroupilha, a imigração ficou praticamente suspensa, tanto que, de 1830 a 1844, em São Leopoldo, não chegou imigrante algum (LANDO; BARROS, 1992). Em relação à Revolução, alguns imigrantes distinguiam-se dos demais, por se tratar de um grupo de mercenários de guerra, que faziam parte de um regimento de estrangeiros, criado para lutar na Guerra da Cisplatina. “Nesse grupo estavam muitos daqueles que acabariam se destacando na Guerra dos Farrapos” (URBIM, 2001, p. 32).

A proximidade com Porto Alegre tornou a Colônia de São Leopoldo um ponto estratégico. A maioria dos imigrantes não se preocupou em participar da guerra. Alguns líderes revolucionários, de origem alemã, atuaram nos combates, mas tinham receio de prejudicar as colônias ao incitar revoltas contra o Império. No período que durou o conflito, vários imigrantes rumaram para Santa Catarina, na tentativa de fugir dos confrontos (URBIM, 2001).

Ao término da guerra, reiniciou o fluxo de imigrantes que se inseriram na Província do Rio Grande de São Pedro e iniciou-se o segundo período da primeira fase (1848-1874), ficando a cargo da colonização provincial. “A colonização regeu-se por duas séries de leis votadas pela Assembleia Geral e pela Assembleia Provincial” (ROCHE, 1969, p. 101).

Visando a agilizar o processo de colonização, em 1848, promulgou-se a Lei Geral, de 28 de outubro, regulamentando que as províncias receberiam do Império

36 léguas quadradas de terras devolutas para serem utilizadas para a colonização. A lei proibiu o uso do trabalho escravo nessas terras e determinou que sua exploração deveria ocorrer em cinco anos, para que os colonos se tornassem proprietários (ROCHE, 1969). Essa lei objetivou solucionar o fato de as províncias não possuírem terras e, portanto, não poderem conduzir a colonização.

A criação de leis para regulamentar a colonização se sucedeu em curtos espaços de tempo e transformou as diretrizes orientadoras da inserção de imigrantes e do desempenho de suas atividades na Província. Assim, na concepção de Giron (1992, p. 53) destaca-se com relação à Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que

> a terra, que antes de 1850 era símbolo de status social, após a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, passa a ser tratada como mercadoria, e, como tal, será transacionada. Esta Lei dispõe sobre o aproveitamento das terras devolutas do Império, fixando as diretrizes, tanto para a legalização das sesmarias já existentes, como para a estruturação das colônias para nacionais e estrangeiros. A partir de sua promulgação, as terras só poderão ser adquiridas mediante a compra. Ao mesmo tempo em que fixa a forma do pagamento das terras cria a Repartição Geral das terras. Esta seria a responsável pela formação e administração das colônias, venda das terras e legalização das mesmas.

A partir dessa lei, não era mais permitida a concessão de terras, apenas a venda delas. Embora não tenha sido uma prática comum aos imigrantes, tal fato ocorreu apenas no início da colonização, sendo que, logo, os imigrantes tiveram que fazer terrão solo produzir para poderem quitar suas dívidas. Também em decorrência dessa lei surgiram várias colônias particulares, fundadas devido à sua interpretação especiosa. As exigências para a legitimação da posse da terra eram poucas e as legitimações de complacência permitiram a apropriação de milhares de hectares (ROCHE, 1969).

A colonização provincial marcou sua regência através da promulgação de duas leis: a Lei Provincial de 04 de dezembro de 1851 e a Lei provincial de 1854. A Lei de dezembro de 1851 regulamentou o cadastramento dos lotes de 48 ha, em todos os núcleos que foram estabelecidos em terras concedidas pela Lei de 1848, e a distribuição gratuita de lotes aos colonos, além de instrumentos e sementes. Também previa a indenização pela viagem e ajuda durante a instalação (ROCHE, 1969). Destaca-se que a primeira lei não vigorou por muito tempo devido à dificuldade de manutenção dos subsídios. Com isso, promulgou-se a Lei de 1854, considerada a “verdadeira” carta da colonização oficial do Rio Grande do Sul.

Por essa lei, as terras passaram a ser vendidas, podendo ser adquiridas à vista ou no prazo de cinco anos. Havia um preço mínimo a ser pago pelo lote, com a primeira prestação ao final do terceiro ano. O título de propriedade seria concedido mediante a exploração do lote além do pagamento, ou seja, a terra deveria ser produtiva. Além disso, os colonos deveriam residir no lote e cultivá-lo no prazo máximo de dois anos, sob pena do mesmo voltar para o domínio provincial (ROCHE, 1969).

Outra regulamentação dessa segunda lei definiu que a demarcação das colônias ocorreria através do estabelecimento das medidas básicas, como léguas, travessões e lotes (GIRON, 1992). A demarcação era um dos problemas encontrados na formação das colônias, pois houve alguns processos entre os colonos devido aos limites dos lotes, ou a legitimidade da propriedade. Destaca-se que em alguns casos o Governo colonizava terras de domínio privado e alguns proprietários vendiam glebas pertencentes ao Estado, o que era mais frequente. Isso configurou uma das formas de usurpação de terras públicas (DENIS, 1951).

Desse modo, a Lei de 1854 sobrecarregou os colonos de obrigações e dívidas. Roche (1969) salienta que o segundo período da colonização é considerado o mais lento em virtude de uma série de fatores ligados à política de colonização, como a legislação contraditória, a propaganda do Brasil no exterior e a pressão da imprensa estrangeira quanto ao tratamento dos imigrantes.

Embora o processo de colonização tenha enfrentado dificuldades as colônias implantadas prosperaram, acarretando a expansão do povoamento. À medida que recuava a floresta para a formação dos lotes cultiváveis, estes valorizavam-se, aumentando a procura por “espaços vazios” para a implantação de colônias agrícolas (DENIS, 1951).

O Governo continuou a inserir alemães na Província até a chegada do terceiro período da colonização (1874-1889). A partir desse período notou-se o desinteresse do Governo local pelo processo migratório, principalmente, em função da diminuição dos recursos. Outras causas também interferiram na diminuição da imigração, como o súbito interesse do Governo alemão em promover a emigração para o Brasil, após tantas críticas ao tratamento dados aos alemães no Brasil. Outra causa desse interesse deve-se à formação do Estado alemão. Como a imigração constituiu-se, inicialmente, através de fluxos vindos essencialmente da Alemanha, com núcleos de grande unidade identitária, tanto o Governo como a opinião pública

da Província ficaram temerosos quanto à homogeneidade de povoamento e receou-se a criação, no Rio Grande do Sul, de uma "pequena Alemanha" (ROCHE, 1969).

Seyferth (1988) afirma que o alemão concentrou-se em áreas essencialmente homogêneas e compactas no Rio Grande do Sul, como até então nenhuma etnia o tinha feito. A exceção constituiu-se com a chegada dos italianos no Rio Grande do Sul, a partir de 1870. Essa afirmação corrobora as preocupações do Governo e diminui os fluxos migratórios entre Alemanha e Brasil.

Desse modo, fundaram-se diversas colônias particulares, uma vez que o Governo autorizou a venda de terras públicas para quem se comprometesse a colonizá-las. Como consequência, houve uma grande especulação das terras públicas e a apropriação de imensas áreas, sendo que os compradores revendiam suas terras por até quatro vezes mais que o valor pago (ROCHE, 1969).

Com o decreto nº. 6129, de 23 de fevereiro de 1876, houve a criação da Inspetoria Geral das Terras, que substituiu à Repartição, criada em 1850. A partir desse decreto, tornou-se possível a migração sistemática de colonos europeus para a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.

A falta de interesse pela colonização, por parte do Governo, experimentou uma reviravolta, em 1885, devido à iminência da abolição da escravidão no Brasil. Nesse contexto, Roche (1969, p. 116) afirma que

> em face das modificações realizadas nas condições de trabalho agrícola pelas campanhas abolicionistas e pelas primeiras séries de alforrias, o Ministério da Agricultura julgou que a colonização devia ser incrementada através de um serviço regular de propaganda, da ajuda nos transportes dos imigrantes da Europa até o lugar de destino e da reorganização do serviço de cadastragem e de venda das terras. Isto foi objeto da Lei de 28 de Setembro de 1885. O número de imigrantes recebidos pelo Brasil subiu de 112.000, entre 1878 e 1883, para 222.607, entre 1886 e 1888.

O imigrante passou, então, a ser considerado, pelo Governo, como substituto da mão de obra escrava que, aos poucos, findava no Brasil. Os candidatos a colonos eram, geralmente, pobres em seus países de origem e tornavam-se agricultores, embora nem sempre o fossem, na tentativa de melhorar as condições de vida.

A abolição da escravatura representou para o colono a receptividade do Governo com a imigração, em virtude do seu objetivo central, ou seja, a necessidade de braços para desenvolver a agricultura. Porém, nem sempre as condições de inserção eram semelhantes. No Rio Grande do Sul, os imigrantes tornaram-se, em

sua maior parte, pequenos agricultores, pois receberam lotes de terra para cultivar. Enquanto isso, em São Paulo, substituiu-se diretamente a mão de obra escrava nas fazendas de café por assalariados.

Giron (1992) afirma que o termo colonização se aplica melhor ao Rio Grande do Sul e o termo imigração para São Paulo. Ambas as terminações referem-se à introdução de mão de obra livre no Brasil, mas seguiram duas direções: a primeira ao pequeno proprietário e a segunda ao empregado assalariado.

Com o impulso experimentado pela imigração, teve início a segunda fase da colonização (1890-1914), ou o quarto período, também denominado de segunda colonização Provincial (ROCHE, 1969). Nesse período, o Governo do Estado, tendo recebido atribuições mais amplas, investiu nas colônias antes fundadas pelo Governo Imperial e criou novas. Desse modo, importantes decisões foram tomadas para regulamentar à questão imigratória. Como enfatiza Roche (1969, p. 119),

> o Presidente do Estado, sentindo a necessidade de dar base mais geral à regulamentação das terras públicas, promulga a Lei de 1899, seguida do regulamento de 1900. Esses textos trazem uma solução justa a questão das terras e interessam diretamente a colonização. A Lei de 1899 não revoga a de 1950, mas a completa e corrige. Define o conceito de terras públicas devolutas (as que não tem uso público nem são apropriadas por título legítimo). Protege a posse de boa fé anterior a 1889, o que tranquiliza os terceiros adquirintes. Fixa um prazo irrevogável, de dois anos para a entrada de pedidos de legitimação, evitando, assim, qualquer reivindicação posterior oriunda da especulação, e isso traz sossego aos colonos que haviam comprado terras a particulares. Limitava a superfície legitimável a 25 ha em zona de campo, indicava as grandes regras da cadastragem e da venda das terras, cujas modalidades pormenorizadas, constam do Regulamento de 1900, que mostrava como a questão das terras estava ligada a da colonização. Amplia também, a proteção das florestas contra a devastação e organizou o primeiro Código Florestal do Rio Grande do Sul.

Nesse período, a imigração obteve êxito e passou a ser regida mais rigorosamente, sobretudo em relação ao pagamento do lote e ao título de propriedade. Algumas medidas foram adotadas, como a alteração nos prazos para o pagamento das dívidas, que vinculava o imigrante à terra para poder quitá-la. No início do processo colonizador, esse prazo era de cinco a dez anos. Com o decorrer do tempo, o prazo passou a ser de dois anos, obrigando o imigrante a tornar seu lote produtivo num tempo menor e, com isso, a atingir mais rapidamente a meta da colonização, ou seja, colonizar as terras rio-grandenses via agricultura.

A constituição de 1889 concedeu a propriedade das terras públicas aos Estados, mas deixava ao Governo Federal certa competência em relação à agricultura e à colonização. Em decorrência, surgiram algumas dificuldades, pois a

transmissão das colônias fundadas na Província, pelo Governo Imperial, foi lenta, prejudicando o andamento desse processo, assim como o interesse dos colonos (ROCHE, 1969).

Em 1895, a Lei Orçamentária transferiu para os Estados o serviço de colonização, ou seja, foi aberto crédito para o Rio Grande do Sul, como auxílio à imigração europeia. No entanto, o auxílio foi insuficiente, tornando o serviço oneroso para o Estado. O Governo Federal pagava a viagem até Porto Alegre e as demais despesas (instalação) eram subsidiadas pelo Estado (ROCHE, 1969).

Cabe ressaltar que a construção da legislação para o imigrante até a Proclamação da República fez-se com base na imigração alemã, predominante no processo colonizador até esse momento. Tal fato gerou dúvidas e receios no Governo brasileiro devido à formação do "império alemão", no que se refere às suas pretensões expansionistas.

Dessa forma, a alternativa encontrada pelo Governo para solucionar essa problemática consistiu em diversificar a inserção étnica. Inicialmente, com italianos, ainda na Serra Gaúcha, e, depois, com outros grupos sociais, formando as chamadas Colônias Mistas, no Norte do Estado. Portanto, as ações governamentais passaram a incentivar a imigração de italianos, poloneses, russos, judeus, holandeses, dentre outros. O que acarretou um significativo aumento da população.

As colônias particulares também contribuíram para a expansão da população no espaço gaúcho. Essas se desenvolveram em terras desocupadas entre as antigas colônias alemãs e as primeiras italianas, principalmente nos vales do Caí, Taquari, Rio Pardo e seus afluentes (ROCHE, 1969).

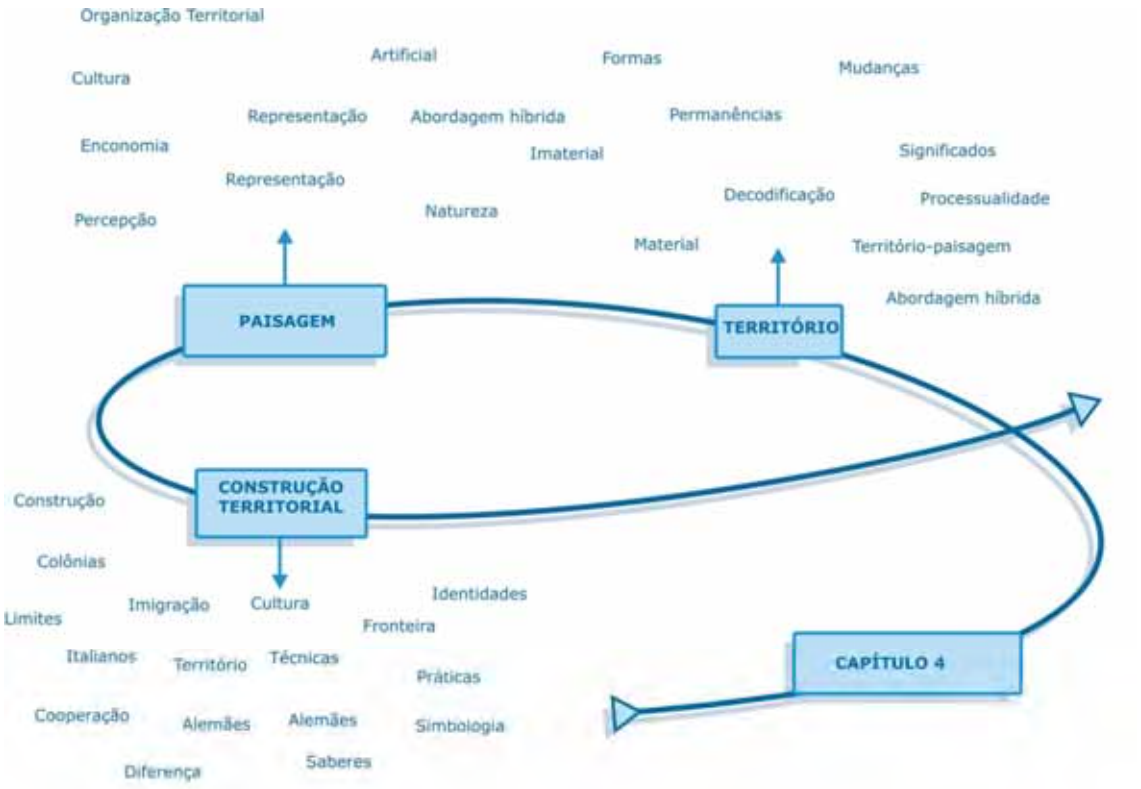
Ao iniciar o quinto período, na segunda fase (a partir de 1914), houve a diminuição significativa da colonização. Na concepção de Roche (1969), esse período se estende entre as duas guerras mundiais, quando Brasil e Alemanha se encontravam em lados opostos. Os colonos viram-se dependentes de um Estado e fiéis, espiritualmente, a uma Nação, da qual já não faziam parte. Nesse período, o Governo Federal assegurou para si a competência em matéria de imigração e a predominância no que se refere à colonização.

Os acontecimentos em escala mundial ocasionaram a suspensão dos fluxos migratórios via colonização, devido às animosidades deflagradas, principalmente, pela Alemanha e pela Itália, nas duas Guerras Mundiais. Tendo em vista que esses países forneceram grandes contingentes populacionais para o Brasil, tal situação já

era esperada, mesmo porque, no Rio Grande do Sul, os imigrantes ocuparam efetivamente os espaços através da instalação de colônias na porção Norte.

A baixa procura de estrangeiros pelo Brasil não exigiu muito da administração, ficando a legislação sem as constantes mudanças que experimentou desde o início do Período Imperial. Portanto, foi com base nas regulamentações expostas que a legislação brasileira administrou o processo migratório, inicialmente sob tutela do Império e, depois, da Província.

O fato de se implantarem colônias agrícolas no Rio Grande do Sul e essas terem prosperado deve-se a alguns fatores históricos que configuraram a organização do seu espaço produtivo. Em primeiro lugar, pode-se considerar que, no Sul, as colônias situaram-se distantes das estâncias pecuaristas cujos donos detinham o poder e, portanto, não assimilaram sua influência na totalidade. Além disso, no Sul, a grande propriedade tinha como principal produto a pecuária bovina de corte, em caráter extensivo, o que a tornava isenta da necessidade de grandes contingentes de mão de obra, como nas lavouras cafeeiras de São Paulo, ou mesmo da possibilidade de os latifundiários considerarem os imigrantes como prováveis concorrentes num futuro próximo (LANDO; BARROS, 1992).




# CAPÍTULO 4 A PAISAGEM COMO REPRESENTAÇÃO NA ANÁLISE TERRITORIAL

## 4. A PAISAGEM COMO REPRESENTAÇÃO NA ANÁLISE TERRITORIAL

> As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. [...] Porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos. (COSGROVE, 1999, p. 121)

### 4.1 Território e paisagem: uma proposta híbrida para a compreensão da realidade material e da representação dos códigos culturais

Buscou-se, neste capítulo, reconstruir a gênese e a formação dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, entendendo-os a partir de uma abordagem híbrida, centrada na concepção de paisagem como representação da análise territorial. A paisagem tem movimento, transforma-se sucessivamente e reflete-se em imagens das mudanças. É nesse sentido que foram identificadas e analisadas as territorialidades que marcaram cada época, considerando-se o caráter histórico da paisagem como componente da organização dos territórios em estudo.

Neste sentido, a análise dos territórios da imigração alemã e italiana, através de uma abordagem híbrida, propõe a relação entre os conceitos de território e paisagem. Tais conceitos estão presentes na pesquisa e revelam a paisagem como o resultado do processo histórico de construção territorial dos imigrantes alemães e italianos e seus descendentes. Os territórios em estudo apresentam diferenciações, materializadas não somente pelas distinções culturais, mas também pela materialização econômica e política em interação com a natureza.

Assim, resgataram-se alguns aspectos conceituais da paisagem, procurando-se demonstrar, de forma breve, a sua trajetória como conceito geográfico, para que se compreendesse a perspectiva híbrida. Repensar a paisagem é remeter às primeiras concepções desenvolvidas na Geografia, ou seja, aos elementos naturais e às descrições que permearam a Escola Clássica.

A visão clássica pautava-se apenas na forma, no visível, ou seja, na materialidade. A observação e descrição eram as técnicas utilizadas, enfatizando o

que havia em determinados lugares. Desse modo, privilegiou-se a classificação em detrimento da análise da paisagem (GIARETTA, ANTONELLO, 2004).

A complexidade e a historicidade das formas contidas na paisagem não eram abordadas. Pelo contrário, reafirmava-se a visão dualista, ao classificá-la como paisagem natural e humanizada. O ponto de vista dicotômico distinguia a dimensão natural da social, de modo a separar o homem do ambiente. Trata-se de uma abordagem restrita e reducionista, voltada exclusivamente à observação e à descrição das formas, sem se importar com o conteúdo, a subjetividade e a historicidade presentes na paisagem (GIARETTA, ANTONELLO, 2004).

A mudança no pensamento geográfico, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, permitiu romper com essa perspectiva, buscando fornecer novas concepções para a análise da paisagem. Assim, destacam-se novas abordagens filosóficas, como o marxismo e a fenomenologia, enfatizando as perspectivas cultural, individual e, em termos mais gerais, a social. A paisagem, na perspectiva crítica, foi considerada como resultado de um processo histórico, ou seja, é construída pelos homens, transforma-se e está em constante movimento.

Santos (2006, p. 103) afirma que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”. O autor considerou a paisagem como tudo aquilo que se pode ver, o que a visão alcança, aliado aos movimentos e sons que estão imersos nela. Também menciona a paisagem natural e a define como sendo aquela ainda não modificada pelo homem, portanto quase inexistente hoje.

A paisagem, para Santos (1988, p. 134), está ligada à produção do espaço. Por isso, o autor a considera como

> um conjunto de formas naturais e artificiais. Quanto mais complexa a vida em sociedade, mais artificial tornam-se as paisagens. No entanto, para transformar o natural em artificial, são necessários instrumentos de trabalhos fixos além de possuir o domínio das técnicas, materializado na tecnologia.

Na obra de Santos, a técnica é um instrumento importante na produção da paisagem, pois é através dela que os grupos sociais interferem com mais intensidade no espaço, criando e recriando territórios. A paisagem tem um caráter histórico na composição da configuração territorial, pois está em movimento no tempo e no espaço, sendo constantemente metamorfoseada pelos grupos sociais.

Porém, ao se relacionarem os conceitos, não se deve confundi-los, pois espaço, território e paisagem apresentam distinções, o que não impede que pertençam à mesma configuração territorial. Desse modo, a amplitude territorial pode ser composta por paisagens, regiões e lugares, os quais se configuram no decorrer do seu processo de formação. Resultam das territorialidades, das diferentes formas de apropriação do espaço, de construção do território, considerado como heterogêneo e singular.

Giaretta e Antonello (2004) contribuem para o entendimento da paisagem e sua relação com a técnica ao salientar que a produção da paisagem depende da relação entre o homem e os seus instrumentos de trabalho. Procurando enfatizar a evolução da influência da técnica, salientam que, no passado, esses instrumentos eram um “prolongamento” do homem e hoje são “acréscimos” à natureza, como as pontes, as rodovias e os portos, dentre outros. Os “acréscimos” à natureza materializam a infraestrutura, formando paisagens cada vez mais artificiais e humanizadas, moldadas pelos sistemas técnicos.

Por conseguinte, território e paisagem estão intrinsecamente relacionados, na medida em que a paisagem é o resultado da configuração territorial num dado momento, ou seja, ela não é permanente. A paisagem expressa o estágio técnico, o desenvolvimento econômico e social, a interação com a natureza, enfim, as escolhas dos grupos sociais responsáveis pela organização do território. É através dela que se podem observar as (des)continuidades, as transformações nas formas e nas simbologias do território. Nesse caso, a paisagem também é multidimensional (híbrida), pois é construída pelos homens, que se reterritorializam econômica, cultural e politicamente.

Mediante essas considerações, pode-se dizer que o entendimento do conceito de paisagem, na atualidade, tornou-se mais complexo, devido à multiplicidade de relações que estão subentendidas nele. Não se trata apenas da materialidade das formas moldadas pela técnica, mas também da inserção da imaterialidade e da subjetividade na sua análise. Há uma tentativa de compreensão do conteúdo, do significado, da simbologia inerente a cada forma, ou seja, de busca pelo entendimento do por que da existência dos objetos que compõem a paisagem.

Assim, a paisagem não é apreendida apenas pela observação, pelas formas, ela precisa ser compreendida através dos sentidos, os quais permitirão identificar sua perspectiva imaterial. Desse modo, a paisagem não só é vista como também

sentida através do tato, do gosto, do cheiro e da audição, numa composição mais complexa de sentimentos, sensações e percepções. (COLLOT, 1990).

Procurando demonstrar a importância da abordagem híbrida, Saquet (2007) realizou uma análise conjunta dos conceitos de território e paisagem, resgatando vários autores que contemplam essa perspectiva. A abordagem híbrida explicitada pelo autor salienta a paisagem como representação na análise do território, ou seja, os conceitos são distintos, mas estão em unidade. Paisagem e território são complementares e processuais. Por conseguinte, a paisagem consiste em representações do que pode ser observado, percebido e sentido do processo multidimensional de construção histórica do território. Assim, as paisagens contêm elementos materiais e imateriais.

A proposição dessa abordagem busca superar as análises superficiais, que reduzem a realidade a meras descrições. A paisagem pode ser considerada um mosaico que tem um tipo de funcionamento unitário. Pode, ainda, conter formas "viúvas", a espera de revitalização e formas "virgens", que são criadas para novas "funções". (SANTOS, 1988). Trata-se, portanto, de uma abordagem de movimento, transformação, mudança, o que pressupõe uma análise das (des)continuidades que se processam no processo histórico de formação territorial.

Pensando na abordagem híbrida entre território e paisagem, pode-se dizer que a paisagem, atualmente, não é a simples adição de elementos naturais e culturais. Mas, pode ser concebida como resultado da unidade das suas dimensões e da sua imaterialidade, tornando-a um conjunto único, construído e formado pelos grupos sociais que a moldaram. Cada grupo social tem suas particularidades culturais, econômicas e políticas, as quais são materializadas, marcando territorialidades que se acumulam no território.

Nesse sentido, a cultura exerce influência significativa na construção territorial, da qual a paisagem é resultante. Segundo Wagner e Mikesell (2003, p. 29),

> a cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente até seres, objetos e lugares. E, na paisagem cultural é perfeitamente possível identificar essa simbologia, mediante a "leitura" dos códigos que permeiam um grupo social. [...] A atribuição de significados inerente a cultura, orienta a ação (quer vista como simbólica ou utilitária) e resulta, desse modo, em expressões concretas como sistema de crenças, instituições sociais e bens materiais. Portanto, o caráter desses elementos da cultura deve ser amplamente inferido da base de características significativas da

> comunicação e simbolização - de fórmulas verbais a trajes e gestos- associados a elas.

A paisagem é composta por elementos materiais e imateriais, tudo que pode ser visto e sentido, ou seja, ela apresenta significado de acordo com a cultura que a moldou. Através da paisagem, os grupos sociais se identificam e são identificados. Desse modo, a paisagem retrata a cultura, a ação direta que a transformou. Para Sauer (1998), as ações do homem se expressam por si mesmas, na paisagem cultural pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas.

Entretanto, o homem, enquanto agente distinto de modificação gera paisagens semelhantes, mas ao mesmo tempo repletas de particularidades. Tal fato deve-se, principalmente, à relação dinâmica estabelecida entre cultura-tempo-paisagem natural, como matriz da paisagem cultural, essencialmente singular. Assim, a ação humana sobre a superfície terrestre confere significado à paisagem, através das características marcantes dos grupos que a ocupam (BRUM NETO, 2007).

Nessa perspectiva, os territórios são marcados por paisagens distintas, materiais e representadas. A paisagem transmite uma mensagem, fruto da imaginação de quem a construiu. É objetiva e característica das preferências dos grupos sociais que a moldaram, marcando temporalidades passadas e presentes, num conjunto complexo de mudanças e permanências.

Considerando-se uma paisagem em movimento é que se abordará a construção dos territórios da imigração, iniciando pela alemã e finalizando com a italiana. Assim como os territórios foram construídos a partir de 1824 e 1870, respectivamente, a paisagem também sofreu mudanças significativas decorrentes da relação sociedade e natureza, tendo a cultura como um fator organizacional central. Portanto, os territórios em análise constituíram-se repletos de transformações e imersos na historicidade social dos seus habitantes, nas representações culturais e econômicas.

## 4.2 Terceira Temporalidade: a gênese colonial e a construção dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul

Ao se analisarem os territórios da imigração, serão abordadas, também, a cultura, a identidade e a simbologia, relação presente no contexto histórico da colonização do Rio Grande do Sul, a partir do qual se inseriram grupos sociais singulares, dentre eles os alemães e os italianos, etnias centrais neste estudo. Salienta-se sua relevância na formação territorial por comporem os maiores contingentes populacionais do processo de colonização ocorrido no Rio Grande do Sul. Suas culturas estavam pautadas em diferentes sistemas de codificação cultural que, ao se reterritorializarem, recriaram-se e imprimiram características no território, construindo paisagens diversificadas.

Nesse sentido, pretende-se desmistificar e desconstruir algumas visões propagadas sobre os imigrantes. Primeiramente, é preciso que se pense em relação às diretrizes políticas que orientaram o processo de colonização. Houve um direcionamento para a localização e a estruturação dos territórios e, por conseguinte, os imigrantes não optaram pela área, pois ela já estava determinada. Em termos práticos, os agentes públicos e privados, responsáveis pela implantação das colônias é que definiram suas localizações, diferente do que comumente divulga-se, ou seja, o imigrante não “escolheu” locais semelhantes (do ponto de vista natural) aos que viviam em seus territórios de origem.

Embora não tivessem a opção de escolha, chegando ao Brasil, os imigrantes foram atores principais na organização territorial, na criação de paisagens típicas e de territorialidades múltiplas, enfim, na transformação do espaço para construção dos seus territórios. O trabalho realizado pelos pioneiros cumpriu as metas estabelecidas pelas diretrizes políticas, superando-as, pois não se restringiram somente à implantação da atividade agrícola. Foram além da condição de colonos, tornaram-se também “colonos operários”[22], delineando territorialidades múltiplas, rurais e urbanas.

Quando se abordam as imigrações no Rio Grande do Sul, não estão sendo enfocadas identidades homogêneas, embora estejam pautadas em bases culturais

[22] Termo cunhado por Seyferth (1987).

similares. Há diferenciações implícitas na própria cultura, na distinção originada pela forma de cultivar os seus códigos culturais no contexto da família e dos grupos sociais. A análise macroestrutural revela um território delimitado pela cultura alemã, mas nem por isso homogêneo do ponto de vista econômico, político e natural. Identificam-se dinâmicas características diferenciadas internamente à própria cultura e economia, que definem territorialidades múltiplas.

Nesse sentido, procurou-se sintetizar a construção dos territórios da imigração alemã, enfatizando-se sua origem e sua formação até a atualidade, através de temporalidades. Identificaram-se os "marcos" temporais de cada transformação territorial, considerando-se a perspectiva cultural e econômica. Buscou-se, com isso, compreender a dinâmica transformadora, as mudanças e as permanências, as des-re-territorializações e as implicações econômicas e culturais na paisagem.

Desse modo, seguindo as diretrizes políticas, a colonização teve início, no Rio Grande do Sul, de acordo com a legislação, ou seja, o imigrante deveria ser um colono e este, por sua vez, um agricultor. Tal exigência pressupôs que os imigrantes dominassem as técnicas agrícolas, o trabalho no solo. Esse pré-requisito era essencial para recrutar os candidatos que se destinariam ao Rio Grande do Sul.

Porém, a situação conflituosa vivida na Europa acarretou a emigração de alemães provenientes dos meios urbanos, os quais tiveram maiores dificuldades de se adaptar e desenvolver suas colônias, originando o abandono do campo em direção aos núcleos populacionais que surgiram nos territórios da imigração. (ROCHE, 1969). Mais tarde, os colonos se tornaram "colonos operários", iniciando a produção artesanal como ponto de partida para a industrialização do Centro-Leste rio-grandense, com destaque para os curtumes.

Já, alguns aspectos importantes em relação à origem rural dos imigrantes alemães são salientados por Roche (1969, p. 158), quando afirma que

> os imigrantes de origem rural [...] partiram de regiões muito diversas. Os primeiros que se fixaram eram de *Holstein,* de *Hanove*r, de *Mecklembourg.* Seguiram-nos, logo depois, camponeses originários de *Hunsruck*, estes últimos em maior número, "assimilaram" os que procediam de *Saxe,* de *Württemberg* ou de outras regiões. Os Vestaflianos concentraram-se, a partir de 1868, de preferência em Estrela, os pomerianos, em Santa Cruz ou São Lourenço, os naturais de *Schwaben,* mais tarde em Panambi. Física e mentalmente, os imigrantes rurais apresentavam grande variedade de traços: os renanianos eram considerados mais inteligentes, os pomerianos mais trabalhadores. No conjunto, houve preponderância da Alemanha Ocidental sobre a Oriental, mas convém não esquecer a

> contribuição da Alemanha Meridional, que forneceu a minoria católica: as diferenças de caracteres juntaram-se as das religiões.

Como os imigrantes vieram de localidades heterogêneas, apresentavam diferenciações em relação a alguns hábitos, dentre os quais se destaca a religião. Dessa forma, no decorrer do processo de reterritorialização, os grupos menores inseriram-se em grupos majoritários, tendo como critério a origem, o dialeto e a religião (ROCHE, 1969). Assim, identificam-se as primeiras transformações culturais ocorridas no decorrer da chegada desses povos no Rio Grande do Sul, como parte da adaptação à "nova" terra. Tais adaptações foram essenciais para a construção da comunidade, da proximidade e do trabalho cooperativo entre os imigrantes.

Embora a destinação de áreas específicas para a formação das colônias não tenha permitido que os imigrantes optassem pela sua localização, procurou-se agrupá-los de acordo com os critérios supracitados, organizando-os do ponto de vista territorial de acordo com a confissão. Isto é, além do fato de permanecerem unidos sobre uma base espacial, foram observados outros vínculos sociais, como a religião e o dialeto (ROCHE, 1969).

Considerados verdadeiros "elos" sociais, a religião e o dialeto facilitaram a sociabilização nas colônias. Tal fato foi essencial para o processo de formação dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul, permitindo o surgimento de ligações sociais sólidas na construção das comunidades locais. A partir disso, reterritorializaram-se econômica, cultural e politicamente, inserindo-se nos contextos local e regional, construindo paisagens típicas, dotadas de significados inerentes à sua cultura.

Ao abordar a designação "colônias alemãs" no Rio Grande do Sul, Roche (1969) esclarece que se referem a áreas que se sobressaem aos demais povos existentes, em virtude da sua coesão social e da precisão dos seus limites, delineados por formas de vida características. Posteriormente, será discutido que, com o crescimento e a expansão das colônias, esses limites já não se configuram de forma rígida, principalmente do ponto de vista cultural e econômico. Não há um limite em que os fenômenos acabam e iniciam outros seguidamente, pois se identificam "áreas" de transição, nas quais as territorialidades coexistem no espaço. Tal fato ocorre, sobretudo, nas fronteiras, por se tratarem de áreas de contato, de mudança, enfim, em que há maior relação com os aspectos exteriores ao território.

Essa definição é válida, também, para a colonização realizada com os imigrantes italianos, representantes do segundo grande contingente populacional a se inserir no Rio Grande do Sul. Assim, ao se referir às "colônias italianas", reporta-se à manutenção de um grupo social em "áreas" contínuas, permitindo sua reprodução cultural, como poderá ser visto posteriormente quando forem analisados os territórios da imigração italiana.

As colônias constituíram os núcleos iniciais, ou seja, a gênese dos territórios. Desse modo, a possibilidade de permanecerem juntos sobre uma base espacial criou as condições essenciais para a formação dos territórios da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Outro fato significativo em relação à construção dos territórios centra-se na formação de comunidades próximas às colônias, possibilitando a manutenção cultural. As colônias alemãs não estavam "isoladas" entre si, embora inicialmente tivessem experimentado dificuldades devido à falta de infraestrutura básica, principalmente viária.

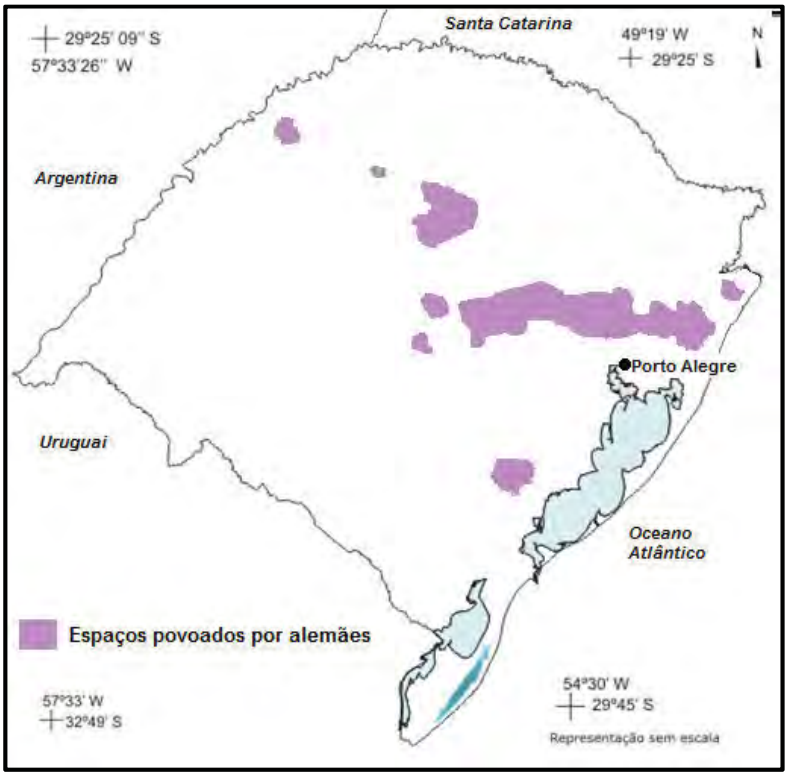
Apesar das dificuldades relatadas, os imigrantes mantiveram sua unidade cultural, guiados pelos processos de identificação, principalmente, em relação à religião e à língua. Além disso, os 50 anos de exclusividade no processo migratório também contribuíram para a referida unidade, pois, nesse período, os imigrantes alemães prevaleceram em número e construíram diversos núcleos coloniais, prosseguindo com a gênese dos territórios (MAPA 3).

O contato com outros grupos culturais ocorreu pela necessidade de comercialização dos seus produtos, marcado pela influência mútua, ou seja, um hibridismo cultural, principalmente em virtude de se comunicar, de entender o outro e de se fazer entender além dos limites territoriais do seu grupo social. Desse modo, um dos primeiros códigos a se adequar e a se transformar foi a língua, no intuito de viabilizar a comunicação com os lusitanos em virtude das relações comerciais.

Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães ainda falavam o dialeto de suas localidades de origem, ou seja, a língua alemã (*deutsche sprache)*, mas considerando suas variações dialetais. Mantiveram o hábito no seu grupo social e nas relações familiares, permitindo a continuidade da língua-mãe.

No entanto, dois aspectos importantes contribuíram para mudanças em relação a esse código cultural. O primeiro refere-se à necessidade de comunicação com as outras etnias presentes no território rio-grandense, acarretando a necessidade de se aprender o português, como dito anteriormente. Tal fato resltou

em uma mistura linguística entre o dialeto falado pelo imigrante e o português falado no Rio Grande do Sul (que já tinha suas particularidades em relação ao falado em outras regiões brasileiras). Originou-se, então, o "português falado nas colônias alemãs", carregado de sotaque e de termos resultantes da mistura entre as duas línguas em questão.




Mapa 3: Localização das colônias alemãs no Rio Grande do Sul.
Fonte: Adaptado de BERNARDES, Nilo (1997, p. 137) *apud* MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo, 2001, p. 46.

O segundo aspecto a ser ressaltado diz respeito ao próprio dialeto alemão reterritorializado no Rio Grande do Sul, que passou a ser praticado nas colônias e teve um desenvolvimento distinto do praticado na Alemanha, após a saída dos colonos. Essas diferenciações devem-se às influências particulares de cada grupo social, ou seja, os que permaneceram em seu território de origem desenvolveram suas características linguísticas com pouca interferência externa no âmbito cultural, preservando traços e reconstruindo-os de acordo com suas necessidades culturais, econômicas e políticas. Os grupos adequaram sua linguagem no tempo e no espaço de acordo com a formação social.

Enquanto isso, aqueles que se tornaram imigrantes no Rio Grande do Sul cultuaram um dialeto e o desenvolveram de acordo com as suas necessidades e influências cotidianas. Inseridos em uma diversidade cultural, tornou-se central a necessidade de se tornarem bilíngues, acarretando transformações significativas nos seus códigos, principalmente, o linguístico.

Considerando-se que a Alemanha só se unificou em 1871, os grupos sociais que formaram sua base territorial tinham a linguagem expressa em diversos dialetos, não constituindo, por conseguinte, uma língua homogênea. Fato esse que influenciou a colonização do Rio Grande do Sul, devido à diversidade de regiões de origem dos imigrantes e a sua consequente peculiaridade linguística. Identificam-se imigrantes oriundos da Prússia (Norte da Alemanha), Baviera (Sul) e do atual Palatinado, além da Boêmia e da Áustria (PRADE, 2003).

Os dialetos falados nas colônias eram, inicialmente, semelhantes aos falados nas regiões de origem dos imigrantes. Com o decorrer do tempo, da distância e do desenvolvimento diferenciado tornaram-se distintos e característicos da linguagem regional dessa comunidade no Sul do Brasil. Ao abordar as origens da língua alemã no Rio Grande do Sul, Prade (2003) salienta que o dialeto alemão mais praticado no Sul do Brasil era o *Hunsrückisc,* proveniente da região montanhosa de mesmo nome, situada no Sudoeste da Alemanha, de onde vieram os maiores contingentes de imigrantes. Nem todos os imigrantes falavam esse dialeto, mas, com o tempo, passaram a adotá-lo devido ao fato de a maior parte dos grupos de imigrantes o utilizar.

Nas primeiras décadas após o início da colonização, a prática da língua alemã era permitida nas colônias, tendo em vista que o Governo Imperial brasileiro anão investiu na estruturação de serviços sociais básicos, principalmente, a educação. Desse modo, as crianças eram alfabetizadas em alemão, inclusive com professores oriundos diretamente da Alemanha. A alfabetização na língua-mãe dos imigrantes e de seus descendentes foi essencial para a manutenção desse código, embora a aprendizagem do português fosse uma questão de tempo, pois essas pessoas não poderiam se isolar apenas na comunidade local formada pelas colônias (FOTOGRAFIA 2).

Ao iniciar a colonização no Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães tinham consciência da importância da alfabetização para a vida dos seus descendentes. Desse modo, organizaram escolas étnicas, mesmo que de forma precária, já que não havia instituições públicas à disposição. Eram escolas de emergência e com período escolar flexível, nas quais utilizavam cartilhas escritas à mão. (RAMBO, 1956). Pode-se observar alguns aspectos das escolas no mosaico construído com fotografias capturadas no Parque do Imigrante em Nova Petrópolis. Há reproduções de vários aspectos cotidianos das colônias alemãs, dentre os quais, a casa do professor (FOTOGRAFIAS 1, 2 e 3), cuja função era de moradia e situava-se próxima à escola. Caracteristicamente, a escola era pequena, composta por móveis artesanais construídos em madeira e um pequeno quadro (FOTOGRAFIAS 4 a 8). Kreutz (2003, baseado em dados de Paiva, 1984 e Rambo, 1994)), afirma que até 1850 foram criadas 24 escolas nas colônias alemãs (pelos próprios imigrantes), enquanto que, em toda Província haviam 51 escolas criadas pelo Governo na metade Sul. Em 1875 as escolas étnicas já somavam 99 unidades espalhadas pelas colônias.

Fotografia 2: Mosaico fotográfico das escolas coloniais alemãs no Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Observa-se que, no espaço rural, essa manutenção perdurou por um período de tempo maior se comparado às cidades, em virtude de uma menor interferência externa e de uma maior coesão social (ROCHE, 1969). A “vida na colônia” permitiu a integração e a preservação dos costumes até certo momento, quando a integração com outras culturas tornou-se inevitável, seja pela necessidade de integração comercial, seja pelo crescimento das áreas urbanizadas, que, com o decorrer do tempo, transformaram parcelas das colônias em cidades.

A manutenção da língua serviu como elemento de coesão social, de identificação, caracterizando sua expressividade em relação às demais etnias que formaram o Rio Grande do Sul até aquele momento. A língua falada no âmbito da família e da comunidade prevaleceu sobre a escrita nas colônias, fato que perdurou até fins do século XX, quando o resgate das questões identitárias referentes ao processo de imigração alemã permitiu a emergência e a valorização dos seus códigos. Na concepção de Brum Neto (2007, p. 238), a relevância da língua

> como código cultural imaterial está diretamente associado à expressão de um povo. A linguagem é uma forma de transmissão cultural, ou seja, é a através da fala que a cultura é contada, muito mais do que pela escrita. Os ensinamentos, as crenças e os valores são transmitidos oralmente de geração em geração.

As escolas implantadas nas colônias alemãs constituíram-se de pontos de resistência cultural, por ensinar a *língua-mãe* e por estar ligada a religiosidade das famílias dos imigrantes. Dessa forma, os imigrantes puderam manter uma forte ligação com a sua cultura de origem, apesar das pressões no sentido de integração ao novo território.

O isolamento dos primeiros anos de implantação das colônias agrícolas fez com que escolas e igrejas fossem organizadas pela iniciativa dos próprios colonos. A importância das instituições, como a igreja, a escola e as associações foi essencial para manter as tradições, pois alguns dos elementos de preservação e difusão da língua, da identidade, enfim, dos códigos culturais alemães referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase ao associativismo e à organização das comunidades religiosas. (IBGE, 2011).

Por conseguinte, muitos descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã, inicialmente, sem ao menos ter conhecimento da língua oficial brasileira. Aos poucos, o ensino da língua alemã acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de

almanaques e sua divulgação, tanto para o interior dos núcleos coloniais quanto para outras províncias, num período que se estendeu até 1939. O resultado desse processo resume-se no "teuto-brasileiro" (IBGE, 2011).

Seyferth (1981) explica que o termo “teuto-brasileiro” em relação à língua está ligado ao processo de integração dos imigrantes. Essa integração refere-se ao “novo” território. Ainda que os imigrantes mantivessem a língua materna, pertenciam à outra pátria, no caso, o Brasil e necessitavam tornar-se bilíngues para efetivar a comunicação, a vivência. Nesse caso, a identidade cultural dos imigrantes e de seus descendentes estava se tornando uma identidade híbrida, de base alemã, com a inserção de elementos da cultura rio-grandense (ainda em formação).

As novas gerações tiveram maior facilidade de aprendizagem do português e foram os disseminadores da identidade híbrida de forma mais efetiva. Porém, há que se ressaltar que o português falado nas colônias alemãs estava carregado de um sotaque característico, acentuando a letra “erre” (r) na pronúncia das palavras. Tal fato inseriu-se no processo de identificação dos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, diferenciando-os e compondo a relação identidade/diferença, como explicitado por Cuche (2002), Silva (2000) e Woodward (2000), referidos no capítulo 2 deste estudo.

Ao mesmo tempo em que os identificava mediante uma característica comum, os diferenciava dos “outros” grupos sociais, remetendo ao sentimento de pertencimento e de exclusão. Peloso (1991) afirma que, para definir uma identidade, não basta que se fale a mesma língua, é preciso que essa língua seja aceita pela sociedade. Nesse sentido, o teuto-gaúcho manteve suas diferenças, ao mesmo tempo em que integrou, inseriu e compôs a cultura gaúcha. Não se tem a pretensão, nesta pesquisa, de se abordar especificamente a questão identitária do gaúcho, mas reconhece-se a importância das distintas culturas na sua composição.

O processo de reterritorialização dos alemães iniciou com sua chegada no Rio Grande do Sul, intensificando-se com o desenvolvimento das colônias em decorrência da complexidade das relações sociais, das relações e dos intercâmbios, enfim, da pluralidade cultural em que estavam inseridos. Dessa forma, os imigrantes formaram uma unidade na diversidade, que teve sua origem na implantação da primeira colônia com imigrantes de origem alemã no Rio Grande do Sul, localizada em áreas do atual município de São Leopoldo (em 1824) (FOTOGRAFIA 3).

Fotografia 3: Abrigo dos primeiros imigrantes ao chegarem em São Leopoldo.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, 2011.

A prosperidade de São Leopoldo foi significativa, tanto que em 1825, além das atividades agrícolas já havia, no local, curtumes e outros estabelecimentos de transformação de produtos (THOMAS, 1976). Ademais, a proximidade de Porto Alegre contribuiu para a dinamização das atividades produtivas, facilitando o deslocamento para a comercialização dos seus produtos, bem como para suprir os migrantes na sua reprodução biológica e social. Fez-se necessária, apenas, a construção de infraestrutura para a expansão da colônia e a dinamização das relações comerciais, como fatores essenciais para o desenvolvimento territorial de São Leopoldo. As vias fluviais foram importantes para o deslocamento das pessoas, inicialmente feito com barcos a vela e a remo (FOTOGRAFIAS 4 e 5).

Considerando-se a última divisão municipal ocorrida em 1822, dois anos antes da fundação de São Leopoldo, fundou-se um total de quatorze municípios até 1835, demonstrando que o Rio Grande do Sul era ocupado territorialmente em um curto período de tempo (FEE, 1981). Com a iminência da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul estava territorialmente “dividido” em duas porções, o Sul e Leste. O Sul era formado por grandes propriedades pecuaristas, organizadas por descendentes de portugueses, espanhóis e alguns açorianos, e o Leste, nas proximidades da Capital, contava com imigrantes alemães, organizados em pequenas propriedades agrícolas.

Fotografia 4: Utilização das vias fluviais em São Leopoldo.
Fonte: Acervo do Museu Histórico São Leopoldo.

Figura 5: Construção da ponte de ferro em São Leopoldo.
Fonte: Acervo do Museu Histórico São Leopoldo.

Ao findar a revolução, a então Província do Rio Grande de São Pedro pôde retomar o processo de expansão populacional através da colonização estrangeira. Nas regiões centrais, ainda não ocupadas efetivamente, e na porção Norte ainda predominavam as áreas de matas com população esparsa.

De 1824, data da fundação do primeiro núcleo de colonização, até 1847, dois anos após findar a Revolução Farroupilha, entraram no Rio Grande do Sul 8.176 imigrantes alemães. Esse número tornou-se bem mais expressivo com a pacificação da Província, aumentando consideravelmente de 1848 até 1939. Com o início da imigração italiana, na década de 1870, houve uma pequena diminuição. Porém, a partir da década de 1880 a inserção de alemães teve continuidade, sendo que de 1920 a 1929 entraram aproximadamente 75.801 imigrantes dessa etnia no Rio Grande do Sul (TABELA 1).

Tabela 1: Número de imigrantes alemães inseridos no Rio Grande do Sul: 1924-1969.

| Período | Total |
|---|---|
| **1824-1847** | 8.176 |
| **1848-1872** | 19.523 |
| **1872-1979** | 14.325 |
| **1880-1889** | 18.901 |
| **1890-1899** | 17.084 |
| **1900-1909** | 13.848 |
| **1910-1919** | 25.902 |
| **1920-1929** | 75.801 |
| **1930-1939** | 27.497 |
| **1940-1949** | 6.807 |
| **1950-1959** | 16.643 |
| **1960-1969** | 5.659 |

Fonte: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N., 1994, p. 165.

Os dados apresentados na tabela demonstram que, de fato, não houve uma "liquidação" da imigração alemã a partir de 1914, conforme menciona Roche (1969). A significativa diminuição ocorreu a partir da década de 1930, intensificando-se na década de 1940. As políticas nacionalistas e a Segunda Guerra Mundial contribuíram significativamente para o decréscimo do número de imigrantes alemães.

Desse modo, ao se refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em sua tarefa de colonizar o território sul-rio-grandense, infere-se que essas pessoas tiveram que construir praticamente tudo que precisavam em termos de estradas e caminhos até a derrubada da mata para obter madeira e construir suas casas. Para Roche (1969), a vida nas colônias não era uma tarefa fácil, pois apenas indicavam a localização e a marcação do lote ao colono, além da concessão de algumas ferramentas como foice, facão, machado, serra e enxadão. O restante era de responsabilidade do imigrante, principalmente organizar e tornar seu lote produtivo. Ilhering (1885 *apud* WEIMER, 2005, p. 129), afirma que ao receber o lote, o colono

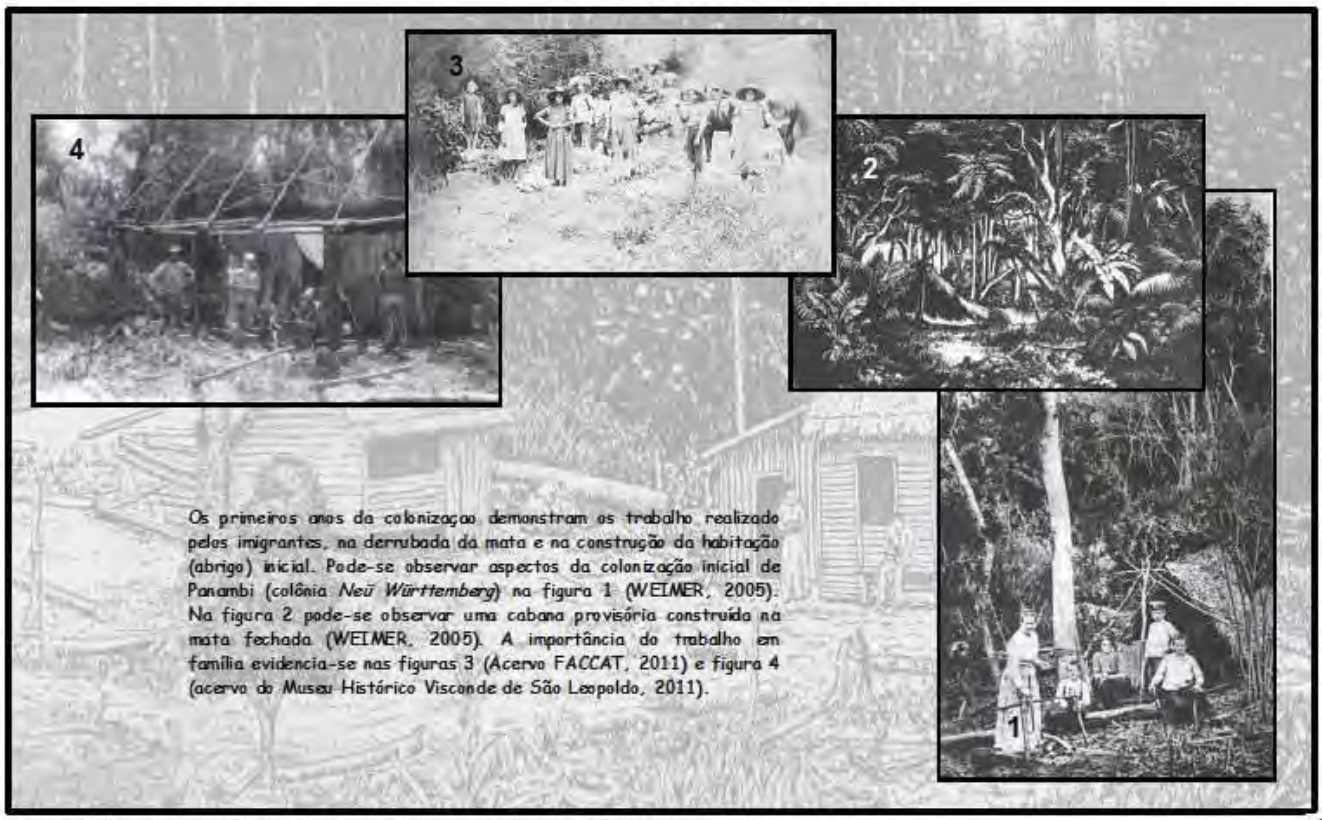
> precisa procurar um local adequado para a residência, dentro do possível, perto da água que, nas propriedades montanhosas das florestas virgens, existe em abundância, sob a forma de rios, arroios ou fontes. Ali ele constrói uma cabana leve, em forma de barraca, de galhos, coberta de folhas de palmeira de qualquer espécie que podem ser encontradas em abundância. Ela só vai servir para abrigar da chuva e do sereno enquanto "derruba o mato", como se diz por aqui, pois depois de o mato estar queimado, ele precisa construir uma cabana maior para poder encontrar abrigo para a família e o conforto necessário. Para a construção da primeira cabana silvestre, reúnem-se comumente 3 a 4 vizinhos e nela encontrará, no mínimo, para a noite e dias de chuva, razão pela qual a sua família, enquanto isso ficará no barracão do imigrante. Estando pronta a cabana, o colono começará com a assim chamada "derrubada do mato".

O imigrante recebia o lote apenas demarcado. Todo o trabalho de implantação, construção e organização deveria ser realizado pela família, ou seja, deveriam torná-lo produtivo para sua subsistência. Ao se instalar no lote, o trabalho era imediato, pois a primeira iniciativa era abrir uma clareira na mata e construir a choupana, tida como habitação primitiva. A madeira obtida com o desmatamento foi a matéria-prima utilizada na construção das casas (ROCHE, 1969) (FOTOGRAFIA 6).

Na ausência dos materiais de construção básicos, os imigrantes utilizaram-se dos materiais disponíveis no ambiente, como folhas para cobrir as casas, bambus e troncos de madeira para revestir as paredes e cipós para dar estabilidade, uma vez que não existiam pregos e tudo era amarrado (WEIMER, 2005).

Após a derrubada da mata e a construção do barracão inicial que abrigava a família, os imigrantes iniciavam o plantio de culturas básicas para sua subsistência, como batata-inglesa e feijão. O avanço sobre a mata ocorreu de acordo com as necessidades, mas de maneira lenta, uma vez que o desmatamento era um trabalho árduo. Em geral, houve a necessidade de trabalho em equipe. Posteriormente, utilizaram-se, também, dos fragmentos de rocha para construir a base das casas e dos muros (ROCHE, 1969).

Na medida em que realizou esse trabalho, o imigrante transformou porções de mata em terras agricultáveis e, nelas territorializou-se, diversificando a paisagem. Para Roche (1969), dentre os aspectos que revelam a cultura do imigrante estava a casa, o "*habitat*" rural e a povoação. A casa experimentou transformações no decorrer do tempo, apresentando cinco fases de acordo com os materiais utilizados e a forma (das casas).




Fotografia 6 :Mosaico fotográfico das primeiras habitações construídas nas colônias alemãs.
Fonte: WEIMER, 2005; Acervo FACCAT, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

A primeira casa foi a choupana, que consistia na forma habitacional mais primitiva devido às condições impostas no momento da inserção do imigrante no lote ainda inexplorado. Como visto anteriormente, a choupana era composta por uma cobertura de ramos sobre uma viga sustentada por dois postes fixados no solo. Era um abrigo primário, apenas para proteger da chuva, sendo que não resguardava do vento e do frio.

Posteriormente, utilizando-se da mata, os imigrantes construíram uma choupana mais sólida, um rancho de pau-a-pique. Ela consistia numa cabana de paredes de taipa e cobertura de palha, com cerca de vinte metros quadrados, comum na América do Sul. No decorrer do tempo transformaram-se em galpões ou celeiros, que representaram a adaptação às condições do meio, ou seja, abundância de madeira e barro e ausência de tijolos. Mas, foi uma fase breve (ROCHE, 1969).

Para Weimer (2005), essa fase não foi tão breve assim, pois há casos em que durou mais de trinta anos. A cobertura das casas construídas pelos imigrantes variava dependendo da disponibilidade de materiais existentes onde se localizavam as colônias. Costumava-se utilizar a uricana (uma espécie de palmeira) amarrada em feixes bem compactos, que ofereciam proteção contra as intempéries. Em alguns casos untava-se a camada superior com alcatrão aumentando o tempo útil da cobertura, tornando-a ainda mais resistente (FIGURAS 3 e 4).

Figura 3: As primeiras formas de habitação das colônias alemãs.
Fonte: WEIMER, 2005, p. 134.

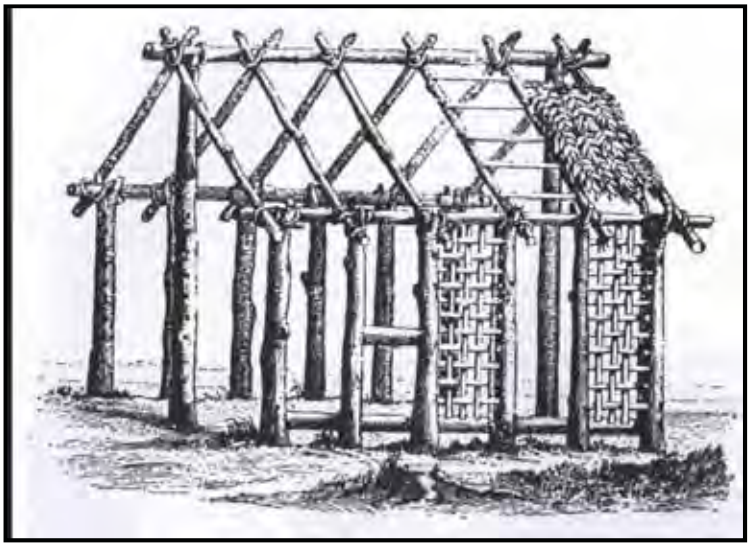


Figura 4: Etapas construtivas das primeiras habitações.
Fonte: WEIMER, 2005, p. 134.

Exceções foram encontradas na colônia de Santa Cruz. Como não existia a uricana nessa região, os colonos utilizaram-se de pequenas tabuinhas (*schindeln)*, de uma a duas polegadas de espessura e um pé de comprimento e largura. Formavam telhados duradouros. O piso era feito de barro e as dobradiças das portas de couro de boi. Já as paredes eram feitas com uma mistura de barro e palha (WEIMER, 2005) (FOTOGRAFIAS 7 e 8).

Fotografia 7: Detalhes do telhado em madeira (*schindeln*) no município de Tupandi.
Fonte: WEIMER, 2005, p. 135.

Fotografia 8: Casa enxaimel com telhado de tabuinhas em Tupandi.
Fonte: WEIMER, 2005, p. 135.

Na fotografia 7, pode-se observar os detalhes do referido telhado feito de pequenas tábuas, que ainda pode ser encontrado atualmente. No entanto, já não se trata mais de casas “primitivas”, pois estas já não se encontram mais, foram praticamente destruídas com o tempo e trocadas por outras mais resistentes. Na foto, o telhado de tábuas está revestindo uma casa enxaimel.

A segurança era uma preocupação dos imigrantes. Para tanto, deixavam um espaço livre em torno de cinquenta passos no entorno da casa para protegê-la das queimadas e da derrubada das árvores. Além disso, aspectos estruturais para iniciar o trabalho também são observados no relato de Ilhering (1985) *apud* Weimer (2005, p. 136):

> Quando o colono construiu a casa para sua família, ele providencia na construção de um estábulo para uma vaca e um cavalo, 4 postes com a cobertura de qualquer material que dá alguma proteção contra a chuva e queimaduras do sol são suficientes para o começo. Além disso, ele precisa fazer um galinheiro que seja bem fechado. [...] Finalmente, ele precisa providenciar o chiqueiro para que, logo após a colheita, ele possa adquirir e criar estes animais.

A segunda fase de que trata Roche teve como marco estrutural a construção da casa técnica enxaimel. Essa edificação foi construída quando os colonos alemães atingiram determinado grau de prosperidade, pois era ampla, sólida, com parede de taipa e, depois, de pedra ou tijolo. O telhado era de madeira, telha ou zinco (ROCHE, 1969) (FOTOGRAFIA 9).

O enxaimel (*fachwerk* ou *fachwerkbau*) significa construção em prateleiras, nas quais as paredes são estruturadas por um tramado de madeiras, em que as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si e os tramos (*facher*) são preenchidos com material de madeira, rochas ou tijolos (WEIMER, 2005). Essa técnica foi usada na Europa central, trazida pelos imigrantes alemães e reterritorializada nas colônias, especificamente as contempladas por este estudo, no Rio Grande do Sul.

**O enxaimel representa mais do que uma técnica construtiva, pois se tornou uma característica das colônias de origem alemã no Rio Grande do Sul. Ainda observam-se alguns exemplares construídos com essa técnica, principalmente, no espaço rural. Algumas casas enxaimel, hoje, compõem galpões nas propriedades rurais, como a antiga casa *Heinrich Osterkamp*, em Teutônia (FOTOGRAFIAS 3 e 4). Porém, o enxaimel não é homogêneo, guardando particularidades de acordo com a região de origem dos imigrantes. Podemos observar casas de telhado assimétrico (FOTOGRAFIA 1) e simétrico como a casa *Bünecker* em Colinas (FOTOGRAFIA 2). Com o progresso das colônias construíram-se casas definitivas (FOTOGRAFIA 5, 6, 7 E 8). O frontão posterior da casa *Withölder* (6) e da casa paroquial da Igreja Evangélica Luterana (FOTOGRAFIA 7), em Teutônia, demonstra a influência da arquitetura westfaliana. (WEIMER, 2005).**

Fotografia 9: Mosaico fotográfico demonstrativo do uso da técnica enxaimel nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul.
Fonte: WEIMER, 2005.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Considerado um estilo arquitetônico, o enxaimel ou *fachwerk* é uma técnica construtiva. Vidor (2000) esclarece que o *fachwerk* estava presente na Europa de forma geral e não apenas na Alemanha. Ele consiste em uma técnica de construção manual, ou seja, aplicação de habilidades artesanais na construção civil. O uso de madeiramento esculpido e outros adornos, como floreiras são comuns em edificações desse tipo. Vidor (2000) salienta que, embora não seja uma criação exclusiva da Alemanha, o enxaimel tem sua base naquele território, tornando-se uma de suas características construtivas distintivas. Ao se reterritorializar os imigrantes alemães trouxeram suas técnicas e procuraram reproduzi-las, adequando-as às condições locais do Rio Grande do Sul.

Alguns autores, dentre eles Roche (1969), assinalam dúvidas em relação à origem do enxaimel no Rio Grande do Sul ser oriunda dos imigrantes alemães, embora tenha se efetivado nessas colônias. Para Weimer (2005), essa suspeita é infundada, pois salienta que há distinções construtivas entre o enxaimel português e o alemão. Conforme o Weimer (2005, p. 122)

> construtivamente, no primeiro, os cunhais e esteios principais terminam em nabos que constituem as fundações de pedra. No sistema português imperam os grandes panos, nos quais os esteios secundários são empregados apenas nas ombreiras das portas e janelas e, acima e abaixo dos vãos, são rebaixados e cobertos de argamassa. Os elementos horizontais se restringem aos baldrames (apoiados nos nabos), frechais, vergas e peitoris. No sistema alemão, os tramos são pequenos, onde há esteios secundários e escoras desvinculados dos vãos que, na falta de uma terminologia específica, denominamos de vergas (*stuzriegel*) e peitoris (*brustriegel*). Todas estas peças são aparentes. Mecanicamente, a estrutura do enxaimel, segundo os sistema português, tende a ser hipoestática, uma vez que no sistema hexaédrico a estática só é conseguida pelo engastamento dos elementos lineares entre si. Ora, um encaixe de madeira não pode ser considerado como totalmente rígido, razão pela qual as condições estáticas só podem ser totalmente satisfeitas se a vedação dos tramos contribuir para o enrijecimento dos encaixes. Este não é o caso da estrutura do enxaimel alemão, onde peças inclinadas fornecem uma triangulação que torna a estrutura rígida, independentemente das condições de rotulação dos encaixes.

Embora o enxaimel esteja ligado a outras culturas, a casa construída com essa técnica tornou-se uma característica das colônias alemãs no Rio Grande do Sul, diferenciando-se das demais edificações existentes até então. A casa enxaimel é um marco na arquitetura típica alemã, assim como os aspectos organizacionais do seu entorno, como a composição de jardins.

Weimer (2005) organiza sua análise da arquitetura da imigração alemã classificando-a de acordo com a origem dos imigrantes e a sua influência nas colônias estabelecidas no Rio Grande do Sul. Desse modo, observam-se particularidades construtivas do enxaimel reterritorializado em Teutônia (maioria westfalianos), Santa Cruz do Sul (pomeranos) e Sapiranga, Dois Irmãos, Montenegro e Ivoti (francos). O autor salienta também as particularidades das "ilhas teuto-gaúchas", como Três Forquilhas, São Lourenço, Sertão Santana e outras localidades situadas no sul do Estado.

A arquitetura rural *teuto-gaúcha* é analisada através da forma física das propriedades, ou seja, dos sistemas estruturais e dos aspectos construtivos, juntamente com o mobiliário utilizado pelos imigrantes, os quais permitem reconstruir os aspectos iniciais do processo de reterritorialização no Rio Grande do Sul, como um aspecto inicial para que se identifiquem as transformações decorridas da gênese até a atualidade nos territórios da imigração alemã.

Tendo em vista as particularidades arquitetônicas inseridas juntamente com os imigrantes, Weimer (2005) considera que cada grupo social trouxe diferenciações na forma de construir, as quais sofreram adaptações em função das condições naturais e das interações culturais, principalmente no espaço rural. As transformações arquitetônicas abrangeram desde as soluções programáticas até a própria técnica construtiva. Houve uma aproximação das soluções, mas não uma unificação, pois se materializou no Rio Grande do Sul uma arquitetura "singular, autêntica e característica da sociedade de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul do século passado" (WEIMER, 2005, p. 414).

A terceira fase construtiva, apontada por Roche (1969), caracteriza-se pela casa de tijolo, a partir de 1870, seguida pela casa de madeira (quarta fase) e pela estandardizada (quinta fase). No que se refere ao *habita*t rural, os imigrantes evitaram as terras pantanosas e os escarpamentos, mas se aproximando dos riachos devido à disponibilidade de recursos hídricos. Para minimizar o isolamento, multiplicaram-se os pontos de encontro, como capelas, escolas, lojas e salões de festas (ROCHE, 1969).

As casas rurais eram divididas em dois ambientes, podendo chegar a três divisões. Os cômodos frontais eram destinados à sala e ao quarto, sendo que no fundo da edificação situava-se a cozinha, ampla e espaçosa. Nas casas destinadas ao comércio e moradia, os cômodos da frente eram reservados aos negócios

enquanto no fundo ficava a moradia da família. Identificam-se, também, algumas edificações com sótão sobrelevado com meio pé direito para maior aproveitamento. Sua função estava centrada no depósito de cereais. Em função do isolamento, recorriam as *lucarnas* (janela feita no telhado para entrada de luz natural), embora não fossem usuais. Na área rural dos municípios, encontram-se varandas em toda extensão frontal da casa, com parapeito vazado de tijolos e pilares redondos também com tijolos (FURUYA *et al*, 2007).

A preservação da memória cultural serve como ensinamento às gerações atuais sobre o trabalho que esses colonizadores tiveram de enfrentar para formar territorialmente as colônias, as pequenas vilas, enfim, os municípios. Os pioneiros transformaram o lote onde abundava a mata em área de cultivo agrícola, que forneceria o sustento para a família e a possibilidade de inserção no mercado.

A organização cultural, política e econômica das colônias alemãs marcaram a estruturação dos territórios, pois, das pequenas vilas utilizadas como nós de encontro, originaram-se as cidades. A contribuição dos imigrantes para a construção do Rio Grande do Sul, em âmbito econômico, pode ser identificada através da agricultura, do comércio e da indústria, assim como também contribuíram para diversificar culturalmente o Estado, através dos costumes e das tradições.

Os animais de carga, como a mula, eram utilizados como meio de transporte de produtos, além de contribuir para a comunicação, facilitando o deslocamento entre as colônias, até a construção das estradas. No momento em que se estruturaram as estradas, as carroças tornaram-se mais frequentes (ROCHE, 1969). A carroça “de quatro rodas e de taipa [...] é maior que a carroça gaúcha. Mas pode transportar apenas 25 sacos, isto é, 1500 kg no máximo” (ROCHE, 1969, p. 58).

Os imigrantes utilizaram seus conhecimentos e técnicas para construir seus próprios instrumentos, suprindo suas necessidades e diversificando o conjunto de instrumentos e saberes a serviço das atividades econômicas no Rio Grande do Sul. Weimer (2005) salienta o caráter criativo dos imigrantes ao construírem “tudo”, da casa aos móveis, inventando e reinventando técnicas que melhor se adaptassem à realidade que passaram a vivenciar.

Com a expansão das colônias e a necessidade de comercialização dos produtos surgiram estradas para facilitar a comunicação entre as pessoas e o transporte dos produtos. Desse modo, ao fim da década de 1840, surgem as vias de acesso às colônias, ou seja, os “cortes” na mata, com cinco a seis metros de largura.

(ROCHE, 1969). Esses caminhos eram precários, mas, diante da implantação dos núcleos coloniais, onde todo trabalho tinha que ser realizado pelos imigrantes, a infraestrutura precisava ser improvisada.

O improviso acompanhou os colonos alemães na construção dos territórios, pois não havia nada construído, nada pronto para sua utilização. Tiveram de atrelar seus conhecimentos aos recursos naturais existentes na construção da casa, dos equipamentos, na organização do lote, das técnicas e da agricultura, além do transporte e da comunicação, enfim, de todos os aspectos ligados ao seu cotidiano no decorrer do processo de reterritorialização.

Além das estradas, os imigrantes utilizaram-se da navegação fluvial, principalmente nos rios Jacuí, Caí, Sinos e Taquari, ao longo dos quais as colônias alemãs foram instaladas (ROCHE, 1969). Esse foi um dos primeiros meios de transporte usados, inclusive para levar os imigrantes aos lotes que possuíam cursos d'água próximos. São Leopoldo, Novo Hamburgo, Lajeado, Estrela e Santo Ângelo são exemplos de locais usados pelos imigrantes para a navegação fluvial, pois facilitava o abastecimento de água para as famílias, para a lavoura e servia como "estrada", via fluvial, para transporte e escoamento da produção.

As melhorias na infraestrutura das colônias incentivaram a formação de novos núcleos, na medida em que serviu como exemplo de uma ação bem sucedida (inserção populacional e implantação de atividade econômica). A *prosperidade* de São Leopoldo foi essencial para o surgimento de novos projetos de colonização no Rio Grande do Sul, especialmente por ter sido uma resposta positiva após a tentativa com açorianos não ter obtido o êxito esperado.

Assim, dois anos após a implantação de São Leopoldo, surgiram as colônias de Três Forquilhas e São Pedro (THOMAS, 1976). Para Rambo (2000, p. 415), "as vias de ocupação do Rio Grande do Sul sempre obedeceram às condições fisiográficas, assim também, como sua ocupação". A partir dessa afirmação, pode-se repensar os novos movimentos migratórios que se seguiram aos alemães, principalmente os italianos, que também não puderam escolher áreas mais favoráveis, e ainda tiveram suas colônias implantadas em pontos mais declivosos, do rebordo do Planalto, por conseguinte, mais difíceis de cultivar.

Ao se abordar a colonização no Rio Grande do Sul, ressalta-se a importância dos aspectos naturais, como elementos que dificultaram ou facilitaram os caminhos para a ocupação. Assim, juntamente com o caráter estratégico do início do

povoamento com estâncias e charqueadas, ocuparam-se as unidades de relevo mais planas, como a Depressão Periférica da Bacia do Paraná, a Planície Litorânea, ou mesmo com declividades suaves como as do Escudo Sul-Rio-Grandense. Aos imigrantes alemães e italianos restaram algumas porções mais planas da Depressão, sendo que alguns se expandiram em direção ao Rebordo do Planalto, em áreas de difícil acesso.

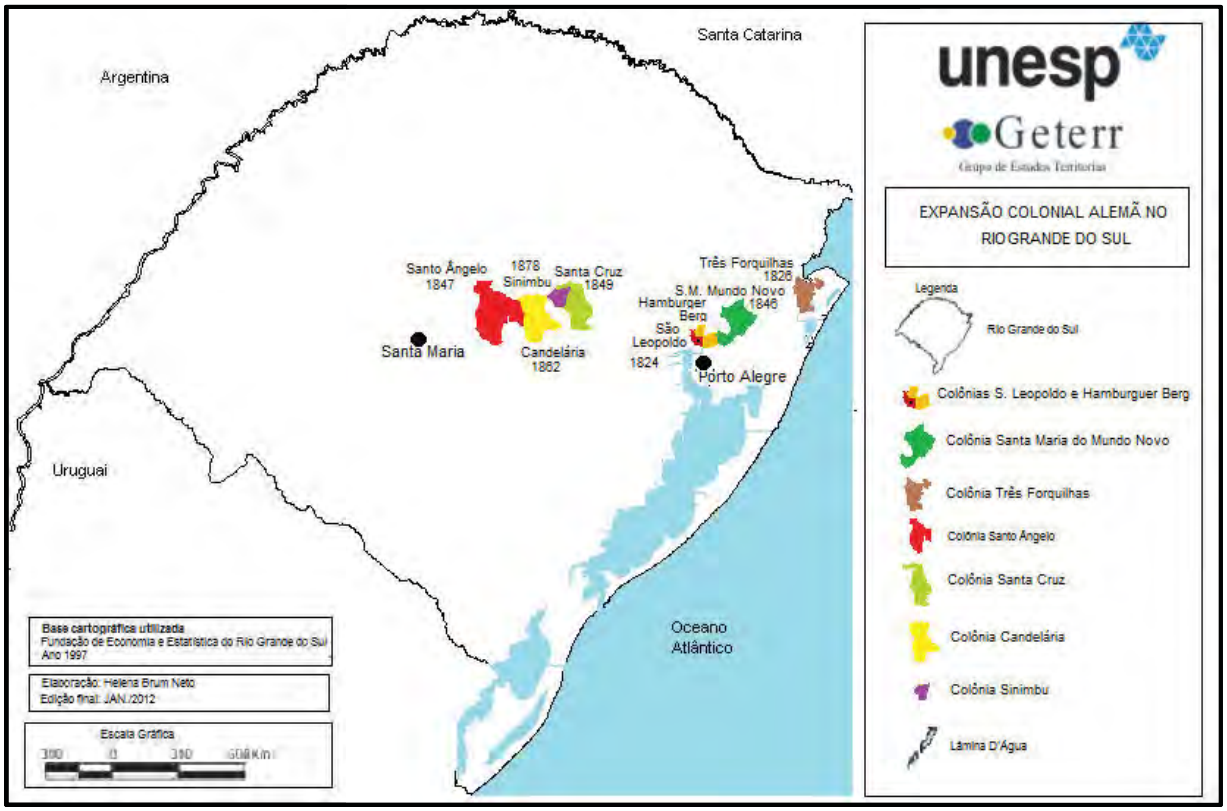
A Depressão foi o primeiro compartimento geomorfológico a abrigar a colonização, devido às suas características naturais e à facilidade de acesso e locomoção em áreas mais planas, bem como a proximidade a Porto Alegre. A partir da Depressão, os imigrantes expandiram-se, então, pelos vales da encosta em direção Oeste, mas sem ultrapassar os 600 metros de altitude (THOMAS, 1976).

Seguindo as diretrizes da colonização, foram implantados novos projetos, como a colônia de Santa Maria do Mundo Novo (atuais municípios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas), na antiga fazenda Mundo Novo, situada ao Norte de Novo Hamburgo. A partir de 1846, imigrantes alemães vindos de São Leopoldo e também diretamente da Alemanha iniciaram a ocupação e o desenvolvimento dos seus lotes em uma área um pouco mais declivosa (ENGELMANN, 2004) (FOTOGRAFIA 10).

Fotografia 10: Casa construída para abrigar a capatazia e o armazém na colônia do Mundo Novo.
Fonte: Acervo FACCAT, 2006.

Seguindo o movimento de expansão colonial originaram-se outros núcleos, como: Santo Ângelo, em 1847 (atual Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona

Francisca e de Cachoeira do Sul) e Santa Cruz, em 1849 (Santa Cruz do Sul). Esses núcleos foram essenciais na expansão da colonização, irradiando novas colônias no seu entorno mediante ocorrência de migrações internas atreladas a inserção de imigrantes oriundos diretamente da Alemanha. A essas seguiram Candelária (1862), Cerro Branco (1870) e Sinimbu (1878), dentre outros. (ROCHE, 1969; THOMAS, 1976; WERLANG, 1995). (MAPA 4).




Mapa 4: Expansão das colônias alemãs no Rio Grande do Sul.
Fonte: ROCHE, 1969; THOMAS, 1976; WERLANG, 1995.
Org.: BRUM NETO, H., 2012.

A expansão territorial significou também a expansão da atividade agrícola e o surgimento de uma divisão produtiva entre a Metade Sul e a Metade Norte do Rio Grande do Sul, pois, a partir das colônias alemãs, na direção Norte, predominaram a atividade agrícola e a industrial em detrimento da pecuária bovina de corte, que prevalecia no Sul. Os projetos de colonização posteriores a 1870, com italianos e etnias diversificadas, vieram a confirmar a agricultura como atividade econômica expressiva nas áreas destinadas à imigração e colonização.

Inicialmente, com produtos de subsistência para as famílias, a agricultura rio-grandense efetivada nas colônias transformou-se, priorizando o mercado e a obtenção de lucro, a exemplo do fumo cultivado em Santa Cruz do Sul. Desse modo, neste estudo, procuraram-se identificar as mudanças ocorridas no campo, principalmente em relação aos cultivares. Num primeiro momento, realizaram-se considerações sobre as atividades econômicas implantadas nos primeiros anos após a implantação das colônias.

No tocante à inserção de tecnologias com caráter transformador, ou seja, as consequências da inserção da modernização da agricultura nos territórios da imigração, elas serão abordadas de forma conjunta nos territórios da imigração alemã e italiana posteriormente. Em relação à agricultura concretizada pelos alemães, identificaram-se alguns produtos cultivados no início da colonização, que permitem a comparação desses com os cultivados atualmente, isto é, poder-se-á identificar as transformações na estruturação do espaço produtivo dos territórios da imigração.

Para a implantação da atividade agrícola nas colônias alemãs, os colonos iniciaram sua produção com produtos ligados à subsistência da família. Mas, tendo em vista a necessidade de renda para pagar o lote, logo iniciaram o plantio de produtos voltados à comercialização. A variedade inicial dos cultivares nas colônias é justificada por Vogt (1997), ao salientar que a dependência de um único produto inviabilizaria a pequena propriedade devido ao isolamento e à subordinação ao mercado consumidor até então pouco explorado e conhecido pelos imigrantes.

Para especificar a agricultura implantada pelos imigrantes alemães, Roche (1969), estabeleceu dois grupos, individualizando os produtos em: (a) de *especialidade da colônia*, como a cana-de-açúcar e o fumo, considerados produtos industriais, e a batata-inglesa, o feijão preto, a soja, o milho e a mandioca, destinados à subsistência das famílias; e (b) produtos que desempenharam *papel secundário*, como o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, a vinha e o arroz.

Em relação ao primeiro grupo, individualizado pelos produtos de especialidade das colônias, destaca-se a cana-de-açúcar, que forneceu açúcar e melaço, além de constituir a matéria-prima para a produção de aguardente. Além dela, o fumo tornou-se um produto de especialidade das colônias alemãs desde a sua origem, agregando grande importância financeiramente. Em relação a esse produto destacou-se a colônia de Santa Cruz, devido à especialização na produção

fumageira, culminando com a implantação das indústrias para beneficiamento na produção (ROCHE, 1969; CUNHA, 1991; ETGES, 1991; LANDO, BARROS, 1992).

A importância de culturas ligadas ao mercado, como o fumo produzido em Santa Cruz, pode estar ligada ao fato de o Governo iniciar a cobrança dos lotes a partir de 1854, obrigando os colonos a especializar sua produção e a concentrá-la em cultivares que lhes rendessem bons lucros (CUNHA, 1991). Os resultados conseguidos incentivaram a produção mercantil, com a intensificação das trocas (com a moeda) e do aumento do preço da terra, aumentando também a especulação (ROCHE, 1969).

Dentre as culturas de subsistência das colônias alemãs, mas também consideradas de especialidade, destaca-se a batata-inglesa. O uso intenso do referido cultivar na gastronomia alemã conferiu aos imigrantes o apelido de “alemão batata” (ROCHE, 1969). Assim, considera-se a batata-inglesa “um produto rio-grandense no Brasil e alemão no Rio Grande do Sul, uma vez que as colônias teuto-brasileiras forneceram, em 1950, 83% da colheita rio-grandense” (ROCHE, 1969, p. 252). Em 1940, o Rio Grande do Sul tornou-se o maior produtor brasileiro de batata-inglesa.

O milho constituiu-se como outro produto importante para a economia de subsistência dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Considerado um dos primeiros produtos cultivados, era utilizado com várias finalidades. De acordo com Roche (1969, p. 256),

> nada se perde da própria planta: a parte lenhosa, que resta depois da debulha da espiga serve para fazer fogo, as folhas secas dão a forragem e a palha, as mais finas, as que estão em volta da espiga, são utilizadas para encher os colchões e até para enrolar os cigarros à moda gaúcha, quanto às folhas grossas e aos caules, são enterrados para proteger o solo contra a erosão.

No final do século XIX, nas colônias do Rio Grande do Sul, o milho passou a ser utilizado na alimentação dos suínos criados para produção de gordura animal. O milho transformado em gordura rendia três vezes mais que o milho vendido em grãos, e, por isso, foi chamado de “ouro branco”. Para que se tenha ideia da importância do milho, em 1950, ele era o principal produto no que diz respeito à área cultivada e ao volume da produção, sendo o segundo em termo de valor (ROCHE, 1969).

A produção de feijão e de mandioca, embora já fosse cultivada pelos nativos, também compôs a agricultura alemã. O feijão teve destaque com a sua valorização durante os períodos referentes às guerras mundiais, devido ao estímulo da produção. Já a soja, inseriu-se na agricultura tardiamente, se comparada aos demais produtos, pois era destinada à alimentação dos rebanhos bovino, suínos e das aves (ROCHE, 1969). Sua importância para a comercialização e a exportação ocorreu somente com a modernização da agricultura, a qual permitiu atingir altos níveis de produtividade.

O trigo, enquanto produto cultivado nas colônias, tinha um caráter secundário devido ao seu consumo reduzir-se à matéria-prima do pão branco e não ser lucrativo se comparado ao fumo. Uma das razões pelas quais o trigo foi preterido pelos colonos deve-se à importância assumida pelo milho, consistindo na cultura utilizada também para fazer o pão. Já o centeio não teve muita utilização nas lavouras alemãs. No início da colonização até associou-se ao trigo como matéria-prima para fazer pão misto, no qual se misturavam os produtos em partes iguais (ROCHE, 1969).

Enquanto o trigo e o centeio não se constituíram como produtos essenciais para os alemães no Rio Grande do Sul, a cevada, por ser a matéria-prima de fabricação da cerveja, teve incentivos governamentais para sua produção, dentre os quais destaca-se o fornecimento de sementes. Embora essas iniciativas tenham tentado alavancar a produção de cevada, o produto era considerado secundário. O arroz (seco) teve sua produção ligada às colônias alemãs. Apenas entre 1890 e 1900 houve uma primeira tentativa de se cultivar arroz irrigado em Taquara e Santa Cruz do Sul (ROCHE, 1969).

Em relação ao cultivo da vinha, pode-se dizer que ele está atrelado à origem da colonização alemã no Rio Grande do Sul, embora atualmente esteja vinculado aos territórios da colonização italiana. Desse modo, para Roche (1969, p. 257), a vinha

> denuncia hoje, um povoamento de origem italiana na zona em que é cultivada. Ora, os italianos haviam falhado nas primeiras tentativas, e foram os colonos alemães no Vale do Caí que lhe forneceram as plantas e ensinaram sua técnica, pois após a fundação de São Leopoldo, tinham cultivado a vinha e produzido vinho.

Destaca-se que a associação do cultivo de uva ao imigrante italiano deve-se à representatividade da sua produção na atualidade, principalmente no entorno de

Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, a partir das quais se instalaram as vinícolas para beneficiamento da produção.

Esse resgate da agricultura praticada pelos imigrantes alemães reflete a diversidade de produtos que reorganizaram o espaço produtivo rio-grandense, até então baseados na atividade pecuária e seus derivados. Procurando explicitar essa diversidade, Roche (1969) salienta que a agricultura dos colonos compôs-se de plantas têxteis, oleaginosas e produtos diversos, com destaque para o algodão, o amendoim, o linho, o rícino, a abóbora, o girassol, o tungue, o piretro e as culturas cítricas.

Um aspecto a ser ressaltado no tocante à agricultura refere-se ao uso do sistema de rotação de culturas, adotado em razão do uso intenso do solo pela atividade agrícola. Buscando a recuperação da fertilidade, utilizava-se dessa técnica agrícola, assim como das queimadas, hábito comum entre os nativos que habitavam o Rio Grande do Sul. Com o decorrer do tempo, foram aperfeiçoando suas técnicas, mas a inserção de outros instrumentos, como o arado não indica um progresso da técnica, uma vez que permaneceu associado à queimada. À rotação de culturas estava acompanhada do uso do estrume como adubo, acarretando certa melhoria na recuperação da fertilidade do solo (ROCHE, 1969).

A fruticultura estava vinculada inicialmente ao consumo familiar. As primeiras transformações devem-se à fabricação de doces, geleias e compotas em geral. A especialização da produção agroindustrial, com o passar do tempo, tornou-se uma marca das colônias alemãs. A diversificação incluiu também a fabricação de aguardente, banha, queijo, manteiga, salame, linguiça, dentre outros. Na pecuária colonial, destacam-se os suínos, as aves e o gado de leite (ROCHE, 1969).

As agroindústrias familiares e as manufaturas surgiram logo após a estruturação inicial das colônias. O caráter artesanal permitiu a criação de moinhos, olarias, curtumes, ferrarias e engenhos, dentre outros estabelecimentos ligados ao ramo alimentício, principalmente as denominadas “vendas”. Estas se constituíam de pequenos comércios diversificados quanto à oferta de produtos e ofereciam desde sementes até material de construção e gêneros alimentícios. O fato de nem todos os colonos serem agricultores nos seus territórios de origem contribuiu para a referida diversificação das atividades e a incipiente transformação da produção, inicialmente em produtos artesanais e, depois, em industrializados.

De modo geral, após a década de 1860, os principais produtos da economia colonial, considerados de especialidade na abordagem de Roche (1969), têm um aumento expressivo em área plantada, principalmente o fumo. A dinâmica econômica dos territórios da imigração alemã aumentou de acordo com a evolução populacional e produtiva no decorrer da segunda metade do século XIX, particularmente até a década de 1880, quando a colonização oficial passou a privilegiar imigrantes italianos. Ao iniciar o fluxo de imigrantes de outra etnia além dos alemães, as primeiras colônias passaram por transformações internas que permitiram seu crescimento, com destaque para o surgimento dos estabelecimentos comerciais e industriais.

De modo geral as colônias especializaram-se na suinocultura voltada para a produção de banha, sobretudo, nas áreas destinadas à colonização recente, como o Alto Uruguai e as Missões. O sucesso da banha deve à sua importância para a culinária dos imigrantes, sendo comercializada em larga escala até o surgimento dos óleos vegetais, quando foi gradativamente substituída. Outro fator que contribuiu para a diminuição da produção de banha nas colônias alemãs foi à preferência por suínos para a produção de carne. (SCHNEIDER, 1995).

Devido à substituição supracitada, o leite tornou-se uma atividade mais lucrativa para os imigrantes e seus descendentes. Desse modo, destaca-se a produção leiteira nas áreas de colonização mais antigas, principalmente, no Vale do Taquari e no entorno de Dois Irmãos. O leite se destinava ao consumo familiar e as sobras eram utilizadas para fazer queijo e manteiga. Além disso, servia como "moeda de troca", isto é, os imigrantes utilizavam-se do leite para fazer permutas nas casas de comércio, as chamadas "vendas". Assim, em meados do século XX os bovinos de leite tornaram-se comuns nas Colônias Velhas. (SCHNEIDER, 1995).

A produção leiteira se tornou significativa nas colônias alemãs na década de 1940. Anteriormente, os animais eram utilizados na tração de arados e carretas, e o esterco como adubo. A comercialização do leite *in natura* tornou-se uma fonte de recursos permanente nas pequenas propriedades rurais oriundas da colonização alemã. Criou-se até uma "rede" de coleta do produto através de carroças, as quais eram responsáveis por levar o leite até os centros urbanos e comercializá-lo. Como essa a coleta não era realizada pelos agricultores, surgiram os "atravessadores", isto é, pessoas responsáveis pela coleta e comercialização do leite. Nas décadas de 1960 e 1970 verificou-se a expansão e industrialização do leite com o surgimento

dos lacticínios, os quais pasteurizavam o leite. No referido período, os coletores passaram a entregar o leite diretamente para indústrias. A década de 1980 marcou a crise no setor leiteiro, devido ao surgimento de outras bacias leiteiras, à ausência de melhorias na produção e ao baixo valor pago pelo produto. (SCHNEIDER, 1995).

Em termos gerais, os produtos agrícolas comerciais das colônias alemãs até a década de 1960 eram a batata-inglesa, o milho e a mandioca nas Colônias Velhas. No entorno de Santa Cruz do Sul o fumo já havia se individualizado como produto central com a presença da indústria. (RICHA, 1969; SCHNEIDER, 1995).

A partir de 1960, verificam-se transformações mais significativas de acordo com a inserção tecnológica experimentada pelo espaço rural, cujas consequências resultaram em maiores desigualdades e em submissão dos pequenos produtores às indústrias, como será abordado posteriormente nesta tese.

Resgatar os aspectos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul é essencial para que se compreendam a gênese e a formação dos seus territórios. O objetivo econômico e estratégico da colonização reafirma-se através da construção de espaços produtivos pautados na agropecuária (objetivo central) e no início das atividades agroindustriais. O emprego de trabalho sobre a terra foi essencial para torná-la produtiva, valorizando-a. O trabalho realizado pelos imigrantes e seus descendentes criou um sistema territorial complexo, relacionando cultura, economia, política e natureza. Neste estudo, abordaram-se os códigos separadamente, mas também se buscou relacioná-los no decorrer das análises.

Desse modo, pode-se dizer que o cotidiano nas colônias alemãs foi construído a partir do trabalho e do esforço para superar as dificuldades impostas pela inserção em um território “desconhecido”, pela ausência de estrutura básica e pela necessidade de reconstrução de suas vidas, de reorganização, de reterritorialização. E, nesse processo de adaptação, os imigrantes demonstraram que os aspectos imateriais estão ligados aos materiais, principalmente em relação à sua religiosidade.

A expressão da fé dos imigrantes se materializou por todo território, organizando locais de convergência em busca de assistência espiritual, seja em capelas, igrejas ou grutas. Originaram-se pontos de peregrinação, de encontro e de coesão social, pois nos encontros religiosos havia oportunidade de socialização, de troca de ideias e de informação. A fé esteve ligada ao cotidiano das famílias, seja nos aspectos pessoais, seja nos econômicos, vinculada à produção. Nesse sentido,

diversas celebrações pela colheita eram realizadas nas colônias e ainda são feitas em algumas cidades e localidades rurais. De modo geral, as festividades estiveram ligadas à religiosidade, uma vez que os momentos de celebração também serviam para comemorar as conquistas e as datas marcantes no cotidiano das pessoas.

De confissão católica ou luterana, os imigrantes alemães expressaram sua fé na paisagem. Os imigrantes oriundos do Norte da Alemanha, em geral, eram luteranos e os oriundos do Sul, católicos. Independente da crença, a igreja se tornou um marco na paisagem, através da centralidade exercida e das construções/edificações feitas.

Além dos aspectos mencionados, a importância da religiosidade dos imigrantes evidenciou-se no momento de destiná-los às colônias. Como referido anteriormente, a formação dos núcleos teve como critério a religião, compondo comunidades homogêneas nesse sentido.

A partir da estruturação inicial das colônias e da implantação da infraestrutura básica, o cotidiano dos imigrantes passou a incluir as expressões da cultura alemã através de festividades que reuniam músicas e danças típicas, como a polonese (*polonaise*), as quadrilhas e a dança da vassoura.

Além da polonese havia valsas, marchas e polcas, além de danças folclóricas como: *Herr Schmitt, Kreuzpolka, Hacken-Schottisch, Spazier Walzer, Rutschpolka, Konter, Pressioneria, Siebenschritt, Blaufärber e a Damentur ou Damenwah*l. E, para finalizar as festividades, era tocada a dança final, o *Kehraus* (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011). Essas danças representam aspectos importantes para a cultura local, muitas vezes se referindo às localidades de origem dos imigrantes.

A música estava presente no cotidiano das famílias. O uso de instrumentos como gramofone, bandoneon, violino e flauta era comum. Assim, formaram-se conjuntos musicais que animavam as festividades. Inicialmente, as músicas eram cantadas em alemão, como as valsas da Mariazinha triste (*Mariechen sass weinend im Garten*), da Noiva do Bandido (*Die Räubersbraut*) e da Floresta da Boêmia (*Tief drin im Boehmerwald*). Havia, também, valsas com temas alegres, como a alegre vida dos ciganos (*Lustig ist das Zigeunerleben*) e a garota polonesa (*In einem Polenstädtchen*), dentre outras (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011) (FOTOGRAFIAS 11 e 12).

Fotografias 11 e 12: Instrumentos musicais utilizados pelos imigrantes alemães.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

As denominadas “bandinhas alemãs” inicialmente eram formadas por instrumentos de sopro apenas, depois aderiram a instrumentos como rabecão, o violino, o acordeão. A música era um componente valorizado nas escolas, materializada nos coros escolares (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

Além das escolas, a música era cultivada nas celebrações religiosas. Assim, os pastores e os professores exerciam papel central no incentivo ao conhecimento e propagação dos cantos alemães nas colônias. Há canções infantis, como *Hänschen Klein* (Joãozinho), *Kommt ein Vogel* (Vem um Passarinho), *Die Enten* (Os patinhos), *Der Bäcker* (O Padeiro), algumas conhecidas na atualidade (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

A origem do *Kerb,* também conhecido como *Kirche Einweihfest, Kerchweihfest, Kerchweih, Kerw, Kerb, Kirmes, Kächefest,* está vinculada à festividade de inauguração da igreja em homenagem ao padroeiro local. Outro objetivo desta festa estava vinculado à arrecadação de verbas para reformas e arrumação do cemitério e da casa pastoral. O *kerb* iniciava com missa e cantos. Depois, a bandinha, acompanhada da comunidade, realizava o trajeto da igreja até o salão onde seriam realizadas as atividades festivas, incluindo a gastronomia típica.

Reuniões realizadas nas casas reuniam as famílias nos demais dias (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

A importância do *kerb* alterava o cotidiano das pessoas. A busca pelo vestuário "de sair" ou "de festa" demandava mais trabalho para as costureiras, pois era a maior festa anual. Os preparativos incluíam desde a preparação da gastronomia e do vestuário até a limpeza das casas. Uma técnica utilizada para refrigerar as bebidas era colocá-las em um balde que era pendurado no poço (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

Identificaram-se também outras festividades relacionadas à cultura alemã, como a *Schützenfest* (Festa dos Atiradores), em homenagem ao atirador com maiores habilidades do povoado, denominado de *Schützenkönig*. O tiro tornou-se um costume nas colônias alemãs, de forma que originou diversas sociedades destinadas ao tiro ao alvo (*Schützenvereine).* A *Erntefest u Erntedankfest*, ou Festa da Colheita, é considerada uma festa popular para diversas culturas, não somente a alemã. Foi denominada de *Sichelhenke* (gancho da foice) no Sul da Alemanha, visto que, terminada a colheita, a foice deixava de ser usada, ficando, geralmente, pendurada em um gancho, até o novo período de colheita. Além disso, destaca-se que a colheita era uma atividade central para o colono, tendo em vista que representava o resultado do seu trabalho e a perspectiva de obter o sustento familiar (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

Para os cristãos a festa da colheita, denominada de *Erntedankfest*, ocorria, geralmente, no domingo de São Miguel, no final de setembro. Na cerimônia religiosa era feita a oferta de alimentos, em que os produtos artesanais eram colocados junto ao altar como forma de agradecimento pela colheita. Ainda relacionada à produção, destaca-se a *Schlachtfest,* também conhecida como Festa da Matança do Porco. Além de amplamente utilizado na culinária alemã, o porco tornou-se símbolo de sorte. A expressão *"Schwein gehabt hat*" (Ele teve sorte) é bastante popular, e nem sempre exige que se mate e coma o animal. A matança do porco passa a ser uma atividade com cunho social, que reúne todos os amigos e a vizinhança (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2011).

Há também a festa do Colono, comemorada em 25 de julho. A data, que ainda é celebrada, lembra o início da imigração alemã no Rio Grande do Sul e resgata a relevância do trabalho e da cultura territorializada no Estado, através de festividades, gastronomia típica, músicas e danças.

A mesa farta era essencial para o ano-novo, no qual não podia faltar a carne de porco, significando prosperidade e riqueza. O hábito de comer peixe (principalmente a carpa) significava garantia de dinheiro no ano-novo. Para tanto, guardava-se uma escama na carteira, ou então se espalhavam as escamas pela casa, devendo permanecer no local colocado durante o ano todo. Pães e bolos também fazem parte da tradição alemã. Quando oferecidos a alguém, representam o desejo de fartura, saúde e sorte. Geralmente, trata-se de receitas comuns, de pães, bolos ou biscoitos, só que a massa recebe uma forma especial. Quando trançado ou em círculo, por exemplo, o produto final representa união (WANDSCHEER, 2007).

Celebrações como o natal eram representativas para os imigrantes e havia uma preparação especial para a data, que incluia confecção de doces, montagem do presépio pelos filhos mais velhos, entoação de cantos e orações. O presépio contava com elementos naturais buscados nas proximidades da casa, como líquens, capim barba de bode, além do pinheiro (FURUYA *et al*, 2007).

A árvore de natal, como tradição, estava relacionada aos rituais pagãos e significava fartura e fecundidade. Datam de 1605 os primeiros registros da árvore de natal, em Estrasburguer, na Alemanha. A árvore tornou-se uma tradição que foi difundida pelos imigrantes (MARQUES *et al,* 1995). A celebração da Páscoa também estava repleta de significados, primando pelo silêncio na sexta-feira santa, em sinal de respeito. Havia, nesse período, a tradição de fazer o ninho para as crianças, o que ocorria na semana que antecedia a Páscoa. No domingo elas procuravam o ninho escondido, o qual estava cheio de doces. No domingo também havia o culto. Outro costume relacionado à Páscoa era a colheita da marcela antes do nascer do sol da sexta-feira santa, que se tornou uma prática comum, acreditando-se que a planta poderia ser utilizada como remédio (FURUYA *et al,* 2007).

Ademais, costumes ligados aos rituais de morte tinham particularidades entre os imigrantes de origem alemã, como o hábito de fotografar os mortos. O objetivo era enviar as fotos para os parentes que não pudessem comparecer, já que muitos moravam longe. Destaca-se que essa prática era comum porque não “guardavam” o corpo durante a noite. De modo geral, havia um ritual na igreja (culto) e depois um cortejo até o cemitério, onde a família era cumprimentada (FURUYA *et al,* 2007).

Os imigrantes trouxeram também a caça e a pesca, além da corrida de charretes. Eram costumes que permitiam abrir exceções na rotina de trabalho árduo nas colônias. Ao anoitecer, as famílias se reuniam à luz do lampião, quando conversavam e liam trechos dos *kalender*, considerado um alimento espiritual. Os *kalender* continham leituras instrutivas, descrições de viagens e informações sobre o espaço rural (FURUYA *et al*, 2007).

A formação de sociedades e grupos de encontro, nas colônias, tornou-se comum, eram os chamados *Kränzchen.* Esses grupos, compostos de seis a oito pessoas, reuniam senhoras e senhoritas em sistema de rodízio, nas casas, onde conversavam e faziam trabalhos manuais, em caráter associativo. Os grupos eram formados de acordo com a confissão em católicos ou evangélicos, sendo alguns mistos (FURUYA *et al,* 2007*).*

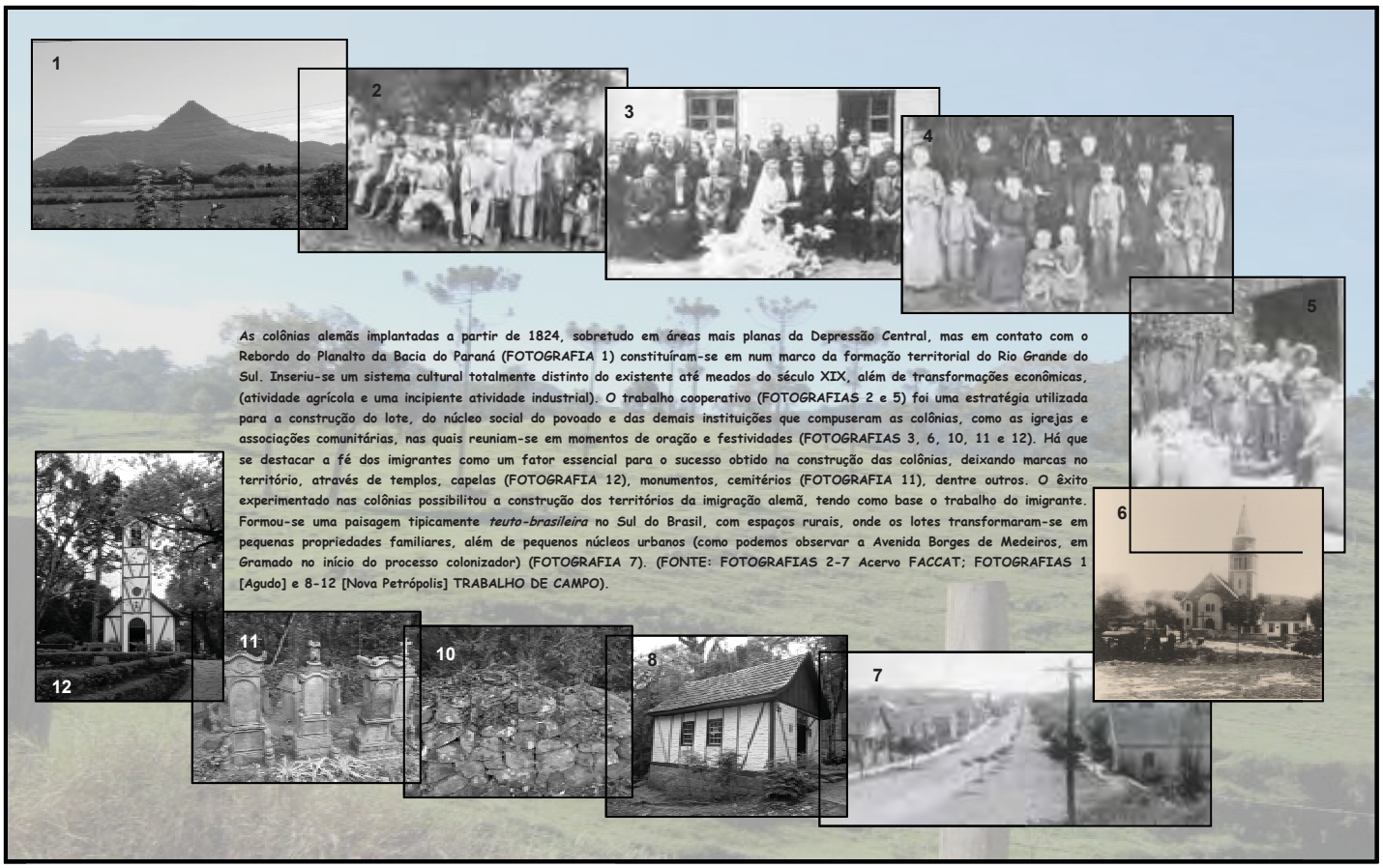
Dentre os jogos praticados destaca-se o bolão e a bocha. Inicialmente jogavam-se pedras em objetos diversos, depois os jogos foram se aprimorando. Formavam-se grupos para jogar de acordo com as localidades de origem. O jogo de loto e pife-pafe era praticado pelas mulheres, enquanto o *schoofkop* e o jogo da argolinha (*rutschbahn*) eram praticados pelos homens. Além desses, destacam-se a bola presa, a canastra e o tiro ao alvo, bem como tamancos amarrados, serrar a tora e Macau. Bolita e bilboquê também eram bastante praticados (BURGOS; PEREIRA; BIGUELINI; JORDAN, 2011).

Ao se analisar o processo de imigração alemã no Rio Grande do Sul identifica-se, de forma clara e objetiva, a sua contribuição para a estruturação do espaço rural voltado à agricultura, o qual se constituía no seu principal desígnio. Porém, não se deve esquecer que a gênese da industrialização também está atrelada ao processo colonizador. Tal fato deve-se ao pioneirismo dos imigrantes, que desbravaram as áreas de mata, mas também estruturaram o espaço urbano, com atividades de transformação artesanal e empresas de comercialização, dentre as quais algumas tiveram crescimento significativo, afirmando-se como empresas do ramo em nível nacional. Nesse sentido, ressalta-se o pioneirismo de Johann Heinrich Kaspar Gerdau (fundador do grupo Gerdau S.A, no ramo da siderurgia), Franz, Ernest, Max Neugebauer e Fritz Gerhardt (fundadores da fábrica de chocolates mais antiga do Brasil – a Neugebauer), Antonio Jacob Renner (fundador das Lojas Renner), Pedro Adams Filho (pioneiro no setor calçadista, que fundou a indústria Pedro Adams Filho e Cia. Ltda.), dentre outros.

Nesse contexto, salienta-se a importância da colonização e do trabalho realizado pelos imigrantes na construção do Rio Grande do Sul e dos territórios da imigração alemã. Das primeiras colônias, “isoladas” no espaço, até a integração mercantil e política, diversas transformações ocorreram. Espaços naturais com predomínio de mata nativa metamorfosearam-se através do acúmulo de trabalho sobre a terra, originando territórios construídos pela cultura, pelas crenças e valores dos grupos sociais germânicos que reterritorializaram-se no extremo Sul do Brasil. Essa construção territorial delineou paisagens típicas que foram sendo construídas, paulatinamente, no tempo e no espaço, revelando e escondendo formas, num movimento contínuo de (re)construção.

Nesse caso, as paisagens culturais representam os territórios da imigração e como eles foram construídos, ou seja, denotam formas passadas que já não existem mais, mas que permitem o resgatar de um pouco da trajetória dos migrantes e dos seus aspectos cotidianos (FOTOGRAFIA 13). A representação da fotografia, como a que se faz neste estudo, permite que se descubram, através das formas, alguns aspectos da vida que, na atualidade, já não se materializam mais, mas que servem como lembranças do que se está tratando aqui. Elas contribuem na identificação, na comparação e na análise das principais transformações e permanências dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

A colonização cumpriu sua função ao favorecer a implantação da agricultura, além de contribuir para o aumento populacional e a expansão territorial, a partir da fundação de novos núcleos oriundos das primeiras colônias. Tal fato contou com a ajuda de famílias numerosas, pois o trabalho na lavoura exigia muitos braços. Na medida em que os filhos cresciam e constituíam as próprias famílias, o lote de terra tornava-se pequeno para o seu sustento, acarretando o início das migrações internas, ou seja, os descendentes de imigrantes saiam em busca de novos lotes, principalmente, em direção ao Norte do Rio Grande do Sul. Esse movimento interno ocorreu após a chegada dos imigrantes italianos, na década de 1870, marcando o direcionamento a novas frentes de colonização e a busca de terras para expandir esse processo. O “marco” desse movimento interno foi a fundação da colônia Ijuí, em 1890 (ROCHE, 1969).




Fotografia 13: Mosaico fotográfico representativo dos aspectos da paisagem das colônias alemãs no Rio Grande do Sul.
Fonte: Acervo FACCAT, 2010; Trabalho de campo, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Uma particularidade da colonização da metade Norte do Rio Grande do Sul centra-se na heterogeneidade cultural das “novas colônias”, formadas por diversos grupos sociais. Um dos fatores que marcou as diretrizes para a colonização estava no sentimento nacionalista que florescia na Alemanha.

A imigração alemã para o Brasil decresceu efetivamente em fins da década de 1930, devido às animosidades originadas pela Segunda Guerra Mundial, em que a Europa destacou-se como o palco do conflito que envolveu os países de origem dos imigrantes. Para Roche (1969, p. 131), este período originou

> novos problemas culturais e cívicos apresentaram-se aos colonos, solicitados pela dependência a um Estado e pela fidelidade espiritual a uma nação, assim como, a administração rio-grandense, preocupada em integrá-los na comunidade brasileira.

Assim, problemas de ordem cultural se efetivaram, como a proibição de manifestações voltadas à origem étnica dos migrantes, com destaque para a língua. Os dialetos foram preservados pelo hábito de comunicar-se em família pela língua mãe (ROCHE, 1969). O grande contingente de imigrantes alemães que se inseriram no Rio Grande do Sul viu-se “obrigado” a adaptar-se às novas situações, acelerando o processo de reterritorialização, de transformações econômicas, políticas e culturais em uma nova base territorial. Culturalmente estavam vinculados a um território que foi “abandonado” e, político-administrativamente pertenciam ao território que os abrigou, no qual estavam reconstruindo suas vidas, reterritorializando-se.

A expressividade da imigração alemã no Rio Grande do Sul pode ser expressa através da organização territorial, com a construção do espaço produtivo e a expansão das colônias, principalmente, da década de 1820 até a década de 1870, quando os alemães compartilharam a tarefa colonizadora com imigrantes de outras etnias, como os italianos. Mesmo passando por períodos de diminuição do contingente populacional inserido no Rio Grande do Sul pelo processo de imigração, Roche (1969, p. 162) afirma que

> a influência da imigração alemã continuou a fazer-se sentir mesmo após seu afrouxamento, pois os imigrantes, graças a alta natalidade das famílias que fundaram, contribuíram para o impulso demográfico que elevou a população total do Rio Grande do Sul de 106.196 habitantes, em 1822, para 4.161.821, em 1950.

Os números são expressivos, mas se for pensado para além da quantidade, identificar-se-á que a colonização alemã constituiu-se de um projeto que alcançou

seus objetivos, ou seja, implantou a policultura familiar em pequenas propriedades e efetivou o início do povoamento sistemático das áreas até então “desocupadas” no Rio Grande do Sul. Mesmo com a diminuição do fluxo de imigrantes alemães a partir da Segunda Guerra Mundial, chegando a ser quase suspenso, os alemães e seus descendentes contribuíram significativamente para a construção do território rio-grandense, nos âmbitos econômico, político e cultural.

Acredita-se que é por isso que Roche (1969) afirma que a história econômica do Rio Grande do Sul se divide em dois períodos, o primeiro tendo início em 1715, com a formação das primeiras estâncias, e o outro em 1824, com a fundação da primeira colônia alemã. Com efeito, é à colonização alemã que o Rio Grande do Sul deve o ressurgimento da agricultura e da economia mercantil e a diversificação cultural e política.

## 4.3 Quarta Temporalidade: a construção dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul

A colonização no Rio Grande do Sul não se restringiu apenas aos imigrantes alemães, pois os italianos os sucederam no tempo e no espaço, constituindo o segundo grande contingente populacional de imigrantes europeus a se inserirem no Sul do Brasil. A imigração italiana ocorreu no último quartel do século XIX, completando o povoamento da, então, Província de São Pedro (GIRON, 1992).

Até o momento, pode-se dizer que existia uma dualidade cultural, econômica e política, composta pelos povoadores das estâncias e charqueadas no Sul e Oeste da Província e pelos imigrantes alemães que se estabeleceram nos vales dos rios Caí e Sinos, estendendo-se até o Taquari e o Pardo.

Para Giron (1992, p. 60), aos italianos

> caberia a zona das matas que havia sido deixada de lado pelos portugueses, mais interessados na criação de gado. Esta região estava situada estrategicamente entre a região dos Campos de Cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária, a Depressão Central, onde se localizavam os alemães, e a zona da Campanha. A colocação das colônias serviria para isolar não só os imigrantes, mas, especialmente os gaúchos da Campanha e os da Serra, o que dificultava uma ação conjunta dos mesmos.

Nesse sentido, a principal área destinada às colônias italianas no território gaúcho situava-se no Rebordo e no Planalto da Bacia do Paraná. Logo, pode-se dizer que esses imigrantes encontraram maiores dificuldades no decorrer do processo de reterritorialização, principalmente em relação ao lote de terra recebido. Tornar uma área declivosa ou de difícil acesso produtiva não se constituiu em uma tarefa fácil. Segundo Giron, (1992, p. 61),

> a região colonial, situada na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí e do rio das Antas, limitava-se ao Norte com os Campos de Cima da Serra, ao Sul com as colônias alemãs, isto é, do vale do rio das Antas ao do Caí. A região serve como divisor de águas dos afluentes da Bacia Central e dos da Bacia do Rio Uruguai. As altitudes variam de 600 a 900 metros, sendo que, em altitudes superiores a 300 metros, existia densa floresta de pinhais, enquanto ao longo das margens escarpadas dos vales da garganta dos rios do Planalto, existiam mata de galeria. A existência destas impediu a tomada dos agricultores dos vales e dos pastores das pradarias, reservando a região para outros tipos de povoadores.

A implantação das colônias segue a lógica política, como destacada anteriormente por Giron, além de dar continuidade e ocupação das terras ainda devolutas. Para Gobbato (2002), a localização das colônias italianas teve como fundamentos sua proximidade de Porto Alegre, facilitando o deslocamento e a comercialização da produção. Assim, a lógica de povoamento e colonização do Rio Grande do Sul iniciou-se no Sul e no Sudoeste (portugueses, espanhóis e africanos), em direção ao Centro-Leste (imigrantes de origem alemã).

Os imigrantes italianos não tiveram opção de escolher o local de destino, assim como ocorreu com os alemães. Rumaram, então, para a área que lhes foi destinada pelo Governo, a qual deveriam tornar agricultável, para manter seu sustento e render lucros para que pudessem pagar as dívidas referentes ao custo da terra. Se para os primeiros imigrantes açorianos as terras foram doadas, aos que se seguiram a esses os direitos foram reduzidos gradativamente, pois o lote tornou-se menor e a terra mais valorizada em termos financeiros. Essa valorização aumentou à medida que o processo de colonização se efetivava e o território rio-grandense dispunha cada vez menos de terras.

A relevância da imigração italiana para a formação territorial do Rio Grande do Sul pode ser observada através do significativo contingente populacional inserido no extremo sul do Brasil. Oficialmente, estima-se que imigraram aproximadamente 1.225.633 italianos, cuja maioria provinha de Vêneto, seguido de Campânia, Calábria e Lombardia (TABELA 2).

Inicia-se a busca pelas origens dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul com as considerações sobre a fundação da primeira colônia: Caxias. De acordo com Giron (1992, p. 62),

> a primeira colônia a ser demarcada foi a “dos fundos de Nova Palmira”, mais tarde colônia Caxias, que tem início ao Norte da Picada Feliz, alongando-se até o rio das Antas e ocupando uma área de 144.000 braças quadradas – cada braça de 4,48 m² - o que correspondia a 16 léguas quadradas. Isto significava que na primeira colônia, foi ocupada metade da área destinada à colonização. A demarcação dos lotes, realizada pelos engenheiros e agrimensores da Comissão, era feita a partir da primeira légua, sendo, a partir desta, sistematicamente, demarcadas as demais [...].

Após a fundação de Caxias, seguiu-se a de Conde D’Eu e de Dona Isabel. O marco temporal remete ao ano de 1875, quando estruturaram-se esses primeiros núcleos (SAQUET, 2002 e 2003). Conde D’Eu originou Garibaldi e Carlos Barbosa, enquanto a colônia Caxias originou Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e

São Marcos. Já Dona Isabel originou o atual município de Bento Gonçalves (MAPA 5).

Tabela 2: Número de imigrantes italianos no Brasil de acordo com a região de origem.

| Regiões de procedência | Emigrantes |
|---|---|
| **Vêneto** | 365.710 |
| **Campânia** | 166.080 |
| **Calábria** | 113.155 |
| **Lombardia** | 105.973 |
| **Abruzzi/Molizi** | 93.020 |
| **Toscana** | 81.056 |
| **Emília Romana** | 59.877 |
| **Brasilicata** | 52.888 |
| **Sicília** | 44.390 |
| **Piemonte** | 40.336 |
| **Puglia** | 34.833 |
| **Marche** | 25.074 |
| **Lázio** | 15.982 |
| **Úmbria** | 11.818 |
| **Ligúria** | 9.328 |
| **Sardenha** | 6.113 |
| **Total** | 1.225.633 |

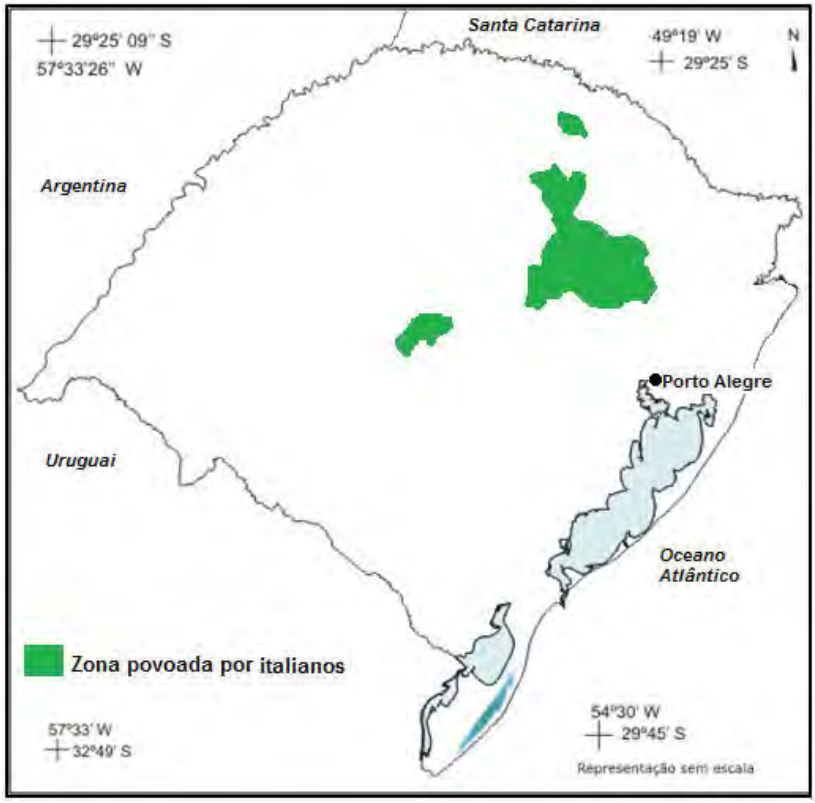
Fonte:Brasil 500 anos de povoamento. IBGE. Rio de Janeiro. 2000

A partir dessas, outras colônias foram fundadas, permitindo a expansão da população e da atividade agrícola colonial no Rio Grande do Sul (GARDELIN, 2002). Conforme Saquet (2002, p. 07),

> três anos depois, a partir da mesma política de distribuição e ocupação dos lotes coloniais, também em plena encosta, mas já na porção central da Província, constitui-se uma quarta colônia de imigração italiana: Silveira Martins.

Silveira Martins tem na sua localização uma particularidade, pois não se situa em um território contínuo às demais colônias, ou seja, foi implantada na porção central da então Província do Rio Grande de São Pedro, na fronteira com as colônias de origem alemã, ao Leste, e com o município de Santa Maria, a Oeste. A partir de Silveira Martins, núcleo inicial, denominado em um primeiro momento de *Cittá Bianca*, surgiram mais seis povoados: Núcleo do Norte (denominado também de Nova Udine e, atualmente, Ivorá), Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Pinhal Grande. Ressalta-se que esses núcleos da

colonização italiana no centro do Rio Grande do Sul, constituem, hoje, a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.




Mapa 5: Localização das colônias italianas no Rio Grande do Sul.
Fonte: Adaptado de BERNARDES, Nilo (1997, p. 137) *apud* MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo, 2001, p. 46.

O êxito obtido pelas primeiras colônias italianas incentivou o surgimento de outras, como Alfredo Chaves, Antônio Prado, Guaporé e Vila Nova (THOMAS, 1976). Em 1885, foi implantada a colônia Alfredo Chaves, que originou Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Cotiporã. Na década seguinte, formaram-se as colônias de Guaporé, que originou os municípios de Guaporé, Muçum, Serafina Correa e Casca e a colônia de Encantado, que originou Encantado e Nova Bréscia. Em 1886, formou-se a colônia de Jaguari. A expansão das colônias em direção ao Norte permitiu a formação de novos núcleos, como: Tapejara, Getúlio Vargas, Erechim, Severiano de Almeida, Sananduva, Paraí, Nova Araçá, Ciríaco, David Canabarro, Marau, Anta Gorda, Ilópolis, Putinga, Arvorezinha, Ipê (THOMAS, 1976; BERNARDES, 1997; GIRON, 1992; IOTTI, 2010).

Destacamos que a prosperidade dos núcleos coloniais contribuiu para a ampliação dos territórios da imigração italiana, bem como da materialização de paisagens, que expressam sua (i)materialidade cultural. Com a imigração italiana o Rio Grande do Sul ampliou sua complexidade cultural mediante a inserção de códigos culturais diversificados.

Dessa forma, a imigração italiana no Rio Grande do Sul representou mais do que a implantação de colônias agrícolas e da expansão populacional, na medida em que os grupos sociais se reterritorializaram e diversificaram culturalmente o território, através de um conjunto de crenças e valores distintos dos conhecidos até então. Assim, novas formas de organização do espaço, via costumes típicos, materializaram-se e tornaram-se conhecidas dos demais grupos que já habitavam o Rio Grande do Sul.

Destaca-se como contribuição relevante para a formação cultural do Rio Grande do Sul a língua italiana, em seus diversos dialetos. Até 1824, com a chegada dos alemães, o Rio Grande do Sul, linguisticamente, era composto pelo português (o qual prevalecia) com influências nativa, espanhola e afrodescendente, principalmente nos termos utilizados. Os alemães agregaram complexidade à formação linguística, que foi acentuada com a chegada dos italianos. Resultam dessa diversidade as “distintas” formas de falar do gaúcho.

Sabe-se que, ao se reterritorializar, várias mudanças ocorrem, e a linguagem é um dos primeiros códigos a experimentar as transformações. Conforme Raffestin (1993, 2009), a linguagem é um dos mediadores usados nas territorialidades e na organização de cada território. Nos territórios da imigração italiana essa transformação se evidenciou mediante as necessidades de comunicação com os demais grupos sociais que já estavam presentes no território gaúcho, como os portugueses e alemães, visando à comercialização dos seus produtos.

Tais necessidades econômicas impulsionaram os imigrantes a falar o português, tornando-os bilíngues, como uma consequência imediata da reterritorialização e da adaptação ao novo lugar de vida. Desse modo, Frosi, Faggion e Dal Corno (2008, p. 144-145), salientam que

> a história linguística da Região de Colonização Italiana (RCI) teve seu início com a chegada dos imigrantes italianos, em 1875. As falas de várias províncias do norte da Itália constituíram, então, nesse espaço do solo brasileiro, o multilingüismo dialetal italiano. Não só a linguagem era italiana; o universo cultural aí instaurado foi essencialmente italiano e assim se

> preservou durante várias décadas da história regional. A palavra étnica servia à comunicação de forma natural, espontânea, comum a todos os indivíduos pertencentes ao grupo humano que aí se estabelecera. Não havia confronto com outros sistemas de fala, não se conheciam restrições linguísticas nem sociais ditadas pela sociedade maior. Os imigrantes – vênetos, lombardos, trentinos e friulanos – e seus descendentes falavam livremente seus dialetos originários, num contexto tipicamente italiano por eles construído com a energia física e a força mental de quem veio para vencer a fome e a miséria sofridas na terra de origem. No solo brasileiro, passaram a trabalhar e a nomear seu novo mundo com sua velha e secular linguagem. Intrínseca à sua identidade étnica, os italianos mantiveram sua língua materna, inseparável de suas vidas tal como o ar que respiravam, durante um longo período das mais de treze décadas de história da RCI.

A multiplicidade de dialetos falados pelos imigrantes italianos deve-se também à multiplicidade de locais de origem desses imigrantes, conforme já foi mencionado. E, pelo dialeto, muitas vezes, é possível identificar suas origens. Destaca-se que, no âmbito familiar, ainda há famílias que se comunicam na língua de origem, praticando o dialeto do local de proveniência dos seus avós e bisavós na Itália, que foi transmitido através das gerações.

Porém, a expressividade linguística nas colônias teve algumas mudanças a partir da década de 1930. Conforme enfatizam Frosi, Fagion e Dal Corno (2008, p. 145-146),

> a contar da década de 1930, porém, a coibição à fala dialetal italiana alterou o cenário linguístico das comunidades ítalo-brasileiras da RCI com perdas significativas dessa fala em favor da língua portuguesa. Atos políticos e fatos históricos ditaram normas, instituíram uma nova ordem: foi proibida a fala em italiano, todos deveriam se expressar em português, sabendo ou não dessa língua. Isso gerou humilhação, vergonha, tristeza, inibição e silêncio. Em muitas situações conflitantes, o silêncio foi a única solução que restou para o falante.

Tais proibições em relação à prática da língua de origem se manifestaram também para as demais culturas presentes no Rio Grande do Sul, as quais foram proibidas de se expressar em outro idioma que não fosse o português. A preservação das línguas originais ocorreu mediante a prática em família e a transmissão dos conhecimentos através das gerações. Esse cenário experimentou mudanças somente a partir da década de 1970, “com as comemorações do Centenário da Imigração Italiana”, quando se efetivou “um movimento expressivo de retorno à origem étnica italiana, com reflexos visíveis até os dias atuais” (FROSI; FAGION; DAL CORNO, 2008, p. 146).

A expressividade do imigrante italiano ao falar tornou-se uma de suas principais características identificadoras: o sotaque bastante característico. A língua

serviu como um elemento de coesão social, de construção identitária e, sobretudo, de manutenção cultural. É através da língua que há comunicação e reconhecimento, questionamentos e construção do conhecimento de forma oral e escrita. Por sua vez, esses conhecimentos foram passados através das gerações como ensinamentos na família e na sociedade.

Os imigrantes italianos foram atores centrais na construção territorial rio-grandense. Nesse sentido, as paisagens típicas formadas pelas colônias mesclaram elementos da própria cultura dos imigrantes aos materiais disponíveis no Sul do Brasil. Destaca-se a formação de pequenos núcleos urbanos nas colônias, organizados em função das necessidades de comercialização e de um ponto de encontro para celebrações, como as festividades religiosas. Além disso, tais núcleos serviram de ponto de referência para os imigrantes que exerciam outras profissões na sua terra de origem e tiveram que migrar para o Brasil como “agricultores”, tal como ocorrido no decorrer da estruturação das colônias alemãs.

Dentre os aspectos relevantes da paisagem, destaca-se a arquitetura típica italiana, que materializa as preferências e a organização do espaço no entorno da residência, demonstrando os aspectos referentes à sua funcionalidade. Ressalta-se que as construções transformam-se em função da disponibilidade de materiais existentes nas colônias. Tal fato é um aspecto inerente ao processo de reterritorialização, quando os “ajustes”, as mudanças se constituem como pressuposto essencial à nova realidade.

Como as colônias foram implantadas em áreas de mata e havia necessidade de derrubá-la para iniciar a atividade agrícola, a madeira resultante foi utilizada para construir as casas. Além disso, a disponibilidade de rochas basálticas, formadoras do Planalto da Bacia do Paraná, permitiu a sua utilização na construção dos alicerces das casas, bem como, na construção do porão, que servia de depósito e adega (GARDELIN, 2002).

Ainda é possível encontrar casas com porões construídos com rocha basáltica nos territórios da imigração italiana. Esse material compõem casas mistas (madeira e rocha) e também casas construídas exclusivamente com rocha, denominadas localmente de “casas de pedra” (FOTOGRAFIA 14).

A arquitetura colonial dos imigrantes italianos revela formas diversificadas, moldadas através da utilização de materiais como a madeira, a rocha basáltica e o arenito botucatu, abundantes nas áreas destinadas à implantação das colônias.

Desse modo, podemos observar na casa 1, situada no distrito de Arroio Grande (Santa Maria), os detalhes da casa construída em 1931, que hoje abriga uma cantina. Na fotografia 2, observa-se uma casa de madeira com base de rocha basáltica, situada em Bento Gonçalves, onde hoje funciona a casa das Massas. Na fotografia 3 tem-se uma casa destinada ao depósito de cereais, também situada em Bento Gonçalves (Arquivo do Museu Municipal de Caxias do Sul).

As fotografias 3, 4, 5 e 6 demonstram aspectos da arquitetura dos imigrantes italianos na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul em uma fase de prosperidade, tendo em vista a solidez das construções de alvenaria. algumas A casa 7 é uma construção basicamente em madeira, que atualmente abriga um restaurante denominado Casa Vanni.

Fotografia 14 : Mosaico fotográfico das casas típicas da colonização italiana no Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011; Museu Municipal de Caxias do Sul.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Contudo, deve-se considerar a “evolução” da arquitetura típica italiana, devido às necessidades e à precariedade de técnicas e de materiais disponíveis no início do processo de colonização no Rio Grande do Sul. As primeiras habitações eram mais rudimentares, ou seja, constituíram “barracões” que serviram para abrigar as famílias, até que pudessem organizar o lote e nele produzir. Através das contribuições de Gardelin (2002), pode-se conceber como era a casa inicial, construída com bambu, contendo apenas quatro paredes, sem divisão interna e coberta com tábuas.

As casas típicas da imigração italiana no Rio Grande do Sul passaram por várias fases construtivas, de acordo com a evolução da tecnologia e dos materiais disponíveis. Uma das características que se salienta nas casas é a funcionalidade, ou seja, a construção era projetada para atender às necessidades de abrigo das famílias, mas também, para facilitar o seu trabalho e o encontro com os parentes e vizinhos.

As tarefas diárias também se refletiam nas construções, uma vez que a casa servia para armazenagem e estocagem dos produtos, moradia e refeitório. Assim, em diversas porções dos territórios da imigração italiana encontram-se casas com a cozinha separada dos demais cômodos, ou seja, existia a casa de comer e a casa de dormir. A casa de comer exercia uma centralidade no cotidiano dos imigrantes e de seus descendentes, pois era nessa que eles se reuniam para as refeições, realizavam suas orações e reuniões com parentes e amigos. Mesmo nas construções em que não havia separação entre os cômodos, a cozinha também desempenhava um papel essencial, constituindo-se como o maior cômodo da casa.

O entorno da casa também revela alguns aspectos importantes do ponto de vista organizacional, reafirmando a funcionalidade. Eram comuns as construções que preservavam hortas e fornos de barro. As hortas eram importantes porque se cultivavam hortifrutigranjeiros e os fornos, porque os pães e cucas consumidos pelas famílias eram assados ali. Esse forno construído do lado de fora da casa encontra sua explicação na busca pela segurança contra incêndios, já que era um instrumento bastante utilizado no cotidiano dos imigrantes e de seus descendentes.

Com a manutenção das famílias através do trabalho no lote, as casas foram aperfeiçoadas e as construções ficaram mais resistentes e funcionais do ponto de

vista do trabalho e do conforto familiar. Destacam-se a utilização de paredes de madeira ou “pedra” e de coberturas de telhas. (GARDELIN, 2002).

A ocupação da cozinha pelos imigrantes em detrimento dos demais cômodos da casa deve-se ao tempo destinado às atividades da lavoura, que exigia que os intervalos de tempo destinados às refeições ocupassem um lugar essencial no seu cotidiano (FOTOGRAFIA 15, 16, 17 e 18).

Fotografia 15: Panela de ferro dos imigrantes italianos – Vale Vêneto.
Fonte: Museu Histórico de Vale Vêneto Padre João Iop, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Fotografia 16: Sopeira utilizada pelos imigrantes italianos – Vale Vêneto.
Fonte: Museu Histórico de Vale Vêneto Padre João Iop, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Fotografias 17 e 18: Moedor de carne e prato– Vale Vêneto.
Fonte: Museu Histórico de Vale Vêneto Padre João Iop, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Alguns imigrantes trouxeram utensílios domésticos na pouca bagagem que lhes era permitido carregar nos navios que atravessaram o Atlântico, como pratos, talheres, panelas, dentre outros. De modo geral, o lazer era escasso e quando lhes

sobrava algum tempo, dedicavam-se a melhorar a infraestrutura da residência ou mesmo a construir alguma benfeitoria ou equipamento utilizado na lavoura.

A atividade agrícola ocupava a maior parte do tempo dos colonos, os quais se dedicavam ao cultivo da vinha, do trigo, do milho e do arroz. Além desses produtos, cultivavam a mandioca e o feijão para subsistência, sendo que a atividade agrícola era realizada por toda a família. Praticavam, também, o sistema de rotação de culturas, visando a manter a fertilidade do solo (GARDELIN, 2002).

A videira teve seu cultivo atrelado inicialmente, aos colonos alemães, os quais não enfatizaram sua produção. Enquanto isso, os italianos a transformaram em uma "marca" do seu espaço produtivo no Rio Grande do Sul, ou seja, a uva compõe sua identidade. O surgimento da indústria vitivinícola aperfeiçoou a produção, adequando-a aos moldes industriais. A produção de vinho artesanal requeria que a uva fosse esmagada com os pés, em caixas denominadas "*largar*" (mais largas na parte superior e estreitas na parte inferior, onde havia orifícios para que saísse o líquido). O vinho da colônia não possuía mistura de outras substâncias, nem de álcool, sendo presença constante na mesa do imigrante italiano. Com o álcool, era produzida a "graspa", aguardente consumida nas festividades (GARDELIN, 2002).

O cultivo da uva pelos italianos formou algumas paisagens típicas que, segundo Denis (1951), lembram as paisagens europeias. Vivenciando uma nova realidade, os colonos tiveram que se adaptar ao ambiente, devido às condições de tempo específicas impostas pela posição geográfica e, também, pelo relevo onde estava assentada sua colônia. Tendo como base a sazonalidade, costumavam podar as videiras em agosto, para que a brotação ocorresse somente na primavera, pois a ocorrência de geadas durante o inverno poderia queimar os brotos, o que viria a prejudicar a safra de uva (GARDELIN, 2002).

A agricultura colonial italiana, assim como a alemã, primou pela diversificação, através dos cultivos para a subsistência e para a comercialização do excedente em feiras livres nas proximidades da colônia, que gerava renda para o pequeno agricultor ao longo do ano.

Além dos aspectos relacionados à economia de subsistência, destaca-se a culinária italiana. Naturalmente, esse código trouxe novos hábitos para o Rio Grande do Sul, mas também sofreu alterações, devido à disponibilidade de produtos. Para Gardelin (2000), a gastronomia italiana tem como destaque os pães, as massas e a polenta. A polenta chamada de colonial, conhecida no Rio Grande do Sul, não era a

mesma consumida em seu país de origem. Embora na Itália houvesse comidas à base de milho, eram diferentes da *nostra* polenta. O que os imigrantes conheciam era a "*mosa*", uma mistura de farinha de milho, água, sal e leite, de consistência mais mole, à qual se acrescentava queijo ralado. Além disso, era muito conhecida na península itálica a canjica, preparada com milho quebrado e descascado no pilão, cozido com leite, ao qual se acrescentavam sal, açúcar, ou ambos.

Ao se reterritorializar, o imigrante transformou-se culturalmente, adaptando alguns aspectos ligados à linguagem, à gastronomia, à arquitetura típica, ao vestuário, enfim, de acordo com as condições encontradas no novo território. Outros códigos orientadores da sua cultura se afirmaram e se efetivaram no território rio-grandense, como a religiosidade. A (i)materialidade da fé católica trazida com os imigrantes tornou-se um marco da sua cultura, através de diversas manifestações simbólicas ligadas à religiosidade, que abrangem desde as construções materiais até o nível do pensamento. Pensamento e ação estão relacionados, territorializando-se constantemente através da fé e dos templos, do imaterial e do material.

A representatividade da fé dos imigrantes repercute na (i)materialidade inscrita na paisagem, construindo e moldando formas e funções ao espaço. Assim, construíram-se diversos locais de peregrinação, de busca pelo sagrado, pela meditação, pela palavra de conforto, enfim, por todo sistema de ações simbólicas que compõem o contexto religioso. Ao analisar a religiosidade dos imigrantes italianos, Piccin (2009, p. 86) afirma que eles

> deixaram um belo exemplo de perseverança baseado na religião, uma vez que a maioria das famílias eram e são católicas. Os ensinamentos cristãos são considerados alicerces da tradição familiar, representado principalmente na oração do terço diário. O pensamento do imigrante estava sempre voltado para o mundo religioso. Buscava na mesma, subsídios para ter saúde, livrar-se dos perigos, ter uma boa safra. Através dessa perseverança e fé, encontravam o conforto espiritual de que necessitavam.

Nas considerações de Manfroi (2001, p. 122) encontram-se alguns aspectos relevantes que explicam a importância da religiosidade para o imigrante italiano, pois eles

> eram, em sua maioria absoluta, católicos praticantes. A participação das celebrações litúrgicas, nos domingos e dias de festa, era obrigação moral, pois só o praticante era considerado pessoa de fé, digno da estima e aceito pelos demais. O sacerdote gozava da mais alta consideração e suas palavras tinham, em geral, a persuasão da lei. Essa educação eles a receberam, desde o berço, em suas regiões de origem, principalmente no

> Vêneto, onde a presença da religião e do clero era determinante na vida da sociedade.

A religiosidade dos imigrantes foi fundamental para criar diversas porções do espaço destinadas a fé católica, como templos, capelas, ermidas, cemitérios, grutas, dentre outros símbolos implícitos na análise dos territórios da imigração italiana. Os imigrantes foram protagonistas na transformação da paisagem, na criação dos territórios sagrados materializados nas colônias. O sagrado resulta da prática religiosa e, por conseguinte, do aspecto imaterial que se apegaram para buscar forças e superar as adversidades.

No contexto da religiosidade dos imigrantes, a igreja católica pode ser considerada um marco na paisagem, ocupando lugar central nos pequenos núcleos populacionais, os quais evoluíram e tornaram-se cidades. A igreja atuou como um elemento de coesão social, pois era nas celebrações que a comunidade se reunia. Além disso, segundo Andrade (2007, p. 01), destaca-se a importância da religião no contexto social e político das colônias, pois

> a instituição Católica Apostólica Romana pode ser entendida como uma instituição religiosa, política e cultural, que a partir de suas atuações sobre o espaço geográfico tende simultaneamente à legitimação de seus territórios religiosos e ao fortalecimento de suas territorialidades religiosas, apresentando uma organização que lhe é peculiar.

Na tomada de decisões, os representantes da igreja sempre estiveram presentes, bem como, nas demais esferas sociais, como conselheiros, destacando-se como protagonistas dos diversos acontecimentos da colônia. Assim, o padre consistiu numa figura representativa junto à comunidade local, por estar presente e fazer parte do cotidiano dos imigrantes.

A importância da religiosidade no cotidiano dos imigrantes é salientada por Giron e Herédia (2007, p. 118), ao afirmar que

> a religião é um dos elementos de identidade cultural, por isso, o desafio da etnia se desenvolveu também pela experiência religiosa e por suas tradições. A força da religiosidade expressa por meio do catolicismo, presente na região de Colonização Italiana, tem a ver com a presença da igreja desde a formação dos núcleos coloniais, bem como com o papel que a religião desempenhou na integração cultural dos grupos imigrantes. A prática religiosa foi elemento aglutinador das diferenças culturais trazidas por esses europeus, na medida em que mantiveram seus costumes, tradições e dialetos na nova pátria. A integração se deu em vários locais, principalmente na organização social.

Desse modo, a colônias sempre tinham uma capela, uma vez que cada vila centralizava-se em torno de uma igreja. Através da religiosidade a população rural concentrava-se em um local determinado em função da localização do templo, denunciando a intensidade da fé do imigrante. Outro fato que expressa a fé do colono italiano é o nome dado aos filhos no batismo, em homenagem aos santos de devoção. Além disso, as casas coloniais, em sua maioria, possuíam um lugar especial para o oratório. Nesse oratório eram colocadas flores e velas em homenagem ao santo de devoção, no qual os imigrantes depositavam a sua fé e os pedidos de proteção e prosperidade (BRUM NETO, 2007).

Além das igrejas, outras formas de manifestação da fé se materializaram nos territórios da imigração italiana, conforme salienta Costa (2010, p. 01) ao afirmar o seguinte:

> Capitéis e capelas materializaram uma forma própria de organização religiosa, de responsabilidade comunitária, não só em relação à religião, mas também à educação e à solução de problemas sociais. Uma figura de solução de problemas comunitários, eleita pelos imigrantes, com o mesmo espírito da organização da capela, é a cooperativa, sistema que fluiu nas colônias de forma genérica. Pode-se, já, antever uma religiosidade baseada no social, ficando em segundo plano o cultivo de iniciativas de espiritualidade pessoal, reflexiva e contemplativa. Reunião diária em família para a reza do terço e reunião dominical em residência adequada, em capitel, ou em capela estruturam uma religiosidade que se subordina as práticas sociais e religiosas regulares, ficando o cultivo pessoal restrito à frequência sacramental, especialmente à desobriga pascal. Embora residências, travessões, estradas foram acontecendo a partir de conjugação de esforços, de mutirões, a capela acontecia depois de certa organização comunitária assegurada. As capelas, no começo, eram espaços essencialmente religiosos. Mas, com o tempo, pela falta de recursos e meios, e pela necessidade de escolas para alfabetizar os filhos, e com a anuência dos sacerdotes, as capelas emprestavam seu espaço à sala de aula. Logo que as possibilidades econômicas apareceram, surge o salão da capela que passa a liberar o espaço da capela, assumindo este o espaço de escola, bodega e lugar para encontro e festas. A capela passa a ser lugar para catequese, encontros dominicais e cultos por ocasião da visita de sacerdotes.

O espaço sagrado torna-se um território dedicado à socialização, realizando múltiplas atividades ligadas ao benefício do grupo social local. A instituição católica reafirma sua importância ao atuar junto à comunidade, prestando serviços educacionais, participando da tomada de decisões e da organização de eventos diversos, como festas religiosas e quermesses. Nesse sentido, o padre exerceu e exerce ainda um papel central. Roxo e Silva (2007) salientam a influência e a autoridade do sacerdote católico sobre o grupo social, centralizando a assistência

religiosa e espiritual, além da tomada de decisões juntamente com os representantes do poder local.

É nos rituais de passagem (morte) que se encontra a reafirmação da fé entre os descendentes de imigrantes. Na tentativa de compreender o significado da morte e da ausência física de familiares e amigos, as pessoas buscam auxílio e conforto espiritual na religião. As manifestações vão desde orações, missas e demais celebrações até a materialidade, manifestada nos cemitérios, os quais possuem características peculiares, reveladoras de aspectos importantes para a interpretação das crenças e dos ritos de passagem.

De forma geral, as famílias possuem uma espécie de mausoléu, identificadas pelo sobrenome. Nele são depositados os restos mortais dos familiares, cujas lembranças são realizadas mediante fotos, data de nascimento e morte, além de flores depositadas nos túmulos. Há toda uma simbologia presente nos cemitérios, com monumentos dedicados aos anjos e aos santos. Também são comuns cemitérios construídos nas pequenas propriedades, destinados apenas às famílias. (FOTOGRAFIAS 19, 20 e 21).

Figura 19: Anjos decorativos do cemitério São Marcos - Arroio Grande – Santa Maria.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 20: Túmulos das famílias de imigrantes italianos no cemitério São Marcos - Arroio Grande – Santa Maria.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Os cemitérios consistem em importantes registros materiais para estudos voltados às manifestações culturais dos descendentes de imigrantes italianos, através das crenças materializadas em formas típicas. Além disso, constituem-se de registros temporais da presença dos imigrantes, do seu trabalho e da sua reterritorialização no sul do Brasil.

Figura 21: Jazigo familiar no cemitério São Marcos - Arroio Grande – Santa Maria.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Outra forma de expressão da fé e das crenças dos imigrantes italianos e de seus descendentes é ressaltada por Piccin (2009), ao abordar a importância dos capitéis. Os capitéis são considerados pequenas capelas, construídas em devoção aos santos da família ou de um grupo, normalmente em virtude de promessas feitas em momentos de crise econômica, estiagem e doença familiar. Já os nichos são miniaturas dos capitéis utilizadas no interior das casas.

Também a cruz, o terço e os sinos são símbolos destacados por Piccin (2009), por traduzirem aspectos materiais das expressões de fé dos imigrantes italianos. A cruz cristã é um dos seus principais símbolos. Inicialmente utilizada para executar a crucificação, passou a representar, após o sacrifício de Jesus Cristo, também a ressurreição, ou seja, que a morte representa uma passagem da materialidade para a imaterialidade, do carnal para o espiritual.

Além disso, o terço, uma parte do rosário, composto de 50 Ave-Marias, foi utilizado pelos fiéis para guiar suas orações. Como símbolo da religiosidade católica nos territórios da imigração italiana, ele facilitava a união da família e do grupo social, a partir dos encontros para rezar o terço. Assim também acontecia na realização de novenas buscando alcançar uma graça, seja ligada à saúde, ao trabalho, ou a qualquer outro pedido que motivasse a intervenção divina.

Já o sino estava repleto de simbologias e a forma como era tocado servia para evocar e avisar sobre diversas situações seja para marcar o horário, como para anunciar a missa ou os anunciar funerais, dentre outras. Por conseguinte, era uma forma simbólica de comunicação e identidade. O badalo do sino era uma codificação que transmitia uma mensagem aos fiéis, e que era entendida por um grupo que compartilhava das mesmas crenças.

A religiosidade dos imigrantes italianos manifesta-se em todo território da imigração através dos símbolos supracitados. São inúmeras as territorialidades materiais e imateriais, representadas por templos, grutas, capitéis, cruzes, cemitérios e celebrações, que fizeram parte do cotidiano dos *ítalo-gaúchos* no decorrer do seu processo de reterritorialização no Rio Grande do Sul (FOTOGRAFIAS 22 e 23).

Figura 22: Gruta de Nossa Senhora de Lourdes – Vale Vêneto..
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Figura 23: Capitel dedicado a Santo Antônio – Bento Gonçalves.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

A organização social dos imigrantes deixou importantes legados culturais, manifestados através de datas festivas, geralmente ligadas ao trabalho no campo. Para Roxo e Silva (2007), as festividades concentravam-se em determinados períodos, de acordo com as tarefas agrícolas, ou seja, tais eventos ocorriam em maior número no outono e no inverno, pois era uma fase de menor atividade no campo e de maiores recursos financeiros devido aos ganhos obtidos com a venda da produção agrícola.

Dessa forma, as festividades estão ligadas às celebrações em homenagem a determinadas divindades, como o padroeiro ou mesmo a um produto agrícola. Como exemplo de festividades, pode-se citar a Fenavinho, em Bento Gonçalves, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, a Festa do Arroz, em São João do Polêsine, a Festa da Batatinha, em Silveira Martins, o Festival do Queijo e do Vinho, em Faxinal do Soturno, dentre tantas outras que materializam os rituais e as celebrações em torno dos produtos que dinamizam a economia local. As datas referentes ao surgimento das colônias e dos municípios originários delas também são comemoradas.

Sob a ótica cultural o canto entoado pelos imigrantes tem sua relevância no cotidiano das colônias, contribuindo para a superação das dificuldades. Ribeiro (2004) salienta através de depoimentos que o canto contribuiu para esquecer a fadiga do trabalho, para ter “outros” pensamentos, ou seja, para “não pensar”. E o espaço conquistado pelo canto foi o “filó”, ou seja, reunião social realizada nas cozinhas ou cantinas domésticas. Ocorria, geralmente, no sábado à noite, pois no domingo não era preciso levantar cedo para o trabalho na lavoura.

No “filó” realizavam-se diversas atividades, principalmente trabalhos artesanais e remendos de roupas pelas mulheres, enquanto os homens jogavam cartas, conversavam e teciam cestos de vime ou faziam cabos de enxada. Em meio a essas atividades é que se entoavam as canções. Nesse sentido, os imigrantes cantavam *in compagnia,* o que permitiu diversificar os cantos, principalmente quando havia componentes oriundos de outras províncias na Itália, trazendo inovações (RIBEIRO, 2004).

Tais canções populares foram trazidas na bagagem dos imigrantes e cultuadas através da oralidade no dialeto de origem. Destacam-se também os cantos religiosos em latim e italiano, os cantos ritualísticos, como *Mama Mia La sposa La è qui* (bodas), além de cantos dedicados aos ritos domésticos como o

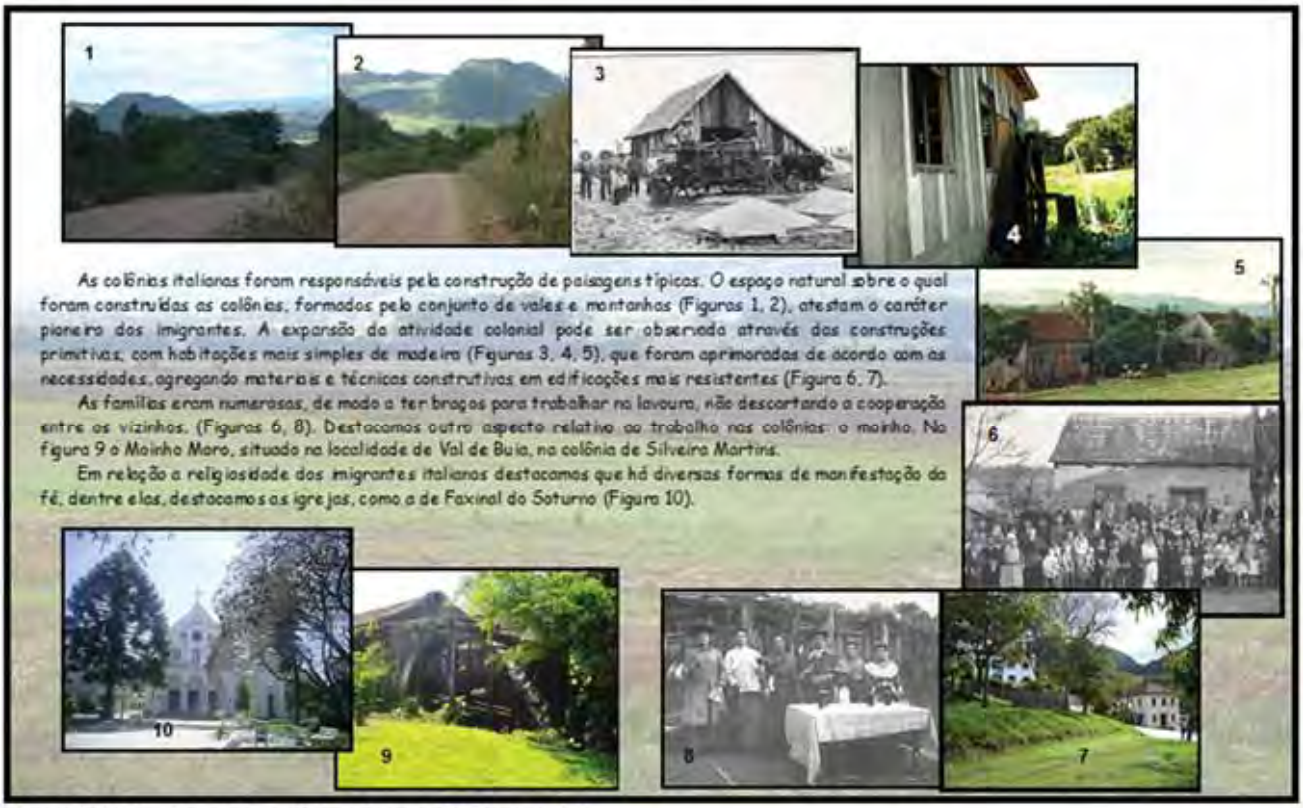
nascimento, o casamento, a família e a vida coletiva. Canções líricas, satíricas e narrativas atestam sua permanência até a atualidade. Como exemplo dessas canções podem-se citar *Dona Lonbarda, Gingin và in camera (La rondine inportuna), O Susana (La bella al ballo), Pelegrin Che vien di Roma,* cujas características narrativas contavam histórias e tinham longa duração, sendo algumas de 15 minutos (RIBEIRO, 2004).

As canções entoadas nas festividades e encontros sociais permitiram minimizar o isolamento dos primeiros imigrantes, através da manifestação da cultura oral. As canções remetiam a lembranças, da terra e das pessoas que ficaram nos seus territórios de origem. Dessa forma, algumas canções apresentavam temas como os Alpes nevados, as características geográficas da Itália, as guerras, dentre outros (RIBEIRO, 2004).

Ao se desterritorializarem, os grupos sociais experimentam uma reterritorialização, ainda mantendo os laços com seus territórios de origem, procurando materializar características culturais semelhantes. Porém, as alterações são inevitáveis e ocorrem em âmbito material e imaterial. Abrangem códigos como estilo da casa, gastronomia, templos e também costumes, valores e crenças.

Em termos amplos, serão abordados, neste estudo, os territórios da imigração italiana desde a sua gênese, para identificar e, posteriormente, analisar as suas transformações, ou seja, as mudanças e as permanências no decorrer do processo de reterritorialização. Há costumes, hábitos e crenças que foram explicitados aqui e já não existem mais, pois foram substituídos por outros, fruto da intensa troca de influências com os demais povos existentes na sociedade. Será visto, posteriormente, na análise dos territórios na atualidade, como se manifesta a cultura dos *ítalo-gaúchos* na atualidade.

Nesse contexto, destacaram-se alguns aspectos relevantes da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que se constituíram como pressuposto para a formação dos territórios culturais, uma vez que permitiram a reterritorialização dos imigrantes e a construção de paisagens típicas, moldadas de acordo com seus hábitos e valores. Explicitaram-se, neste texto, alguns códigos orientadores que serão retomados ao se analisarem os territórios da imigração italiana na atualidade, bem como suas transformações e territorialidades (FOTOGRAFIA 24).




As colônias italianas foram responsáveis pela construção de paisagens típicas. O espaço natural sobre o qual foram construídas as colônias, formados pelo conjunto de vales e montanhas (Figuras 1, 2), atestam o caráter pioneiro dos imigrantes. A expansão da atividade colonial pode ser observada através das construções primitivas, com habitações mais simples de madeira (Figuras 3, 4, 5), que foram aprimoradas de acordo com as necessidades, agregando materiais e técnicas construtivas em edificações mais resistentes (Figura 6, 7).

As famílias eram numerosas, de modo a ter braços para trabalhar na lavoura, não descartando a cooperação entre os vizinhos. (Figuras 6, 8). Destacamos outro aspecto relativo ao trabalho nas colônias: o moinho. Na figura 9 o Moinho Moro, situado na localidade de Val de Buia, na colônia de Silveira Martins.

Em relação a religiosidade dos imigrantes italianos destacamos que há diversas formas de manifestação da fé, dentre elas, destacamos as igrejas, como a de Faxinal do Soturno (Figura 10).

Fotografia 24: Um olhar sobre as colônias italianas do Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010; Acervo APROVALE; Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.
Org.: BRUM NETO, H., 2010.

Sobre a imigração italiana, pode-se dizer que ela contribuiu significativamente para o desenvolvimento territorial do Estado, dando seguimento ao trabalho realizado pelos alemães. Em termos gerais, considerando a última contagem realizada pelo Governo da Província, em 1860, foram criados 33 municípios até 1889. A expansão populacional foi bastante expressiva nesse curto período de tempo, principalmente, pela inserção de imigrantes nas terras rio-grandenses, os quais permitiram o surto de expansão populacional no território gaúcho. Os pequenos núcleos populacionais que se originaram junto às colônias agrícolas evoluíram, transformando-se em pequenas vilas e, posteriormente, em municípios. Em menos de um século, o Rio Grande do Sul multiplicou significamente o número de municípios, pois, em 1809, eram apenas quatro e, em 1889, já existiam 61 municípios (FEE, 1981).

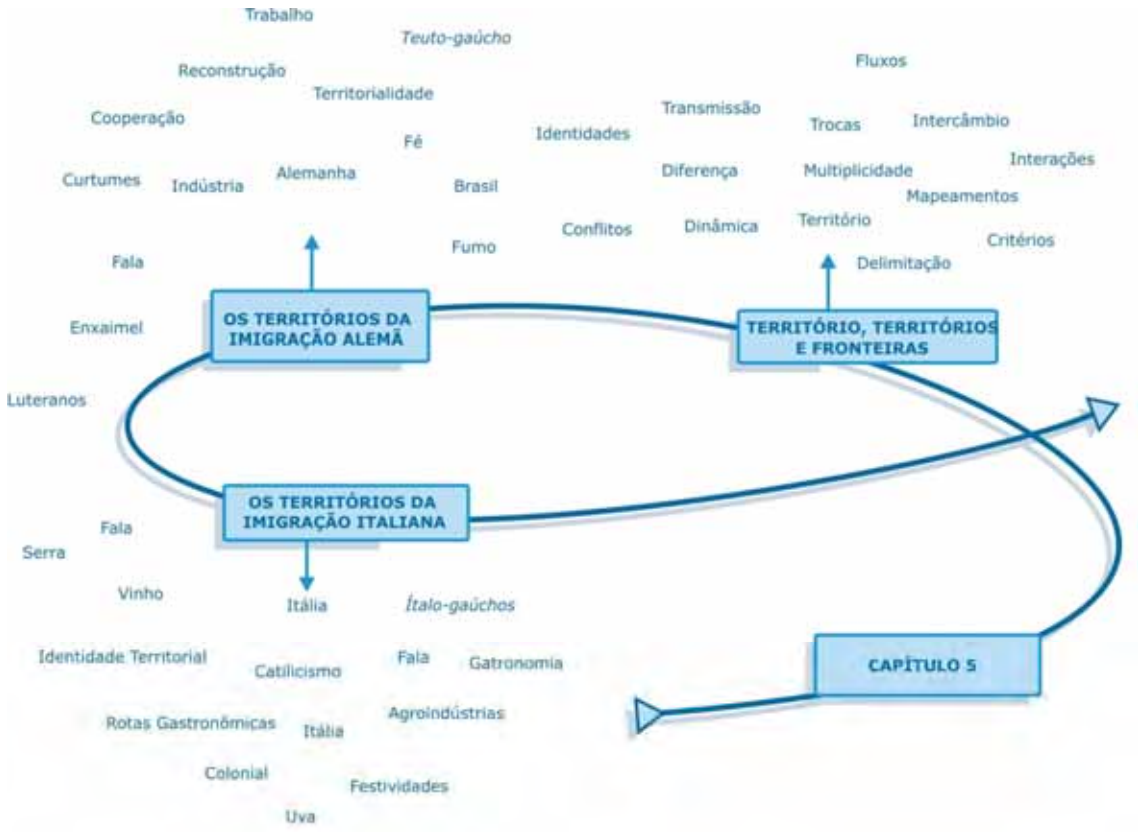
A imigração italiana ocorreu através da continuidade do processo de colonização, direcionada por políticas específicas, proporcionando a criação dos territórios culturais. Esses territórios eram dotados de paisagens típicas, moldadas de acordo com os aportes culturais reterritorializados pelos imigrantes e seus descendentes. Diferentemente dos alemães, os italianos foram destinados para porções do espaço mais declivosas, as quais não os impediram de desenvolver seus lotes, de construir suas colônias e, por consequência, seus núcleos urbanos, formando belas paisagens ao aliarem os aspectos naturais aos culturais e econômicos.

Neste contexto, pode-se dizer que o processo imigratório no Rio Grande do Sul serviu para desenvolver a agricultura, mas também para disseminar a corrente povoadora e preencher os “vazios” demográficos. Destacam-se as etnias alemã e italiana, que formaram colônias específicas culturalmente. Tal situação possibilitou a presença de uma etnia em uma base espacial contínua, dotando-a de características específicas (BRUM NETO, 2007).

No entanto, os imigrantes alemães e italianos não foram os únicos a se inserirem no território rio-grandense, embora tenham sido as correntes migratórias que apresentaram maiores contingentes populacionais. A partir da efetiva colonização da Depressão Central pelos alemães e das áreas de mata pelos italianos, houve a necessidade de buscar novas terras, ainda desocupadas. Essa busca direcionou a corrente povoadora para o Norte, originando as novas colônias. Além dos descendentes de imigrantes que já havia se reterritorializado no Rio

Grande do Sul, essas colônias receberam novos grupos, de culturas distintas das já conhecidas, como poloneses, judeus, russos, sírio-libaneses e holandeses.

Dessa forma, o Planalto da Bacia do Paraná compreendeu, então, a última parte do Rio Grande do Sul a ser colonizada, por iniciativa governamental, mas também, por processos privados. Foi nessa porção do Estado que foram fundadas as “colônias novas” ou “colônias mistas”, cuja principal característica cultural deve-se a diversidade étnica dos seus componentes.




# CAPÍTULO 5 OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

# 5 OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

> Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

As reflexões teóricas realizadas nos capítulos anteriores levaram a uma concepção do território como uma construção histórica e dinâmica, materializada nas mudanças e nas permanências engendradas a partir dos movimentos de des-re-territorialização, de desconstrução e de reconstrução. Nesse sentido, buscou-se demonstrar tal entendimento, a partir do capítulo 4, resgatando a gênese dos territórios em estudo. Para tanto, identificaram-se as transformações iniciais, pautadas no abandono dos territórios de origem na Europa e, sobretudo, na necessidade de reconstrução no Sul do Brasil. Os fluxos migratórios articularam essa gênese, dotando o Rio Grande do Sul com descontinuidades, fluidez, movimento, simbologias e identidades múltiplas, com culturas diversificadas, condicionantes da atual caracterização e das paisagens.

Tendo como base a perspectiva multidimensional, escalar e temporal, construiu-se este capítulo abordando a dimensão simbólica, como fonte de identidade e de economia para os territórios da imigração alemã e italiana, de forma conjunta e comparativa. Objetivou-se analisar a atual configuração dos territórios formados pelos dois maiores contingentes populacionais inseridos no Rio Grande do Sul através do processo de colonização, ou seja, compreender como seus descendentes conduziram o movimento de renovação e reconstrução que resultou nas diferenças e semelhanças entre os territórios.

Na busca pela compreensão das dinâmicas territoriais na atualidade investigou-se: Quais agentes atuam nesses territórios? Como suas territorialidades se materializam? Quais são as semelhanças, as diferenças, as mudanças e as permanências? As respostas para tais questionamentos são complexas e acompanham as reflexões contidas neste capítulo, pois envolvem a construção e

delimitação territorial, bem como a apropriação do espaço por grupos culturais diferenciados, que desenvolveram processos identitários múltiplos.

Os territórios, como produto da relação sociedade e natureza, são construções históricas, dinâmicas e transformaram-se no tempo e no espaço. Para que se entendam as configurações territoriais atuais teve-se que retroceder no tempo e olhar o espaço em transformação, suas temporalidades e territorialidades. Considera-se que a atual caracterização territorial resulta das escolhas passadas, das ações humanas, das preferências em consonância com as políticas que orientaram a ocupação do espaço. De acordo com a proposta deste estudo, torna-se essencial fundamentar o território nessa perspectiva, para compreender como os grupos sociais constroem seus territórios, os diferenciam dos demais e os transformam no tempo e no espaço.

Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul integram a heterogeneidade cultural que formou o regionalismo sulino. Não se tem a pretensão de abordar a questão tradicionalista da cultura gaúcha, mas considera-se a relevância das etnias em estudo para sua composição, pois trata-se de territórios múltiplos. Alguns descendentes se “consideram gaúchos em relação à totalidade nacional e alemão ou italiano no contexto cultural interno ao Rio Grande do Sul”. (TRABALHO DE CAMPO, 2011). Encontra-se explicação para esse movimento nas considerações de Haesbaert (2004c), ao salientar que experimentam-se vários territórios e formulam-se territorialidades múltiplas, num entrecruzamento entre territórios.

As múltiplas territorialidades resultam da dinâmica territorial atual e da integração, sobretudo, econômica, que exige a “abertura” dos grupos culturais frente às inovações atuais, principalmente devido à busca pelo crescimento econômico. É nesse sentido que ocorre a integração, pautada em fluxos de pessoas, mercadorias, capital e em simbologias culturais e econômicas. Buscam-se e valorizam-se os *hauts lieux* (CLAVAL, 1999), como fontes de cultura e, mais especificamente, de renda.

Desse modo, a cultura está atrelada à economia. Uma e outra são complementares, pois preservam-se os códigos culturais como aportes para dinamizar a economia local, ao mesmo tempo em que a economia necessita da cultura como um fator atrativo ao seu crescimento, tal como ocorre, por exemplo, nos municípios de Gramado e Canela. Mas até que ponto a essência cultural materializada nesses locais é real e está implícita no grupo social que a vivencia?

Ou é uma construção "forçada" e, porque não dizer, "forjada" pelos atores econômicos dominantes em busca do lucro?

A elucidação das perguntas supracitadas perpassa a análise das práticas sociais dos grupos culturais em estudo, a apropriação territorial e os processos de identificação e de construção da economia regional, bem como a delimitação territorial, ou seja, das fronteiras responsáveis pela individualização dos territórios em estudo, conforme será abordado a seguir.

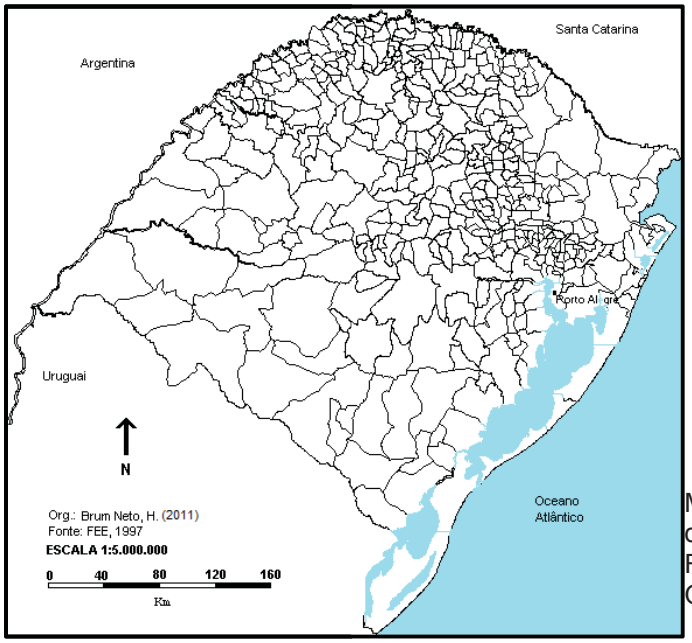
## 5.1 A delimitação territorial: território, territórios e fronteiras

A formação dos territórios em estudo e sua consequente delimitação parte do entendimento das transformações das colônias agrícolas em territórios da imigração. Formados historicamente através do processo de colonização/imigração, os territórios em estudo, originaram núcleos rurais e urbanos, que se desenvolveram, formando uma complexa rede social, econômica, política e cultural, composta por unidades territoriais individualizadas: os municípios.

Como é possível observar no mapa da divisão territorial do Rio Grande do Sul, o espaço destinado à colonização é composto, atualmente, por municípios com pequena extensão territorial, contrastando com aqueles situados na metade Sul do Estado, formado pelo processo de ocupação com estâncias e charqueadas (grandes propriedades), conforme abordado no Capítulo 3. De modo geral, pode-se dizer que se originou uma dicotomia no território rio-grandense, pautada no tamanho da propriedade, na organização do espaço produtivo e na etnia (MAPA 6).

O mapa 7 representa a base utilizada para elaboração cartográfica dos mapeamentos territoriais. Assim, optou-se por individualizar os territórios da imigração através das unidades territoriais que têm suas origens atreladas à imigração alemã e italiana. Tal critério objetivou delinear cartograficamente os contornos territoriais e as faixas fronteiriças, que unem identidades territoriais semelhantes, ao mesmo tempo em que estabelecem as diferenças culturais, identitárias e econômicas. A utilização dos limites político-administrativos operacionalizou a construção dos mapeamentos, tendo em vista que os municípios

elencados tiveram suas origens ligadas à determinada cultura, especificamente, neste estudo, aos alemães ou aos italianos.




Mapa 6: Divisão Municipal do Rio Grande do Sul.
Fonte: FEE, 1997.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Dessa forma, traçaram-se os limites, no intuito de individualizar os territórios, mas, ressalta-se, que não de forma rígida, fixa. Por isso optou-se por mapeamentos de manchas, no qual foi demonstrada a abrangência do fenômeno cultural/territorial e de seus possíveis fluxos e intercâmbios, principalmente nas faixas fronteiriças.

Ao estabelecer os limites territoriais foi preciso buscar aportes teóricos que embasassem a análise cartográfica, de modo que foram encontradas diferenciações no significado de limite e fronteira, embora comumente sejam concebidos como sinônimos. Sintetizando a abordagem de Martin (1994), Machado (1998) e Steiman (2002), pode-se dizer que a fronteira desempenha uma função relacional, com destaque para as trocas culturais, econômicas e sociais, concretizando-se como fonte de novas identidades ou identidades múltiplas. A fronteira é dinâmica e se reconstrói mediante essas trocas, estabelecendo diferenças e influenciando mutuamente as identidades que se entrecruzam nela. Por sua vez, o limite constitui-se de uma linha definida, funcionalmente separadora.

Dessa forma, adotou-se a fronteira, neste estudo, por tratar-se de uma faixa de transição e não de um limite, uma linha divisória. Os territórios da imigração são

concebidos através da dinâmica social, dos fluxos econômicos, culturais e políticos intrinsecamente relacionados interna e externamente.

Na concepção de Gonçalves (2011), a fronteira

> é marcada pela interação entre sujeitos diferentes que possuem práxis e construções simbólicas, culturais e identitária distintas, fato que contribui para a existência de múltiplas relações, e são essas que ressaltam a diferença entre os sujeitos que habitam a zona de fronteira, pois não é possível compreender como se constituí uma fronteira sem levar em consideração as diferenças que a constituem. [...] Na fronteira não existe apenas convivência com sangue, língua ou capitais diferentes, mas a mesma abriga diferenças raciais e culturais juntamente com uma separação social e barreiras linguísticas, além de uma hostilidade que é organizada pelo contato com outros grupos étnicos de outros Estados-Nação, sendo assim pode-se afirmar que a fronteira é um instrumento de grande absorção e transmissão cultural.

Assim, entende-se que a fronteira ocupa posição de destaque no contexto territorial analisado tendo em vista a sua dinâmica e por relacionar múltiplas dimensões, estabelecendo diferenças culturais e econômicas. As fronteiras são locais de transição, mas não de forma fixa, pois não há um limite, uma linha definidora em que um fenômeno tenha fim e comece outro, mas, sim, locais de passagem, de criação de identidades, de des-reterritorializações. Nesse sentido, Gonçalves (2011) afirma que a relação entre identidade e fronteira pode ser abordada através do intercâmbio entre línguas, costumes e ideais distintos que contribuem para a construção identitária nesse local.

É na fronteira que convivem semelhanças e diferenças, numa relação paradoxal de distinção entre *nós* e os *outros.* As identidades culturais se reafirmam, mediante os vínculos de pertencimento e reconhecimento, criando um padrão que permite ao grupo social se reconhecer mediante características comuns. Mas também, é na fronteira que as identidades se diferenciam pelas características singulares, por símbolos, enfim, por códigos culturais que as distinguem dos *outros.*

Na concepção de Gonçalves (2011), a fronteira

> acaba se tornando a limitação de um espaço que por possuir conteúdos e sentidos diferentes, que são fixados pelos dois lados da fronteira contribuem para a construção daquilo que é diferente, pois na fronteira ocorre um cruzamento de identidades distintas que em contato são recontextualizadas e reelaboradas, a fim de diferenciar cada vez mais o marco de referência. Com a existência de dois modelos de referência distintas a fronteira acaba se tornando permeável ou flexível, onde uma nova temporalidade acaba dissolvendo os localismos e as questões identitárias surgindo assim o diferente.

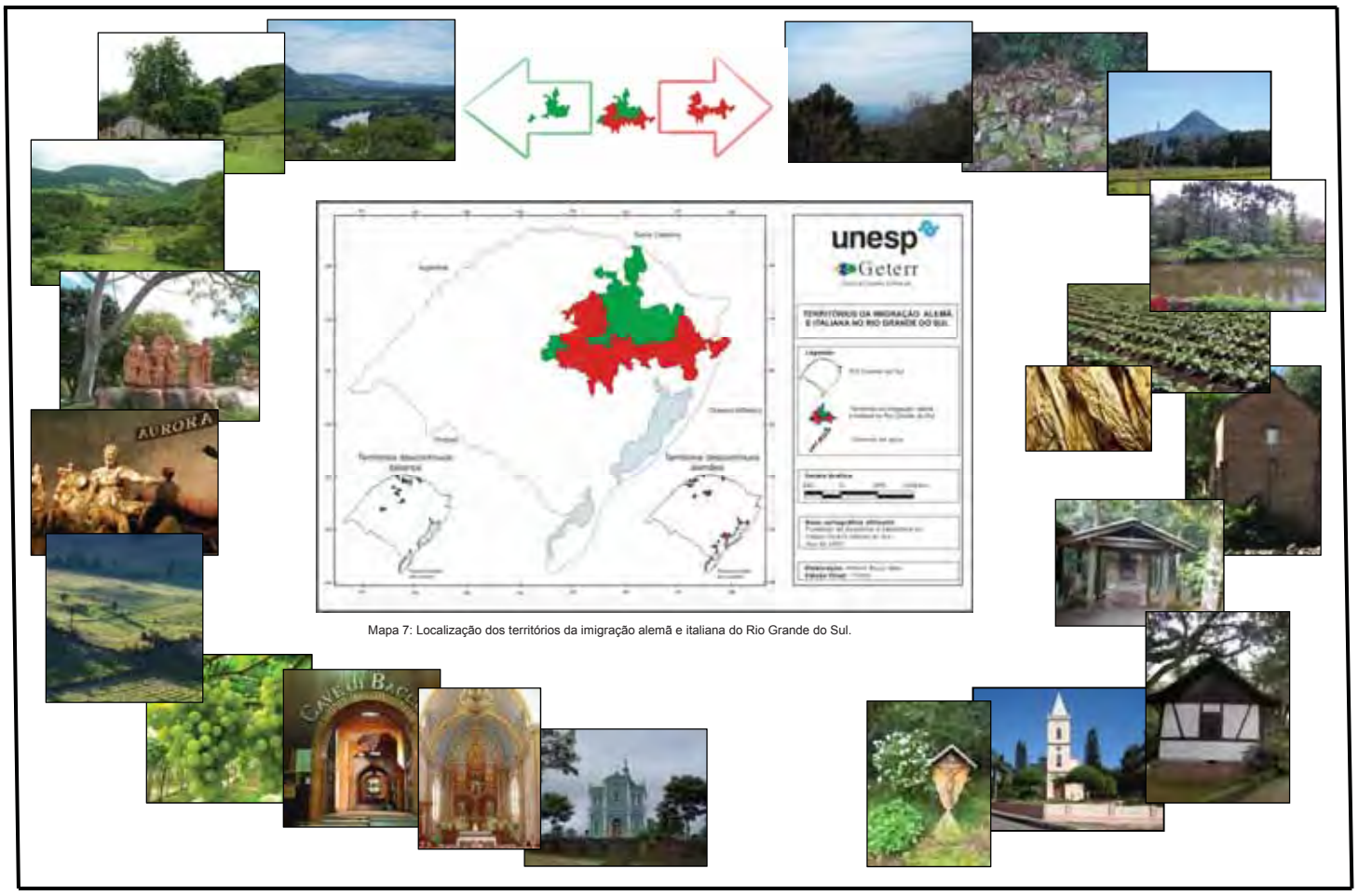
A percepção da *difference* condiciona a análise de territórios múltiplos, transformados historicamente pelas etnias alemã e italiana. Internamente ao próprio território há dinâmicas heterogêneas, diferentes, singulares, individualizando singularidades que revestem a organização territorial de complexidade. Materializam-se diferenças organizacionais em uma mesma base cultural. Conforme será discutido neste capítulo, ao se tratar das especialidades de cada território, de suas semelhanças e de diferenças. A fronteira, portanto, é abrangente e relacional, é fonte de novas territorialidades e identidades.

É nesse sentido que se fala em territórios, no plural, devido às múltiplas territorialidades neles implícitas, permeadas por formas e significados diversificados. Do ponto de vista territorial, os territórios não são contínuos e estão separados territorialmente, principalmente, os territórios formados por imigrantes italianos. Tal fato deve-se à conjuntura histórica de implantação das colônias e aos fluxos internos que se estabeleceram entre as colônias (migrações rural-rural e rural-urbana).

Embora os territórios concentrem-se na porção Nordeste, os fluxos os expandiram na direção Noroeste e Central, respectivamente, nas Novas Colônias e no núcleo formado pela Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, além de alguns municípios situados na metade Oeste, como se observa no mapa 7. Esses fluxos representam a dinâmica populacional e econômica sobre o território rio-grandense, marcando migrações internas que reorganizaram o Estado

.

Helena Brum Neto




Mapa 7: Localização dos territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

## 5.2 Os territórios da imigração alemã

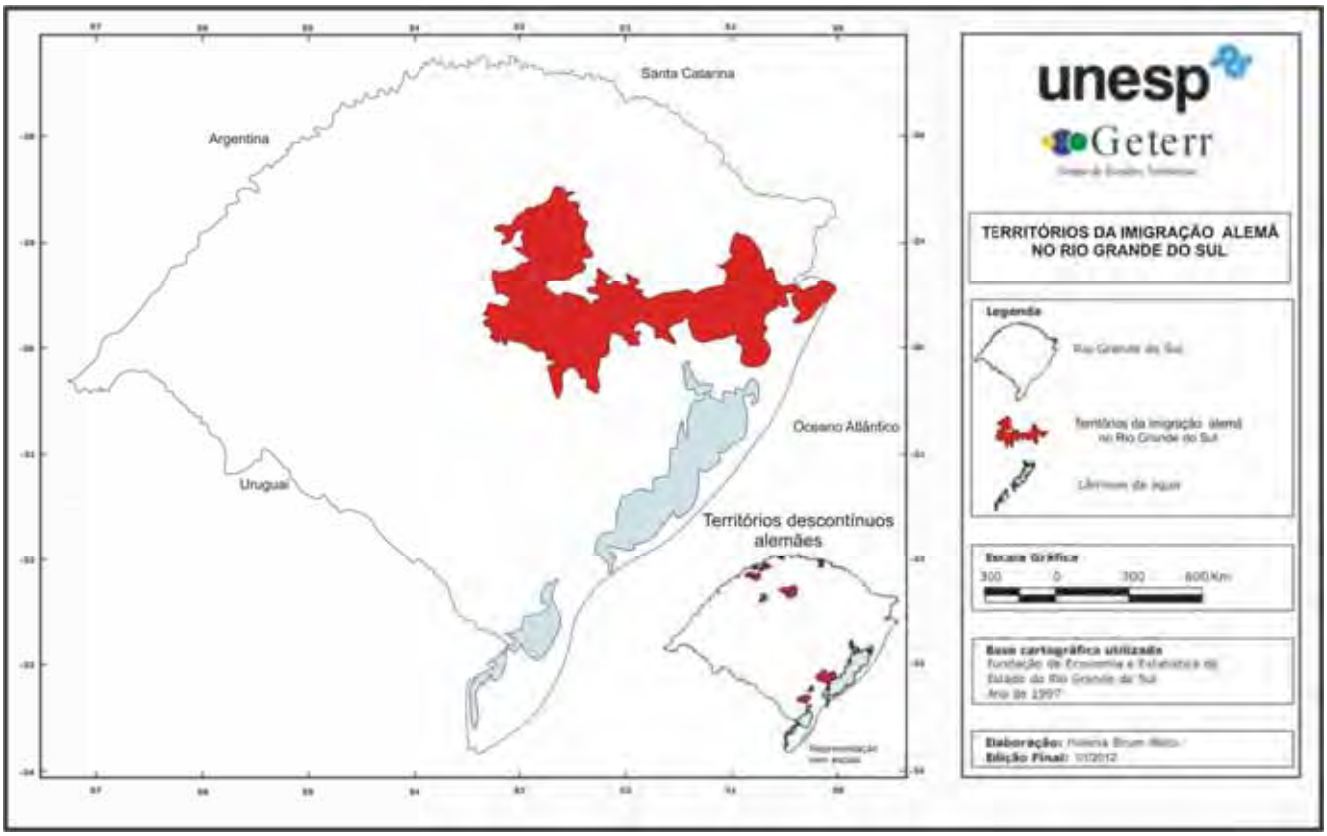
A expansão das colônias alemãs configurou territorialidades distintas e delineou as fronteiras dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul. A forma e a dimensão territorial foram definidas através da dinâmica política e econômica, que permitiu aos imigrantes e seus descendentes se reterritorializarem. A partir de novas inserções étnicas, outras culturas motivadas economicamente se territorializaram, estabelecendo espaços de convivência, diferenças e identidades.

Os territórios da imigração alemã situam-se na faixa Centro-Leste, estendendo-se para Nordeste e Centro-Norte em algumas áreas. Há territórios descontínuos espacialmente, marcando a presença alemã no Noroeste rio-grandense em virtude da última etapa de expansão colonial (MAPA 8).

Nesta tese, delimitou-se um território. Porém, suas fronteiras não “separam”, apenas marcam um espaço de transição entre os agentes que o constroem e os demais grupos sociais que compõem o Rio Grande do Sul. Constitui-se como uma unidade na diversidade, ou seja, uma parte integrante do contexto regional gaúcho de forma diferenciada, marcada e identificada cultural e economicamente.

A territorialidade dos códigos culturais *teuto-gaúchos* são responsáveis pela formação e continuidade territorial, tendo em vista a significância das ações do grupo social com o espaço, transformando-o em território. É nesse sentido que analisaram-se os territórios da imigração alemã na atualidade, buscando-se compreender como os descendentes de imigrantes atuam na sua organização e como se relacionam com os demais grupos sociais, tendo em vista que estes não são isolados. Pelo contrário, apresentam redes e fluxos intensos em razão da dinâmica econômica (industrial, comercial, agrícola e turística), política e cultural.

É necessário buscar a compreensão das territorialidades atuais, identificando o porquê das transformações e das permanências. Desse modo, pretende-se conceber a configuração territorial decorrente da atuação dos *teuto-gaúchos* no Rio Grande do Sul.




Mapa 8: Localização dos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H., 2012.

A reterritorialização da cultura alemã no território rio-grandense construiu paisagens típicas através da materialidade de códigos culturais inseridos e transformados pelos imigrantes e seus descendentes. Esse sistema simbólico tornou-se único, pois se constitui em um *híbrido* entre os códigos de origem dos imigrantes e a transformação sofrida no decorrer da reterritorialização. Não são os mesmos, ditos originais, pois se metamorfosearam, compondo a complexidade cultural rio-grandense.

Foram identificadas as mudanças e as permanências nos territórios, analisando-se a paisagem historicamente, o que se iniciou no capítulo 4, com a origem das colônias e de suas primeiras transformações territoriais. Há, ainda, algumas marcas na paisagem que atestam as formas e preferências passadas.

Desse modo, iniciaram-se as análises pelo código edificação. Tendo em vista a multiplicidade de estilos arquitetônicos na atualidade, a preservação das casas construídas pelos imigrantes alemães é pouco significativa, predominando na paisagem as técnicas construtivas contemporâneas. As edificações que marcam a permanência têm sua significância atrelada à preservação do patrimônio histórico e, geralmente, abrigam funções comerciais e não mais de residência. (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

A técnica enxaimel, característica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, é encontrada em alguns locais, mas se concetra-se em municípios como Nova Petrópolis (Aldeia do Imigrante), Ivoti, Dois Irmãos, Taquara, Estrela, Novo Hamburgo, Sapiranga, Igrejinha, Sinimbu, Santa Cruz do Sul, Teutônia, Lajeado, Estrela, dentre outros (TRABALHO DE CAMPO, 2010). Utilizou-se aqui o verbo “concentrar” porque existem espaços destinados à sua preservação, como parques e museus ao ar livre. Assim, ainda há exemplares de casas preservados compondo a paisagem dos municípios, embora sejam raros. Günter Weimer identificou esses exemplares com maior frequência no espaço rural (MOSAICO FOTOGRAFICO 25).

Figura 25: Mosaico fotográfico Aldeia do Imigrante – Nova Petrópolis.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Distintamente das casas construídas durante a colonização italiana, as quais atualmente abrigam comércios e outras funções distintas da residência, conforme será visto na análise dos territórios da imigração italiana, as casas alemãs ainda abrigam residências ou outras utilidades para seus moradores, como galpões. Tal fato ocorre principalmente no espaço rural, tendo em vista que nas cidades sua utilização está vinculada, também, ao uso comercial.

O parque Aldeia do Imigrante, situado em Nova Petrópolis reconstituiu detalhes das colônias alemãs, principalmente, em relação à arquitetura, vestuário, usos e costumes praticada pelos imigrantes e seus descendentes, expondo utensílios utilizados no cotidiano (TRABALHO DE CAMPO, 2011). Assim, pôde-se visualizar e identificar, na prática, os detalhes da estrutura das edificações construídas com a técnica enxaimel, permitindo sua compreensão na atualidade, já que não se trata de uma técnica usual, restando poucas construções ainda preservadas.

A importância histórica e o detalhamento aparente das construções revestem o enxaimel de significados culturalmente atribuídos à imigração alemã, exercendo apelo turístico na paisagem. Entretanto, é preciso distinguir as edificações construídas com a técnica enxaimel do que tem se denominado como “falso enxaimel”. Este último, por sua vez, consiste apenas na imitação dos traços utilizados pela técnica original, em que a estrutura ficava exposta, ou seja, são apenas detalhes visíveis na fachada das construções imitando o enxaimel, mas sem relação com sua estrutura. (ROCHE, 1969; WEIMER, 2005).

Ressalta-se que nos municípios originados pela imigração alemã podem-se encontrar diversas formas de resgate da arquitetura típica com o “falso enxaimel”, como forma de identificação e de territorialização cultural. A vinculação dos códigos culturais territorializados pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul como um fator de atração turística força a construção de uma paisagem “típica”. Trata-se, por conseguinte, de um espaço direcionado ao consumo, um cenário construído visando a alicerçar a economia local.

No município de Gramado, o conjunto de vales e montanhas forma uma paisagem natural explorada não apenas pela territorialidade alemã, mas também pela italiana (principalmente em relação à gastronomia), como é possível observar no mosaico fotográfico a seguir (FOTOGRAFIA 26). É interessante registrar a fala de um morador local, prestador de serviço no centro de Gramado, que relatou: “A

cidade não é pensada para a população daqui, somente para turista. Nós, daqui, prestamos serviço e moramos na periferia, onde a vida é de verdade, não esse cenário que vocês veem. Olhem se aqui no centro tem problema, pobreza, mendigo, lixo? Não tem, porque a preocupação é o turismo, e turista não gosta disso."

Fotografia 26: Mosaico fotográfico das territorialidades italianas em Gramado.
Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Destaca-se, também, que, no interior do município, nas chamadas *linhas* (nome dado a determinadas localidades durante a colonização), são encontrados exemplares originais do enxaimel, construídos pelos imigrantes alemães. Porém são construções mais simples do ponto de vista arquitetônico e nada tem a ver com o requinte das edificações construídas no espaço urbano de Gramado, principalmente prédios de hotéis, galerias e restaurantes.

A originalidade encontrada nas *linhas* (linha 28, Boemia, Nova, dentre outras) também tem sido explorada comercialmente, através de roteiros turísticos que destacam o resgate das "raízes coloniais". Nesses empreendimentos, o turista pode vivenciar a simplicidade dos costumes e das tradições, tendo contato direto com os descendentes de imigrantes que ainda vivem no local e que realmente compõem a população local.

Assim como a arquitetura tem sido resgatada, outros códigos também são valorizados, como a linguagem. O contato entre etnias diversificadas dotou o Rio Grande do Sul de peculiaridades linguísticas, configurando as diferentes *formas de falar* do gaúcho. E os territórios da imigração alemã contribuem para tal diversificação.

No intuito de compreender a relação entre as línguas portuguesa e alemã, resgatam-se as considerações de Prade (2003, p. 87), ao afirmar que

> com o passar do tempo, os alemães das regiões de colonização foram se habituando a empregar termos da língua portuguesa em frases alemãs, ou por comodismo ou ate mesmo pela dificuldade de encontrar o termo adequado na língua alemã que, por falta de uso, tenha caído no esquecimento. Outra dificuldade é saber usar o nome correto, em alemão, dos produtos e aparelhos novos que vão surgindo com o progresso e o desenvolvimento tecnológico.

A mistura entre o alemão e o português é exemplificada por Zé do Rock (2003), ao salientar que se falasse o dialeto alemão praticado no Rio Grande do Sul não seria entendido nem pelos brasileiros nem pelos alemães, somente pelos "brasileiros de origem alemã". Assim, considera-se que surgiu uma "nova" linguagem (variação entre o alemão e o português). Aspectos importantes do pensamento e do uso da língua alemã no Rio Grande do Sul são especificados pelo autor ao escrever seu texto da mesma forma como os *teuto-gaúchos* falam na prática, demonstrando as problemáticas em relação às transformações decorrentes do processo de reterritorialização (ANEXO A).

A profusão de novos termos adicionados ao dialeto alemão falado no Rio Grande do Sul influenciou também a língua portuguesa. Dessa forma, transferiram-se, ao vocabulário, palavras como: serigote (do alemão *sehr gut*), kerb (*kirchweihfest*), quermesse (*kerbweihmesse*), cuca (*kuchen,* que significa bolo), *malzbie*r (que se traduz por cerveja preta de malte), ximir ou chimier (*schimier*, que designa doce de fruta para passar no pão), blitz (*polizeiblitz*, que corresponde a uma intervenção repentina da polícia), dentre outras (PRADE, 2003).

A terminação *-ieren* utilizada nos verbos da língua alemã com procedência latina, como, por exemplo, *diktieren, studieren, telefonieren*, passou a ser utilizada para outros verbos de radical latino, mas que não fazem parte do vocabulário alemão. Dessa forma, multar tornou-se *multieren* (em alemão, *bestafen*), assaltar – *assaltieren* (em alemão: *überfallen*), aguentar – *aguentieren* (em alemão: *aushalten*), cobrar – *cobrieren* (em alemão: *kassieren*), dentre outros. Para agregar valor afetivo,

em alemão existe o sufixo diminutivo *che* ou *chen*, de uso comum no dialeto *Hunsrück*. Esse sufixo passou a ser empregado para palavras da língua portuguesa, como: *nêneche – baby* (nenezinho), *spulettche – sehr lebhaftes kind* (espoleta), *guriche – kleiner junge* (gurizinho) (PRADE, 2003).

Nesse sentido, pode-se observar que, ao se reterritorializarem, os imigrantes alemães criaram formas de comunicação que transformaram seu dialeto original em um dialeto *teuto-gaúcho*, inexistente até então, considerando as influências da língua portuguesa e das particularidades do vocabulário praticado no extremo sul do Brasil. Assim, surgiram novos termos, transmitidos através das gerações e que são falados em família na atualidade.

No entendimento de Prade (2003, p. 91-92)

> nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio e, mesmo num só local, apresenta inúmeras variações, umas em maior outras em menor quantidade. Essas formas diferenciadas de uma língua em determinadas regiões são conhecidos por *dialetos* ou *falares.* A diferença principal entre os termos *dialeto* e *falar* é que o primeiro apresenta um sistema linguístico próprio desenvolvido em uma concreta delimitação geográfica, por exemplo, o dialeto *Hunsrück,* na Alemanha, que se desenvolveu na região montanhosa entre os rios Reno, Meno e Nahe, região de onde veio o maior número de imigrantes alemães para o Brasil. O termo *falar* refere-se á maneira peculiar do povo de se expressar em uma determinada região, com a diferença de que não apresenta o grau de amplitude e de coerência alcançado pelo dialeto. Assim temos o *falar gaúcho, o falar nordestino, o falar mineiro* etc. A designação *falar do alemão gaúcho,* ou *o linguajar do alemão gaúcho* aqui empregado, refere-se a maneira de como o gaúcho, proveniente das regiões de colonização alemã, costuma de expressar.

A tradução do dialeto alemão para o português apresenta como consequências o apagamento do morfema plural, a troca de gêneros e a inadequação nas flexões verbais (PRADE, 2003). Verificam-se, no quadro 2, os exemplos referentes às interferências estruturais no “falar do alemão gaúcho”.

O referido falar do *teuto-gaúcho* perdura até a atualidade e os termos de linguagem modificados ainda exprimem as emoções, os sentimentos, tanto nos territórios da imigração alemã, quanto nos dos italianos. O sotaque característico denuncia a origem étnica e a “mistura” linguística transmitida através das gerações. Os descendentes aprendem a falar *non* ao invés de “não”.

| Consequência | Exemplos no falar |
|---|---|
| **Apagamento do morfema plural** | *Tenho setenta anoØ [...].*<br>*Foi ent**on** trocado as palavraØ de brasileiro p'ra alem**on*** [...] |
| **Troca de gêneros** | *E assim tinha um* rocinha aqui, um* rocinha lá, cheio* de macacoØ* [...]<br>*Lá já tinha um* igrejinha evangélica* [...] |
| **Inadequação nas flexões dos verbos** | *E tinha sete anoØ quando viemoØ de Santa Cruz.*<br>*N**on** sei quantos diaØ de viagem levemoØ de car**o**ça.* |

Quadro 2: O falar do gaúcho alemão.
Fonte: PRADE, 2003, p. 93.
Org.: BRUM NETO, H., 2012.

Contribuições relativas à linguagem praticada nos territórios em estudo são encontradas nas considerações de Ingrid Margareta Tornquiste (2003) ao salientar que o termo "ilha linguística" define o falar alemão no Rio Grande do Sul, principalmente se for considerado o espaço rural, onde a prática da língua materna se manteve presente até a atualidade. Além disso, a língua materna está ligada à visão de mundo, pois é através dela que se transmitem e se constroem os ensinamentos, os valores e as crenças.

No caso dos *teuto-gaúchos*, identifica-se a importância do trabalho no cotidiano. Eles acreditam que o trabalho constitui uma base sólida para o progresso pessoal e profissional. Essas afirmações podem ser exemplificadas com *slogans* como "um testemunho de fé no trabalho", observada em uma empresa de transporte urbano do município de Panambi, fundada por descendentes de imigrantes alemães.

A importância do trabalho é constatada no cotidiano de algumas localidades, como em Panambi, onde a vivência no referido município permitiu identificar aspectos reveladores dos valores e crenças que perduram até a atualidade. De modo geral, os habitantes locais dedicam-se ao trabalho com afinco, enquanto os momentos de descanso são dedicados à família. Não é comum ver as pessoas na frente das casas ou nas ruas (nos bairros). Tal fato, corriqueiramente, proporciona a impressão de se estar em uma cidade "vazia", sem ninguém. Nos finais de semana,

o comércio não abre e a cidade fica sem o movimento de pessoas nas ruas, enquanto as igrejas estão repletas de fiéis pela manhã, sobretudo, a evangélica luterana. Por conseguinte, constatou-se que o *slogan* da referida emprega reflete os costumes da população local.

De modo geral, as gerações atuais reconhecem a importância do trabalho pioneiro realizado pelos seus antepassados. As conquistas, as derrotas e as dificuldades que enfrentaram os primeiros imigrantes servem de ensinamentos para os filhos e os netos, que têm, no trabalho e na fé, ensinamentos para a vida. (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

Tal reconhecimento ocorre com os demais grupos sociais que compuseram a leva de imigrantes para a colonização do Rio Grande do Sul, como os italianos, conforme será mostrado posteriormente, na análise dos territórios da imigração italiana. O fato de terem transformado porções de mata virgem em pequenas propriedades rurais, de terem construído as primeiras vilas, as quais se transformaram em cidades, e de expandirem pequenas fábricas artesanais em indústrias e outros comércios bem sucedidos serviu de estímulo e tornou-se motivo de orgulho, fazendo com que o "valor" do trabalho seja um ensinamento familiar.

O *der fleissige Deutsche* (o alemão trabalhador) é uma característica comportamental que se espelha na língua, muitas vezes de forma estereotipada. A atitude dos *teuto-gaúchos* frente ao trabalho está implícita nos valores éticos construídos na educação familiar. Trata-se de uma virtude enaltecida e considerada um elemento de identificação étnica. Além do trabalho, a língua enaltece temas como a fé, as normas e leis, as emoções, a informação e o saber (TORNQUIST, 2003).

Para Tornquist (2003, p. 166), o falar alemão é valorizado no grupo e "Na presença de pessoas que não falam o alemão, porém, muda-se imediatamente para o português *dass man keener offendiere tut* (para não ofender ninguém)". No entanto, considera-se que a experiência no município de Panambi trouxe outros aspectos da relação entre culturas diferentes. Através do relato da população local, pode-se perceber que a prática do dialeto alemão, na cidade, é uma forma de identificação e de diferenciação, principalmente quando pessoas "de fora" se inserem ali.

As conversas em alemão são comuns ao grupo e, se os demais não compreendem e não falam o dialeto, são excluídos, pois não participam dos

debates. Dessa forma, não são todos os locais em que há troca de idioma para que uma pessoa de fora possa compreender e ser compreendida, uma vez que, em determinados lugares, a prática da língua alemã (dialeto) é até incentivada.

O falar alemão ainda é praticado nos territórios da imigração, principalmente em âmbito familiar. Foi possível identificar, durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, que os descendentes de imigrantes alemães praticam a língua materna desde a infância e a utilizam no cotidiano como forma de manutenção identitária e de coesão social, enquanto pertencentes a uma cultura, a *teuto-gaúcha*, no caso.

Nesse contexto, destaca-se que a religiosidade desempenhou um papel fundamental na preservação do dialeto alemão, através do ensino religioso praticado na língua materna, e da criação de associações recreativas e culturais que agregaram os grupos sociais em torno de objetivos culturais, econômicos e religiosos comuns (SEIDL, 2008).

A relação entre religião e ensino se aprofundou com a criação de diversas escolas católicas e protestantes nos municípios que compõem os territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul, as quais valorizaram significativamente os preceitos religiosos no contexto educacional, tornando o ensino religioso um componente curricular importante, e a pregação das ideologias de cada confissão. A expansão dessas escolas ocorreu também fora dos territórios em estudo (em cidades de médio e grande porte), aproveitando-se do *slogan* “qualidade e excelência no ensino”, suprindo as lacunas deixadas pelo sistema público, carente e deficitário de infraestrutura (SEIDL, 2008).

Hoje, vivenciam-se manifestações de fé plurais, com diversos tipos de cultos e com o surgimento de novos preceitos e crenças. Porém, a religiosidade constitui-se como uma “permanência”, pois se trata de um dos códigos orientadores dos descendentes de imigrantes alemães que vivem nos territórios em estudo. Além disso, sua representatividade é atestada através dos múltiplos símbolos territorializados, espaços destinados à fé e à reflexão, como templos, capelas e igrejas. A presença da população nos cultos ainda é significativa e, nas reuniões familiares, o sagrado se faz presente através das orações. No mosaico fotográfico a seguir, procurou-se demonstrar aspectos da religiosidade materializada nos territórios da imigração alemã (FOTOGRAFIA 27).

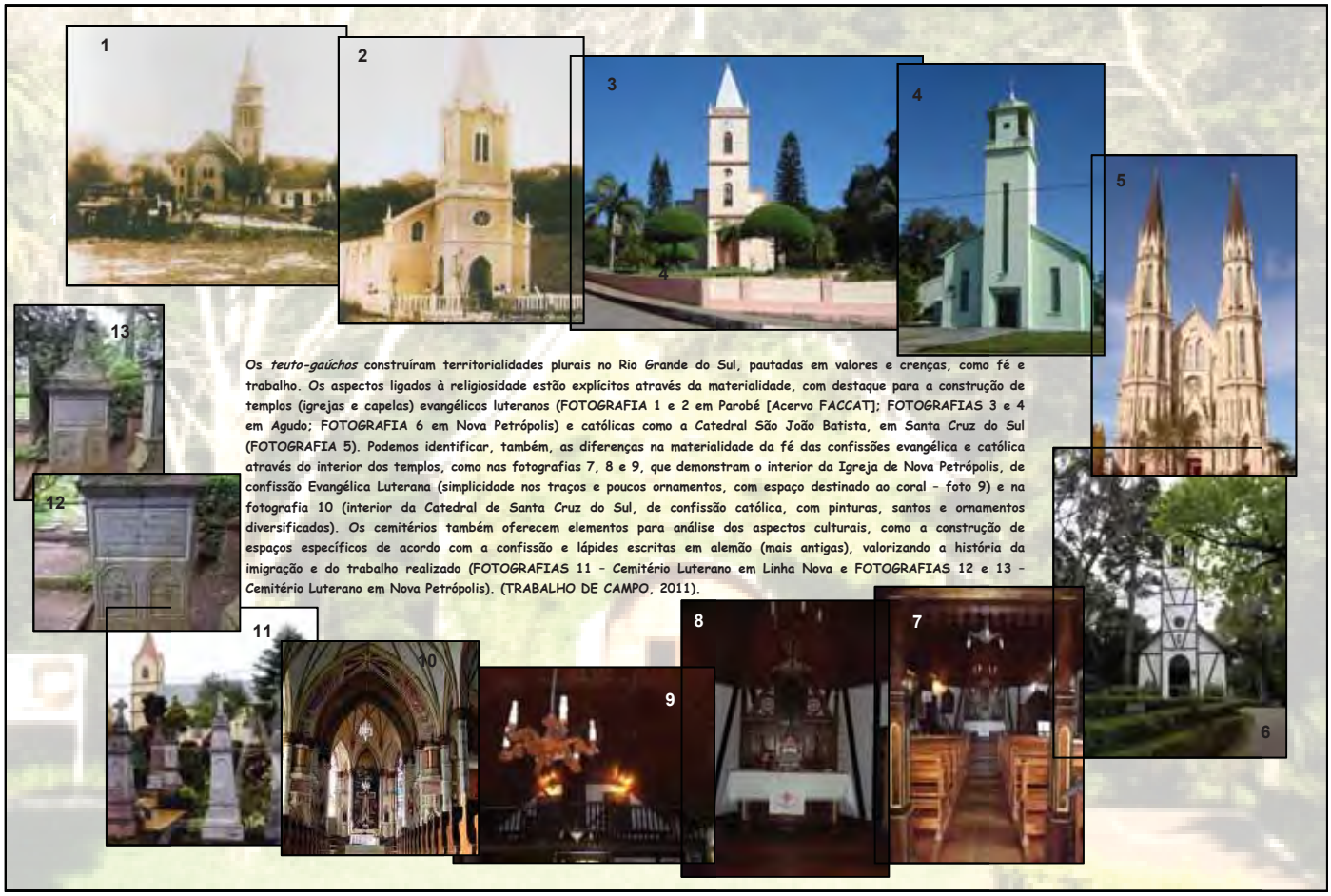



Figura 27: Mosaico fotográfico representativo das manifestações religiosas nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul.
Fonte: Acervo FACCAT, 2010; Trabalho de campo, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Os templos dedicados à fé nos territórios em estudo revelam sua devoção se no protestantismo (evangélico luterano) e na confissão católica, ocupando lugar de destaque na paisagem. Não raramente, as igrejas situam-se na praça, uma defronte à outra. Os sinos ainda soam no chamamento aos fiéis, tal como ocorre no município de Panambi, Agudo e outros municípios de origem alemã, marcando, atualmente, uma característica da religiosidade da população local.

As atividades religiosas imprimem no espaço transformações atreladas aos aspectos culturais das comunidades (ROSENDAHL, 1994). Embora os territórios da imigração alemã apresentem, na atualidade, uma pluralidade religiosa, tradicionalmente é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) que os caracterizam historicamente, por ser essa a confissão da maior parcela populacional dos imigrantes, a qual foi transmitida através das gerações.

Em relação ao catolicismo, o protestantismo apresenta menor diversificação de espaços sagrados, tendo em vista que não há culto aos santos, imagens, etc. No catolicismo há rotas religiosas, peregrinações, grutas, santuários, dentre outros espaços sagrados e simbólicos de manifestação da fé. Mas, nem por isso, os praticantes do protestantismo são menos religiosos. Não se objetiva, neste estudo, emitir julgamentos de valor em relação à fé, ou seja, julgar maior ou menor devoção em cada religião. O que se faz é uma análise da territorialização da religiosidade e das suas implicações na construção da paisagem dos territórios em estudo.

De templos suntuosos como a catedral de Santa Cruz do Sul a pequenas capelas de *comunidades* rurais, encontram-se distintas formas de materialização do sagrado. Porém, a fé, como algo imaterial e supremo, em que se acredita com devoção, é a mesma, independente do tamanho da construção/edificação. Atualmente, observa-se um resgate da simplicidade das formas, inclusive com a criação de rotas turísticas que envolvam localidades rurais que ainda preservam traços da colonização alemã, com suas capelas imersas na bucólica paisagem rural.

Os espaços de preservação da memória, de recordação ou, como enfatizou Claval (1999b), os espaços memoráveis foram delineados historicamente, formando paisagens típicas rurais e urbanas. A busca pelo rural não significa que esse espaço esteja “congelado” no tempo, que seja imutável. Pelo contrário, pois se transformou, sobretudo, tecnologicamente, proporcionando a inserção de novas dinâmicas pautadas no mercantilismo. O que ocorre é a busca pelas tradições, as quais,

aparentemente, estão mais preservadas no espaço rural diante da rapidez das transformações e do modo de vida nas cidades de médio e grande porte.

Ainda hoje é possível encontrar aspectos da tradição cultural alemã nos municípios de pequeno porte, com a preservação de códigos culturais identificadores dessa etnia, com destaque para a materialidade das edificações, da gastronomia, das festividades e na imaterialidade do sotaque, das crenças e dos valores. O fato de permanecerem unidos e de haver pouca interferência externa, ou seja, de outras culturas, tal como ocorre nas maiores cidades, contribuiu significativamente para esta preservação. Destaca-se que tal fato ocorre tanto nos territórios da imigração alemã quanto nos da italiana.

Para ilustrar as afirmações, cita-se o município de São Leopoldo, oriundo da primeira colônia de imigração alemã implantada no Rio Grande do Sul, cujos traços culturais característicos da sua origem não são perceptíveis, a não ser em espaços de preservação. A transformação ocorreu devido ao crescimento populacional ocasionado pela busca de emprego no setor coureiro-calçadista, tal como ocorreu em Novo Hamburgo. O fator econômico serviu como atrativo para pessoas de distintas localidades, principalmente da Região Metropolitana de Porto Alegre, ocasionando um crescimento da cidade em detrimento do espaço rural.

Municípios originários das colônias alemãs cresceram do ponto de vista urbano, tornando-se polos regionais, como São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul. Basicamente, concentram a oferta de serviços ligados à saúde, à educação, ao comércio e à indústria, bem como, à busca e à oferta de empregos nesses setores econômicos. Entretanto, a transformação territorial não ocorreu de forma homogênea e uma parcela significativa dos municípios de origem alemã no Rio Grande do Sul é de pequeno porte, carentes de infraestrutura básica e com uma economia predominantemente rural. Exemplifica-se esse caso com municípios como Agudo, Paraíso do Sul, Candelária, Sinimbu e Passa Sete, dentre outros (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

A concentração industrial dos territórios da imigração alemã está nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, sobretudo no Vale do Rio dos Sinos, onde foi desenvolvido o setor coureiro-calçadista (Novo Hamburgo, Parobé, Igrejinha, Três Coroas). Já o setor moveleiro localiza-se na porção Centro-Norte dos territórios em estudo, com destaque para os municípios de

Tupandi, São Pedro da Serra, São Vendelino e Gramado (FAMURS, 2011, IBGE, 2011, FEE, 2011).

Exceções encontram-se no Noroeste rio-grandense, onde situam-se municípios como Panambi, Condor, Ibirubá, Santa Rosa, Horizontina, os quais concentram indústrias metal-mecânicas, voltadas à produção de maquinário para a agricultura. Nesse setor, destacam-se empresas como Focking, Kepler Weber, Metalsur e Brunning Tecnometal (Panambi), John Deere (Horizontina) e Massey Fergusson (Santa Rosa). Basicamente, em Panambi, as empresas têm origem em empreendimentos familiares de imigrantes alemães instalados no município, ou seja, são nacionais e responsáveis pela geração de empregos e renda em âmbito local e regional (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

O setor industrial é representativo na economia dos territórios da imigração e encontra-se setorizado de acordo com especialidades, conforme identificou-se através da coleta de dados censitários e de campo. As crises em alguns setores, como o coureiro-calçadista, transformaram produtivamente esse território na busca de novas alternativas de geração de emprego e renda, com destaque para o polo de Novo Hamburgo. Enquanto isso, o setor metal-mecânico expandiu-se através da desconcentração espacial, aproveitando-se da proximidade das regiões agrícolas (onde há consumidores), da oferta de mão de obra especializada e dos menores custos de produção (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

A organização do espaço produtivo dos territórios da imigração alemã transformou-se significativamente nos 188 anos de existência. Da economia agrícola de subsistência aos moldes atuais, como agricultura, comércio e indústria, identificaram-se saltos quantitativos e qualitativos que permitiram inserir a economia regional no mercado nacional e internacional. Mesmo se tratando de um território organizado predominantemente por uma determinada etnia, no caso a alemã, ressalta-se que não há homogeneidade produtiva, tendo em vista as particularidades em relação aos aspectos naturais, econômicos e políticos (principalmente devido à proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA).

No contexto dos territórios em estudo, o produto agrícola mais relevante no contexto econômico é o fumo. Trata-se de um produto tradicional, cultivado desde o início do processo colonizador com alemães no Rio Grande do Sul. A tradição aliada à valorização no mercado permitiu sua expansão e o surgimento de uma região

produtiva pautada no que Bezzi *et al* (2006) denominam de matriz produtiva tradicional.

Desse modo, a partir da inserção e da valorização do fumo no mercado nacional e mundial, formou-se um polo fumageiro no Rio Grande do Sul, centrado em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. A concentração da produção de fumo na região Sul do Brasil

> *responde por 97% do total nacional, com cerca de 700 municípios produtores. No Sul, a cultura é típica de pequenas propriedades, e a maior produção está nas proximidades das indústrias de transformação e beneficiamento. Em 2005, o Brasil produziu 889.426 t de folhas secas, -3,5% em relação a 2004 (921.281 t). O Rio Grande do Sul, maior produtor do país, colheu uma safra de 430.347 t; Santa Catarina, o segundo no ranking, produziu 280.045 t; e o Paraná, em terceiro lugar, 152.371 t. Com produção de 25.000 t, o maior produtor nacional foi o município de Venâncio Aires (RS), localizado na região do Vale do Rio Pardo, que tem na fumicultura seu principal produto agrícola. (IBGE, 2012)*

Fala-se em polo produtivo de Santa Cruz do Sul devido à tradição e à concentração das indústrias de beneficiamento nesse município, pois, atualmente, o maior produtor nacional de fumo é Venâncio Aires. Esse município reestruturou sua matriz produtiva mediante investimento no fumo, alicerçado pelo retorno financeiro obtido com as lavouras, embora se cultive também milho, arroz, mandioca e soja. Para exemplificar tal afirmação, explicitam-se os dados censitários reveladores da realidade produtiva de Venâncio Aires. No ano de 2006, plantaram-se 10.500 hectares de fumo, que renderam aproximadamente R$ 117.000, enquanto os 15.500 hectares de milho plantados na mesma safra renderam R$ 10.672 (FEE, 2011).

Atualmente, os produtores rurais buscam incessantemente a inserção dos seus produtos no mercado. Nesse sentido, o fumo vem ao encontro dessa perspectiva ao constituir um produto altamente rentável se comparado aos demais cultivos praticados nos territórios da imigração alemã. (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

Embora o fumo tenha assumido importância significativa em Venâncio Aires, o cultivo de erva-mate ainda tem relevância, experimentando algumas variações de 1990 a 2006 (1.400 a 2.000 hectares de área colhida, sendo que nos anos de 2000 e 2008 esse número aumentou para 4.000 hectares) (TABELA 3) (FEE, 2011).

Tabela 3: Principais municípios produtores de fumo nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | | (ha) | | (ha) | | (ha) | |
| | (ton.) | | (ton.) | | (ton.) | | (ton.) | |
| Agudo | 3,500 | 1.500 | 3.400 | 2.100 | 3.400 | 2.250 | 3.500 | 2.025 |
| Candelária | 7.000 | 1.200 | 5.600 | 1.500 | 8.000 | 2.250 | 11.000 | 1.900 |
| Santa Cruz do Sul | 13.400 | 1.700 | 5.500 | 1.500 | 6.030 | 2.300 | 8.150 | 2.000 |
| Vale do Sol | - | 1.560 | 4.000 | 2.000 | 4.400 | 2.000 | 6.625 | |
| Venâncio Aires | 8.200 | 1.500 | 10.500 | 1.680 | 9.000 | 2.100 | 10.500 | 1.950 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010

De modo geral, houve aumento da produtividade do fumo a partir da década de 1990, alcançado pela melhoria das condições técnicas de produção, como seleção das sementes, com espécies mais resistentes e de melhor qualidade, ampliação da assistência técnica ao produtor rural e uso de produtos menos agressivos ao ambiente. Porém, na medida em que aumenta a produtividade, diminui a área plantada em Santa Cruz do Sul (TRABALHO DE CAMPO, 2011; IBGE, 2011).

O plantio do fumo ocorre em pequenas propriedades, cuja maior parte possui até 10 hectares (35,5%) e entre 10 e 20 hectares (25%), com mão de obra basicamente familiar, seguida pelos contratados. Aproximadamente 25% das famílias não possuem terras, trabalhando em regime de parceria, como forma de permanecerem no espaço rural. Com percentuais menores, há produtores com mais de 50 hectares, perfazendo apenas 1,1% do total (AFUBRA, 2011).

Destaca-se que o fumo exige um alto índice de horas trabalhadas na lavoura, com aproximadamente 1989 horas/hectare e, portanto, emprega mais mão de obra por hectare que outras culturas, como milho, soja, feijão, batata inglesa e mandioca (SILVA, 2002). A dedicação intensiva ao cultivo de fumo está relacionada ao comprometimento da produção com as fumageiras, com o estabelecimento de

etapas a serem cumpridas, as qus vão desde a produção das mudas até a entrega do produto final. Tal fato salienta a relevância do fumo como gerador de emprego e renda para as famílias, mesmo com toda a polêmica em torno do fim desse cultivo no Brasil (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

A importância econômica do fumo pode ser atestada ao se comparar o valor da produção em relação às demais obtidas no espaço rural. Mesmo ocupando uma área menor do que os outros produtos, o fumo é responsável por 55,7% (R$ 7.369.433.650), enquanto a produção vegetal alcança 23,7% (R$ 1.745.617.250) e a animal 20,6% (R$ 1.517.964.500) (AFUBRA, 2011)

Embora o fumo seja o principal produto gerador de renda em algumas propriedades rurais, apenas 16,3 hectares dessas propriedades são destinados ao seu cultivo, sendo que, mediante à referida polêmica, alguns produtores agregaram outros cultivos em detrimento do fumo. A maior parte da propriedade rural é destinada para outros cultivos, como milho, feijão e culturas variadas, principalmente, aquelas destinadas à alimentação (arroz, cebola, batata-inglesa, hortifrutigranjeiros, dentre outras) (FIGURA 5) (AFUBRA, 2010).

Figura 5: Área média das propriedades rurais destinadas ao cultivo de fumo.
Fonte: AFUBRA (SAFRA 2009/2010) *apud* SINDITABACO (2012).

Foram apresentadas as características essenciais para compreender a produção de fumo nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul, a qual está pautada, basicamente, nas pequenas propriedades, com uso de mão de obra familiar. É um cultivo praticado desde os primórdios da colonização alemã, caracterizando-se como “tradicional” e sendo responsável pela formação de um polo produtivo fumageiro, concentrado em Santa Cruzdo Sul e Venâncio Aires.

O polo produtivo reúne os pequenos produtores rurais, responsáveis pelo cultivo, as empresas fumageiras, responsáveis pelo "pacote tecnológico" (financiamento, assistência técnica, insumos e compra da produção) e as associações, empresas e políticas responsáveis pelas resoluções e defesa desse segmento produtivo (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

O acompanhamento da produção pelas empresas fumageiras consiste de planejamento da safra (feito por orientadores), solicitação de crédito, pedido de insumos para a produção, bem como acompanhamento da colheita, classificação e comercialização do produto com a empresa (FROZZA *et al,* 1998 *apud* SILVA, 2002). Dessa forma, há garantias para o produtor e para a empresa, na medida em que a produção é controlada em todas as suas etapas. Porém, por outro lado, esse sistema acaba subjugando o pequeno produtor a vincular sua produção às empresas, o que algumas vezes acarreta perdas no preço final do produto, que é avaliado abaixo do preço real.

A produção de fumo nos territórios da imigração alemã é feita através do sistema denominado mutualista, ou seja, existe um contrato entre os agricultores e as empresas. São estabelecidas regras para a produção, como assistência técnica, transporte da produção e determinação da quantidade produzida de acordo com as orientações técnicas das indústrias e, estas, por sua vez, garantem a compra do fumo (AFUBRA, 2011).

Além do financiamento da produção há possibilidade de fazer o seguro, que cobre incidência de granizo e vendaval, mas não excesso de chuva ou insolação. Foi a partir de 1957 que a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) ofereceu aos seus associados um seguro para cobrir danos decorrentes de tempestades de granizo. A adesão dos produtores ao seguro aumentou significativamente com o tempo, tendo em vista que aumentaram também a ocorrência de danos na produção, decorrentes de perdas nas lavouras e nas estufas, como é possível observar na tabela 4 (AFUBRA, 2012).

Tabela 4: Danos ocorridos na produção de fumo de 1956 a 2011 (número de ocorrências)

| SAFRA | DANOS NA LAVOURA | DANOS EM ESTUFA |
|---|---|---|
| 56\57 | 23 | |
| 61/62 | 829 | 60 |
| 66/67 | 1.624 | 40 |
| 69/70 | 2.141 | 71 |
| 79/80 | 23.089 | 605 |
| 89/90 | 13.071 | 618 |
| 94/95 | 23.769 | 511 |
| 99/00 | 28.143 | 770 |
| 04/05 | 26.022 | 1.400 |
| 05/06 | 42.668 | 1.513 |
| 07/08 | 40.916 | 1.077 |
| 08/09 | 34.643 | 855 |
| 09/10 | 23.616 | 978 |
| 10/11 | 25.398 | 1.158 |

Fonte: AFUBRA, 2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

A recorrência de granizo tem estimulado os produtores rurais a contratarem o seguro, visando a minimizar as perdas com a produção. Para exemplificar tal questão cita-se a reportagem dos danos caudados em final de novembro de 2011 pelo granizo nas lavouras fumageiras de Santa Cruz do Sul.

> Mais de 450 produtores rurais informaram à AFUBRA a ocorrência de granizo nas lavouras de Tabaco do Centro Serra até a manhã de hoje, 1º de dezembro. A informação é do gerente da filial de Sobradinho, João Paulo Porcher. Conforme ele, o número deve ser superior a 600, uma vez que nem todos os produtores realizaram a notificação dos danos à empresa. Além do granizo, o forte vento também prejudicou o desenvolvimento das plantas. Esse número é apenas de produtores segurados. Na região, cerca de 15% dos agricultores não possuem seguro nas lavouras.Uma das áreas mais atingidas é Linha Taquaral, em Arroio do Tigre. Conforme funcionários da Afubra, produtores dos municípios de Segredo, Passa Sete, Ibarama, e Lagoão também tiveram prejuízos. (SANTOS, GAZETA DA SERRA, 2011)

Fenômenos como *El Niño* e *La Niña,* de ocorrência cíclica, trazem prejuízos significativos para a produção rural do Estado, sobretudo para o fumo, que registra perdas nas lavouras, principalmente na sua fase final, o que coincide com o verão e

com o início do outono. De 2004 até 2010, observou-se a ocorrência de perdas anualmente, aumentando as estatísticas em relação aos danos e à necessidade de o produtor rural procurar alternativas de sanar tal problemática, visto que sua produção está sujeita às intempéries. Deve-se a esse fato a adesão significativa dos agricultores ao seguro agrícola mencionado anteriormente (AFUBRA, 2011).

A criação de entidades representativas, tanto dos fumicultores (AFUBRA), quanto das empresas (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUMO – SINDIFUMO), é uma forma de buscar representatividade e solução para as problemáticas do setor. Se, por um lado, tais entidades contribuíram para a organização da produção e para a defesa dos interesses de cada categoria, por outro apresentam alguns entraves na atualidade. Há que se ressaltar que as relações entre as duas referidas entidades obrigam o pequeno produtor a se afiliar, tendo em vista que "só teriam condições de negociar a venda de tabaco com as fumageiras aqueles que fossem pertencentes à entidade" (SILVA, 2002, p. 159). Para o autor,

> hoje em dia, isso serve como complicador na saída dos agricultores da mesma, já que o SINDIFUMO, órgão agregador das companhias de fumo, cadastra e compra prioritariamente o produto dos associados. Tem-se, com isso, uma forma da associação contribuir com a indústria na governança bilateral da atividade. Ao fazer tal exigência, tem-se como informar as características dos agentes associados, identificando até sobre a especificidade do capital humano e sobre a aceitação dos fumicultores às normas de conduta estabelecidas pelas empresas. (SILVA, 2002, p. 159)

O uso da lenha nas estufas para secagem do fumo foi um problema recorrente no polo produtivo, tendo em vista que os agricultores utilizavam mata nativa para a obtenção da lenha. Entretanto, o aumento das áreas de reflorestamento com espécies exóticas como *pinus* e *eucalipto* foi tanto que contribuiu para a diminuição da degradação da mata nativa para uso nas estufas de secagem do fumo. Além disso, destacam-se a definição de áreas de preservação, principalmente em relação à reserva da Mata Atlântica, aliada ao aumento da fiscalização e à conscientização dos produtores (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

Outras problemáticas também estão relacionadas à produção de fumo, principalmente as pertinentes à temática ambiental e social. Um estudo de Etges (2002) identificou pontos para reflexão sobre o impacto do tabaco no ambiente e na saúde humana na Bacia Hidrográfica do rio Pardinho, que abrange Santa Cruz do

Sul e seu entorno. Constatou-se o aumento da cobertura vegetal de 1975 a 1999, passando de 44.900 hectares para 72.020 hectares, respectivamente.

Porém, Etges (2002) assinala que, no contexto do aumento da área florestada, não se sabe exatamente o percentual em relação às áreas destinadas à mata nativa e ao reflorestamento, pois sua análise foi realizada através de imagens de satélite, não permitindo tal diferenciação. Também não foram encontrados elementos significativos que apontassem uma toxidade do solo decorrente do uso de agrotóxicos. Embora os dados não demonstrem contaminação, pode-se afirmar que os pequenos produtores envolvidos com ao cultivo do fumo na região de Santa Cruz do Sul são "altamente dependentes do modelo tecnológico convencional, particularmente no tocante ao cultivo do tabaco, através do consumo de agrotóxico" (ETGES, 2002, p. 20).

No que tange aos impactos sociais, Etges (2002, p. 20) salienta que

> mesmo tendo demonstrado grande interesse em diversificar a produção e, até mesmo, em abandonar a produção do fumo, a maioria continua vinculada ao sistema porque existe a garantia de compra do produto por parte das empresas, o que não acontece com a maior parte dos produtos oriundos de cultivos/práticas alternativos ao fumo.

O lucro parece ser o principal fator para a permanência dos pequenos produtores na produção de fumo, através da garantia de compra da produção pelas indústrias e da necessidade de sobrevivência das famílias. Para Etges (2002, p. 19-20) os produtores estão integrados

> à dinâmica de trabalho com o modelo proposto pelas indústrias fumageiras. Queixam-se do modelo, ou pelo menos de algumas características que fazem parte dele, como o rebaixamento do preço do produto, o preço alto dos insumos e os juros bancários muito altos. Estes fatores negativos são compensados pela garantia do mercado que boa parte deles não admite abandonar em nome de uma autonomia sem muita clareza.

Observa-se que os proprietários estão diante de um embate entre o lucro (e a tradição) proporcionado pela atividade fumageira e as campanhas antitabaco, que ameaçam proibir a sua produção em âmbito nacional. Há possibilidade de mudança na matriz produtiva, mas questiona-se se eles teriam o mesmo retorno financeiro.

Coexistindo com as lavouras de fumo e ocupando, em alguns casos, a maior parte da área plantada das propriedades rurais dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul, o milho é um produto secundário, destinado à fabricação de ração animal e gêneros alimentícios para as famílias, com venda do excedente

(TABELA 5) (TRABALHO DE CAMPO, 2011). De acordo com dados da AFUBRA (2011), aproximadamente 40% da produção é comercializada, tendo em vista que o restante é utilizado para consumo familiar e na alimentação dos animais de cada propriedade rural.

Tabela 5: Produção de milho nos territórios da imigração alemã do Rio Grande do Sul.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) |
| Agudo | 4.200 | 1.200 | 3.450 | 1.920 | 5.500 | 1.440 | 5.000 | 600 |
| Anta Gorda | 11.000 | 1.080 | 8.800 | 2.880 | 7.800 | 3.570 | 6.700 | 3.825 |
| Estrela | 7.000 | 2.400 | 2.000 | 2.000 | 2.080 | 4.200 | 2 | 3.600 |
| Lajeado | 12.100 | 1.500 | 4.150 | 3.000 | 3.150 | 2.700 | 900 | 2.310 |
| Santa Barbara | 7.500 | 1.000 | 11.833 | 2.645 | 4.500 | 3.300 | 8.000 | 5.100 |
| Santa Cruz do Sul | 22.000 | 960 | 9.900 | 2.000 | 15.200 | 2.400 | 11.000 | 3.000 |
| Santa Rosa | 6.000 | 2.400 | 4.093 | 2.163 | 8.000 | 1.747 | 4.450 | 4.020 |
| Santo Ângelo | 12.000 | 1.680 | 13.400 | 1.500 | 8.500 | 1.620 | 6.000 | 2.400 |
| Venâncio Aires | 28.000 | 625 | 28.350 | 1.688 | 13.000 | 3.660 | 15.500 | 3.060 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010

De modo geral, o milho é cultivado em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, não pode ser considerado um produto agrícola típico dos territórios em estudo, embora no passado tenha exercido papel central na alimentação dos imigrantes. De acordo com os dados censitários da FEE (1990 a 2006), identifica-se uma redução na área plantada de milho e, em contrapartida, o aumento da produtividade. Tal fato deve-se, basicamente, ao baixo retorno financeiro do produto e ao melhoramento genético das sementes, criando variedades mais resistentes e adaptadas a determinadas condições naturais, acarretando um aumento da produção, mesmo que se diminua a área plantada (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

Na porção leste dos territórios da imigração alemã, destacam-se cultivos variados, como a mandioca em Venâncio Aires, Frederico Westphalen, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, Dois Irmãos, Maratá, Pareci Novo. Também se destaca, nessa região, o cultivo de batata-inglesa, principalmente em Coronel Pilar, Boa Vista do Sul, Igrejinha, Três Coroas e Morro Reuter (IBGE, 2011).

A diversificação produtiva caracteriza os territórios em estudo, tanto alemães quanto italianos, como herança do processo colonizador e do caráter de subsistência das famílias. Os cultivos destinados à alimentação são comercializados *in natura* em feiras locais, além do fato de que algumas redes de supermercados estão absorvendo esses produtos, principalmente os característicos da *colônia*.

Em relação à pecuária, destaca-se o rebanho bovino de leite, suíno, além da avicultura. A produção leiteira centralizada em Santa Rosa (Noroeste Colonial, com destaque para os municípios de Casca, Marau e Santo Cristo) desenvolve-se em caráter familiar, assim como o fumo. De acordo com dados censitários de 2006, 85% da produção leiteira do Rio Grande do Sul e gerada na agricultura familiar. A importância da produção de leite nas pequenas propriedades rurais centra-se na tradição, na base econômica e na organização da produção por cooperativas e unidades de processamento que garantem a compra dessa produção. Atuam junto aos principais municípios produtores de leite a CCGL (Cruz Alta), a Avipal/Eleva (Ijuí), a Nestlé (Palmeira das Missões), a Italac (Passo Fundo) e a Embaré (Sarandi) (IBGE, 2011, FEE, 2011).

A criação de suínos também é tradicional na economia das pequenas propriedades, seja para consumo familiar ou para comercialização dos excedentes, transformados, pelas agroindústrias familiares, na fabricação de embutidos como salames, linguiça, torresmo, morcela, dentre outros. Em relação à gastronomia típica alemã, destacam-se como pratos: *eisbein* (joelho de porco, assado ou cozido e servido com batatas e salsicha), *himmel und erde* (purê de batatas, maçãs e linguiça grelhada), *schweinebraten* (assado de porco), dentre outros encontrados nas refeições familiares, restaurantes étnicos especializados e cafés coloniais (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

A suinocultura voltada à indústria apresenta especialização da produção, com melhoramento genético das matrizes e a produção por confinamento, com o uso de ração, aumentando a produtividade e diminuindo o tempo de retorno dos produtores rurais. Diferentemente dos demais produtos oriundos do espaço rural nos territórios

da imigração alemã, a criação de suínos não está concentrada em um polo produtivo, apresentando unidades de beneficiamento por todo território, como, por exemplo, a Cooperativa Languirú (Estrela e Teutônia), a Frangosul (Ana Rech), a Avipal (Lajeado), a Perdigão (Marau), a Alibem (Santa Rosa e Santo Angelo), a Sadia (Três Passos) e a Cotripal (Panambi).

A utilização de água tem sido um problema recorrente na produção suína confinada, principalmente devido à escassez do recurso em períodos de estiagem, como o ano de 2011. Em média, os produtores utilizam sessenta litros de água por dia na limpeza nas baias e não se verificou a existência de projetos que venham a superar essa problemática, como, por exemplo, um sistema de captação de água da chuva para ser utilizada para tal finalidade (TRABALHO DE CAMPO, 2011/2012).

A avicultura é outra criação que se encontra bem distribuída espacialmente nos territórios em estudo, sobretudo nos municípios situados mais ao Norte. Trata-se de uma atividade rentável ao pequeno produtor rural devido ao rápido retorno financeiro (em média 90 dias). Os principais produtores de frango de corte situam-se em Nova Bréscia, Boa Vista do Sul, Encantado, Roca Sales, Estrela, Nova Petrópolis, Westfália e Lajeado, sendo este um município de destaque na produção de ovos (IBGE, 2011). Identifica-se a concentração da produção de frangos em áreas de produção de milho e de soja. Tal fato explica, também, a produção de milho estar espalhada por todo o Estado.

A avicultura voltada para o mercado, especialmente de frangos peito duplo, desenvolve-se através de técnicas modernas de produção, com confinamento em “pinteiros”, ou seja, com o uso de equipamentos para suprir o conforto térmico necessário, como campânulas para aquecimento na fase inicial, cortinas para proteger do vento, do frio, do calor e da chuva nas fases intermediária e adulta e orientação Leste-Oeste. Essas medidas visam, basicamente, a aumentar a produtividade e a manter a competitividade no mercado.

Destaca-se que a carne de frango valorizou-se no mercado nacional e mundial, principalmente pelas vantagens econômicas. No Rio Grande do Sul, em específico, o aumento do custo para o consumidor da carne bovina (tradicional) contribuiu para que houvesse a valorização da produção avícola. Essa produção envolve uma cadeia produtiva, englobando pesquisa genética (melhoramento e criação de matrizes mais resistentes e voltadas ao mercado consumidor através do

rendimento maior de carne), fornecimento de pintos (incubadoras), remédios e ração, além de transporte até os frigoríficos para o abate.

Alguns produtores rurais possuem abatedouros próprios ou em sistema cooperativo, mas muitos produtores estão vinculados aos frigoríficos e vendem sua produção antecipadamente, nos mesmos moldes dos suínos. É por isso que as empresas situam-se nas principais áreas de produção, visando a minimizar os custos com transporte. A produção de carne de frango no Rio Grande do Sul apresenta um alto índice de industrialização.

O que seria um problema ambiental para o avicultor tem se transformado em uma nova fonte de renda, ou seja, com a comercialização da cama como adubo através da compostagem a questão ambiental está bem resolvida. A cama formada comumente por maravalha, casca de arroz ou outros resíduos desse tipo recebe os dejetos dos frangos e, através da compostagem, pode ser utilizada como adubo em hortigranjeiros. Já as carcaças trazem um problema maior, pois seu aproveitamento não é tão comum e tem como destino aterros ou incineradores.

Em relação à fruticultura, destaca-se a produção de cítricos, como laranja (Maratá, Feliz, Harmonia) e tangerina (Pareci Novo, Harmonia, Maratá), além do pêssego, para consumo e comercialização local e feiras e mercados. Nos territórios da imigração alemã não há tradição no cultivo de frutas voltado especificamente para a indústria, como a uva para os italianos (IBGE, 2011).

Na porção Nordeste dos territórios em estudo, por configurar-se numa faixa fronteiriça com os territórios da imigração italiana, verifica-se a presença significativa da produção de uvas nos municípios de Gramado, Ivoti, Nova Petrópolis, Rolante, Nova Bréscia, Dois Irmãos, Alto Feliz e Travesseiro (IBGE, 2011).

A dinâmica territorial produtiva dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul é especializada e diversificada. Pensando sob a ótica da especialização, identifica-se o fumo como um produto altamente industrializado. A lógica desse segmento produtivo centraliza-se na integração entre agricultura e indústria, com a atuação de grandes grupos econômicos operando no campo, materializados nas empresas fumageiras.

Marcada pelas relações capitalistas, a produção de fumo no Rio Grande do Sul não somente está atrelada às empresas, como é altamente dependente delas, através do denominado sistema mutualista (contrato de compra e produção). Como consequência, tem-se a completa subordinação dos produtores rurais ao capital

empresarial, pois, dessa forma, garantem a comercialização da produção, a assistência técnica e o fornecimento de insumos.

Ademais, outras atividades materializadas no espaço rural, como a avicultura e a suinocultura, também apresentam alto grau de relação com a indústria. Considera-se que, dessa forma, o pequeno produtor rural, geralmente familiar, encontrou os caminhos para sua manutenção no campo, mesmo que mediante à referida subordinação.

Em termos gerais, pode-se relacionar também a questão cultural à econômica, tendo em vista que a cultura se configura como um fator atrativo para a implantação de atividades voltadas à exploração econômica. São múltiplas as possibilidades de abordagem da questão cultural nos territórios da imigração alemã, como a criação de rotas turísticas, as redes hoteleiras, a gastronomia, os produtos típicos e, mais especificamente, a paisagem típica, como foi abordado anteriormente, ao se falar sobre Gramado.

Os códigos culturais orientadores dos *teuto-gaúchos,* pensados sob a lógica econômica encontram meios de revitalização e valorização, através de eventos como festividades tipicamente alemãs, que se tornaram amplas, como, por exemplo, a *Oktoberfest*, realizada em Santa Cruz do Sul, Igrejinha e outros municípios que compõem os territórios em estudo. A amplitude refere-se ao público alvo, pois não atrai somente descendentes de imigrantes alemães, constituindo-se como uma festividade integradora da comunidade regional e não apenas local. Nesse sentido, pode-se considerar que muitas pessoas participam de tais eventos sem ter relação com a cultura de origem ou mesmo sem saber a origem e o objetivo da mesma.

Torna-se fundamental uma reflexão sobre as “marcas” impressas no território pelos imigrantes alemães e seus descendentes, em âmbito material e imaterial, seja através de edificações, linguagem, religião, gastronomia, economia, usos e costumes, crenças e valores. As referidas *marcas* são essenciais para que se entendam as des-re-territorializações ocorridas nos territórios estudados, suas mudanças e permanências, ou seja, a dinâmica dos processos de identificação, responsáveis pela configuração dos territórios da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

A fé se manteve como um baluarte espiritual, uma ideologia que reveste e é revestida pelos laços familiares, pelo suporte ao trabalho, valor de importância significativa ao *teuto-gaúcho*. Torna-se fundamental explicitar a revalorização de

outros códigos identificadores dos *teuto-gaúchos* na atualidade, como a gastronomia e as festividades, resgatadas em empreendimentos comerciais (gastronômicos) e datas comemorativas (dia do Colono e do Motorista, *Oktoberfest*, datas alusivas à fundação de municípios e a produtos típicos locais, como a Festa do Porco no Rolete, dentre outras), as quais agregam valor è economia local periodicamente.

Embora a linguagem experimente transformações frequentes no decorrer do tempo, como um processo natural de evolução cultural, alguns aspectos da fala dos imigrantes manteve-se nos territórios em estudo, contribuindo para a permanência do hibridismo linguístico abordado anteriormente. As expressões da língua dos *teuto-gaúchos* tornaram-se elementos componentes da sua identidade, responsáveis pela transmissão de valores e crenças, ensinamentos passados através das gerações.

Por outro lado, as edificações tipicamente enxaimel foram suplantadas por técnicas contemporâneas, demonstrando que as inovações tecnológicas são aportes para as mudanças. Como consequência do “desuso” da referida técnica, houve a sua valorização. O enxaimel, no Rio Grande do Sul, está dotado de historicidade, mediante à importância como código identificador do trabalho, da inovação (no período da colonização) e da identidade cultural alemã reterritorializada.

Encontrou-se outra possibilidade de interpretação territorial na dinâmica econômica decorrente dos 188 anos da presença alemã no Rio Grande do Sul. Diante das múltiplas possibilidades produtivas encontradas nos territórios, identificaram-se, também, mudanças e permanências. Produtos característicos, como o fumo, permaneceram e caracterizaram economicamente o território. Enquanto isso a diversidade produtiva, característica das colônias agrícolas, perdeu espaço para cultivos voltados ao mercado, embora ainda coexistam lavouras comerciais e produção de subsistência, sendo esta em menor proporção.

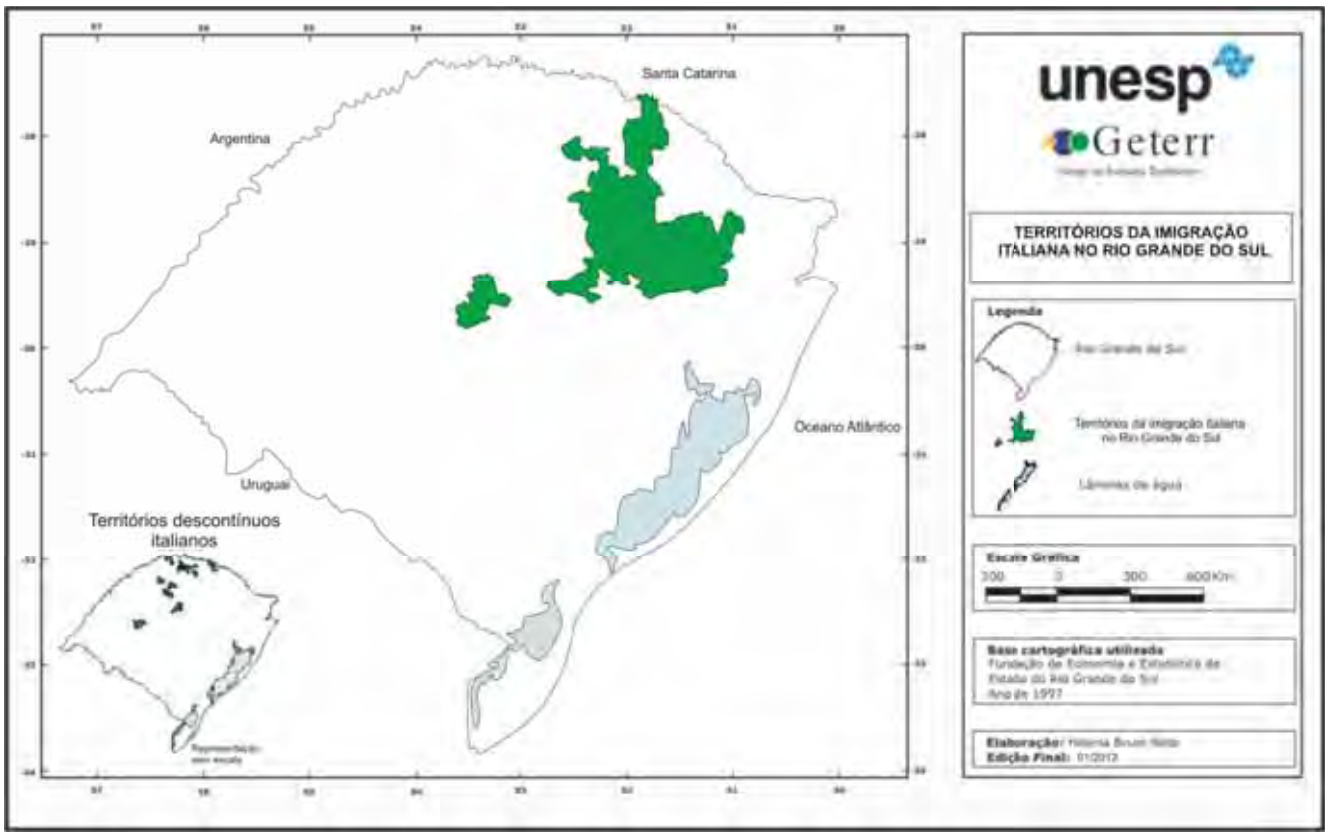
Sob essa configuração, procurou-se identificar e analisar a relação território-cultura por meio da territorialidade dos imigrantes alemães e de seus descendentes, bem como alguns dos principais elementos constituintes da identidade territorial na atualidade, mediante a comparação entre temporalidades e territorialidades, passadas e presentes.

## 5.3 Os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul

No contexto da análise territorial proposta neste estudo, serão abordados os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Situados espacialmente na porção Nordeste e Central, com fluxos direcionados ao Norte do Estado, os *ítalo-gaúchos* imprimiram novas diretrizes organizacionais pautadas na relação território e cultura (MAPA 9). Torna-se fundamental analisar a dinâmica territorial e os processos de identificação impressos por essa etnia ao se des-re-territorializar, bem como as relações culturais e econômicas que se processam atualmente em relação aos demais grupos sociais que compõem o contexto cultural rio-grandense.

Os territórios da imigração italiana no Rio Grande apresentam uma diversidade econômica e em alguns aspectos cultural. Pois, embora estejam pautados na mesma "matriz" cultural, apresentam distinções, oriundas da territorialidade dos imigrantes e de seus descendentes. Essas distinções devem-se à origem dos imigrantes estar atrelada a diferentes regiões da Itália, como Vêneto, Trentino, Piemonte, Lombardia e Friuli-Venezia Giulia, todas situadas no Centro-Norte da Itália, porção mais castigada pelas guerras e onde a miséria era mais intensa no momento da emigração para o Brasil. E foram as características de cada grupo social que permitiu tais diferenciações no momento da reterritorialização, ou seja, alguns traços característicos do local formaram as peculiaridades impressas na paisagem.

A paisagem dos territórios da imigração italiana diversifica-se através da territorialidade econômica, política e cultural em integração com os aspectos naturais, presentes no conjunto de vales e encostas, característicos do contanto entre a Depressão Central e o Rebordo e Planalto da Bacia do Paraná (FOTOGRAFIA 28). Essa paisagem predomina em grande parte dos territórios em análise. Porém, na porção Noroeste do Estado, situada no Planalto da Bacia do Paraná, predominam colinas suaves, nas quais foram reterritorializados os aspectos culturais, políticos e econômicos dos imigrantes e de seus descendentes.




Mapa 9: Localização dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H., 2012.

Helena Brum Neto

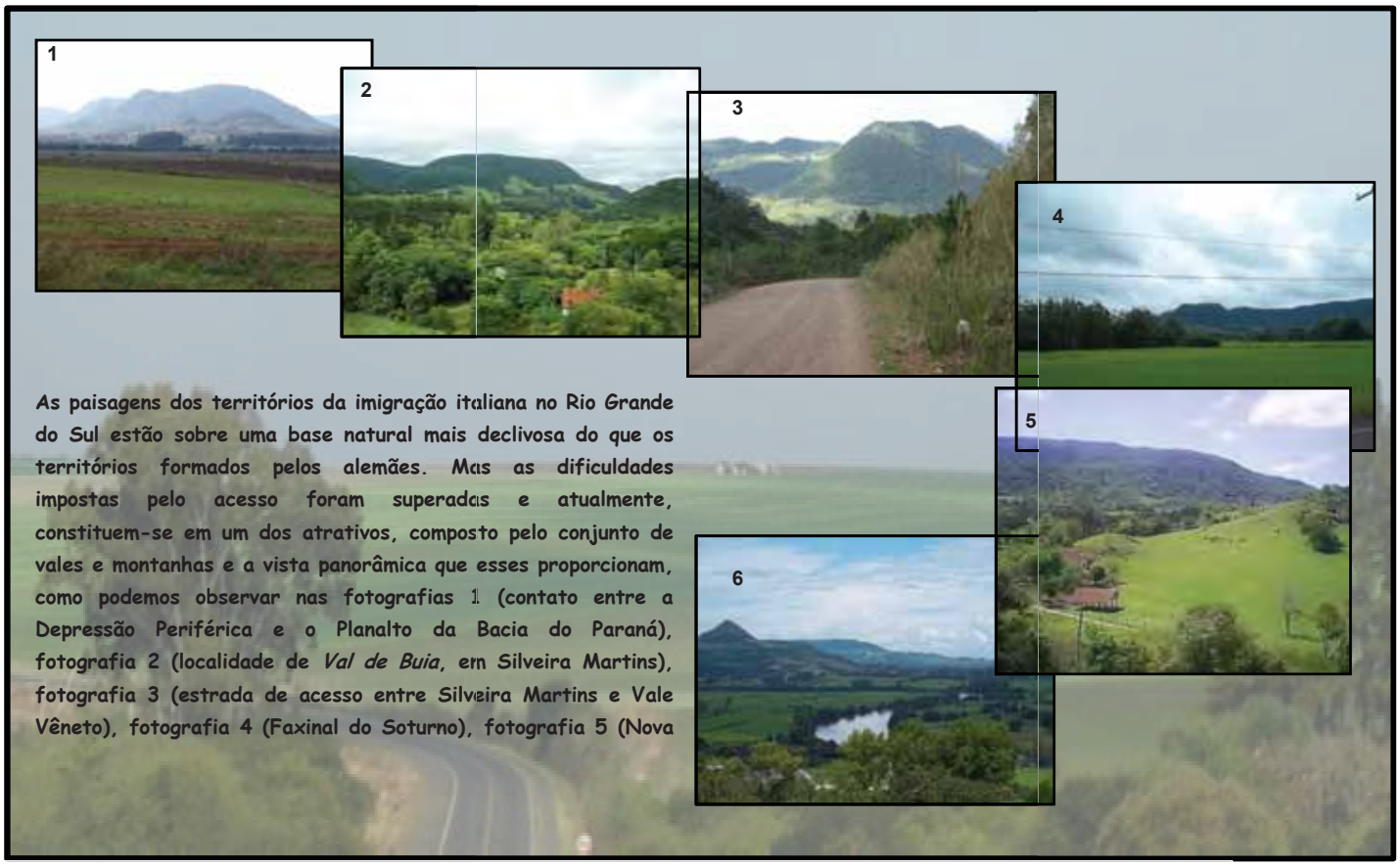



Figura 28: Mosaico fotográfico representativo da paisagem natural dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

Helena Brum Neto

As transformações na paisagem foram e são constantes nos territórios, em função das atividades econômicas, da evolução tecnológica e da inserção cultural. Porém, a mudança não é homogênea, pois ocorre mais acentuadamente em algumas porções do território, ou seja, nas áreas mais dinâmicas e competitivas, que têm possibilidade de implantar as inovações. Tal fato acarreta a coexistência do "velho" e do "novo", das formas passadas e presentes, as quais exercem, geralmente, novas funções. Como exemplos, existem as edificações com arquitetura típica italiana, que atualmente estão preservadas, mas que, ao invés de residências, são utilizadas para fins comerciais, administrativos, dentre outros.

A territorialidade dos imigrantes está presente na atualidade, mas não da mesma forma que se materializou no momento de sua chegada e instalação no Rio Grande do Sul. Isso ocorre devido à dinâmica da relação sociedade e natureza, da mudança provocada nela e da necessidade dos homens de recriar, reinventar e reorganizar a vida em sociedade. Das pequenas colônias agrícolas restou o regime de pequenas propriedades e o trabalho familiar na agropecuária, bem como a herança cultural italiana, pois, as colônias evoluíram e transformaram-se em municípios, abrigando toda complexidade inerente à estruturação e à multiplicidade da vida moderna.

Com base nessas afirmações inicia-se esta análise, abordando alguns códigos essenciais para a compreensão da (i)materialidade das formas, suas mudanças e permanências. Assim, uma das formas típicas mais expressivas centra-se no estilo das edificações. Fala-se em casas "típicas" devido à preservação dos imóveis como patrimônio histórico, uma vez que, atualmente, a arquitetura é diversificada e segue padrões atuais de construção civil, especialmente nas cidades. No entanto, a arquitetura típica italiana se faz presente, ainda, nos territórios da imigração, tornando-se um dos pontos centrais na paisagem.

Conforme se abordou no capítulo 4, as edificações típicas são variadas e, de acordo com as fases identificadas, podem-se encontrar, ainda, algumas casas que servem como testemunhas da colonização italiana no Estado. Ressalta-se que poucas casas de madeira ainda estão preservadas nos territórios da imigração, devido à falta de conservação das mesmas. A durabilidade e a manutenção constituíram-se nos fatores que contribuíram para a disseminação das casas de "pedra" ou de tijolos, visando à durabilidade.

A preservação do estilo arquitetônico italiano no Rio Grande do Sul tem encontrado adeptos na atualidade, principalmente em virtude da tendência de preservação do patrimônio histórico, que contribui para resgatar a identidade cultural. É nesse sentido que muitas casas têm sido restauradas pela iniciativa pública e privada, objetivando utilizá-las para outros fins, distintos dos originais. Assim, de residências, algumas construções passaram a abrigar museus, centros de pesquisas culturais, sedes dos governos locais e regionais ou, ainda, comércios variados e locais de prestação de serviços, como hotéis e pousadas.

Atualmente, cidades oriundas das colônias agrícolas italianas enquadram-se nos objetivos da preservação do patrimônio supracitado, como, por exemplo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, Silveira Martins, dentre outras. Atualmente, há um aumento das ações voltadas à preservação, ao resgate e à restauração da memória, da cultura e da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Tais ações são viabilizadas por órgãos públicos ligados aos governos Municipais e Estadual (Secretarias de Cultura e Turismo), bem como ao governo Federal, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura. Também entidades e empresas particulares têm participado das ações de resgate e preservação da identidade italiana, através de restaurações voltadas à reconstrução arquitetônica, à criação de rotas turísticas e gastronômicas.

Em relação às características das casas típicas italianas, algumas possuíam dois andares. Na parte inferior da casa, situava-se a cozinha e a sala e, na superior, os quartos. O acesso à parte superior ocorre através de uma escada de madeira, material utilizado para fazer o assoalho também, sendo que, nos primórdios da colonização, este era feito de chão batido ou de pedra. Um exemplo desse tipo de casa encontra-se no município de Caxias do Sul, onde se situa a Casa de Pedra, que hoje abriga um museu (FOTOGRAFIA 29).

A referida casa foi construída pelo imigrante Giuseppe Lucchese no final do século XIX, tendo sido vendida para outras famílias no decorrer do tempo. O valor histórico e patrimonial do prédio reside na preservação dos traços originais da construção e da reconstituição do modo de vida dos imigrantes no início da colonização, através da exposição de diversos objetos de uso cotidiano, principalmente utensílios domésticos, móveis e até mesmo roupas típicas da época (TRABALHO DE CAMPO, 2010) (FOTOGRAFIA 30).

Por meio do museu, observa-se que os imigrantes utilizaram os materiais disponíveis no local para a construção das colônias, aliados ao seu conhecimento em diversos setores, como a construção civil e o cultivo agrícola. A casa de pedra foi construída em basalto, rocha comum no Planalto da Bacia do Paraná, rejuntada com barro, sendo as aberturas construídas com madeira. A cozinha possuía diversos tipos de utensílios domésticos e os quartos, localizados no andar superior, apenas a cama, o colchão (feito de palha de milho) e um baú de madeira, que servia para armazenar os pertences pessoais.

Fotografia 29: Museu Ambiência Casa de Pedra – Caxias do Sul
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

A prosperidade e a expansão territorial das colônias acarretaram o surgimento de cidades pequenas e de médio porte, a exemplo de Caxias do Sul, que se expandiu mediante um significativo crescimento urbano, ocupando as áreas do espaço rural. Tal fato fez com que muitos códigos da cultura italiana se

transformassem, sendo adaptados às novas orientações locacionais, econômicas, políticas e culturais.

A arquitetura italiana abordada materializou-se a partir do período correspondente à implantação (1875), tendo sofrido alterações significativas de acordo com o progresso econômico e industrial. A análise realizada, enfatizando o "típico", pautou-se na simbologia das formas contidas nas construções remanescentes, que revelam as fases construtivas e, também, econômicas. Conforme os imigrantes obtinham ganhos financeiros havia uma melhora nas suas condições de vida e, por consequência, da estrutura da residência. Porém, como abordado anteriormente, a expressividade da cultura italiana teve sua liberdade restringida pelo poder público, fato que acarretou a destruição de muitos símbolos identificadores dessa cultura.

Fotografia 30: Aspectos do interior da Casa de Pedra – Caxias do Sul
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

Desse modo, a arquitetura típica tornou-se cada vez mais escassa, como efeito do tempo e das transformações econômicas e sociais. As mudanças se manifestaram em outros códigos também, dentre os quais destaca-se a comunicação, especificamente a língua. Esta, por sua vez, constitui-se como um dos códigos identificadores da cultura italiana, pois da mistura entre o português e os

dialetos italianos originou-se uma forma de “falar” característica, com uma mistura de elementos. De acordo com Frosi, Faggion e Dal Corno (2008, p. 140),

> uma língua muda no tempo e no espaço, com as instituições, com os usos e costumes, com as exigências e com os interesses dos indivíduos que a empregam. No seu percurso histórico, a linguagem da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI) passou pelas vicissitudes, mudanças e formas de vida dos homens que a falaram e ainda a falam. Ela constitui um universo lingüístico plural, rico e complexo, do qual muito se perdeu e ainda se perde no processo peculiar às línguas faladas que acompanham o caminho dos homens e a vida da sociedade, dinâmica e variada.

Na concepção de Callegari (2007, p. 27), além das distinções oriundas dos vários dialetos, há diferenciações entre os espaços rurais e urbanos. Para o autor,

> as tradições orais de um segmento urbano serão diferentes das de outro segmento da mesma cidade, ou desta para áreas rurais. Da coexistência de diferentes dialetos numa mesma colônia, como também do italiano e a progressiva presença do português, resultou o dialeto italiano do Rio Grande do Sul. Temos assim uma nova língua que provém de vários dialetos italianos (especialmente vêneto, lombardo, trentino, friulano, piemontês), do italiano e do português. Percebe-se então que o dialeto italiano aqui falado não é um dialeto puro, embora com a prevalência do vêneto.

De certa forma, o isolamento do espaço rural experimentado no início do processo colonizador contribuiu para a preservação dos elementos linguísticos dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, assim como de outros códigos culturais, como será tratado no decorrer desta análise.

Além da língua, outros códigos culturais revestem-se de importância, como a religiosidade, a gastronomia, as festividades e a musicalidade. Não obstante, esses códigos encontram-se interligados. Para compreender essa relação, foram resgatados seus significados para a cultura italiana reterritorializada no Rio Grande do Sul.

Atrelada à (i)materialidade, a religião revela características importantes em relação aos territórios em análise, refletindo-se na paisagem de forma a distingui-la, diferenciá-la e torná-la peculiar. O código religião é importante para os descendentes de italianos e se manifesta de diferentes formas, materializando-se através de igrejas, capelas, grutas, capitéis, cruzes, dentre outros símbolos.

A igreja constitui-se em um templo destinado às manifestações de fé. Na concepção de Rosendahl (1996), é um espaço destinado ao sagrado, ao pensamento, às orações, enfim, à busca pela espiritualidade. Templo se configura,

assim, num lugar de reprodução da imaterialidade cultural e do território. Nos territórios da imigração italiana, a religião católica predominou por longo período de tempo, sendo que, atualmente, verifica-se a presença de novas formas de expressão da fé, materializadas em distintas religiões (FOTOGRAFIA 31).

No entanto, embora essas transformações tenham sido verificadas, a igreja Católica Apostólica Romana ainda exerce polaridade nos municípios oriundos do processo colonizador italiano, localizadas geralmente na praça central, a partir da qual se expandiu o núcleo urbano (SAQUET, 2003; DE BONI, 1996; MANFROI, 1975). Nas igrejas se concentram as celebrações e se realizam reuniões, confissões, batizados, casamentos e demais festividades ligadas ao sagrado.

As igrejas católicas dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul foram construídas em devoção aos santos e aos símbolos mais significativos para os grupos sociais locais, como uma forma de homenageá-los e reverenciá-los. Assim, foram erguidos templos para São Roque, São Marcos, Santo Antônio de Pádua, São Pelegrino, Corpus Christi, Santíssima Trindade, Imaculado Coração de Jesus, dentre tantos outros dedicados ao sagrado.

Ao analisar a religiosidade na Quarta Colônia de imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Piccin (2009, p. 86) afirma que

> na Quarta Colônia de Imigração Italiana, a religião, mais especificamente a católica, configura-se em um fenômeno presente e perceptível. Esta expressa a cultura de um povo que, ao se inserir neste espaço, passou a transmitir e materializar seus códigos culturais, dos quais, a religiosidade é considerada o mais expressivo. Os imigrantes italianos deixaram um belo exemplo de perseverança baseado na religião, uma vez que a maioria das famílias eram e são católicas. Os ensinamentos cristãos são considerados alicerces da tradição familiar, representado principalmente na oração do terço diário. O pensamento do imigrante estava sempre voltado para o mundo religioso. Buscava na mesma subsídios para ter saúde, livrar-se dos perigos, ter uma boa safra. Através dessa perseverança e fé, encontravam o conforto espiritual de que necessitavam.

A religiosidade dos *ítalo-gaúchos* territorializou-se de múltiplas formas, com destaque para a construção de templos dedicados as orações, como as igrejas de Silveira Martins (FOTOGRAFIA 1), Faxinal do Soturno (2), Vale Vêneto (3), Pompéia em Silveira Martins (4), Garibaldi (5) e Bento Gonçalves (6). Essas igrejas foram construídas em devoção a Santo Antônio de Pádua, São Roque, Corpus Christi, Nossa Senhora da Pompéia, São Pedro e São Bento, respectivamente. A riqueza de detalhes do interior dos templos católicos revelam a devoção à Santíssima Trindade e ao santo padroeiro da igreja ou capela, como pode-se observar nas fotografias 7, 8 e 9 (Igreja São José em Dona Francisca), na fotografia 10 (Igreja São Paulo Apóstolo em Ilópolis ). Destaca-se na paisagem religiosa a presença de seminários (FOTOGRAFIA 11 – Seminário Rainha dos Apóstolos em Vale Vêneto), cruzes, ermidas, grutas (FOTOGRAFIA 12 - Nova Palma), capitéis e cemitérios (FOTOGRAFIAS 13, 14, situados respectivamente em Arroio Grande e Vale Vêneto).

Fotografia 31: Mosaico fotográfico representativo das manifestações religiosas dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.
Org.: BRUM NETO, H., 2011.

A expressividade da fé católica nos territorios da imigração, de uma forma geral, permaneceu através da crença e da fé, que sempre esteve atrelada à religiosidade dos imigrantes italianos. “As bençãos, as caminhadas e as procissões em homenagem a determinado santo ainda fazem parte do cotidiano dos seus descendentes” (BRUM NETO, 2007, p. 259).

Nos municípios de menor porte, como, por exemplo, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Ivorá, Pinhal Grande e Nova Palma, os quais compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana, o padre ainda reconhece os indivíduos pelo nome e realiza visitações às famílias, das quais celebrou ou ainda celebrará alguns sacramentos, do batismo à morte. As manifestações de fé podem ser analisadas desde o nascimento das pessoas, com o batismo e da denominação dada às crianças, sendo que não é raro o emprego de nomes de santos, como Medianeira, Lourdes, Maria, Marcos, José, dentre outros.

Nos territórios da imigração italiana é comum encontrar a cruz nas igrejas, nas estradas (geralmente em locais de acidente), nos monumentos e nas casas, como uma forma de ligação entre o céu e a terra, entre o mundo espiritual e o material. Nas fotografias 32 e 33 é possível observar o monumento em homenagem à imigração italiana em Silveira Martins.

Fotografia 32: Monumento ao imigrante no local de chegada (1878) dos italianos em Silveira Martins.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

Esse monumento foi erguido em forma de uma gôndola, de onde emergem quatro colunas que representam as quatro primeiras colônias italianas do Rio Grande do Sul. Da primeira coluna emerge uma cruz branca, representando a fé dos imigrantes e na quarta coluna há uma escultura de um homem com uma enxada e um menino com um livro, simbolizando o trabalho e o conhecimento.

Fotografia 33: Escultura no Monumento ao imigrante em Silveira Martins.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

A simbologia faz parte da cultura e dos processos de identificação dos territórios da imigração italiana, nos quais a religiosidade constitui-se como um dos principais códigos orientadores. Partilhar das mesmas crenças torna os indivíduos que compõem um grupo social mais próximo, na medida em que se identificam, criando tradições que se perpetuam através das gerações. Nesse sentido, a religiosidade agrega-se a outros códigos e permite realizar as interpretações acerca dos aspectos materiais e imateriais que permeiam a organizam dos territórios em análise.

De modo geral, as festividades agregam a religiosidade, com a realização de missas e bênçãos, além da gastronomia típica, da música, dos jogos e de danças folclóricas. Há um resgate da imigração e do trabalho realizado até a atualidade. No decorrer das festas ocorrem apresentações dos grupos de danças folclóricas, que entoam músicas típicas bastante conhecidas como *Mérica, Mérica* e *Funiculi, Funiculá,* dentre outras. As músicas expressam aspectos de território abandonado, que muitos descendentes não conhecem, a não ser pelos relatos passados através das gerações, que trazem saudosismos, lembranças e que aguçam a curiosidade dos mais jovens a saberem sobre suas origens territoriais.

Atualmente, observam-se movimentos de resgate da identidade cultural italiana, através de diversas ações que buscam resgatar a cultura e o legado deixado pelos ancestrais. Especificamente, refere-se, aqui, à Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, pelo conhecimento oriundo da vivência e da proximidade com a realidade local e regional.

São inúmeras as ações que tentam resgatar a cultura italiana, como a criação de roteiros gastronômicos, étnicos e turísticos. Além disso há uma multiplicação de estudos científicos voltados às origens dessa cultura nas Instituições de Ensino Superior e em demais associações e centros de pesquisa. Como exemplo, cita-se o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, criado pelo Padre Luiz Sponchiado e inaugurado oficialmente em junho de 1984[23], ano do centenário da colonização em Nova Palma. O referido Centro consiste em um acervo de pesquisa sobre a origem das famílias de imigrantes italianos em nível regional. Além desse centro de pesquisa, há inúmeros museus e casas de cultura que estão presentes em diversos municípios de colonização italiana do Rio Grande do Sul, realizando trabalhos na busca da preservação e do resgate da memória cultural italiana.

Além disso, várias associações e até mesmo escolas públicas e privadas, como a Escola Estadual Bom Conselho, de Silveira Martins, têm se dedicado à realização de cursos de língua italiana, incluindo-a como disciplina complementar na grade curricular. As iniciativas também abarcam o incentivo à realização de festividades, à produção gastronômica, a ações de preservação da arquitetura,

[23] A data oficial de criação do Centro de Pesquisas Genealógicas remete à década de 1980. No entanto, as atividades de pesquisa do Padre Luiz Sponchiado sobre a imigração italiana iniciaram na década de 1950.

enfim, aos códigos orientadores da cultura italiana reterritorializada no Rio Grande do Sul.

A própria gastronomia típica italiana é um atrativo das festividades, dos restaurantes étnicos, devido à busca por pratos especializados, como macarrão, *carpaccio, risoto, capellaci, canelone, tortei, bruschetta*, sopa de *agnoline*, salames, queijos, cucas, polentas, dentre tantos outros. Na fotografia 34, podem-se observar a tábua de frios e os pães. Destaca-se que a reterritorialização acarretou algumas transformações na culinária típica, através de adaptações. Por conseguinte, pode-se dizer que existe uma culinária *ítalo-brasileira*.

Fotografia 34: Tábua de frios – restaurante Val de Buia – Silveira Martins.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

Os locais de venda de produtos coloniais também são comuns, onde podem ser encontrados queijos, salames, copas, geleias, bolachas, cucas, aguardente, torresmo, dentre outros produtos que se tornaram especialidades dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul (FOTOGRAFIAS 35 e 36).

Ao se abordar a gastronomia, ressaltam-se, também, as convenções que estão atreladas a ela e a sua função na manutenção das normas sociais. O valor da família é enfatizado nas refeições, quando as pessoas se reúnem ao redor da mesa e realizam um ritual que se inicia com a oração em agradecimento ao alimento,

seguido da degustação dos pratos típicos e de conversas que consagram o encontro familiar.

Fotografia 35: Produtos coloniais típicos dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

Fotografia 36: Cantina em Silveira Martins
Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: BRUM NETO, H.

O vinho colonial, de fabricação caseira, acompanha as refeições e constitui-se como um dos produtos identificadores do ítalo-gaúcho no Rio Grande do Sul. Embora a tecnologia tenha transformado substancialmente a produção de vinhos no Rio Grande do Sul, ainda há famílias que mantêm a produção artesanal para consumo próprio e para comercialização.

A produção de uvas voltadas à vitivinicultura tornou-se uma especialidade dos territórios da imigração italiana, cuja produção e transformação em vinho geram bons rendimentos e organizam o espaço rural em torno dessa atividade, atestando a importância da agricultura na organização territorial. Tais afirmações serão corroboradas com os dados coletados junto ao Instituto de Geografia e Estatística, os quais serão explicitados seguir. A análise territorial da pesquisa está orientada pelo viés agropecuário devido à origem e aos objetivos da implantação das colônias, no intuito de se verificar as transformações econômicas e o crescimento dos territórios em análise.

Nesse sentido, a análise sobre os territórios da imigração italiana permite que se façam as relações com os capítulos anteriores, nos quais estão os aportes teóricos que embasam a definição e a delimitação dos territórios e das territorialidades, bem como da análise dos aspectos referentes aos processos de identificação dos imigrantes e de suas temporalidades. O resgate sobre a origem e a evolução da colonização no Rio Grande do Sul embasa esta análise através da estrutura inicial, das ações e da transformação do espaço em território, delimitado e construído por grupos sociais que têm, na cultura, um fator organizacional essencial.

A produção agrícola das colônias está presente já na sua origem e nos objetivos da colonização. Nesse sentido, destaca-se que alguns municípios que se originaram da divisão das colônias ainda têm, na agricultura, uma atividade importante para sua composição econômica. Com base nos dados coletados, procurou-se analisar o espaço rural de tais municípios, a fim de que se pudessem verificar suas transformações a partir da década de 1990, devido à disponibilidade dos dados.

De colônias agrícolas, com produção de subsistência, os municípios que compõem os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul passaram por transformações na forma de produção, nas relações de trabalho, de comercialização e de financiamento. A produção agropecuária voltou-se ao mercado, orientando-se pela busca de capital, com ênfase para o aumento da produtividade e da renda.

De modo geral, as orientações que se materializaram no espaço rural, modificando-o significativamente, acarretaram o aumento da produtividade, a concentração de culturas comerciais e a modernização da agropecuária, através da inserção de maquinários e do uso de insumos agrícolas, como enfatizou Argemiro Brum (1988) em sua abordagem sobre a modernização da agricultura.

Houve o aumento das desigualdades e a submissão do produtor ao sistema de financiamento. Essa é uma realidade que se observa, não só nos territórios da imigração italiana, mas também em outras porções territoriais onde a agropecuária organiza-se via capital, ou seja, na busca pela rentabilidade da terra e do trabalho.

Nos primeiros anos após sua implantação, as colônias dedicavam-se a produzir cultivos variados, mas, com o decorrer do tempo, especializaram-se em determinadas culturas, como a uva, a maçã, o milho, a soja e o arroz. A produção de uva voltada à vitivinicultura tornou-se uma “marca” dos territórios da imigração italiana, embora não de forma generalizada, concentrando-se no entorno de Bento

Gonçalves e Caxias do Sul. Em outras porções territoriais, a atividade agrícola está pautada em outros produtos, como será tratado a seguir.

Como se sabe, os imigrantes italianos não foram os primeiros a cultivarem a uva no Rio Grande do Sul, pois os jesuítas já o faziam, nas Missões, e também os alemães, nas colônias implantadas a partir de 1824. Entretanto, salienta-se que os italianos trouxeram novas técnicas e incrementaram a produção com a variedade americana Isabel, considerada mais resistente a pragas e doenças. Logo, na década de 1890, a produtividade alcançada permitiu o desenvolvimento da vitivinicultura e a sua comercialização nas próprias colônias e na Capital (TRABALHO DE CAMPO, 2010).

A tradição do cultivo de uva pelos italianos e seus descendentes encontra alguns argumentos que procuram explicá-la nos seus territórios de origem. Como esses imigrantes eram provenientes de Vêneto, Friuli, Lombardia e Trento, em sua maioria, já tinham conhecimentos em relação à produção de uva e à vitivinicultura, pois essas regiões eram reconhecidas como tradicionais áreas de produção vinícola da Itália. Essa tradição pode ser constatada no decorrer da evolução da produção da uva e do vinho nas colônias e, posteriormente, nos municípios originários delas.

Atualmente, o Rio Grande do Sul constitui-se como o maior produtor nacional de uva, compreendendo 51,1% dessa produção. De 461.290 toneladas entre os anos de 1998 e 2000, a produção aumentou para 519.138 toneladas entre 2001 e 2003, alcançando 644.115 toneladas entre 2004 e 2006 (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Os territórios da imigração italiana concentram a maior parte da produção gaúcha, embora tenhamos uma expansão da produção na Campanha, em municípios como Bagé e Santana do Livramento. Das 644.115 toneladas, 80% é produzido nos territórios da imigração italiana, perfazendo cerca de 520.823 toneladas. Além disso, é aí que se concentram os maiores índices de produtividade, com mais de 10.000 toneladas de uva por hectare (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010). Na tabela 6, são apresentados alguns municípios que compõem os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul e que se destacam na produção de uva.

O crescimento da produção de uva nos territórios da imigração italiana possibilitou a criação e a expansão da indústria vitivinícola. Tal fato acarretou a consolidação de territorialidades múltiplas, centradas na economia, na cultura e na

política, pois foi através da vinicultura e da expansão das vinícolas que ocorreu a ordenação territorial dessa porção do espaço gaúcho. A vinicultura inseriu a economia local em âmbito regional e nacional, não apenas pela agricultura e pela indústria, mas também pela criação de paisagens típicas, que demonstram as várias faces da territorialidade italiana no Rio Grande do Sul.

A produção de vinho passou por um processo de aperfeiçoamento que se iniciou com a produção artesanal durante a implantação das colônias, culminando com o uso de equipamentos de alta tecnologia utilizados pelas vinícolas, na atualidade, buscando controle de qualidade. A década de 1970 tornou-se um marco temporal para a produção vitivinícola, com a modernização da agricultura e a inserção de empresas internacionais como Chandon, Maison Forestier, Martini, Chateau Lacave, dentre outras. A partir disso, a disseminação do uso de tecnologias aumentou gradativamente e, na década de 1990, disseminou-se no setor, atingindo também as pequenas vinícolas (TRABALHO DE CAMPO, 2010).

Tabela 6: Principais municípios produtores de uva dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) |
| Antônio Prado | 1.035 | 8.797 | 1.154 | 11.886 | 885 | 17.603 | 1.150 | 20.700 |
| Bento Gonçalves | 8.120 | 102.312 | 6.043 | 67.682 | 4.850 | 92.150 | 5.800 | 87.000 |
| Caxias do Sul | 3.800 | 38.000 | 3.500 | 35.000 | 2.950 | 44.250 | 3.370 | 47.180 |
| Cotiporã | 630 | 6.930 | 658 | 7.106 | 560 | 7.840 | 900 | 10.080 |
| Farroupilha | 3.640 | 40.040 | 2.750 | 35.063 | 2.583 | 49.852 | 3.431 | 58.327 |
| Flores da Cunha | 4.600 | 46.920 | 3.110 | 37.320 | 3.500 | 77.000 | 4.200 | 81.900 |
| Garibaldi | 3.400 | 34.000 | 2.747 | 37.906 | 2.400 | 43.200 | 2.700 | 34.020 |
| Monte Belo do Sul | - | - | - | - | 1.790 | 34.010 | 2.320 | 34.800 |
| Nova Pádua | - | - | 1.303 | 16.000 | 964 | 24.100 | 1.377 | 35.664 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010

Dentre as principais cultivares de uva para a fabricação de vinho destacam-se *Cabernet Sauvignon, Pinor, Merlot, Tannat, Cabernet Franc, Chardonnay e Riesling Itálico*. De modo geral, ressalta-se a expansão da área destinada a esses cultivares na ordem de 3,18% ao ano, atestando o crescimento dessa atividade. Porém, em alguns municípios considerados tradicionais na produção de uvas voltadas à vitivinicultura, como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi e Flores da Cunha, a área destinada ao cultivo tem diminuído. A especialização e a variedade de cultivares de uva permitem produzir não apenas vinho, mas também espumantes e sucos. Assim, cerca de 90% da uva produzida é processada e destinada, na sua maior parte, para a fabricação de vinhos de mesa, seguida pelo suco de uva e pelos vinhos de mesa finos (EMBRAPA UVA E VINHO, 2010).

A especialização da produção de vinhos no Rio Grande do Sul ocorreu, também, pelo incentivo das políticas de apoio à produção, que abrangeram desde a importação de mudas até a implantação de unidades de pesquisa, como estações experimentais e uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Bento Gonçalves, voltada para a pesquisa de uvas e vinhos. A atuação dessas unidades de pesquisa permitiu a realização de experimentos e o aperfeiçoamento da produção local, através de ações de extensão junto aos produtores rurais. Salienta-se que essa atuação conjunta foi essencial para o desenvolvimento da vitivinicultura nos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul, aprimorando a tecnologia utilizada no cultivo de uva e na fabricação de vinho.

Dessa forma, ressalta-se que a produção vinícola é uma das principais “marcas” da agricultura construída pelos imigrantes italianos, a qual se perpetuou no território gaúcho. Tal fato pode ser atestado através da presença de vinícolas artesanais e industriais nos territórios da imigração italiana, principalmente no entorno de Caxias do Sul. Dentre elas, destaca-se a vinícola Aurora, no município de Bento Gonçalves, a qual detém 35% do mercado de vinhos finos. Além dessa, outras vinícolas compõem o Vale dos Vinhedos, situado nos territórios da imigração italiana, entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Essa denominação deve-se à paisagem local, coberta por extensos parreirais e pela presença das vinícolas (EMBRAPA UVA E VINHO, 2010).

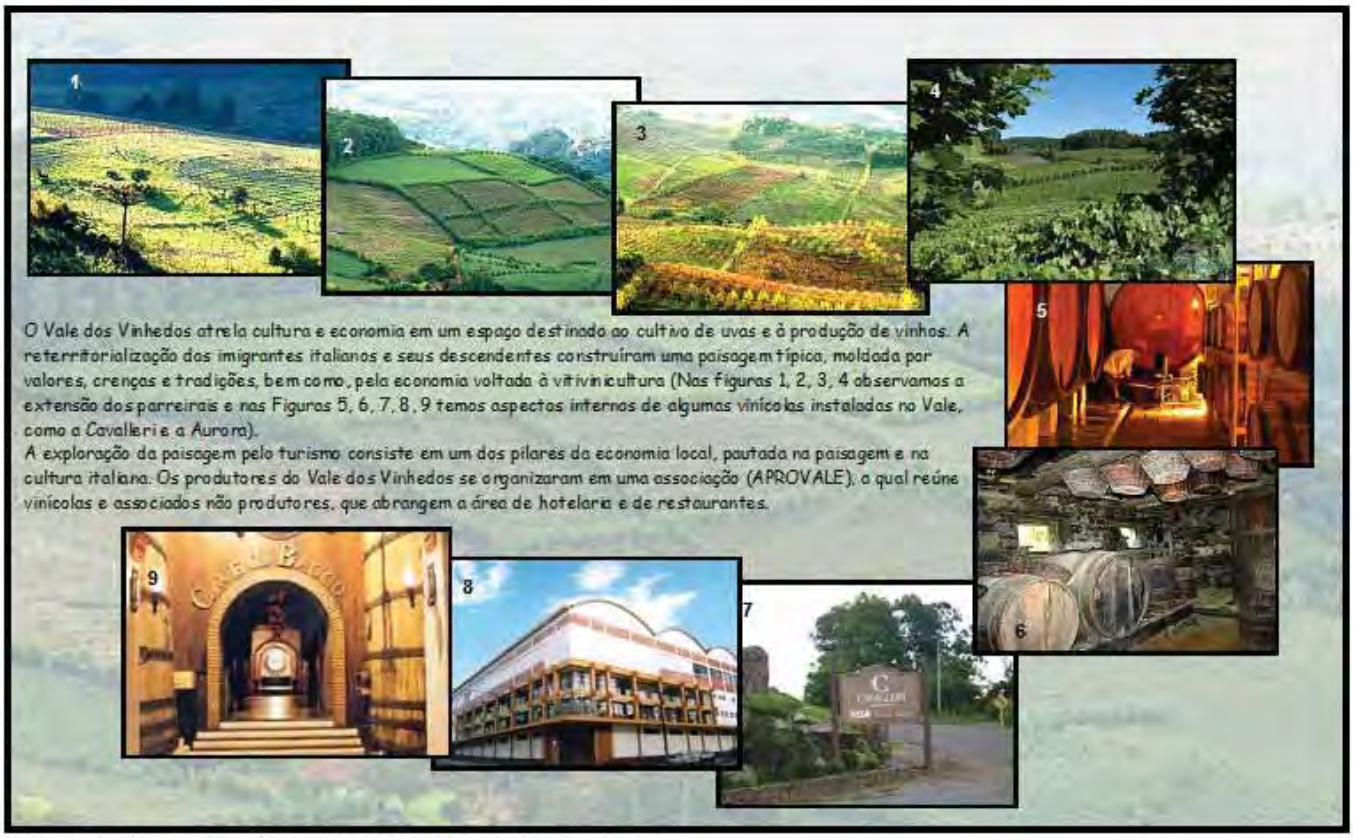
O Vale dos Vinhedos se tornou um atrativo turístico devido à materialização da identidade italiana atrelada à economia vitivinícola no Rio Grande do Sul. Assim,

não é somente a produção de uva e vinho que gera renda aos produtores, mas também atividades complementares que agregam a gastronomia típica e as festividades.

A busca pela paisagem típica construída no Vale, e também em outras porções do território em estudo, remete a uma "viagem no tempo", para resgatar e vivenciar temporalidades passadas reterritorializadas no Rio Grande do Sul. Na paisagem referida, há elementos culturais e econômicos que se evidenciam no cotidiano local. E a sociedade desse lugar soube utilizar a potencialidade cultural em favor da economia, tanto nas atividades tradicionais, voltadas à agropecuária e à indústria, como na sua identidade, voltada à exploração turística. Atualmente, o Vale dos Vinhedos consiste em um selo de procedência, que atesta a qualidade e a origem do produto local (MOSAICO 37 - VALE DOS VINHEDOS).

Fala-se do Vale dos Vinhedos para explicitar o desenvolvimento de uma ação bem sucedida, que agrega economia e cultura. Porém, essa não é a realidade da maioria dos produtores rurais que se destinam à produção de uvas. Normalmente, esse cultivo ocorre em pequenas propriedades rurais que vendem sua produção para as vinícolas, estando, portanto, subordinados às cooperativas ou às empresas particulares que processam a uva e fabricam o vinho e outros derivados. (TRABALHO DE CAMPO, 2010).

Destaca-se a fundação de associações e cooperativas pelos produtores rurais, como uma forma de se organizarem e dinamizar a produção. Até a década de 1980, os produtores basicamente vendiam a uva produzida para as grandes vinícolas, ou seja, não participavam do processo de transformação e não obtinham ganhos satisfatórios. A fabricação de vinho pelos pequenos produtores era artesanal e destinada apenas ao consumo das famílias (TRABALHO DE CAMPO, 2010) (APÊNDICE C).




O Vale dos Vinhedos atrela cultura e economia em um espaço destinado ao cultivo de uvas e à produção de vinhos. A reterritorialização dos imigrantes italianos e seus descendentes construíram uma paisagem típica, moldada por valores, crenças e tradições, bem como, pela economia voltada à vitivinicultura (Nas figuras 1, 2, 3, 4 observamos a extensão dos parreirais e nas Figuras 5, 6, 7, 8, 9 temos aspectos internos de algumas vinícolas instaladas no Vale, como a Cavalleri e a Aurora).

A exploração da paisagem pelo turismo consiste em um dos pilares da economia local, pautada na paisagem e na cultura italiana. Os produtores do Vale dos Vinhedos se organizaram em uma associação (APROVALE), a qual reúne vinícolas e associados não produtores, que abrangem a área de hotelaria e de restaurantes.

Fotografia 37: Aspectos das vinícolas de Bento Gonçalves e do Vale dos Vinhedos.
Fonte: Trabalho de Campo, 2010; Acervo APROVALE.
Org.: BRUM NETO, H.

No entanto, em 1995, foi criada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), com apenas seis vinícolas. Atualmente, a Associação é composta por 31 vinícolas que processam a uva e produzem vinhos e derivados. A diversificação das atividades também permitiu a inclusão de outros associados que não estão ligados à produção de vinho, mas que se relacionam ao setor através da oferta de infraestrutura para o turismo que se desenvolve na região, como hotéis, pousadas, restaurantes, etc. (APROVALE, 2010).

As formas de organização da produção e de associação entre os produtores representaram a ampliação do uso de tecnologias e de assistência técnica, voltadas à produção da uva e à fabricação do vinho. A produção se relaciona, atualmente, aos interesses da indústria, pautados, exclusivamente, na busca de índices de produtividade, qualificação da produção e lucratividade.

Pode-se dizer que a produção vitivinícola nos territórios da imigração italiana ultrapassou os limites da produção agrícola e industrial, agregando também atividades voltadas à prestação de serviços e à exploração da paisagem e da cultura italiana, como uma nova vertente de exploração econômica.

Porém, a vinicultura não é uma atividade exclusiva da porção leste dos territórios da imigração italiana, embora tenham a melhor infraestrutura e organização da produção em moldes tecnológicos mais avançados. Alguns municípios ainda mantêm a produção de vinho fora dessa “região” tradicional, como é o caso de Jaguari e de alguns municípios que compõem a Colônia de Silveira Martins.

Apesar de não estarem no mesmo nível tecnológico de processamento da uva que a indústria vinícola da Serra Gaúcha, os municípios de Jaguari, Ibarama, Pinhal Grande, Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá mantêm a produção de vinho como uma herança mantida no tempo e materializada no território. Dos municípios supracitados, apenas Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá não possuem vinícolas, sendo que, nos demais, o processamento da uva já é realizado em nível local, nas oito vinícolas existentes (SILVA, 2008) (APÊNDICE D).

Em relação à produção de uva e vinho nesses municípios, Silva (2008, p. 90) salienta que

> esta se manifesta, basicamente, a partir de duas formas de organização: as cantinas rurais e vinícolas de baixa capacidade. Cada uma das formas de produção observadas na área em estudo apresenta estratégias para concorrer com estruturas produtivas de maior porte, presentes na Serra

> Gaúcha e mais recentemente na Serra do Sudeste e Campanha Meridional do Rio Grande do Sul. As cantinas rurais revelam a acumulação técnico-cultural que ocorreu desde o inicio da colonização italiana na área estudo, organizando-se sobre o núcleo familiar e dependendo das relações estabelecidas no âmbito local para resistir às intensas mudanças tecnológicas impostas pelo atual período técnico-científico-informacional. Este período, como foi dito anteriormente, caracterizado pela unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a universalização da mais valia, provoca processos que tendem a uma homogeneização do espaço pelo capital. Desta forma, surge a heterogeneidade com a refuncionalização de antigas formas presentes na organização do espaço.

A produção de uvas e a vitivinicultura nos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul constituem-se como uma atividade importante do ponto de vista cultural e econômico, por manter a tradição trazida pelos imigrantes italianos no que se refere à manutenção das práticas e a sua reterritorialização. Observa-se que se trata de uma produção heterogênea quanto às formas de organização, financiamento e estruturação, pois coexistem, no território, formas de produção artesanal e altamente tecnificadas, demonstrando as várias fases da evolução produtiva.

No contexto das atividades econômicas, a fruticultura é uma atividade importante na estruturação do espaço produtivo dos territórios da imigração italiana, pois, além da uva, outros cultivos foram incorporados à economia local e regional. Embora não sejam produtos típicos, a maçã, a laranja e o pêssego foram incorporadas na economia colonial. Tradicionalmente, a maçã é cultivada em alguns municípios, individualizando uma região produtiva nos Campos de Cima da Serra, com destaque para o município de Vacaria.

Para que se entenda a inserção desse produto na economia dos territórios em análise, reporta-se ao início do século XX, quando a maçã era considerada apenas em um produto de subsistência das famílias de imigrantes nas colônias italianas, plantada nos seus pomares. Tal situação permaneceu dessa forma até as décadas de 1950 e 60, quando se iniciou a produção de modo mais intensivo no município de Veranópolis. Inicialmente, predominavam os seguintes cultivares: *Starkrionson, Red delicious, Golden delicious, Belgolden, Redspurs decilicious, Mutsu, Granny Smith, Willie sharp, Gala e Fuji*. Estas duas últimas, em pequena escala, pois eram consideradas com pouco futuro na produção de maçã. Posteriormente, tornaram-se amplamente cultivadas devido à sua adaptação às condições locais (MELLO; GARAGORRY; CHAIB, 2007).

A partir disso, a produção de maçã expandiu-se para outros municípios aproveitando-se das políticas de incentivo à fruticultura e aos novos direcionamentos da produção em direção às áreas mais propícias e de fácil operacionalização, como os Campos de Cima da Serra, cuja topografia, altitude e clima são mais adequados ao cultivo dessa fruta. Dessa forma, Vacaria tornou-se o principal pólo produtor de maçã no Rio Grande do Sul, compreendendo aproximadamente metade da produção estadual (AGAPOMI, 2010) (TABELA 7).

Tabela 7: Principais municípios produtores de maçã dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul – 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 (ha) | | 2000 (ha) | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (*) | (ha) | (*) | (ha) | (*) | (ha) | (ton.) |
| Caxias do Sul | 750 | 71.397 | 920 | 109.480 | 1.500 | 262.500 | 2.550 | 66.300 |
| Ipê | 113 | 7.910 | 270 | 33.847 | 410 | 71.750 | 550 | 8.250 |
| Monte Alegre dos Campos | - | - | - | - | 905 | 144.800 | 585 | 11.700 |
| Muitos Capões | - | - | - | - | 1.000 | 158.000 | 1.500 | 30.000 |
| Vacaria | 3.700 | 444.000 | 4.500 | 715.334 | 5.500 | 1.072.500 | 6.152 | 145.248 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.
(*) Até o ano 2000, os dados de quantidade produzida apresentam-se com a unidade *mil frutos.*

Dentre os fatores que reestruturaram o espaço produtivo de alguns municípios que compõem os territórios da imigração italiana, destacam-se as dificuldades enfrentadas no setor pecuarista, também tradicional nos Campos de Cima da Serra e o fim da exploração da araucária devido às medidas de proteção ambiental. Dessa forma, a maçã surgiu como uma alternativa para dinamizar a economia em municípios predominantemente agrícolas, aproveitando-se dos fatores naturais favoráveis e por ser uma fruta que se desenvolve em climas temperados.

De modo geral, os produtos oriundos da fruticultura permitem um retorno econômico significativo, uma vez que, com a melhoria nas condições técnicas de produção, houve um crescimento do rendimento da produção. De acordo com dados da Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, no ano de 1987, a maçã tinha um rendimento médio de 8,06 toneladas/hectare, sendo que, em 2000, esse índice atingiu 37,24 toneladas/hectares. A organização dos produtores em associações também contribuiu para o melhoramento da produção em geral, devido à

possibilidade de maior acesso à assistência técnica e ao financiamento (AGAPOMI, 2010).

Em uma área tradicional de pecuária bovina no Rio Grande do Sul, os Campos de Cima da Serra e, especificamente, o município de Vacaria têm experimentado uma redução significativa das áreas destinadas aos rebanhos para implantar pomares de maçã e aumentar essa produção. De 180.000 cabeças de gado, em 1990, restam 60.893, de acordo com os dados apresentados pela FEE em 2006. Nesse mesmo período, observa-se o aumento da área destinada aos pomares de maçã, conforme apresentado na tabela 2.

Salienta-se que a mudança da matriz produtiva resultou em aperfeiçoamentos técnicos e econômicos para os produtores locais, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população e minimizando os fluxos campo-cidade, mediante a oferta de emprego (MELLO; GARAGORRY; CHAIB, 2007).

Outro cultivo da lavoura permanente é o pêssego, que se destaca na economia gaúcha e conferiu ao Rio Grande do Sul o *status* de maior produtor da fruta em nível nacional, reorganizando o seu espaço agrário. Embora estejam presentes em quase todos os municípios gaúchos, os pomares de pêssego concentram-se, de forma comercial, em duas regiões produtoras, a saber: Pelotas e Bento Gonçalves. Salienta-se que Pelotas é uma área tradicional de produção de fruticultura, principalmente em virtude da presença das indústrias de doces e enlatados.

No entanto, alguns municípios que compõem os territórios da imigração italiana, especificamente os situados na denominada Serra Gaúcha, como Bento Gonçalves, aumentaram significativamente a área destinada ao cultivo de pêssego, superando Pelotas em quantidade produzida (toneladas) e rendimento médio (quilos/hectare). Para alcançar esses índices foi necessário investir em tecnologia, bem como atingir a idade adequada dos pomares (FEE DADOS, 2010; PROTAS; MADAIL, 2003) (TABELA 8).

Tabela 8: Principais municípios produtores de pêssego dos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul – 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 (ha) | | 2000 (ha) | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (*) | (ha) | (*) | (ha) | (*) | (ha) | (ton.) |
| Antônio Prado | 23 | 1.748 | 99 | 11.800 | 170 | 29.070 | 113 | 1.921 |
| Bento Gonçalves | 327 | 52.320 | 883 | 42.445 | 1.190 | 214.200 | 1.190 | 11.900 |
| Campestre da Serra | - | - | 98 | 7.840 | 60 | 5.100 | 95 | 1.140 |
| Caxias do Sul | 80 | 3.600 | 200 | 22.000 | 360 | 57.240 | 250 | 4.500 |
| Farroupilha | 170 | 17.000 | 500 | 60.000 | 600 | 72.000 | 650 | 8.840 |
| Flores da Cunha | 100 | 4.000 | 80 | 4.800 | 105 | 15.750 | 165 | 1.980 |
| Ipê | 07 | 700 | 16 | 1.115 | 100 | 15.000 | 120 | 1.440 |
| Nova Pádua | - | - | 127 | 5.760 | 193 | 27.020 | 225 | 2.475 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.
(*) Até o ano 2000, os dados de quantidade produzida apresentam-se com a unidade *mil frutos*.

A região produtora de pêssego é composta pelos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Antonio Prado, Ipê e Campestre da Serra. A produtividade dessa região é superior a apresentada pelas demais, ficando em torno de 14 toneladas/hectare, sendo que a fruta destina-se ao comércio *in natura*, diferenciando-se da finalidade da produção obtida em Pelotas. (FEE DADOS, 2010).

De acordo com Protas e Madail (2003), a importância desse cultivo para a economia local e regional se reflete também nos aspectos sociais, pois

> [...] com uma estrutura fundiária baseada em minifúndios e com disponibilidade de mão-de-obra familiar, esses produtores encontram na fruticultura uma ótima alternativa de diversificação da matriz produtiva, absorção da mão-de-obra familiar e geração de renda em pequenas áreas. Segundo pesquisa realizada pela Embrapa Uva e Vinho, no período entre 1985 e 1997, a contribuição da cultura do pessegueiro na formação do valor bruto da produção desses estabelecimentos evoluiu de cerca de R$ 62,20 para R$ 1.023,06 (valores deflacionados), o que equivale a um aumento de cerca de 1.600%.

De modo geral, a fruticultura se fortalece nos territórios da imigração italiana à medida que diversifica a economia das famílias, tornando-se mais rentável do que os produtos “tradicionais” da agricultura, como por exemplo, a uva. O crescimento da fruticultura voltada à comercialização tem se efetivado nos territórios em análise em detrimento dos pomares voltados apenas para a subsistência.

Ao abordar aspectos da dimensão econômica dos territórios da imigração italiana verificamos as transformações e a diversificação produtiva, assim como, as diferenciações que se manifestam através de múltiplas territorialidades. Há

similaridades culturais, mas nem sempre econômicas. Tal fato se reflete no movimento de reconstrução da paisagem, que se altera em virtude das mudanças produtivas. Gottmann (1952), já realizava algumas considerações nesse sentido, ao afirmar que a circulação corresponde às mudanças e oportunidades econômicas e a iconografia/identidade corresponde às permanências e resistências. Há identidades com mudanças/rupturas, espacialmente, nos processos produtivos e nas cidades.

Encontramos exceções em relação à estrutura produtiva dos territórios em análise nos municípios que compõem a Colônia de Silveira Martins, os quais têm como principais produtos o arroz, a soja, o fumo, o milho e o feijão. Os produtos da lavoura permanente, centrais na economia agrícola dos municípios situados na Serra Gaúcha, não se destacam na organização do espaço agrário dos territórios do centro do Estado.

A soja teve um crescimento considerável em área plantada nos municípios em questão, em detrimento de outros considerados tradicionais, como é o caso de Silveira Martins. Esse município, conhecido pelo cultivo de batata-inglesa, teve um decréscimo nessa produção e um aumento significativo das lavouras de soja. (FEE DADOS, 2010).

O marco temporal dessa transformação no espaço produtivo local foi o ano de 2001, quando a produção de batata-inglesa decresceu significativamente de 1350 ha no ano de 2000 para 500 ha no ano de 2001 (400 ha em 2002, 250 ha em 2003, 300 ha em 2004 e 200 ha em 2005) (TABELA 9). A substituição dos produtos supracitados deve-se a valorização da soja no mercado mundial e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação à produção de batata-inglesa, principalmente, pela desigualdade entre ganhos obtidos com esses produtos. Além de Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Pinhal Grande têm aumentado as áreas destinadas às lavouras de soja, seguindo a tendência mundial de valorização do produto. (TRABALHO DE CAMPO, 2010). (APÊNDICE E).

Tabela 9: Produção de batata-inglesa na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 (ha) | | 2000 (ha) | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) |
| Silveira Martins | 1.500 | 12.000 | 1.000 | 9.300 | 1.350 | 18.720 | 200 | 3.375 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.

Tal fato demonstra que as práticas econômicas têm orientado a estruturação do espaço produtivo das ex-colônias italianas, os quais se voltam, cada vez mais, às exigências do capital e do mercado consumidor, adaptando-se às inovações tecnológicas na busca da obtenção de maior rendimento médio da produção e, por conseguinte, de maiores ganhos financeiros.

Outro produto que se salienta no espaço produtivo dos territórios da imigração italiana e foi cultivado desde a implantação das colônias é o milho. Embora seja considerado um produto tradicional, no último quartel do século XIX, tem cedido espaço para outros cultivos, devido aos valores obtidos com a produção, principalmente, se comparados a outros produtos como a soja, o arroz, a uva e o fumo. Destaca-se, também, a estiagem, que afetou a safra no período de 2005 e acarretou grandes perdas nas lavouras de milho (TRABALHO DE CAMPO, 2010).

O milho não é um produto exclusivo dos territórios da imigração italiana. Pelo contrário, é cultivado em praticamente todo o Estado, com ênfase para as áreas de pequenas propriedades, oriundas da colonização por etnias diversificadas. A produção das lavouras de milho no Estado situa-se em regiões produtoras, com destaque para as áreas situadas ao Norte do Rio Grande do Sul, onde havia núcleos mistos de migração europeia.

Ainda que não seja o principal produto agrícola do território em análise, o milho é cultivado na maior parte dos municípios de imigração italiana, mesmo que em pequena escala (APÊNDICE F). A ampla utilização do milho deve-se ao seu uso para o consumo humano e animal e para a fabricação de ração. Assim, trata-se de um cultivo tradicional nos territórios da imigração italiana e, também, alemã.

Nos territórios em análise, as lavouras de milho apresentam maiores níveis de produção na porção Norte, coexistindo com produtos como a soja e o trigo e as criações de suínos e aves. Dentre os municípios com maiores produções, destacam-se Ciríaco (22.680 toneladas), Marau (33.600 toneladas), Sertão (24.650 toneladas), Sananduva (36.465 toneladas) e Vacaria (67.068 toneladas). A ampla utilização do

milho evidencia-se na área destinada às suas lavouras, pois em quase todos os municípios do Estado identifica-se essa produção (FEE DADOS, 2010).

A especialização de determinadas porções dos territórios da imigração italiana atesta-se através da individualização de regiões produtivas, cujos produtos principais foram territorializados e conferem características determinantes ao espaço, identificando-o. Nesse sentido, destaca-se, novamente, a Colônia de Silveira Martins devido às diferenciações apresentadas pela estruturação do seu espaço produtivo, centrado, dessa vez, no cultivo do arroz.

O arroz se expandiu e se materializou no espaço produtivo a partir das áreas de várzea e da abundância de recursos hídricos. Dentre os municípios que cultivam de arroz destacam-se Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine (TABELA 10).

Tabela 10: Produção de arroz na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) |
| Dona Francisca | 1.700 | 11.050 | 2.100 | 14.490 | 2.270 | 16.117 | 2.300 | 17.480 |
| Faxinal do Soturno | 2.000 | 9.900 | 1.400 | 8.400 | 1.815 | 11.745 | 2.015 | 13.060 |
| Ivorá | 20 | 10 | 21 | 94 | 40 | 227 | 35 | 193 |
| Nova Palma | 25 | 80 | 140 | 742 | 145 | 853 | 175 | 1.050 |
| Pinhal Grande | - | - | 76 | 99 | 47 | 146 | 150 | 860 |
| São João do Polêsine | - | - | 1.620 | 10.044 | 1.800 | 11.700 | 1.900 | 14.250 |
| Silveira Martins | 10 | 6 | 60 | 31 | 10 | 6 | 6 | - |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.

O interesse por esse produto deve-se à demanda pelo produto no mercado, aliada à modernização da produção e às condições maturais favoráveis ao seu cultivo, os quais tornaram as lavouras rentáveis do ponto de vista econômico. Embora os maiores produtores de arroz em nível estadual estejam situados na Campanha, no Sul e no Centro, para alguns municípios de imigração italiana, esse produto tornou-se tradicional. Há, inclusive, uma festividade que se realiza há 55 anos no município de São João do Polêsine, em virtude dessa produção agrícola.

Nessa festa há homenagens aos imigrantes e um resgate da produção artesanal de arroz e sua evolução, divulgado em desfiles típicos (FOTOGRAFIAS 38, 39 e 40[24]).

Fotografia 38: Desfile de trator nas primeiras edições da festa do arroz em São João do Polêsine.
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Figura 39: Discurso do pároco na festa do arroz.
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Figura 40: Desfile nas primeiras edições da festa do arroz.
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

[24] As fotos referentes à Festa do Arroz referem-se às primeiras edições, pois a Prefeitura Municipal de São João do Polêsine não soube precisar exatamente o ano. Estima-se que tenham retratado as três primeiras edições.

O cultivo de arroz agrega também os aspectos culturais locais, ao enfatizar o trabalho realizado pelos imigrantes italianos e seus descendentes nos resgates históricos materializados nos desfiles, os quais demonstram aspectos da evolução da produção e da sua modernização, com as técnicas utilizadas no passado, para que se possa compará-las às usadas na atualidade.

Também são agregados elementos religiosos nas celebrações realizadas durante as festividades. A influência do sagrado está implícita no cotidiano das pessoas nos territórios da imigração italiana desde a fase inicial de implantação das colônias. Tal fato pode ser observado na figura 39, a qual registrou o discurso do pároco na festividade, sendo que esse sempre exerceu um papel influente em âmbito local, como já foi explicitado no início deste subitem, ao serem abordados aspectos referentes à religiosidade.

Outro cultivo que se destaca na porção do espaço equivalente à Colônia de Silveira Martins é o feijão. Cultivado em praticamente todos os municípios, o feijão é expressivo em área destinada às lavouras nos municípios de Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine (TABELA 11).

Tabela 11: Produção de feijão na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) | (ha) | (ton.) |
| Dona Francisca | 200 | 60 | 298 | 128 | 220 | 146 | 480 | 130 |
| Faxinal do Soturno | 600 | 240 | 320 | 122 | 400 | 183 | 430 | 387 |
| Ivorá | 530 | 265 | 660 | 317 | 700 | 430 | 680 | 1.195 |
| Nova Palma | 2.600 | 1.872 | 1.500 | 638 | 2.750 | 2.525 | 2.590 | 3.831 |
| Pinhal Grande | - | - | 1.400 | 673 | 2.200 | 1.660 | 1.600 | 2.790 |
| São João do Polêsine | - | - | 50 | 22 | 55 | 33 | 60 | 48 |
| Silveira Martins | 155 | 117 | 165 | 87 | 370 | 450 | 690 | 782 |

Fonte: FEE Dados, 2010.

Org.: BRUM NETO, 2010.

Do ponto de vista espacial, a produção de feijão nos territórios da imigração italiana concentra-se em alguns municípios oriundos da Colônia Silveira Martins,

como Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Pinhal Grande e na porção Norte, dos Campos de Cima de Serra até Caxias do Sul. Através da tabela 11, é possível observar um aumento da área destinada ao cultivo de feijão de 1990 a 2006 em Dona Francisca, Ivorá e Pinhal Grande, ao passo que, em Nova Palma e Faxinal do Soturno, as áreas destinadas ao cultivo praticamente se mantêm. Dentre os fatores que influenciaram na expansão das lavouras de feijão destaca-se a valorização do produto no mercado.

Além da produção de feijão, o fumo, tradicional produto cultivado nas áreas de imigração alemã, também se inseriu nos territórios da imigração italiana, principalmente, nos municípios situados na Quarta Colônia e nas demais áreas limítrofes com o polo produtivo de Santa Cruz do Sul, como, por exemplo, o município de Ilópolis. Embora a produção concentre-se no entorno de Santa Cruz do Sul, tradicional polo fumageiro do Rio Grande do Sul, houve o crescimento da produção e a expansão em direção a outros municípios (APÊNDICE G).

No apêndice G, verifica-se o crescimento da área destinada às lavouras de fumo nos municípios que compõem a Colônia Silveira Martins, com destaque para Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande. No cultivo de fumo, há a presença das indústrias de beneficiamento da produção, as quais se situam nos territórios da imigração alemã, sobretudo nas proximidades de Santa Cruz do Sul. Essas indústrias organizam e gerenciam a produção e subordinam os pequenos produtores, ao proporcionar financiamento e suporte técnico da produção.

Os produtos voltados à produção agrícola estão presentes nos territórios da imigração italiana desde suas origens, mas o espaço rural também se destina à pecuária. Por ser um território com origem no processo colonizador que resultou no predomínio de pequenas propriedades rurais, a pecuária concentra-se na avicultura e na suinocultura, com exceções, como o município de Vacaria, que mantém a tradição no rebanho bovino, embora tenha reduzido significamente suas criações.

A pecuária leiteira constitui-se como uma atividade importante na manutenção das pequenas propriedades familiares oriundas do processo colonizador. O leite é utilizado nas pequenas propriedades para consumo da família e o excedente é comercializado, *in natura* ou transformado em derivados nas agroindústrias familiares. Dessa forma, obtêm-se produtos tipicamente coloniais como o queijo, o requeijão, a nata e a manteiga, comercializados em feiras locais. Schneider (1995) salienta a relevância da produção leiteira nas propriedades familiares ao afirmar que

o leite consiste em uma alternativa de reprodução da *agricultura familiar colonial*, pois garante à família uma renda mensal regular, mesmo sendo um produto complementar na economia.

Em relação à presença da pecuária no espaço rural dos territórios da imigração italiana, destacam-se, também, a suinocultura e a avicultura. Com exceção dos Campos de Cima da Serra, que têm tradição no rebanho bovino devido aos fatores históricos de formação da Vacaria dos Pinhais, os demais municípios que compõem os territórios em análise não apresentam significativo número de cabeças de gado. Tal fato deve-se ao tamanho das propriedades rurais oriundas do processo colonizador, cuja pequena dimensão não permitia grandes criações. Pelo contrário, intensificou as criações que permitiam confinamento e permitissem obter retorno financeiro em um pequeno intervalo de tempo, devido à necessidade de subsistência das famílias.

A avicultura constitui-se como um exemplo de produção intensiva e que necessita de pequena área para se desenvolver, tendo o retorno do investimento em aproximadamente três meses para a obtenção do frango peito duplo. Por isso, concentra-se nos territórios de imigração alemã e italiana, tendo como principal município produtor Caxias do Sul. A produção de aves no Rio Grande do Sul experimenta uma concentração espacial nos territórios supracitados, mas também uma coexistência com as principais regiões produtoras de milho, devido ao seu uso para a fabricação de ração.

A produção avícola nos territórios da imigração italiana destaca-se nos municípios de Marau, Camargo, Vanini, Vila Maria, Serafina Correa, Casca, Sananduva, Ciríaco, Montauri e Caxias do Sul (FEE DADOS, 2010). Predomina a avicultura de corte, destinada aos frigoríficos instalados no Norte do Estado e em Santa Catarina. Entretanto, há segmentos voltados à produção de ovos, assim como se identifica o aproveitamento dos resíduos oriundos dessa produção para utilização como adubo.

> Após um período de crise mundial em relação à avicultura nos anos de 2006 e 2007, devido à gripe aviária, e de crise econômica em 2008 e 2009, a cadeia produtiva no Rio Grande do Sul recuperou-se. As consequências das crises explicitadas afetaram diretamente o setor de exportações de carne de aves, sendo que aproximadamente 65% da produção gaúcha está voltada à exportação (AVISITE, 2010).

Outra criação que se destaca nos territórios da imigração italiana é a suinocultura, que, assim como as aves, permite a diversificação dos rendimentos nas pequenas propriedades rurais, devido à variedade da produção. Inicialmente voltada para a produção de gordura, a suinocultura experimentou mudanças no sistema produtivo a partir da década de 1970, com a ascensão da produção de carne para o mercado.

De modo geral, pode-se observar que a criação de suínos é significativa nos municípios oriundos do processo de colonização e, assim como a avicultura, coexiste territorialmente com a produção de milho. Atualmente, tanto as aves como os suínos estão vinculados à agroindústria, ou seja, a produção é controlada pelas indústrias de beneficiamento, as quais exercem controle sobre as atividades produtivas. Refletindo sob a ótica econômica, a produção agropecuária, de uma forma geral, insere-se na dinâmica de fornecimento de pacotes tecnológicos aos produtores que se veem induzidos a entregar sua produção, principalmente o fumo, a soja, o arroz, o milho e a uva.

> A criação de suínos é significativa para o pequeno produtor rural, pois dessa atividade ele obtém carne e banha para consumo próprio e para vender. Além disso, as pequenas agroindústrias artesanais familiares realizam o processamento e geram derivados, resultando em produtos típicos das colônias, como torresmo, salame e linguiça, geralmente comercializados em feiras locais.

Nesse sentido, assim como a pecuária leiteira, os suínos e as aves constituíram-se como importantes atividades nas colônias, principalmente na subsistência das famílias. A carne era um produto central, mas a obtenção de outros produtos transformados nas agroindústrias familiares contribuiu para a geração de renda complementar para as famílias.

De maneira geral, os derivados da produção agropecuária destinam-se a um mercado consumidor em âmbito local e regional. Verifica-se a presença desses produtos em estabelecimentos de médio porte e até mesmo grandes redes de supermercados, como, por exemplo, o *Carrefour*, em Santa Maria, que comercializa os produtos da família Giacomini (agroindústria familiar localizada em São João do Polêsine).

Atualmente, o “selo” de procedência “da colônia” experimentou uma valorização dos produtos e, por conseguinte, da gastronomia italiana. Há um movimento de reafirmação da origem colonial e cultural, através da procura por

diversos produtos, tornando o vínculo cultural uma alternativa para o aumento da renda das famílias.

No contexto dos dados apresentados sobre o espaço produtivo voltado à agropecuária, considera-se que o espaço rural dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul, estruturado a partir da pequena propriedade, diversificou-se mediante a necessidade de subsistência das famílias, os novos desejos impostos pela mercantilização e a consequente renovação dos valores urbanos. Esse espaço experimentou transformações significativas, que permitiram a especialização da produção e a transformação industrial.

Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço produtivo encontra-se diversificado, com produtos expressivos em relação à produção e à participação na economia local e regional, como a uva, a maçã, o milho, o arroz e, na pecuária, as aves e os suínos. A origem dessas produções está vinculada às pequenas propriedades e têm como destino as indústrias de transformação, as quais se localizam, de modo geral, nas proximidades das áreas produtoras.

O setor agroindustrial é representativo nos territórios da imigração italiana, na medida em que permite agregar valor à produção, a qual se destina aos mercados nacional e internacional. Algumas agroindústrias surgiram no contexto da colonização por iniciativa dos próprios imigrantes, muitas vezes para satisfazer as necessidades da família em relação a determinados produtos. As técnicas utilizadas consistiam no conjunto de conhecimentos acumulados nos seus países de origem e que foram aperfeiçoados no Brasil.

A partir das matérias-primas existentes, como a uva e os demais produtos da agropecuária produzidos nas colônias, iniciaram-se as transformações artesanais familiares. Dessa forma, produziram-se artesanalmente os vinhos, os queijos, os salames, as farinhas, dentre outros produtos. A imigração, de um modo geral, permitiu o surgimento da industrialização, baseada em bens de consumo não duráveis, ligados ao setor agrícola, e voltada ao mercado regional (ALMEIDA, 1992).

Essa configuração industrial transformou-se e aperfeiçoou-se no decorrer do tempo, atrelada às políticas públicas de apoio ao setor, fazendo com que a indústria dos imigrantes obtivesse um significativo crescimento. Nesse sentido, a indústria dos territórios da imigração italiana delimita uma região produtiva no entorno de Caxias do Sul (Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha, Garibaldi), especializada na atividade metal-mecânica e fabril, na fabricação e vinhos, na agroindústria alimentar,

nas bebidas, nos materiais de transporte e no ramo moveleiro (FAMURS, 2010; ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

No contexto dos aspectos apresentados sobre a organização territorial nesta análise, pode-se dizer que os territórios da imigração italiana foram individualizados mediante a dimensão cultural, mas não são homogêneos quanto à sua organização territorial. As diferenças identificadas denotam as particularidades intrínsecas ao processo de reterritorialização, que demonstrou as diversas faces da combinação entre as dimensões econômica, política, cultural e natural. Desse modo, destaca-se que uma mesma cultura não torna o espaço homogêneo, principalmente em se tratando dos aspectos econômicos, ordenados, na atualidade, pelo capital e pelo mercado.

Inicialmente, as colônias italianas no Rio Grande do Sul tiveram um ritmo semelhante devido à estruturação das mesmas em pequenas unidades de produção, com mão de obra familiar, as quais implantaram cultivos voltados à sua subsistência. Porém, no decorrer do processo histórico de formação, transformaram-se, agregando inovações tecnológicas e diferenciações econômicas, embora mantivessem semelhanças culturais. Nesse sentido, ainda que a Colônia de Silveira Martins tenha suas bases assentadas na mesma cultura, a organização do espaço produtivo é diferenciada se comparada à porção Leste dos territórios da imigração italiana, em virtude da conjuntura econômica que a delimitou.

Nos territórios em análise, a união dos componentes naturais e dos histórico-culturais constituiu-se como um vetor determinante na organização da paisagem, resultante do arranjo territorial dinamizado pelos migrantes e de suas características culturais, políticas e econômicas. Nesse sentido, a atividade turística apresenta expressividade, pois explora as indústrias de beneficiamento da uva (vinícolas), a arquitetura das cidades, a culinária, as festas típicas e as paisagens naturais. Todos esses aspectos turísticos resgatam o caráter histórico-cultural dos colonos de imigração italiana que ocuparam parcelas do Rio Grande do Sul, territorializando-se através de múltiplas dimensões.

A Serra Gaúcha, onde estão inseridos os municípios produtores de uva e vinho, apresenta uma das melhores estruturas turísticas do Brasil. Destaca-se, também, que o turismo realizado nesse recorte espacial não é sazonal, pois, no verão, a beleza representada pelas hortênsias nas margens das estradas atrai os turistas. Já no inverno, as baixas temperaturas, a arquitetura europeia e a culinária

apropriada, principalmente pela bebida servida, no caso o vinho, são responsáveis pelo dinamismo turístico.

Além disso, feiras, exposições e eventos esportivos e culturais contribuem para a importância da atividade turística. Ressaltam-se os seguintes atrativos turísticos: Caminhos de Pedra (construções de pedra que retratam a história de mais de um século de imigração); Ponte do Rio das Antas (a maior ponte do mundo em arcos paralelos, localizada entre Bento Gonçalves e Veranópolis); Rafting (atividade esportiva que explora as quedas d'água do Rio das Antas); Museu Histórico Casa do Imigrante (prédio tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, que conta com 1.300 peças e 3.000 fotos sobre a imigração italiana); Igreja São Bento (peça arquitetônica em formato de pipa, em Bento Gonçalves); *Via del Vino* (localizado no centro de Bento Gonçalves, no qual são comercializados produtos coloniais e é exibido um chafariz que jorra água na cor de vinho); Vale dos Vinhedos (vale entre as divisas de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, privilegiado pelo clima temperado, de invernos frios e excepcionais períodos de sol no verão, o que contribui para tornar esse vale uma das maiores regiões produtoras de vinho do Brasil); e a Catedral e a Casa do Imigrante (em Caxias do Sul) (TRABALHO DE CAMPO, 2010).

A atividade turística é alavancada através dos atrativos culturais e econômicos, ou seja, das múltiplas dimensões da territorialidade italiana no Rio Grande do Sul. Salienta-se que, a partir da reterritorialização dos imigrantes e dos seus descendentes, houve a construção de paisagens típicas, alicerçadas em uma base cultural, material e imaterial, mas também econômica e política, responsáveis pela organização do território.

Nesse sentido, embora tenha se destacado as características culturais, elas não estão separadas das demais dimensões, apenas referiu-se separadamente a cada código e a cada aspecto organizacional no intuito de identificá-los para reconstruir a realidade, ou seja, como o território se expressa na atualidade através da (i)materialidade e da paisagem.

Os processos sociais se objetivam no território e na paisagem, conforme procurou-se demonstrar nos capítulos 4 e 5, gerando mudanças e permanências, ou seja, transformações e continuidades que são reproduzidas pelos descendentes de alemães e italianos. Há, portanto, um híbrido, inovações, identidades que caracterizam aspectos da vida moderna nos municípios estudados.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Se existe alguém que, por excelência, nunca poderia nem deveria concluir uma obra, esse alguém é autor". (RAFFESTIN, 1993, p. 266)

A relação território-cultura é central na abordagem desta tese. Ao se propor o estudo buscou-se repensar tal relação com ênfase na análise dos processos de identificação territorial. Para tanto, resgataram-se conceitos centrais como território e territorialidade, cultura, identidade e *códigos culturais*, visando a refletir e a compreender as principais características econômicas e culturais dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande Sul.

Salienta-se que as demonstrações e análises realizadas não são definitivas, pois constituem-se de reflexões que perpassaram seu *constructo* teórico e empírico, e precisam, por conseguinte, ser continuadas. Os estudos que antecedem à pesquisa alicerçaram a construção de conhecimento, através do acúmulo de etapas específicas, com teorias, métodos, debates, críticas e estudos empíricos.

Nesse sentido, elaboraram-se as considerações desta pesquisa com base nas sínteses e nas reflexões feitas em cada capítulo. As ideias explicitadas estão em consonância com a concepção adotada e com as análises realizadas, evidenciando a multiplicidade de territórios e aspectos culturais, paisagens, representações simbólicas e atividades econômicas. Estas considerações estão organizadas em três momentos: *reflexões sobre território, cultura e processos de identificação; territórios da imigração; relação economia e cultura.*

Ao relacionar *território e cultura* partiu-se da dimensão teórica, procurando compreender tais conceitos. A busca teórica, pressuposto essencial para a construção da tese, balizou ideias, concepções e obstáculos encontrados nos estudos territoriais teóricos e empíricos. Considerando as leituras e as análises realizadas pode-se considerar que o território evidencia-se, na atualidade, através da profusão de estudos em diversas áreas do conhecimento, originando a disseminação de termos análogos a ele, expressando movimento, dinâmica e transformação. Tais desdobramentos teóricos contribuem para a construção e a transformação epistemológica, ao mesmo tempo em que emergem as dificuldades.

Compartilha-se, aqui, um pensamento que acompanhou a construção teórica da tese e que inicialmente constituiu-se em uma dificuldade, centrada no resgate do

conceito de território no Brasil. Não se critica a ausência de obras, pelo contrário, os estudos territoriais estão no cerne da Geografia brasileira nos últimos anos. Porém, questiona-se se a profusão de estudos se refere, realmente, ao território. Pode-se dizer que o *território está em evidência* em detrimento de outros conceitos utilizados pela Geografia.

Identifica-se que os estudos teóricos, alicerces centrais das pesquisas empíricas são realizados por autores nacionais, alguns arroladas no capitulo 1 desta tese. Os textos desses autores encontram-se facilmente disponíveis e remetem a ideias esclarecedoras e a uma variedade de fontes internacionais, com abordagens diversificadas. Entretanto, as bibliografias internacionais não estão inteiramente acessíveis no Brasil, com exceção de algumas obras traduzidas que se tornaram marcos teóricos. Como exemplo, cita-se *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin, exaustivamente citada. Desse modo, os estudos dedicados à temática territorial, de forma geral, remetem a autores nacionais como Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcos Saquet e Marcelo Lopes de Souza.

Diante disso, observa-se que falta maior divulgação e maior acesso à multiplicidade de estudos realizados em nível internacional que proporcionem uma visão da diversidade de ideias e abordagens territoriais. De forma geral, observa-se que as citações se referem aos mesmos trechos textuais, como se as obras relevantes supracitadas tivessem solmente alguns parágrafos a contribuir.

Identifica-se tal problemática ao se analisarem os estudos empíricos sobre território no Brasil. O arcabouço teórico é repetitivo, pautado em citações que remetem a um sucinto resgate epistemológico do território. Como pode ser realizada uma evolução do conceito de território citando somente Ratzel? Nas entrelinhas epistemológicas da ciência geográfica, com certeza outros autores devem ter contribuído para superar as dificuldades supracitadas. É necessário remeter aos clássicos e não apenas à Ratzel, sendo que a maioria dos pesquisadores nem leu toda sua obra, restringindo-se às parcas traduções existentes. É nesse sentido que se optou por centrar a análise territorial a partir da concepção renovada de território (1970), principalmente pelo acesso às obras essenciais. Não se deixou de mencionar a importância de Ratzel, mas não se analisou a fundo sua contribuição, pois somente esse objetivo já seria temática para construir uma tese.

Além disso, destaca-se a multiplicidade de estudos utilizando-se do território nas mais variadas escalas, temáticas e problemáticas. Seria o território tão múltiplo e

efêmero, capaz de análises sem uma base teórica central que embase tal aplicação? Ou são *modismos* que utilizam o termo "território", mas na verdade se referem a outros conceitos espaciais? Aliás, criar termos "novos" referindo-se às mesmas coisas parece ser uma prática comum na atualidade. Essas são questões em que se deve pensar ao realizar as análises territoriais, particulamente, na Geografia.

Ao aproximar território e cultura extrapolaram-se os limites geográficos, buscando embasamento em outras ciências. As leituras interdisciplinares remeteram à necessidade de entendimento da cultura através da sua evolução epistemológica, tendo em vista a compreensão das transformações teóricas que explicam a polissemia atribuída ao termo historicamente e os *usos* atuais. Assim como o território, a cultura está presente em várias áreas do conhecimento e mesmo no linguajar cotidiano da sociedade.

Nesse sentido, concebeu-se a cultura, neste estudo, como um amplo sistema simbólico, pautado em códigos culturais responsáveis pelos processos de identificação dos grupos sociais. Esse sistema simbólico é dinâmico, transformando-se temporalmente de acordo com a evolução histórica das sociedades.

Quando se menciona a cultura, refere-se ao conjunto de costumes, valores e práticas sociais que não são, de forma alguma, homogêneas, pois apresentam distinções oriundas da relação sociedade e natureza. Não se deve pensar que os membros de um mesmo grupo social são regidos pela cultura, pois esta, por sua vez, emana deles, é uma construção social, dinâmica e sujeita a diferenciações de acordo com as particularidades econômicas, políticas, religiosas e naturais.

Por outro lado, salienta-se, também, que os valores simbólicos guardam aspectos comuns a um determinado grupo social, originando a unidade e os processos de identificação e de reconhecimento, como a religiosidade, a língua, os valores e crenças. Assim, evidenciam-se alguns códigos culturais em detrimento de outros, responsáveis por caracterizar, identificar e diferenciar. Cultura e identidade estabelecem uma relação de dependência pautada na relação entre códigos-identidade-diferença. Remetem também ao sentimento de pertencimento e de exclusão, através do reconhecimento de características comuns ou distintas.

A partir das sínteses explicitadas, como é possível conceber a relação território-cultura? Chegou-se, agora, ao ponto central das considerações e, para

responder a esse questionamento, apontam-se alguns direcionamentos explicitados na tese, vinculando teoria e prática na tentativa de elucidar tal problemática.

A abordagem territorial sob a ótica cultural não exclui as demais dimensões, uma vez que os homens são seres sociais que realizam atividades econômicas e políticas sobre a base natural, que se torna cada vez mais transformada e territorializada pela ação humana. As teorias vigentes apontam para um território híbrido, fruto da apropriação, da dominação, enfim, das relações de poder instauradas pelos grupos sociais. As reflexões sobre esse assunto foram elaboradas considerando-se as distintas escalas, do Estado-Nação aos territórios em estudo.

O poder estatal gere a Nação e estabelece os limites político-administrativos, dentro dos quais se encontram os grupos sociais. No caso brasileiro, formado por diversos processos migratórios, externos e internos, configura-se uma unidade pautada no Estado brasileiro, mas há também diversidades oriundas dos diferentes grupos culturais que o formaram. Nesse caso, como definir a identidade nacional? Há uma identidade nacional brasileira?

A identidade remete a uma imagem característica que define e identifica ao mesmo tempo em que diferencia dos demais. Assim, quais os códigos culturais envolvidos no processo de identificação de um País composto por significativas diferenças culturais? Tal questão polemiza os debates ao forçar a criação da identidade no intuito de criar uma unidade, pois as identidades nacionais são, na maioria das vezes, forjadas, criadas para proporcionar a ideia de unidade nacional, principalmente em países com diversidades étnicas gritantes.

O Brasil é um país constituído por uma complexidade histórico-cultural que marcou fases distintas de povoamento e colonização, responsáveis pela formação de hibridismo étnico-cultural. Então, como definir uma identidade nacional brasileira diante de uma ampla gama de códigos culturais definidores de heranças simbólicas diferenciadas? Partilha-se da ideia de que não há uma única identidade cultural devido ao caráter híbrido da população, considerando-a de Norte a Sul do território brasileiro. O Brasil é um país de identidades plurais, distintas, que lhe conferem riqueza territorial, visível na imaterialidade das paisagens.

De modo geral, a dificuldade em definir a identidade no caso brasileiro se insere em um contexto mais amplo, ou seja, tem suas origens no processo de formação dos países da América Latina. Esse processo contribuiu para acelerar a problemática identitária, tendo em vista que definiu limites político-administrativos e

dividiu culturas, reunindo-as sob a égide nacionalista, seja brasileira, uruguaia, argentina, dentre outras. Assim, submeteram as populações nativas, principalmente os guaranis, os africanos e até mesmo os imigrantes, que se inseriram no decorrer do processo de colonização, ao comando político de um Estado que procurou definir e identificar a Nação. Os descendentes dessas culturas compõem as sociedades de vários países latino-americanos, que reivindicam uma identidade nacional. Configura-se um dilema em relação ao pertencimento: nacional ou cultural (origem). Tal reflexão corrobora as concepções sobre identidades híbridas, formadas pela multiplicidade de crenças e valores em detrimento de uma única identidade, a nacional.

Conforme mencionado anteriormente, a complexidade identitária engloba várias escalas de análise. Nesse sentido, encontram-se as questões regionais intrínsecas aos territórios nacionais, como, por exemplo, a gaúcha e a nordestina, comumente tratadas através de estereótipos alicerçados em características marcantes, mas que não definem claramente a real configuração identitária regional, pois não são realidades formadas por apenas uma cultura. Nesse ponto, iniciam-se as reflexões sobre a prática realizada, pois será tratado especificamente da realidade vivenciada no Rio Grande do Sul, sobretudo nos territórios da imigração alemã e italiana.

Falar no *povo gaúcho* através de termos comuns utilizados em algumas porções do seu território é minimizar a complexidade cultural presente no contexto formador do Rio Grande do Sul, para simplificar a imagem, a diferenciação e para forçar a criação identitária. É mais coerente tratar de identidades, no plural, do que de identidade, no singular. Embora grande parte da sociedade rio-grandense se reconheça pela denominação gaúcha, muitas vezes designando o habitante do Rio Grande do Sul, sem vínculos com a questão tradicionalista, pode-se salientar que há identidades plurais arraigadas em bases culturais diferenciadas. Partindo da complexidade identitária explicitada, optou-se por analisar os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, componentes do mosaico etno-cultural gaúcho.

Assim, realizou-se uma análise histórica dos *territórios da imigração alemã e italiana* visando a compreender os elementos centrais que os originaram, bem como as principais temporalidades e territorialidades constituídas no decorrer da sua formação. Para Saquet (2003), o estudo do território pode ser centrado no processo

histórico através da periodização dos elementos e dos momentos mais importantes na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas. A partir dessa afirmação procurou-se identificar e analisar os *marcos temporais* que dinamizaram os territórios estudados.

Na busca pelo entendimento da origem, da formação e da expansão dos territórios da imigração alemã e italiana, ressalta-se que a dimensão política evidenciou-se como motivação central na criação dos territórios, materializando o interesse do Governo Imperial em colonizar efetivamente o Rio Grande do Sul. A colonização atingiu sua meta central – implantar a atividade agrícola, mas também as metas implícitas, contrapondo o latifúndio pastoril.

Inicialmente, houve os luso-brasileiros e os africanos, compondo os pares formadores das estâncias e charqueadas, idealizadas mediante a égide escravista, que subjugou uma cultura pelo trabalho forçado e pela submissão em todos os sentidos. Os açorianos se inseriram no Rio Grande do Sul para compor a tríade luso-brasileira, africana e açoriana, no entanto, tendo em vista que suas colônias não prosperaram como o desejado, boa parte deles migrou para outros Estados ou se inseriram na vida campeira junto às estâncias.

A complexidade cultural e econômica se estabeleceu com a imigração, mesclando o *velho* e o *novo,* territorialidades arraigadas pelos luso-brasileiros, afrodescendentes e açorianos, que já denotavam um hibridismo cultural e as novas territorialidades que passaram a qualificar e a dividir a formação territorial do Rio Grande do Sul. Tal processo foi diversificado pelos imigrantes alemães e italianos, além de outras etnias que se inseriram em menores contingentes populacionais.

As diversidades culturais, econômicas e políticas dos grupos sociais que formaram o Rio Grande do Sul são responsáveis pela configuração territorial atual, pautadas na negação do velho transformando em novo, sejam crenças, hábitos, valores ou formas de produção, organização e dinamização econômica. A partir de construções territoriais iniciais identificaram-se diversos tempos de transformação que conferem dinamicidade à historicidade rio-grandense. Os grupos sociais que compuseram historicamente o Rio Grande do Sul transformaram a base territorial natural em espaços produtivos diversificados, rurais e urbanos, com paisagens culturais diferenciadas, fruto da interação sociedade-natureza.

Sendo assim, no decorrer da construção da tese procurou-se identificar os períodos de construção e de transformação territorial. Explicitaram-se

transformações específicas que marcaram temporalidades e territorialidades específicas nos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. A década de 1820, particularmente o ano de 1824, constituiu o marco temporal que transformou o Rio Grande do Sul, balizando o início da imigração alemã e, por conseguinte, originando os territórios construídos por esse grupo social. Esse período é marcado pela reterritorialização dos códigos culturais alemães em território rio-grandense, caracterizando as primeiras transformações econômicas, culturais e naturais orientadas por políticas imigratórias.

O território é formado com a apropriação do espaço natural pelos imigrantes alemães, tornando-o produtivo e construindo a infraestrutura básica essencial para promover seu crescimento. Mesmo detentores de escassos recursos, os imigrantes transformam rapidamente o território, ocasionando o surgimento de atividades importantes do ponto de vista econômico, voltadas à agropecuária (criações e cultivos variados), e a incipiente atividade industrial que surgia (curtumes).

Temporalmente, o decênio de 1835 a 1845 marcou um período de incertezas, estagnação e restrições à imigração alemã com as insurgências farroupilhas no Rio Grande do Sul. Os recém-chegados imigrantes estavam em meio a uma disputa política e territorial, com consequências restritivas ao crescimento dos seus territórios, do cotidiano cultural e econômico. Se, por um lado, foram beneficiados pela necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios para Porto Alegre, por outro, enfrentaram os perigos da guerra. Além disso, não se pode esquecer que o processo de imigração estava a cargo do Governo Imperial naquele momento, subjugando os imigrantes aos interesses do mesmo.

Após o fim do conflito, a imigração alemã expandiu-se territorialmente, com a inserção de novos imigrantes, ampliando os seus limites na direção Oeste e Norte até a década de 1870, quando uma nova fase migratória inseriu imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e, consequentemente, originou a formação de um *novo* território, ou seja, dos territórios da imigração italiana.

Desse modo, a década de 1870 caracterizou-se por novos fluxos culturais e simbólicos, agregando complexidade à formação territorial rio-grandense. Com o surgimento e a expansão dos territórios da imigração italiana, estabeleceram-se as fronteiras dos territórios da imigração alemã, balizadas por um *novo* grupo cultural em processo de reterritorialização, os italianos, ocupando porções do espaço contíguas às ocupadas por alemães.

No contexto inicial do processo de imigração, as colônias efetivaram-se estruturalmente e economicamente, reafirmando o caráter familiar do trabalho agrícola em pequenas propriedades rurais e o surgimento de núcleos populacionais responsáveis pelo surgimento dos municípios que atualmente compõem os territórios pesquisados. Quando da formação dos territórios da imigração italiana, os territórios alemães já se encontravam em crescimento, desenvolvendo atividades diversificadas. Porém, não demorou muito para que os imigrantes italianos passassem de um ritmo lento para o rápido em relação à transformação territorial. Trata-se de territórios respaldados por políticas pró-colonização, que dinamizaram o Rio Grande do Sul, do ponto de vista cultural e econômico, efetivando a ocupação dos espaços vazios e agregando múltiplos códigos culturais à cultura gaúcha.

A expansão territorial passa novamente por dificuldades no decorrer de 1914 a 1918 e, a partir de 1939 a 1945, respectivamente a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, nas quais os países de origem dos imigrantes inseridos no Rio Grande do Sul eram atores centrais, principalmente a Alemanha. Salientam-se estes períodos devido à crise instaurada em âmbito mundial pelos conflitos e por marcarem um período de dificuldades do ponto de vista cultural em relação à sua expressividade simbólica, em especial para seus códigos orientadores, como a língua e a religião. É nesse período que se identificam as maiores *perdas* em relação ao hábito de *falar* o alemão e o italiano nos territórios da imigração. Tal fato explica-se pelas proibições impostas, pela perseguição política e pelo nacionalismo que reafirmava o português como língua oficial e a religião católica. Passados os conflitos, os territórios da imigração alemã continuaram sendo vistos com certa desconfiança, devido aos preceitos da formação étnica inicial, a preservação cultural, mesmo diante da repressão e a relevância da contiguidade territorial que ocupavam.

Concretamente, no decorrer da década de 1970, o processo de modernização da agricultura alterou a forma de produção no campo, inserindo-o nos moldes capitalistas, visando ao lucro através do aumento da produtividade. A agricultura empresarial predomina mediante a importância da relação indústria-agricultura. Nos territórios da imigração, pautados em pequenas propriedades rurais, com mão de obra familiar, as mudanças ocorreram de forma conflituosa e heterogênea, não deixando alternativa para os agricultores. Caso contrário, suas técnicas se tornariam obsoletas e deixando-os sem condições de concorrência no mercado consumidor. É nesse sentido que muitos agricultores abandonaram o campo e buscaram empregos

nas cidades, aumentando significativamente as filas diante das indústrias localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre e de Caxias do Sul. Os agricultores que permaneceram no campo buscaram novas formas de produzir para se inserir no contexto mercantil em que o capital se apoderou do uso do solo.

As restrições impostas pelo tamanho das propriedades rurais e a ausência de capital acumulado para investimentos fez com que os agricultores se reunissem em associações e cooperativas. Os investimentos realizados em grupo tornavam viável a modernização, via compra de maquinário, os empréstimos, a construção de infraestrutura básica para armazenamento e processamento da produção, e o investimento em tecnologia ligada à agricultura. Assim, os territórios da imigração italiana especializaram-se na vitivinicultura, tornando-a uma das principais características que atrelam economia e cultura. Em relação aos territórios da imigração alemã, a especialização da produção de fumo e sua modernização estão vinculadas à iniciativa privada, orientadas pelas indústrias fumageiras que comandam a produção.

Considerando a dimensão econômica, a principal transformação territorial após a implantação da imigração no Rio Grande do Sul ocorreu mediante os processos de modernização da agricultura e de industrialização. Tal afirmativa justifica-se pela mobilidade populacional entre campo e cidade, tornando os territórios majoritariamente urbanos e contribuindo para o crescimento dos setores industrial e de prestação de serviços. Os exemplos são encontrados no crescimento urbano virtuoso das primeiras colônias, como Novo Hamburgo e São Leopoldo (alemãs) e Caxias do Sul e Bento Gonçalves (italianas), considerados municípios centrais para ambos os territórios da imigração pesquisados.

Tratou-se, aqui, de crescimento econômico. Mas, quais foram as consequências culturais? Para responder a tal questionamento deve-se pensar que, da mesma forma que esses municípios ampliaram suas redes de comércio, indústria e serviços, também se tornaram polos de atração populacional oriunda de localidades externas aos territórios da imigração alemã e italiana. Em busca de oportunidades de emprego várias pessoas dirigiram-se para os municípios centrais, principalmente migrantes oriundos da Capital e do seu entorno. Como consequência imediata, surgiu o aumento populacional e o crescimento territorial das cidades para abarcar esse fluxo em relação à moradia e às necessidades básicas, especialmente ligadas à prestação de serviço.

Dessa forma, algumas porções dos territórios da imigração tornaram-se, culturalmente, *menos* alemãs e italianas (considerando a descendência), devido ao expressivo fluxo de imigrantes oriundos de outras localidades, conforme mencionado anteriormente. Assim, as primeiras colônias, marcos da fundação dos territórios em estudo, apresentam-se, na atualidade, como territorialidades híbridas tendo em vista a diversidade de culturas componentes.

A preservação de símbolos ligados à memória do imigrante e ao contexto cultural é menos expressiva nos municípios de maior porte, encontrando-se reunidos em memoriais históricos e museus relacionados à temática, nos quais se encontram boas fontes de pesquisa, por compilarem dados e materiais. Por outro lado, nos municípios de menor porte, ainda se pode encontrar a *essência* cultural, ou seja, a manutenção dos códigos no cotidiano local seja da prática linguística (dialetos), da gastronomia, da religiosidade ou dos valores e crenças, dentre outros. Justifica-se essa afirmação através da menor interferência cultural externa, com a manutenção dos grupos sociais cultivando as mesmas práticas identitárias.

No limiar do século XX e no início do século XXI, a ampliação do uso das tecnologias da comunicação contribuiu para maior divulgação das distintas culturas existentes no Globo, beneficiando também os territórios da imigração alemã e italiana. O interesse pela diversidade cultural resgatou a historicidade dos territórios pesquisados, ampliando a compilação de dados e estudos específicos no intuito de desvendar o passado na busca pela compreensão do presente. Desse modo, foram criados diversos centros de pesquisa genealógicos e culturais e museus. Os acervos pessoais das famílias, até então guardados e esquecidos, passaram por uma revalorização da memória imigrante, recontando fatos significativos da construção territorial.

A importância da cultura como um fator organizacional justifica-se pela construção de paisagens diversificadas, componentes de territórios plurais, (i)materiais, relacionais e multidimensionais, analisados nesta tese a partir da perspectiva híbrida. Procurou-se compreender a relação território-cultura a partir da concepção crítica, que permitiu identificar e analisar dialeticamente os elementos territoriais e temporais da pesquisa, cuja abordagem econômica e cultural teve centralidade. Acredita-se que a opção teórico-metodológica adotada foi oportuna e adequada para se atingir os objetivos propostos e permitiu analisar os territórios da

imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, evidenciando as distinções culturais e econômicas responsáveis pelas suas transformações territoriais.

Não há homogeneidade cultural e econômica. São territórios dinâmicos que atravessam fases distintas, compostas por mudanças e permanências, identidades e diversidades. Cultura e economia se encontram em ampla vinculação nos territórios da imigração alemã e italiana, na medida em que a cultura tornou-se um fator atrativo para atividades voltadas à prestação de serviços, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que a cultura mercantilizou-se, está em evidência mediante a sua importância como fonte de lucro, via exploração dos aportes culturais dos grupos sociais locais.

Dessa forma, origina-se um *mercado cultural*, materializado nos territórios em estudo por municípios competitivos do ponto de vista turístico, como Gramado e Canela. Não é somente a estação mais fria do ano que oferece aos turistas interesse por essa região, pois a economia local reinventou-se, criando novos eventos que permitem atrativos o ano todo, como a Páscoa, quando a cidade fica tão ornamentada quanto no período de Natal, movimentando a gastronomia com os chocolates, as massas, os vinhos, dentre outros.

Outros municípios como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, dentre outros, apresentam características culturais e identitárias vinculadas à economia, como as festividades consagradas em nível regional e nacional, comemorando a colheita da uva, do morango e da framboesa. Esses municípios atrelam cultura e economia para viabilizar atrativos, transformando processos econômicos em elementos identitários. Mesmo os municípios que não detêm mais o título de principais produtores ou que passaram por transformações significativas no espaço produtivo local, substituem produtos e se aproveitam da tradição para promover a economia local, como acontece com Silveira Martins: substitui-se o cultivo de batata-inglesa pelo da soja e ainda realiza a Festa da Batatinha.

A relação entre economia e cultura configura-se como uma estratégia de reprodução através de práticas culturais passíveis de serem comercializadas. Neste caso, não há preservação da memória pela importância histórica da cultura. Vende-se uma paisagem típica, pautada no *falar,* na gastronomia, nas crenças e nos valores, nas edificações, enfim, na vivência de um contexto cultural diferenciado que pode ser consumido.

Por fim, cabe evidenciar que a análise territorial sob a ótica cultural instaura a dificuldade de identificar, analisar e compreender os significados dessa complexa relação existente entre os processos sociais-multiterritoriais. A partir da apropriação de um espaço natural, os imigrantes alemães e italianos originaram seus territórios, pautados em uma base cultural que apresentava singularidades (dialetais, religiosas, crenças), e em processos econômicos e políticos também específicos durante o século XIX e a primeira metade do século XX, período de maior preservação cultural e de menor complexidade nas transformações econômicas, conforme se mencionou anteriormente.

Assim, a análise realizada permitiu compreender que, historicamente, por meio da relação sociedade-natureza, o espaço configura-se em territórios marcados e identificados pela cultura, seja ela fruto da herança simbólica, como nos territórios pesquisados, seja oriunda do hibridismo que marca a segunda metade do século XX, que dificulta reconhecer traços comuns. O cultivo do fumo e da uva, produtos que tiveram expansão, respectivamente, entre os alemães e os italianos, é praticado, em alguns municípios, tanto pelos descendentes de alemães como pelos de italianos. Nos municípios estudados, há destaque do fumo nos de origem alemã e da uva nos de imigração italiana, porém, a soja, por sua vez, está presente em todos os municípios originados do processo de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Isso significa que, sucintamente, há elementos culturais que ainda são específicos, como a religiosidade, a gastronomia e os dialetos, juntamente com algumas atividades econômicas, porém, há componentes que perpassam simultaneamente os grupos sociais dos descendentes de alemães e italianos.

A manutenção cultural ocorre principalmente por meio dos ensinamentos na família e no grupo social, pois falta um programa político de resgate e valorização do patrimônio histórico e identitário do Rio Grande do Sul. É por meio da reprodução que a cultura se projeta no futuro, reafirmada por territorialidades passadas e presentes, configurando processos de identificação metamorfoseados no tempo e no espaço que ainda precisam ser melhor estudados e preservados.

Neste contexto, considera-se que os territórios estudos foram construídos por europeus e seus descendentes, de acordo com as condições naturais e técnicas de cada época, inseridos na sociedade brasileira. Por isso, há fases, temporalidades, reproduções culturais, territorialidades e mudanças econômicas.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, Pedro. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. **Ensaios FEE**, v.13, n.2, p. 546-577, 1992.

ANDRADE, Manuel Correa. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, Recife: IPESPE, 1995.

**_____. Geopolítica do Brasil.** São Paulo: Papirus, 2001.

ANDRADE, Lidiane Mota de. Dioceses como territórios de ocupação da igreja católica no estado do Rio Grande do Sul. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, n. 21, jan. 2007.

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ. **Jornais**. Disponível em> < http://www.agapomi.com.br/jornal.php>. Acesso em: 10 nov. 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS – APROVALE. **Associados.** Disponível em: < http://www.valedosvinhedos.com.br/conteudo.asp?sSecao=associados&sTipo=texto &sCodTexto=associados>. Acesso em: 14 nov. 2010.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia.** Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=45>. Acesso em: 08 set. 2010.

AVISITE. **Notícias.** Disponível em: <http://www.avisite.com.br/reportagem/default.asp>. Acesso em: 13 set. 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1980

BERNARDES, Nilo. **Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997.

BEZZI, Meri Lourdes *et al*. **RS:** uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos. Relatório técnico. (PROADE 2/FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura –** Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM NETO, Helena. **Região cultural**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 319 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BURGOS, Miriam Suzana; PEREIRA, Martha Helena Segatto; BIGUELINI, Gabriela; JORDAN, Alexandre. Jogos Tradicionais e Legado Histórico dos descendentes Alemães em Santa Cruz do Sul e Sinimbu. **Atlas do esporte no RS.** disponível em: http://www.crefrs.org.br/atlas/cd/index.htm>. Acesso em: 19 jul. 2011.

CALLEGARI, Ana Beatriz. A educação dos imigrantes italianos. Disponível em: <http://www.salvador.edu.ar/publicaciones/ideas/ii/06.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CASTELLS, Manuel**. A sociedade em rede.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. O dizível e o indizível. In: CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do Labirinto***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) In: **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. P. 155-196.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

_____. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgrapia,** n. 2, p. 7-26, 1999b.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

COHEN, R. **Página do gaúcho.** Disponível em: <http://www.paginadogaucho.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2007.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das Paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 20, n. 39, p.22- 31, 1990.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Economia, cultura e espaço: um introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Economia, cultura e espaço.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 7-14.

_____. A contribuição francesa a abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 92-123.

_____. Geografia cultural do milênio. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da ERJ, 1999.

COSTA, Rovílio. Do religioso ao social: as igrejas nas colônias italianas. Disponível em: < http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/igreja_ colonias_italianas. pdf>. Acesso em: 05 nov. 2010.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Lucácks e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Urutágua,** n. 9, p. 1-13, 2006.

CUCHE, Denys. **La noción de cultura em La ciências sociales.** Tradução: Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul:** história, língua, educação. CUNHA;J . L.; GÄRTNER, A. (Orgs.). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Aurélio Guerra Neto; Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão; Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 3, v. 5., 1996.

DENIS, Pierre. A colonização do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico,** n. 99, p. 235-242, 1951.

ENGELMANN, Erni. **A Saga dos Alemães I -** Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo, 2004.

_____. **A Saga dos Alemães II** - Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo, 2005.

_____ **A Saga dos Alemães III** - Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo, 2007.

ETGES, Virgínia Elizabeta. Impactos da cultura do tabaco no ecossitema e na saúde humana. **Ensaios**, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2002.

_____. **Sujeição e resistência:** Os Camponeses Gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS. **Informações municipais.** Disponível em: < http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=111>. Acesso em: 10 out. 2010.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul.** 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Montovani. Prestígio e estigmatização: dialeto italiano e língua portuguesa da região

de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 139-167, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-** Censos do RS: 1803 – 1950. Porto Alegre: Ed. da FEE, 1981.

_____. FEE Dados. **Anuário Estatístico 1990, 1996, 2000, 2006**. Disponível em: < http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso: 10 out. 2010.

_____. FEE Dados. **Anuário Estatístico 1990, 1996, 2000, 2006**. Disponível em: < http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso: 05 jul. 2011.

FURUYA et al. **Artes**. Disponível em: <http:/ www. expoente.com.br/professores>. Acesso em: 10 fev. 2007.

GARDELIN, Mário. **Os 125 anos da epopéia italiana no Estado.** Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.

GIARETTA, Liz; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A categoria paisagem na construção histórica do pensamento geográfico. In: ASARI, A. Y.; ANTONELLO, I. T.; TSUKAMOTO, R. Y. **Múltiplas Geografias:** ensino, pesquisa, reflexão**.** Londrina: AGB/LONDRINA, 2004. p. 121-138,

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. **RS:** Imigração & colonização**.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 47-65.

_____. HERÉDIA, Vânia. Cultura e religião. In: GIRON, L. S.; HERÉDIA, V. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 2007.

GOBBATO, Celeste. **O colono italiano e sua contribuição ao desenvolvimento da indústria rio-grandense.** Tradução: Mário Gardelin. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.

GONÇALVES, Karolina Batista. A fronteira e seus paradigmas: identidade e alteridade. **Contribuiciones a la ciencias sociales**. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/15/kbg.html>. Acesso em: 27 dez. 2011.

GOTTMANN, Jean. Il territorio: um concetto in evoluzione. In: GOTTMANN, J. **La città invincibile:** uma confuzione dell'urbanistica negativa. Milano: Angeli, 1983, p. 295-316.

_____. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUAZINA, Marcuse Jesus. **Ivorá – RS** estudo do município. 1995. 50f. Trabalho de Graduação (Graduação Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional a partir da migração gaúcha no Brasil. **Território,** a. 3, n. 4, jan.-jun., 1998.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.

_____. **Territórios alternativos.** Niterói: Ed. da UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialidade**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. da UNIOESTE, p. 87-120, 2004b.

_____. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Disponível em: < http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf. >. Acesso em: 20 jun. 2009. 2004c

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, M. P. de; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Território, Territórios:** ensaios sobre ordenamento territorial**.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a.

_____. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: ARAÚJO, F. B. de; HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, p. 33-56, 2007b.

_____. Identidades territoriais: da multiterritorialidade à "reclusão" territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). **Publicações 2007c.** Disponível em: <http: *tercud.ulusofona.pt/ geoforum/ Ficheiros/ 23GeoForum .pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010.*

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

IOTTI, Luiza Horn. Os italianos no Rio Grande do Sul: 130 anos de história. Disponível em: http://www.viapolitica.com.br/sonhos/11_os_italianos.php. Acesso em: 22 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. **Alemães.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/ index2.html>. Acesso em: 01 jul. 2011.

_____. Venâncio Aires (RS) lidera na safra de fumo**. Notícias.** Disponível em: **<**http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=740> . Acesso em: 05 jan. 2012.

KREUTZ, Lúcio. Língua de referência na escola teuto-brasileira: as tensões entre no uso do alemão e do português. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **imigração alemã do Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 133-158.

LANDO, Aldair. BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J.; GONZAGA, S. **RS:** imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 9-46.

LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul:** levantamento dos costumes e tradições. Caxias do Sul: Ed. da UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro, 1984.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Revista do Departamento de Geografia.** Rio de Janeiro, n. 1, dez, p. 17-30, 1997.

MACHADO, Irene. Conceitos centrais na semiótica. **Linguagem.** Disponivel em: < http://www4.pucsp.br/pos/cos/cultura/conceito.htm#Linguagem >. Acesso em: 20 abr. 2010.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**, Porto Alegre: AGB, p.41-49, 1998

MAESTRI FILHO, Mário. **O escravo gaúcho:** resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

_____. **A servidão negra.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

***MAGNOLI,*** Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; ***MENEGOTTO,*** Ricardo. *Cenário*. *Gaúcho*: Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MAIA, Doralice Sátiro. A Geografia dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, n. 16, p. 71-98, 2001.

MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Est, 2001.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MANOEL, Ivan. História, religião e religiosidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Disponível em: < http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/03%20Ivan%20Ap.%20Manoel.pdf >. Acesso em: 20 ago. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, Lilian et al. **Rio Grande do Sul:** aspectos do Folclore. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1994

MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira. (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidades e história. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

MAZOCO, Eliomar Carlos. **Festas e artesanato em terras do espírito Santo**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de; GARAGORRY, Fernando Luiz; CHAIB, Homero Filho. **Evolução e dinâmica da produção de maçã no Brasil no período de 1975 a 2003**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2007. 38 p. (Documentos/ Embrapa Uva e Vinho, n. 66).

MONTI, Verônica. **O abolicionismo:** sua hora decisiva no Rio Grande do Sul - 1884. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MULHALL, Michael. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs.** Tradução: Euclides Santos Moreira. Porto Alegre: Bels, 1974.

MUSCARÀ, Luca. A heurística de Jean Gottmann: um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NADAL, F. Los nacionalismos y la Geografía. Barcelona, n. 86, marzo 1990. Disponível em http:// www.ub.es/geocritica/menur>. Acesso em: 17 out. 2009.

OLIVEIRA, Regiane. Conceitos centrais na semiótica. **Códigos culturais.** Disponível em: < http://www4.pucsp.br/pos/cos/cultura/conceito.htm#Codigos culturais >. Acesso em: 20 abr. 2010.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo:** A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. 3. ed. São Paulo: Olho D'água, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In:. DACANAL, J. H.; GONZAGA, S (Orgs.). **RS:** imigração e colonização Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.

PICCIN, Eunice. O código cultural religião como uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

PRADE, Helga Guttenkunst. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **imigração alemã do Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 81-100.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PREVELAKIS, George. The relevance of Jean Gottmann in today's world. **Ekistics,** v. 70, n. 422-423, set./oct.-nov./dec., 2003.

PROTAS, José Fernando da; MADAIL, José Carlos. Sistema de Produção de Pêssego de Mesa na Serra Gaúcha. **Sistema de Produção,** Bento Gonçalves, jan. 2003. Disponível em: < http://sistemasdeproducao. cnptia.embrapa.br/Fontes HTML/ Pessego/PessegodeMesaRegiaoSerra Gaucha/index.htm>. Acesso em: 31 mar. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____ A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos, São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul:** ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2000.

REVEL, Judith. **Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. O lugar do canto. In: RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. **Cultura, imigração e memória:** percursos e horizontes. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2004. p. 339-345.

ROCHE, Jean **. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

ROCK, Zé do. Das gaúcho-deutsch. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **imigração alemã do Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 7-15.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia da religião: uma proposta. **Espaço e Cultura**, a. I, out. 1995. p. 45 – 74.

**_____. Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de janeiro: Ed. da UERJ, 1996.

ROXO, Sílvia; SILVA, Fabiana. **A imigração alemã**. Disponível em: < http:// www. geocities.com.br/ athens/agora>. Acesso em: 02 fev. 2007.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SANTOS, Luiz Fernando dos. Tempestade danifica mais de 450 lavouras de tabaco. Disponível em: < http://www.gaz.com.br/noticia/315994-tempestade_danifica_mais_de_450_lavouras_de_tabaco_.html >. Acesso em: 12 dez. 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre,** n. 9, p. 7-17, jul.-dez. 1991.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____.O dinheiro e o território. **GEOgraphia,** a. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do catolicismo imigrante. **Pensamento Plural,** v. 3, p. 77-104, 2008.

SANTORO DE CONSTANTINO, Núncia. Italiani a Porto Alegre: l´invenzione di uma identità. Altreitalie, n. 25, 2002. Disponível em: <http://www.alef-fvg.it/emigrazione/approfondimenti/santoro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2007.

SAQUET. Marcos Aurélio. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. **Revista da Anpege,** v. 5, p. 173-187, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. da UNIOESTE, p. 121-147, 2004.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul:** o desenvolvimento econômico da colônia de Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: EST, 2002.

_____. FLÁVIO, Luiz Carlos. Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espaço-território. **Formação** (Presidente Prudente), v. 2, p. 67-77, 2008.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998, p. 12-74.

_____. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-27.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** Tradução: Antonio Chelini , José Paulo Paes; Isisdoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; Ed. da USP, 1969

SCHNEIDER, Sérgio. Transformações recentes da agricultura familiar do Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, n. 16, v. 1, p. 105-129, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária.** São Paulo, 1987, p. 47-88.

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais,** n. 25, p. 3-55, 1988.

SILVA, Maria da Conceição. A importância da religião e a RCC. **Fragmentos de cultura**. Goiânia, v. 11, n. 2, p. 229-238, mar/abr. 2001

SILVA, Leonardo Xavier da. Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação. 2002. 287 f. Tese (Doutorado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Bruno Freitas da. Organização vitivinícola na região central do RS: implicações socioespaciais das diferentes formas de produção. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SILVA, Wagner. **Religião e sociedade contemporânea**: Uma análise da religião no mundo atual. Aparecida do Taboado: Secretaria municipal de Educação, Cultura, desporto e lazer de Aparecida do Taboado. Minas Gerais, 2007.

SORRE, Max. **Migrações e mobilidade do ecúmeno**. Tradução: Januário Francisco Megale. São Paulo: Ática, 1984. p. 124 -139.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (*et al*) (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Milton Santos: O retorno do território.** In: OSAL : Observatório Social de América Latina. a,6, n. 16, jan.-abr. 2005. Disponível em: en:http:// bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/ D16Santos.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THÉRY, Hervé. Globalização, desterritorialização e reterritorialização. **Revista da Anpege,** v. 4, p. 89-108, 2008.

THOMAS, Carmem. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul,** n. 19, p. 17-23, 1976.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. Linguagem e mentalidade entre teuto-gaúchos. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **Imigração alemã do Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 159- 185.

TORRES, Luiz Henrique. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 177-189, 2004.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmidiáticos. **Revista Internacional de Folkcomunicação,** n. 5, junho, 2005.

_____ . Festas Populares. In: GADINI, S. L.; WOLTOWICZ, K. J. (Org.). **Noções Básicas de Folkcomunicação.** Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2007, p. 107-112.

URBIN, Carlos. **Os farrapos.** Porto Alegre: Zero Hora, 2001.

VIDOR, V. Arquitetura: cultura e identidade local. 2000. Disponível em:<http://www.ufsc.br/Blumenau/enxaimel.htm >. Acesso em: 12 jun. 2011.

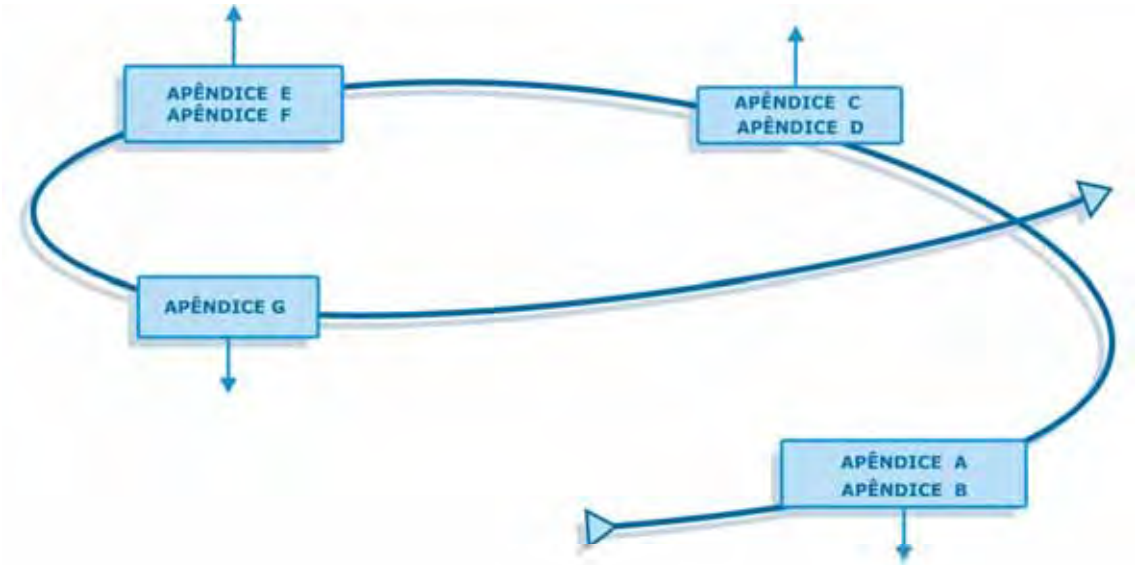
VOGT, Olgário Paulo. **A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul:** 1849-1993. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 1997. 283p.

WANDSCHEER, R. **Conhecendo melhor a língua alemã**. Disponível em: <http: //www.deutsch-wellw.d/dw/article>. Acesso em: 22 jun. 2007.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã.** 2. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

WOODWARD, Kate. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.


APÊNDICE E
APÊNDICE F
APÊNDICE C
APÊNDICE D
APÊNDICE G
APÊNDICE A
APÊNDICE B

# APÊNDICES

## APÊNDICE - A

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO**
**FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

### Roteiro para entrevista

Entrevistado: .....
Telefone: .....
E-mail: .....
1- Município:.....
2- Órgão: .....
3- Data de Fundação: .....
4- Objetivos: .....

5- Qual a nacionalidade e a localidade (regiões/municípios) de origem dos imigrantes fundadores do município? Quando ocorreu a colonização?

6-Quantos imigrantes vieram inicialmente para o município? Qual a origem (interna das colônias velhas ou externa-processo migratório Europa-Brasil)?

7- Quais as principais funções (atividades econômicas) exercidas em seus países de origem? Mantiveram as mesmas funções no Rio Grande do Sul no início da colonização?

8- Quais as principais atividades econômicas e produtos cultivados nos lotes coloniais (rurais) inicialmente? Como era a comercialização? (troca ou venda). Ocorria na própria colônia ou em outras localidades (onde e como era o transporte)?

9-Como ocorreu a expansão da Colônia inicialmente (a partir do núcleo inicial)? Originou algum outra localidade (municípios, vilas)?

10-Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nos primeiros anos de instalação da Colônia? (língua, integração, deslocamento, energia, desenvolvimento dos lotes, dentre outros).

11-qual o motivo da vinda dos imigrantes para o município?

12-Atualmente a maioria população é:

( )descende dos imigrantes fundadores do município

( )é composta por outras etnias. Quais? _____

( )não é possível identificar a origem étnica atual

13-De que forma os descendentes procuram manter e valorizar as suas tradições culturais? Há participação de algum órgão (público ou privado) neste processo?

14-Há uma identidade cultural proporcionada pelo grupo étnico original? A sociedade se reconhece nesta identidade e procura manter vínculos? Em caso afirmativo, como? (Quais os elementos que compõe essa identidade?).

15- O processo de adaptação acarreta algumas transformações, principalmente no que se refere aos hábitos cotidianos e ao uso de determinados materiais. Neste sentido, quais as principais transformações ocorridas na cultura original no que se refere aos seus códigos culturais?

16-O grupo social teve influência de outro(s) grupos devido à proximidade e a convivência? (códigos culturais). Como? E quais influências?

17-Qual a principal contribuição do grupo social para a economia do município (econômico-cultural)?

18- A permanência do grupo social no Rio Grande do Sul demonstra a adaptação deste a nova realidade que se propôs. Diante disso, como seus componentes vêem a cultura gaúcha?

19-Há manifestações da cultura gaúcha no município? Onde ocorrem? (somente em CTG's ou em outros locais).

20-O grupo social se reconhece a partir da identidade cultural:

( )vinculada a sua origem étnica

( )gaúcha

( )ambas

Por quê? .....

21-O grupo étnico considera ter contribuído para a construção da cultura gaúcha?

22-Como a etnia local se insere no contexto regional? (procura se integrar ou se mantém a parte, procurando preservar a cultura de origem evitando a integração ou há uma integração regional com grupos étnicos distintos).

23-Tendo como base a cultura local os códigos culturais que a identificam se referem a:

- **COMUNICAÇÃO** (oral e escrita, principais características, sotaque, obras literárias, etc)
- **GASTRONOMIA** (pratos típicos, principais produtos)
- **VESTUÁRIO TÍPICO** (como é composto, masculino e o feminino)
- **MÚSICA** (instrumentos utilizados, em geral retrata...)
- **CASA** (estilo original e atual)
- **RELIGIÃO**
- **FESTIVIDADES TÍPICAS** (objetivo e data, qual o ritual exibido)
- **VALORES** (regras morais, tabus, autoridade, leis, responsabilidade, respeito, crenças e normas éticas)
- **IDEOLOGIAS** (construções laicas e racionais que dá sentido a história e garante a ordem social)
- **CONVENÇÕES** (família, sociedade)
- **MONUMENTOS**

# APÊNDICE - B
# LOCAIS – ENTREVISTAS E COLETA DE DADOS

**Museus e centros de pesquisa vinculados às distintas etnias que formaram o Rio Grande do Sul**

Memorial do Rio Grande do Sul
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul – MARS – Porto Alegre
Museu das Missoes – São Miguel das Missões
Museu Antropológico Diretor Pestana - Ijui

**Museus e centros de pesquisa vinculados à imigração alemã no Rio Grande do Sul**

Parque Aldeia do Imigrante - Aldeia Histórica Alemã – Nova Petrópolis
Museu Histórico Municipal – Nova Petrópolis
Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos
Museu Cláudio Oscar Becker – Ivoti
Museu Histórico de Nova Hartz
Museu Professor Gustavo Adolfo Koetz – Igrejinha
Casa Schmitt-Presserl – Novo Hamburgo
Museu Municipal de Sapiranga
Museu Histórico Municipal Adelmo Trotte – Taquara
Museu Armindo Lauffer – Três coroas
Museu Histórico Professor Hugo Daros – Gramado
Casa do Imigrante – Museu Histórico de São Leopoldo
Museu Municipal de Santa Rosa
Museu Municipal da Soja – Santa Rosa
Museu e Arquivo Histórico de Panambi – MAHP
Museu Municipal Theobaldo Becker – Ibirubá
Museu Colégio Mauá – Santa Cruz do Sul
Museu Municipal Aristides Carlos Rodrigues – Candelária
Museu Histórico Municipal Bruno Born – Lajeado
Museu Municipal de Santo Cristo
Museu Municipal Dr. José Olavo Machado – Santo Ângelo
Museu Histórico e Geográfico Henrique Uebel – Teutônia
Museu Histórico Municipal Fernando Ferrari – São Pedro do Sul
Instituto Cultura Brasileiro – Alemão - Agudo
Associação Cultural Gramado
AFUBRA

**Museus e centros de pesquisa vinculados a imigração italiana no Rio Grande do Sul**

Museu do Imigrante – Silveira Martins
Museu Municipal – São João do Polêsine
Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop – Vale Vêneto
Museu Municipal de Caxias do Sul
Museu de Ambiência Casa de Pedra – Caxias do Sul
Museu do Imigrante – Bento Gonçalves
Museu Municipal de Pinhal Grande
Museu Municipal da Uva e do Vinho Primo Slomp – Caxias do Sul
Museu Histórico de Cotiporã
Museu Municipal Casal Moschetti – Farroupilha
Museu dos Imigrantes Marcos Bresolin – Pejuçara
Museu municipal de Garibaldi
Museu Municipal de Jaguari
Museu Municipal de Veranópolis
Associação italiana de Santa Maria;
Museu do Imigrante – Silveira Martins;
Centro de Pesquisas Genealógicas – Nova Palma;
Arquivo Histórico Pedro Rossi – Flores da Cunha
Arquivo Histórico de Guaporé

**Secretarias de Cultura e Agricultura**
Santa Cruz do Sul
Santa Rosa
Novo Hamburgo
São Leopoldo
Lajeado
Agudo
Taquara
Gramado
Panambi
Agudo

Silveira Martins
Dona Francisca
Pinhal Grande
Jaguari
Veranópolis
Bento Gonçalves
Caxias do Sul
Garibaldi
Flores da Cunha
Faxinal do Soturno

## APÊNDICE C

## VINÍCOLAS PRESENTES NO VALE DOS VINHEDOS

Adega Casa de Madeira

Adega CavallerI

Adega e Vinhedos Dom Eliziario

Angheben Adega de vinhos Finos

Casa Graciema

Casa Valduga

Chandon do Brasil

Cooperativa Vinícola Aurora

Famiglia Tasca

IFRS CAMPUS BENTO – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Vinhos Larentis

Vinhos Reserva da Cantina - Vinhos Michele Carraro

Vinhos Titton

Vinhos Almaúnica

Vinícola Boutique Lídio Carraro

Vinícola Calza

Vinícolas Cavas do Vale

Vinícola Cave de Pedra

Vinícola Cordelier

# APÊNDICE - D

## Vinícolas situadas na porção central do Rio Grande do Sul

| Vinícola | Município |
|---|---|
| **Vinícola Don Virgílio** | Jaguari |
| **Vinícola Dalla Valle** | Jaguari |
| **Vinícola Irmãos Guerra & Cia** | Jaguari |
| **Cooperativa Agrária São José** | Jaguari |
| **Vinícola Dal Pino** | Pinhal Grande |
| **Vinícola Irmãos Fin** | Ibarama |
| **Vinhos Bolf** | Ibarama |
| **Indústria e Comércio de Bebidas Olinda** | Ibarama |
| **Vinícola Granja do Silêncio** | Sobradinho |

Fonte: SILVA, Bruno Freitas da. , 2008.
Org.: BRUM NETO, H.

# APÊNDICE - E

Produção de soja na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | **(ton.** | (ha) | **(ton.)** | (ha) | **(ton.)** | (ha) | **(ton.)** |
| **Dona Francisca** | 100 | 105 | 50 | 63 | 30 | 58 | 90 | 184 |
| **Faxinal do Soturno** | 3.000 | 1.620 | 550 | 880 | 500 | 900 | 850 | 1.020 |
| **Ivorá** | 800 | 600 | 500 | 800 | 650 | 1.170 | 650 | 1.228 |
| **Nova Palma** | 4.800 | 3.456 | 3.400 | 5.100 | 4.000 | 7.600 | 4.500 | 9.450 |
| **Pinhal Grande** | - | | 6.500 | 8.905 | 8.500 | 14.280 | 11.800 | 26.904 |
| **São João do Polêsine** | - | | 150 | 210 | 250 | 450 | 350 | 735 |
| **Silveira Martins** | 240 | 216 | 115 | 236 | 400 | 720 | 1.600 | 4.320 |

Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.

## APÊNDICE - F

Principais municípios produtores de milho dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

| MUNICÍPIOS | 1990 | | 1996 | | 2000 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | **(ton.)** | (ha) | **(ton.)** | (ha) | **(ton.)** | (ha) | **(ton.)** |
| Água Santa | 6.000 | 4.500 | 5.200 | 15.600 | 4.400 | 18.840 | 4.000 | 14.400 |
| Arvorezinha | 9.200 | 12.144 | 3.570 | 7.497 | 3.600 | 11.160 | 3.240 | 10.012 |
| Casca | 12.500 | 11.250 | 9.300 | 27.900 | 8.200 | 41.820 | 5.800 | 34.800 |
| Ciríaco | 8.150 | 8.160 | 6.000 | 10.800 | 5.200 | 10.920 | 6.000 | 22.680 |
| David Canabarro | 9.000 | 6.480 | 4.556 | 9.253 | 5.700 | 23.940 | 4.200 | 22.680 |
| Erechim | 19.000 | 13.680 | 14.600 | 48.180 | 12.800 | 57.600 | 4.000 | 16.800 |
| Guaporé | 14.000 | 13.860 | 4.950 | 11.300 | 4.200 | 15.120 | 5.000 | 24.000 |
| Liberato Salzano | 10.000 | 10.800 | 5.700 | 7.410 | 4.500 | 10.800 | 3.500 | 9.800 |
| Marau | 15.000 | 11.250 | 8.374 | 15.073 | 11.000 | 44.000 | 7.000 | 33.600 |
| Rodeio Bonito | 13.530 | 20.295 | 4.523 | 8.271 | 6.300 | 18.900 | 3.500 | 12.600 |
| Sananduva | 13.000 | 11.700 | 14.000 | 42.000 | 12.000 | 42.000 | 9.350 | 36.465 |
| São José do Ouro | 13.000 | 5.850 | 3.072 | 8.577 | 7.000 | 24.500 | 4.500 | 19.440 |
| Sertão | 14.000 | 10.500 | 8.000 | 24.000 | 7.000 | 23.100 | 7.500 | 34.650 |
| Tapejara | 14.000 | 12.600 | 7.600 | 22.800 | 6.000 | 27.000 | 3.000 | 15.300 |
| Vacaria | 8.000 | 12.000 | 12.984 | 52.637 | 10.000 | 45.000 | 13.800 | 67.068 |
| Viadutos | 10.000 | 9.900 | 5.924 | 19.786 | 7.500 | 26.250 | 7.000 | 17.850 |

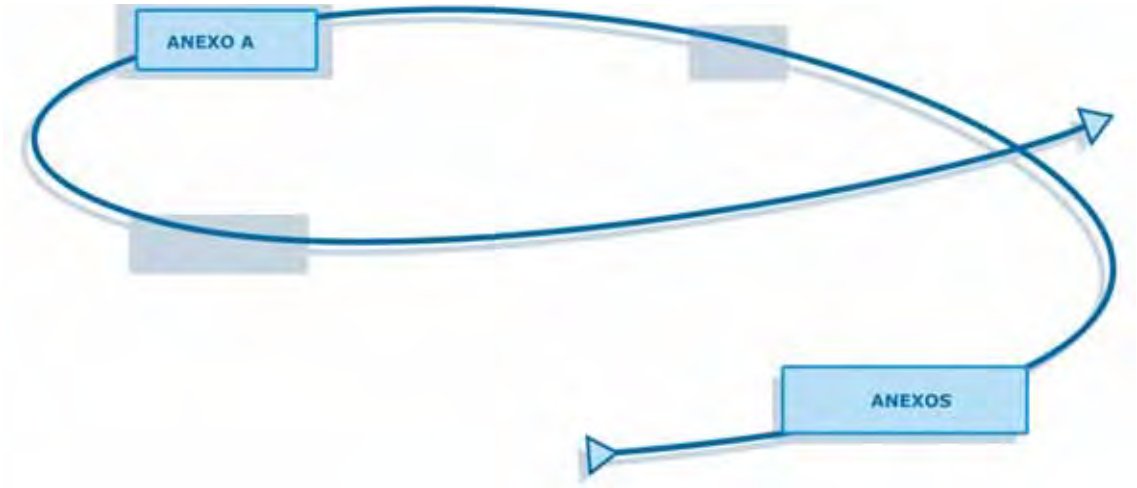
Fonte: FEE Dados, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.

## APÊNDICE - G

Produção de fumo na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS de 1990 a 2006.

| MUNICÍPIOS | 1990 (ha).....(ton.) | | 1996 (ha).....(ton.) | | 2000 (ha).....(ton.) | | 2006 (ha).....(ton.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dona Francisca** | 300 | 450 | 345 | 449 | 350 | 595 | 420 | 630 |
| **Faxinal do Soturno** | 500 | 750 | 380 | 361 | 500 | 675 | 500 | 750 |
| **Ivorá** | 245 | 318 | 300 | 330 | 350 | 508 | 480 | 691 |
| **Nova Palma** | 900 | 1.080 | 600 | 780 | 1.000 | 1.500 | 1.500 | 2.250 |
| **Pinhal Grande** | - | - | 619 | 539 | 800 | 960 | 800 | 1.472 |
| **São João do Polêsine** | - | - | 12 | 13 | 30 | 36 | 30 | 45 |
| **Silveira Martins** | 40 | 48 | 42 | 33 | 50 | 65 | 35 | 47 |

Fonte: IBGE, 2010.
Org.: BRUM NETO, 2010.




# ANEXOS

**ANEXO - A**

ROCK, Zé do. Das gaúcho-deutsch. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **imigração alemã do Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 7-15.

# PREFÁCIO

## ZÉ DO ROCK

## DAS GAÚCHO-DEUTSCH

*A proposta desse texto é mostrar como é o alemão falado no Rio Grande do Sul e no Sul do Brasil em geral. O problema é que se eu escrevesse nessa língua, só seria compreendido pelos "brasileiros de origem alemã", pois nem os alemães, nem os brasileiros, fazem a mínima idéia de como ela funciona! Por isso, já que eu não posso aportuguezar o alemão, eu resolvi germanizar progressivamente o português.* A chente gania poko mas se diwerte.

Eu tenho cabelo castanho, olhos verdes e 1,90 m de altura. Na Europa, o pessoal non quer acreditar que eu sou brasileiro, e quando acredita, pensa: deve ser filho de um daqueles foragidos nazistas.... Na Alemanha, non é diferente. No Brasil, todo mundo acha que a Alemanha tá cheia de nazistas. Na Alemanha, eles achàm que é no Brasil que eles estão. Fora isso, o alemon non sabe muito sobre a colonizasson aleman no Brasil. Uma quantidade razoável de alemon sabe que existe uma cidade chamada Blumenau que foi fundada por alemães numa selva cheia de indio e mestisso. Muitos "sabem" também que existe uma fábrica da Volkswagen que ainda produz fusquinha, e que o construtor de Brasilia foi um alemon.

Quando eu conto que o Brasil é o paiz que mais recebeu imigrantes depois dos Estados Unidos, que existem cinco e meio milhões de descendentes de alemães cujos vizinhos provavelmente non son indio e sim italiano ou um polonez, que existe tanta gente com sobrenome alemon em Sao Paulo quanto em Stuttgart, que a maior cidade "aleman" do Brasil nao é Blumenau e sim Joinville, que no Brasil a produsson do fuska acabou fas tempo, e que alem da Volkswagen, existem outras empresas como a Mercedes, a Siemens, a Bosch e muitas outras, que São Paulo é o maior centro industrial alemon do mundo (non tem cidade na Alemanha com tanta industria aleman) e que Oscar Niemeyer non é um alemon e sim um neto de judeus suissos e portugueses, eles ficam impressionados....

Os "alemães da Alemanha" acham que os "alemães do Brasil" son apenas alemães que moram no Brasil. É verdade que a maioria dos alemães que vieram pro Brasil continuaram a se considerar alemães. E muitos descendentes tambem. Só que a maioria já é brasileira e não sabe. Um alemon da Alemanha se considera alemon como substantivo. Um descendente de alemon se considera brasileiro como substantivo e alemon como adjetivo. Ele é brasileiro, mas como ao redor dele todo mundo é brasileiro, ele usa o adjetivo alemon pra se destacar dos outros brasileiros. Tem brasileiro baixo, alto, gordo, magro, preto, e tem brasileiro alemon. Nada é mais assustador prum brasileiro alemon do ke um alemon da Alemanha. Além do mais, eu conhesso varios descendentes de alemães kom nomes tipo Werner Schmidt e Helmut Mayer ke non tiveram duvidas em ir a guerra pelo Brasil contra a Alemanha.

Um alemon da Alemanha ke chega no Sul do Brasil esperando enkontrar alemães tem o mesmo problema: vai encontrar um monte de gente kom nome alemon ke non fala alemon, e quando finalmente enkontrar alguém ke fala alemon, esse alemon vai ter muito poko a ver kom o alemon falado na Alemanha. Em geral, ele acha ke ta ouvindo alemon arcaico, mas quando eu pergunto o ke ke tem de "arcaico" ele tambem non sabe especificar. Sem duvida ke existém palavras antigas ke sobreviveram no Brasil e ja eston extintas na Alemanha mas na maioria dos kasos, a verdade é que os visitantes non entenden o ke o pessoal está falando e acham ke deve ser alemon

antigo. Existem dois problemas ke difikultam muito a kompreenson dessa lingua: primeiro, os brasilerros alemães usam palavras brasilerras, principalmente nos substantivos mas as vezes tambem aproveitam nos verbos e nos adjetivos, alen do mais eles simplifikam a gramatica. Brasilerro geralmente, tem dois "canais" de linguagem do cerrebro pros generos maskulino e feminino. Qualker palavra nova ke brasilerro aprende é imediatamente gravada no kanal "certo", feminino ou maskulino. No alemon existem 3 generos, maskulino, feminino e neutro. Alemon tambem "grava" imediatamente qualker palavra nova no kanal "certo". Ja cerrebro de brasilerro alemon em geral so tem dois kanais (ou o kanal neutro subdesenvolvido, komo era de se esperrar de um paiz komo o Brasil), de forma ke as palavras neutras do alemon akabam sendo gravadas no kanal maskulino. Por isso, rarramente as palavras alemans femininas kom artigo DIE vem no genero errado, enquanto ke muitas palavras neutras akabam sendo deklinadas kom DER (maskulin). E komo o portuguez non deklina substantivos e adjektivos, essas deklinassões desaparreceram quasi completamente no alemon do Brasil.

Para os descendentes de alemães no Brasil o kontakt kom a lingua aleman é reduziert ao kontakt kom os parentes e amigos, falta por exempel o kontakt kom a lingua na medien (programme de TV in alemon, só a cabo, da Deutsche Welle) e kom a lingua eskrita. Antigamente havia pelo menos mais kontakt com a lingua eskrita, quando em muitas regiões as escolen ensinavam em alemon. Eu sou dessendente de lituanos, alemães e russen, mas chegando no interrior do Rio Grande do Sul os meus antepassados passarram a so falar alemon. Agorra o vocabulario está se reduzierend: meu irmon (ke mora no Brasil), numa entrevista a TV aleman, kerria kontar komo eu eskapei do service militaer. Se ele tivesse falando kum otro "catarina" (usando a expression pra designieren os brasilerros de origem aleman), ele dirria "er wollte nich zum exército", mas komo ele estava dando uma entrevista pra TV aleman e non podia perguntar pro entrevistador, ele disse "Er wollte nich zu die Wehrmacht, dann hat er so getan als wär er verrückt, und die Wehrmacht hat ihm befreit." O ke ele kerria diser foi: "Ele nao queria servir o exército, daí ele fingiu que era louco, e o exército o liberou." O ke ele disse foi: "Ele

nao queria ir pro Exército de Hitler, daí ele deu uma de louco e o Exército de Hitler libertou ele."

Uns anos atras, eu acompanhei a TV Bávara numas voltas ke eles derram pela serra gaucha e a certa altura do passeio a gente se deparrou kom um posto de gasolina chamado "Deutsche Tankstelle" (Posto de Gasolina Alemon). A gente parrou imediatamente o karre e o direktor mandou filmen: primerro a minha kara. Depois, eu disendo: Posto de gasolina tem muito na Alemanha, mas um POSTO DE GASOLINA ALEMON, so tem no Brasil! (kamera mostra a plaka). Dali a poko o sujeito do posto veio perguntar o ke a gente tava fasendo. Eu explikei in pokas palavras, e ele disse ke a gente pelo menos podia ter perguntado, se a gente ker filmen o posto, né. Logo schegou o direktor do film e perguntou in alemon o ke ke tava akontecendo. O sujeito assustou um poko, nossa, um alemon da Alemanha...

"Ja, ich bin hier vom posto, und ich wollte nur esclarecieren..."

Klar ke no alemon non existiert a palavra POSTO, nem a palavra ESCLARECIEREN (ke no alemon se dis KLÄREN). O direktor fikou entusiasmado, agorra a gente pode faser uma entrevista kom ele pra mostrar komo se fala alemon no Brasil. O karra do posto non kerria de jeito nenhum, disendo ke ele non falava bem alemon. A gente convenceu ele kom muito esforso ke ele fala bem alemon, mas ke é um alemon diferente. So ke non adiantou muito: na entrevista ele falou bem devagar, kuidando pra ke nenhuma palavra fosse uma palavra ke ele konhecesse do portugez. Quando a entrevista akabou e a kamera foi desligada, o direktor perguntou pra ele se o posto era dele. Ele disse, relaxed:

"Nein, ich bin nur der administrador. Der dono is nich da, aber da in die caixa is der dono seine filha." (Não, eu so sou o administrador. O dono não taí, mas alí na caixa ta a filha do dono). Desnecessarrio diser ke non existiert no alemon as palavras "administrador" (so Administrator, mas non é muito komum), dono, caixa (existe Kasse) e filha...

O "katarinisch" non é um dialekt unitarrio, na werdade son warios dialekte, ja ke muitos immigranten wieram no sekulo XIX, quando o alemon-padron ainda non estawa bem estabelecido. Um amigo meu,

um alemon, estawa passeando pelo Sul do Brasil e perguntou pruma fasenderra se eles tinham milho por la. A pergunta foi, klar, in alemon: "Habt ihr Mais da?"

*Mais* é a palavra aleman pra milho, mas os sulistas disem MILIE. Por otro lado, a palavra aleman pra *camundongos* é *Mäuse*, mas in muitos dialekte é *Meis*, pronunciada tambem *Mais*, komo no inglez *Mice*. De form ke a mulher respondeu:

"Zuviele Meis! Und die fressen die ganze Milie auf!"

In portuguez:

"E como tem camundongo aquí, uma praga! E eles comem todo o milho!"

A tendenz dos dialekte e linguas minoritarias (faladas por uma minoria da population no kontext de uma grande lingua national) nos ultimos anos, e até nos ultimos sekulos, é a de desaparecer. É a globalisation akabando kom as linguas assim komo as grandes empresas eston engolindo as pekenas. Se a expansion do inglez kontinuiert nesse rhytmus, talvez até as linguas nationale desaparressam. Quasi todos os sotakes regionale eston sendo niveliert pela TV, tanto no Brasil komo no rest do mundo, e está fikando kada wes mais diffizil distinguir um gaucho de um goiano pelo sotake. O dialekt alemon falado no sul do Brasil tambem tende a desaparrecer, o ke é uma pena non so parra os linguisten, ke perdem um objekt de studium, mas tambem para a wariedade kulturell do Brasil. E, klar, tambem parra os brasilerros de origem aleman, ja ke a lingua é o schao sobre o qual o pensamento anda. Uma person bilingue pode pensar sobre dois schaos diferentes, o ke lhe da mais flexibilitaet e a konciencia de ke o pensamento tambem é relativ, pelo menos no ke dis respekt a lingua. Talwez uma possibilidade seria dublar programme de TV pro alemon no sul do Brasil. Improwawel, mas ja pensou? Silvio Santos in alemon... ke bonitinho!